

# METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO SOCIO LÓGICA



PROBLEMAS E SOLUÇÕES  
A PARTIR DE ESTUDOS  
EMPÍRICOS

Coordenação  
Manuel Lisboa



# **METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO SOCIOLOGICA**

PROBLEMAS E SOLUÇÕES  
A PARTIR DE ESTUDOS EMPÍRICOS

**Manuel Lisboa**  
(Coordenação)



## **METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO SOCIOLÓGICA**

PROBLEMAS E SOLUÇÕES A PARTIR DE ESTUDOS EMPÍRICOS

Autores: Manuel Lisboa (Coordenação)

Diretor da coleção: Manuel Carlos Silva

Subdiretores: Luís Baptista e Ana Paula Marques

Capa: António Pedro

Revisão: Mariana Avelãs

© Edições Húmus, Lda., 2016 e autores

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Telef. 926 375 305

humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde

1.ª edição: Outubro de 2016

Depósito Legal: 415978/16

ISBN: 978-989-755-223-6

Coleção Debater O Social – 40

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas –  
Universidade Nova de Lisboa (CICS.NOVA.FCSH/UNL), UID/SOC/04647/2013, com o  
apoio financeiro da FCT/MCTES através de fundos Nacionais.

# ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	7
<i>Manuel Lisboa</i>	
<b>CAPÍTULO I</b>	11
Metodologias de investigação e construção do campo da Sociologia	
<i>Manuel Lisboa</i>	
<b>CAPÍTULO II</b>	43
As metodologias de investigação no estudo das desigualdades sociais: conhecimento científico, políticas públicas e cidadania	
<i>Manuel Lisboa</i>	
<b>CAPÍTULO III</b>	63
Inquéritos sociológicos e construção do campo de observação	
1. AMOSTRAS	67
Construção de amostras estatisticamente representativas	69
<i>Manuel Lisboa</i>	
Amostra por cachos: o caso do inquérito sobre Saúde e Violência Contra as Mulheres, em 2003	76
<i>Manuel Lisboa e Fátima Miguens</i>	
Amostras emparelhadas: o caso do inquérito sobre o Trabalho Infantil em Portugal, a alunos PIEF e do Ensino Regular, em 2007	85
<i>Manuel Lisboa, Fátima Miguens e Joana Malta</i>	
Amostras para observar fenómenos sociais de difícil acesso: o caso do estudo da mutilação genital feminina em Portugal, de 2015.	90
<i>Manuel Lisboa, Rosário Oliveira Martins e Ana Lúcia Teixeira</i>	
2. QUESTIONÁRIOS	95
Questionários para inquéritos sociológicos	97
<i>Manuel Lisboa</i>	
<b>CAPÍTULO IV</b>	117
Trabalho de campo e recolha de dados	

Administração indirecta em inquéritos sociológicos: o caso do inquérito sobre a violência e género aplicado nos Açores, em 2008 <i>Manuel Lisboa e Dalila Cerejo</i>	121
Os dados administrativos e a recolha de informação a partir de processos em papel: o caso da violência contra as mulheres detectada nos Institutos de Medicina Legal de Coimbra e Porto, em 2000 <i>Manuel Lisboa, Zélia Barroso e Joana Marteleira</i>	127
Futuros passados, futuro ausente ou um terraço para outra coisa ainda? Um ensaio sobre usos da memória, teoria e métodos <i>Paula Godinho</i>	131
<b>CAPÍTULO V</b>	163
Tratamento e análise dos dados	
Análise dos dados de inquéritos sociológicos: estatísticas univariada, bivariada e multivariada <i>Ana Lúcia Teixeira</i>	167
O tempo e as sazonalidades na investigação sociológica: construção e análise de séries temporais em estudos sociológicos sobre a criminalidade participada à Polícia Judiciária (1984-1993) <i>Manuel Lisboa, Nelson Lourenço</i>	243
Análise de Conteúdo: um caso de aplicação ao estudo dos valores e representações sociais <i>Ana Roque Dantas</i>	261
Metodologia de detecção de <i>Indicadores de Expressão Emocional no contexto da violência conjugal</i> <i>Dalila Cerejo</i>	287
Custos económicos com a saúde resultantes da violência doméstica contra mulheres, em Portugal <i>Pedro Pita Barros, Manuel Lisboa, Dalila Cerejo e Eliana Barrenho</i>	313
<b>CAPÍTULO VI</b>	347
Desafios futuros na investigação sociológica: a análise sistémica da complexidade.	
Para uma análise intersistémica da violência de género <i>Manuel Lisboa</i>	349
<b>ANEXOS</b> (em suporte digital – CD)	

# INTRODUÇÃO

Manuel Lisboa

Há vários anos que tenho vindo a trabalhar em uma obra sobre questões epistemológicas e metodológicas. Pretendo que ela possa ser um momento de síntese entre o conhecimento existente dos desenvolvimentos metodológicos no campo da Sociologia e uma metarreflexão sobre uma trajectória de várias décadas, como investigador e coordenador de mais de duas dezenas de projectos de investigação, aplicada e fundamental, no domínio da Sociologia.

Trata-se de uma tarefa que continua em curso, mas o contacto com os/as alunos/as dos três ciclos de estudos – licenciatura, mestrado e doutoramento –, assim como com os/as jovens investigadores/as, levou-me a pensar que poderia ser útil elaborar um livro sobre questões metodológicas. Uma obra sustentada no desenvolvimento das grandes tendências da investigação sociológica mundial e nacional, com a apresentação de exemplos de investigações concretas já realizadas, que pudesse ser um apoio à reflexão sobre as questões e problemas que se colocam à investigação sociológica, e constituir um instrumento de ajuda na sua resolução.

Este livro de metodologia não pretende substituir os manuais já existentes, com inúmeros e variados instrumentos úteis para a investigação sociológica, não repetindo, por isso, as questões aí abordadas. Ele deve ser entendido como um instrumento metodológico complementar, com questões e temáticas que resultam da experiência de pesquisa, na área das ciências sociais, de uma ampla e pluridisciplinar equipa de investigadores/as, ao longo dos últimos 25 anos, particularmente da Sociologia, na Universidade Nova de Lisboa.

Achei por bem focar o livro em uma área temática. Optei pelas desigualdades sociais, por esta área fazer parte das opções estratégicas do Departamento de Sociologia da FCSH/UNL, assim como do CICS.NOVA, em consonância com o desenvolvimento da Sociologia em geral, como mostram os temas dos recentes congressos internacionais e nacionais. E, dentro deste tema, escolhi o das violências, nas suas múltiplas formas, contra as mulheres – doméstica e de género, violência em geral, visível e oculta, afectando adultos e crianças, mas sendo, sempre, um factor determinante na produção e reprodução das desigualdades sociais.

Na génese deste livro, estão mais de 20 projectos de investigação, diversos, de âmbito nacional, regional e local, qualitativos e quantitativos, e recorrendo a escalas de observação diversas – macro, meso e micro –, ou mesmo a uma delimitação temporal mais longa, sempre que o objecto de estudo assim o requeira. Ele percorre os principais momentos da pesquisa, pelo que pode ser usado como um guia a seguir pelos/as investigadores/as em todas as etapas da investigação.

Foram usados só alguns exemplos de investigações. Em novas edições do livro, espero incluir outros temas e projectos. O objectivo é ir construindo uma obra que possa, também, reflectir o conhecimentos disperso, mas extremamente valioso, da Sociologia que a Universidade Nova de Lisboa tem vindo a fazer, através dos seus centros de investigação.

O livro está organizado em seis capítulos. No Capítulo I, é feito um enquadramento geral sócio-histórico e epistemológico; primeiro, abordando a construção do campo da Sociologia e o desenvolvimento das metodologias quantitativas desde os fundadores, incluindo o que se pensa serem os desenvolvimentos futuros; depois, analisando a formação da área disciplinar da Sociologia em Portugal e os desenvolvimentos das metodologias de investigação. O Capítulo II é constituído por dois textos que reflectem os principais pilares da investigação que serve de suporte ao livro. O primeiro texto, intitulado «Realidade, conhecimento e mudança social», aborda a preocupação em produzir conhecimento científico que seja socialmente útil, nomeadamente, fornecendo informação de suporte às políticas públicas. O segundo centra-se nas questões éticas que os investigadores devem ter em consideração, por exem-



plo nos cuidados com as pessoas a inquirir. O Capítulo III centra-se na *construção do campo de observação* e desenvolvem-se aí dois instrumentos frequentemente utilizados na investigação sociológica: a construção de amostras para a realização de inquéritos e a elaboração de questionários. São apresentados sete exemplos diferentes de amostras, com as suas especificidades, dificuldades e soluções encontradas. Seis aplicam-se ao estudo da violência contra as mulheres, doméstica e de género, e uma, com emparelhamento, é sobre o trabalho infantil. Igualmente, são apresentados dois tipos de questionários, mostrando-se o processo de elaboração, em função dos objectivos de cada estudo e dos respectivos fundamentos teóricos e conceptuais. Após a análise de dois instrumentos relativos à construção do campo de observação, que são meramente exemplificativos e, naturalmente, não esgotam todas as outras possibilidades, passamos a abordar, no Capítulo IV, o trabalho de campo propriamente dito. Aqui, são discutidos três tipos de recolha de dados: a *administração indirecta* de dois questionários para inquéritos sociológicos; a utilização de *dados administrativos* e a elaboração de uma grelha de recolha de informação; e o recurso a uma técnica qualitativa, como as *histórias de vida*. O Capítulo V é dedicado ao tratamento e Análise de Dados, com cinco textos, abordando exemplos e modos de operacionalização quantitativa e qualitativa. O primeiro lida com as análises estatísticas univariadas, bivariadas e multivariadas de dados de inquéritos. O segundo é sobre a importância do tempo na investigação sociológica e traz um exemplo de operacionalização de séries temporais para o estudo das sazonalidades. O terceiro, simultaneamente qualitativo e quantitativo, mostra um exemplo de aplicação da Análise de Conteúdo ao estudo de valores e modelos culturais, estes indispensáveis na investigação sobre a violência de género. O quarto, essencialmente qualitativo, e situado na fronteira teórica dos *Estudos de Género*, Sociologia da Violência e da Sociologia das Emoções, é um exemplo pioneiro e original na análise das expressões emocionais de mulheres vítimas de violência. O quinto texto decorre de um projecto original em Portugal e no panorama internacional, situa-se na fronteira entre a Sociologia e a Economia, e mostra o processo de tratamento e análise estatística de dados de diferentes fontes, tendo em vista o cálculo dos custos

económicos da violência exercida contra as mulheres em contexto doméstico. Este projecto é singular no panorama europeu, onde os poucos estudos feitos para o cálculo dos custos económicos da violência, como no Reino Unido, usam dados administrativos. Aqui, além dos dados administrativo recorreu-se, também, aos dados de um inquérito sociológico, de administração indirecta, junto de mulheres utentes de centros de saúde. Por último, no Capítulo VI, ensaia-se um olhar sobre o futuro das metodologias de investigação sociológica, em uma perspectiva interdisciplinar, tendo em vista o estudo de fenómenos sociais complexos, a partir de abordagens sistémicas, como a de Talcott Parsons, e intersistémicas.

Os textos têm autorias diferentes – todas elas decorrentes, directa ou indirectamente, dos projectos de investigação já referidos. Na sua quase totalidade, são textos originais. Em outros casos, devidamente referenciados, estão mais próximos de textos já publicados, mas que, pela sua originalidade e relevância para a investigação sociológica, julgo importante incluir em este livro.

# **CAPÍTULO I**

## Metodologias de investigação e construção do campo da Sociologia

MANUEL LISBOA



## Introdução

O desenvolvimento das metodologias de investigação, e, em particular, da Análise de Dados, como um dos instrumentos mais recentes para o tratamento dos dados, está intimamente associado à formação do campo da Sociologia em Portugal nas últimas cinco décadas.

Este processo sócio-histórico não é independente dos caminhos seguidos pela Sociologia a nível internacional, ainda que aí o arranque tenha sido bem mais cedo do que no nosso país.

Contudo, esta formação tardia da disciplina entre nós, no contexto de um país que sai de uma ditadura para entrar em democracia, vai marcar decisivamente o seu desenvolvimento, tanto no campo teórico como metodológico, constituindo-se como um caso particular com especificidades próprias.

Este capítulo estará mais focado nas dimensões metodológicas, mas não deixará de fazer a articulação com as correntes e sensibilidades teóricas que foram surgindo na Sociologia, assim como com as condições políticas, institucionais e organizacionais que permitiram o seu desenvolvimento entre nós.

Os desenvolvimentos metodológicos da Sociologia têm seguido vários caminhos; uns mais quantitativos, outros mais qualitativos, mas todos importantes para a sua afirmação enquanto ciência. Neste texto, centrar-me-ei nos primeiros, particularmente os do refinamento dos instrumentos da Análise de Dados, através das análises multivariadas.

Este texto está estruturado para responder a três interrogações: como é que a Análise de Dados, particularmente a multivariada, tem contribuído para a construção do campo da Sociologia ao longo da sua história; quais as potencialidades e limitações das principais análises multivariadas para a investigação sociológica; e, finalmente, como é que se formou a área disciplinar da Sociologia em Portugal e de que modo ela está associada ao desenvolvimento das metodologias de investigação quantitativa, particularmente da Análise de Dados

## 1. Construção do campo da Sociologia e desenvolvimento das metodologias quantitativas desde os fundadores

Por mais instrumentais que sejam as técnicas de investigação, a sua utilização resulta, por um lado, de interrogações que se colocam no plano teórico, e, por outro lado, da necessidade de validar empiricamente essas mesmas interrogações ou hipóteses. Nesse sentido, o debate teórico no seio da Sociologia pode induzir à procura e ao desenvolvimento de novos instrumentos metodológicos.

A aplicação dessas técnicas na investigação estimula-nos a formular novas questões teóricas e a pensar mais linhas de pesquisa, dentro da própria Sociologia ou em articulação com outras ciências.

Trata-se de um processo de construção bidireccional e interativo, que vai-se fazendo ao longo do tempo, com as especificidades de cada contexto, como bem nos mostra a história da Sociologia desde os seus fundadores e confirma a nossa experiência de investigação nas últimas três décadas.

A reflexão que hoje podemos, e devemos, fazer neste domínio consiste em saber interpretar o resultado desse processo sócio-histórico, situando a utilização dos instrumentos de análise multivariada à luz do debate que nas últimas décadas tem atravessado a Sociologia, tanto no plano teórico, como epistemológico e metodológico, nomeadamente nas seguintes vertentes: análise da totalidade *versus* análise das partes; análise das regularidades manifestas *versus* identificação das estruturas ocultas; dados qualitativos *versus* dados quantitativos. Teixeira Fernandes assinala

bem estas encruzilhadas da investigação sociológica, em dois artigos, um de 1992 («A Sociologia e a Modernidade») e outro de 1996 («Alguns desafios teórico-metodológicos»).

Nos últimos cem anos, foi percorrido um longo caminho, tanto no desenvolvimento do campo teórico da Sociologia, como no aprofundamento dos instrumentos metodológicos de pesquisa.

Mesmo tendo em conta que esse desenvolvimento não foi igual em todos os países, como nos mostra Edward Shils (1981), ao assinalar a grande heterogeneidade e desfasamento dos processos, os avanços são evidentes em várias áreas científicas.

Quem diria, há 100 anos, que era possível investigar cientificamente as emoções? Hoje, a Neurociência já tem os desenvolvimentos conceptuais e os instrumentos metodológicos que permitem fazê-lo. O mesmo se passa com a Sociologia. De facto, há um grande avanço, quando comparamos a obra *O Suicídio*, de Durkheim, de 1897, onde só foi possível o cálculo estatístico de uma ou duas variáveis, com o livro *La distinction*, de Bourdieu, de 1979, onde já são analisadas simultaneamente múltiplas variáveis, através da Análise Factorial das Correspondências Múltiplas.

Nesse longo percurso de um século, podemos identificar três grandes fases no desenvolvimento das metodologias de cariz mais quantitativo no âmbito da Sociologia.

A primeira, desde o final do século XIX até aos anos trinta do século XX, é marcada sobretudo pelo aparecimento dos primeiros inquéritos e do tratamento estatístico univariado, e por vezes bivariado, de dados já existentes.

Na segunda fase, desde aquele período até ao final dos anos setenta do mesmo século, assiste-se ao reforço da produção de dados quantitativos e ao ensaio dos primeiros cálculos estatísticos orientados para o estudo de problemas sociais, bem como ao desenvolvimento de técnicas específicas de suporte à investigação sociológica rigorosa e à quantificação univariada e bivariada.

A terceira fase vem dos anos oitenta até aos dias de hoje, onde ganha relevo a necessidade de tratar estatisticamente e simultaneamente múltiplas variáveis, começando a dar resposta às críticas a um positivismo redutor que vinha dos trabalhos anteriores e que analisava apenas duas, ou, no máximo, três variáveis em simultâneo. Hoje, na investigação sociológica, encontramos-nos a esgotar

este modelo e a procurar novas respostas para os desafios que nos são lançados pela análise social de *sistemas complexos*.

### *Primeira fase: os primeiros inquéritos e as estatísticas oficiais*

Nesta primeira fase, deram-se os passos iniciais na produção de dados quantitativos relacionados com problemas sociais. Em alguns países, estes procedimentos vão até à Primeira Guerra Mundial, como é o caso dos Estados Unidos da América. Em outros, pioneiros neste domínio, como a Inglaterra e a Alemanha, começa-se mais cedo.

Os dados quantitativos surgem, desde muito cedo, na obra de alguns sociólogos, de forma dispersa, incipientes e sem grandes desenvolvimentos no tratamento e análise estatística. Os dados são provenientes das estatísticas oficiais ou de inquéritos orientados por preocupações sociais ou morais, que fomentam a construção daqueles. Quando abordarmos a fase seguinte, daremos alguns exemplos desses trabalhos.

Veja-se o exemplo de Karl Marx, em *O Capital* (1865-1894), e de Max Weber, em estudos efectuados na Alemanha sobre a mão-de-obra agrícola e industrial (1892), ou, espaçadamente, na sua obra póstuma (*Economia e Sociedade*, 1922). Estes trabalhos incorporam já dados estatísticos.

Contudo, na Sociologia, é sobretudo Durkheim, em *As Regras do Método Sociológico* (1895), com uma perspectiva fortemente influenciada pelo positivismo da época, que procura definir os caminhos da objectividade e estabelece um conjunto de critérios que irão facilitar a quantificação na investigação sociológica.

Do ponto de vista do recurso a instrumentos quantitativos, é publicado, em 1897<sup>1</sup>, *O Suicídio*, onde o autor faz a aplicação de uma estatística essencialmente univariada, excepcionalmente bivariada, a dados recolhidos por outras entidades. Além das contagens simples, do ponto de vista mate-

---

1 Hanna Selvin e Christopher Bernert (1985) defendem que o texto sobre o suicídio foi publicado antes, em 1888, numa revista francesa, num estudo sobre a felicidade, em que o suicídio é utilizado como indicador contrário a esta. Os autores questionam o rigor estatístico de algumas associações estabelecidas entre variáveis na obra.



mático, ainda se avança no cálculo de percentagens e médias, assim como no ensaio da cartografia de alguns resultados.

### *Segunda fase: inquéritos sociológicos e índices*

No segundo período, é possível identificar duas etapas. A primeira centra-se no reforço da produção de dados quantitativos e no ensaio dos primeiros cálculos estatísticos focados no estudo de fenómenos sociais, bem como no desenvolvimento de técnicas estatísticas específicas para esse fim; na segunda, são utilizadas técnicas estatísticas mais desenvolvidas e relacionadas com a Sociologia (Lazarsfeld, 1970).

Nesta etapa, assiste-se à proliferação de sondagens e inquéritos, incluindo os governamentais, e, mais tarde, à construção de índices e à tentativa de medir as atitudes dos agentes sociais (Guttman e Likert), sobretudo nos Estados Unidos da América, onde o desenvolvimento destes instrumentos metodológicos é mais significativo do que na Europa, a braços com vários conflitos.

A utilização das estatísticas é ainda embrionária nos estudos sociológicos, havendo até algumas resistências à sua aplicação. Os trabalhos de Lazarsfeld serão importantes para estreitar essa relação, ainda que de forma lenta. Veja-se que o primeiro sociólogo conhecido a utilizar um teste de significância estatística foi Robert Merton, apenas em 1940. Esta é uma fase de transição, em que os dados quantitativos recolhidos de vários modos começarão a ser progressivamente incorporados em estudos de natureza sociológica.

Os inquéritos de cariz sociológico foram precedidos por outros, com preocupações administrativas, sociais e morais, que já referimos na fase anterior. Dos primeiros conhecidos, destaca-se o de Charles Booth (1887), sobre a ética protestante associada à pobreza das classes trabalhadoras em Inglaterra. Segue-se o inquérito de Rowntree, sobre a pobreza em York (1897), que procura abranger ainda outras dimensões sociais. Também Bowley e Llewellyn Smith são responsáveis por inquéritos.

Normalmente, estes autores não pertenciam à Academia, ou, quando dela faziam parte, ensinavam outras matérias, como é o caso de Bowley, que, em 1907, era professor de Estatística na

London School of Economics, justamente no período em que é formado o Departamento de Sociologia da escola, apesar de dele não fazer parte.

Estes trabalhos não eram ainda inquéritos com o objectivo de testar hipóteses. Tão pouco tinham qualquer relação com a academia sociológica, que se ia organizando e institucionalizando. E mesmo as novas descobertas da estatística, como a correlação de Pearson, ainda que referidas na obra de Bowley, não foram por este aplicadas.

Todavia, em Inglaterra, os quatro autores referidos afiguraram-se os pioneiros dos inquéritos sobre temas sociais, que se generalizam depois da década de trinta, cada vez mais influenciados pela Sociologia.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, toma-se consciência de que o volume e a multiplicidade de dados entretanto recolhidos pouco acrescentavam ao conhecimento sociológico, uma vez que havia falhas ao nível da explicitação dos conceitos utilizados, o que dificultava a posterior análise rigorosa da relação entre variáveis.

Dá-se então início a uma segunda etapa, que alguns autores designam por *codificação*. Ferdinand Tönnies propôs mesmo que a Sociologia fosse dividida em três partes: a teoria social, a sociologia aplicada e a sociografia, sendo a primeira essencial na explicitação dos conceitos. Na mesma linha, Talcott Parsons defende que as *variáveis-modelo* são fundamentais para a sociologia aplicada (Lazarsfeld, 1970).

Esta etapa é marcada por desenvolvimentos metodológicos conducentes à análise estatística rigorosa das categorias de uma só variável, ou à análise resultante do cruzamento de duas variáveis. Era utilizada, no máximo, uma terceira variável, mas meramente enquanto *variável teste*, destinada a testar a possibilidade de uma relação espúria entre duas variáveis, ou seja, a sua eventual dependência de uma terceira variável (teste).

Progressivamente, começa a tomar-se consciência dos limites das estatísticas bivariadas na análise de fenómenos sociais. Trata-se de uma fase importante no desenvolvimento da investigação sociológica pois, por um lado, procura-se melhorar o rigor na utilização dos instrumentos metodológicos, nomeadamente as técnicas estatísticas de tratamento de dados, e, por outro lado, começa

a tomar-se consciência da necessidade de desenvolver novas ferramentas estatísticas mais adequadas à investigação de fenómenos constituídos por múltiplas variáveis.

Entra-se no que considero ser a terceira fase do desenvolvimento da Análise de Dados, que corresponde ao aparecimento das análises multivariadas de dados qualitativos.

### *Terceira fase: as análises multivariadas*

Apesar de as análises factoriais multivariadas, de dados recolhidos com escalas contínuas, serem já conhecidas nos Estados Unidos desde os anos trinta (Thurstone, 1935 e 1947), os grandes avanços para a investigação sociológica terão lugar mais tarde, com a Análise Factorial das Correspondências Múltiplas (AFCM).

Os desenvolvimentos do matemático francês Benzécri, com a Análise das Correspondências<sup>2</sup>, que faz a primeira conferência de referência sobre este tema no Collège de France em 1963 e publica um livro em 1973, irão ter uma importância considerável na utilização da estatística multivariada pela Sociologia, como pouco mais tarde, em 1979, comprovou Bourdieu, em *La distinction*. Posteriormente, a Escola de Leiden, usando outros algoritmos matemáticos e recorrendo a instrumentos informáticos mais amigáveis para o investigador, irá abrir novas possibilidades na sua utilização na investigação sociológica.

Quando comparada com a Análise das Componentes Principais (ACP), outra técnica de análise de dados multivariada que se destina a variáveis *contínuas*, a Análise das Correspondências, de Benzécri, amplia consideravelmente a utilização da estatística multivariada na investigação sociológica, pois pode ser usada em todo o tipo de variáveis, incluindo as *nominais* e *ordinais*, já que as *métricas* podem ser transformadas nestas. Abre-se, assim, um novo ciclo do desenvolvimento da investigação sociológica.

Como nos diz Henrique Garcia Pereira, autor de referência na introdução da AFCM em Portugal, pela via da Engenharia: «... a Análise das Correspondências Múltiplas (...) revelou-se

---

2 *Analyse des Correspondances* é a designação inicial de Benzécri.

uma ferramenta utilíssima para ultrapassar (com um considerável poder “explicativo”) o procedimento clássico de “apuramento”, baseado em percentagens e cruzamento de variáveis duas a duas. Em especial, tornou possível o estabelecimento das relações entre as perguntas específicas que são objecto do inquérito e as variáveis de caracterização da população ...» (Carvalho, 2008:10).

Na década de oitenta, vão avivar-se as críticas sobre os limites das metodologias quantitativas clássicas para a análise social; muitas delas provêm mesmo de dentro da Sociologia e vão dando espaço a outras técnicas que privilegiam dados mais qualitativos. A Análise das Correspondências, particularmente a das Correspondências Múltiplas (ACM), permite uma primeira resposta aos limites do quantitativo, ao possibilitar o cálculo estatístico a partir de «qualidades» medidas na sua expressão mais simples, que pode ir até à utilização de um sistema binário (sim-não, presença-ausência). De facto, esta técnica, que é muito avançada quanto aos algoritmos matemáticos usados no cálculo estatístico<sup>3</sup>, revela-se particularmente adequada no tratamento de dados qualitativos, bem como na articulação entre a análise qualitativa e quantitativa desses dados.

Com a sua utilização, a Sociologia não só amplia as possibilidades de cálculo estatístico, como pode ainda ajudar a descrever relações entre múltiplas variáveis e, complementada com outras técnicas estatísticas, a validar empiricamente hipóteses teóricas com variáveis qualitativas.

Algumas das clivagens produzidas entre as abordagens mais qualitativas e quantitativas tendem a esbater-se, sendo cada vez mais frequente a articulação da AFCM com a ACP e a *Cluster Analysis*.

Igualmente, hoje, o recurso crescente às *mixed methodologies*<sup>4</sup>, a partir da definição de uma estratégia de investigação baseada na articulação de instrumentos quantitativos e qualitativos, desde a construção e recolha dos dados até ao seu tratamento e análise, permite, por exemplo, uma utilização integrada de dados provenientes de inquéritos sociológicos e de entrevistas

---

3 Em qualquer dos algoritmos matemáticos usados por Benzécri ou pela Escola de Leiden.

4 Ver, por exemplo, o *Journal of Mixed Methods Research*, que começou a ser publicado *on-line* em 2007.

em profundidade. É disso exemplo o estudo efectuado em Portugal sobre os «custos sociais e económicos da violência contra as mulheres», onde a análise dos resultados da Análise Factorial das Correspondências Múltiplas, a partir dos dados de um inquérito sociológico nacional, é articulada com a Análise do Conteúdo das entrevistas em profundidade efectuadas às mulheres vítimas (Lisboa *et al.*, 2006).

Acabámos de percorrer o caminho seguido pela Análise de Dados na Sociologia a nível mundial, desde a fase embrionária, ainda no final do século XIX, até aos dias de hoje. Vejamos agora qual foi o percurso feito em Portugal, ainda que mais curto, e de que modo as análises multivariadas contribuíram para a construção do campo da Sociologia entre nós.

## 2. Formação da área disciplinar da Sociologia em Portugal e desenvolvimento das metodologias de investigação

A história da construção do campo disciplinar da Sociologia em Portugal é mais recente do que na maioria dos países da Europa Ocidental. Há, contudo, um longo percurso até à sua afirmação plena nos dias de hoje. São várias as periodizações propostas. Retomando os trabalhos de Falcão Machado (1962), Braga da Cruz (1982), Sedas Nunes (1988), Firmino da Costa (1988), Teixeira Fernandes (1996), Pedro Hespanha (1996), Ana Nunes de Almeida (1999 e 2004), Madureira Pinto (2004), Nuno Ferreira (2006) e Hernâni Neto (2013) sugerimos cinco etapas: 1870-1920; 1920-1950; 1950-1974; 1974-1990; 1990-2014.

No primeiro período, de 1870 a 1920, dá-se o reconhecimento da área da Sociologia e a sua inclusão nos quadros de análise da produção de conhecimento (Teixeira Fernandes, 1996 e Falcão Machado, 1962). Em 1878, Teófilo Braga e Júlio de Matos criam a revista *O Positivismo*, que serviu de veículo para as primeiras doutrinas sociológicas. Em 1884, o mesmo Teófilo Braga publica *Systema da Sociologia* (positivismo organicista e evolucionista). Em 1889, é formada a disciplina Princípios Fundamentais de Sociologia e Filosofia, na licenciatura de Direito da Universidade de Coimbra. Em 1910, Léon Poincaré publica *Le Portugal*

*Inconnu*, que constitui uma das primeiras obras a almejar fazer um retrato sociológico de Portugal.

O segundo período, 1920-1950, é marcado pela repressão da ditadura a todas as áreas de conhecimento que pudessem estar associadas ao termo socialismo; a Sociologia era a disciplina que mais se aproximava. Ainda assim, há casos pontuais de criação institucional da disciplina (Instituto de Serviço Social e Escola Técnica de Enfermagem), mas que não revelam qualquer capacidade de sistematizar o conhecimento sociológico (Hernâni Neto, 2013).

O arranque da Sociologia em Portugal faz-se entre 1950 e 1974, um período onde sobressaem a criação do Gabinete de Investigações Sociais (GIS) e da *Análise Social*, liderados por Adérito Sedas Nunes. É também um marco significativo a constituição do grupo de Bolseiros de Sociologia da Fundação Gulbenkian, junto do GIS – o segundo GIS no dizer de Sedas Nunes –, com licenciados vindos de formações diversas, mas empenhados no desenvolvimento da disciplina em Portugal.

Do ponto de vista do conhecimento sociológico, caracterizam este período a constituição de um *corpus* teórico de sustentação da área, o início do desenho dos princípios metodológicos orientadores da investigação sociológica e a utilização de instrumentos de investigação diversos, muitos deles provenientes de outras ciências sociais.

Reprimida pela ditadura do Estado Novo, o grande desenvolvimento da Sociologia ocorre já depois do 25 de Abril de 1974, com a alteração das condições políticas e a democratização da sociedade portuguesa, como refere Madureira Pinto (2004). Inicia-se, então, uma nova fase, que se estenderá até finais da década de oitenta. É o período da institucionalização, com o surgimento de várias licenciaturas – ISCTE (1974), FCSH/UNL (1979), U. Évora (1979), U. Porto (1986), U. Coimbra (1988), ISCSP (1988), U. Minho (1989) –, a organização de três associações (APSIOT, APS e APPS)<sup>5</sup> e a criação de centros de investigação (entretanto, o GIS dá lugar ao Instituto de Ciências Sociais, ICS, que integra

5 Associação Portuguesa de Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho (APSIOT), Associação Portuguesa de Sociologia (APS) e Associação Portuguesa de Profissionais de Sociologia (APPS).

também outras ciências sociais). O desenvolvimento das metodologias começa a fazer-se ao nível da formação base dos futuros sociólogos, com a inclusão de disciplinas específicas nos *curricula* das licenciaturas.

Na fase posterior, da década de noventa até aos nossos dias, fecha-se o arco da institucionalização da Sociologia em Portugal, com o alargamento do ensino ao nível da formação avançada, através da criação de mestrados, doutoramentos e pós-doutoramentos. A investigação conhece, também, um grande desenvolvimento, beneficiando dos financiamentos das políticas públicas, bem como de vários projectos de investigação aplicada, mais orientados para produzir resultados tendo em vista o apoio à definição de políticas, o apoio à decisão e à intervenção social. Igualmente neste período, a profissionalização da actividade de sociólogo permitiu a entrada dos novos profissionais em esferas fora da Academia e da investigação.

Nesta fase, prossegue o desenvolvimento das metodologias na formação base, alargando-se agora aos estudos avançados, de mestrado, doutoramento e pós-doutoramento. Igualmente, há avanços significativos na utilização de múltiplos instrumentos metodológicos, nomeadamente a análise multivariada de dados, na investigação fundamental e aplicada.

Vejam agora mais de perto quais foram as transformações ocorridas na produção científica no último meio século, e como as metodologias de investigação acompanharam a formação do campo da Sociologia portuguesa, particularmente as de pendor mais quantitativo, como a Análise de Dados. São cinco décadas, desde a fundação da Sociologia, em torno do grupo de investigadores que está na origem da *Análise Social*, nos anos sessenta, passando pela publicação, em 1970, do artigo «Questões preliminares sobre as Ciências Sociais», de Adérito Sedas Nunes, até à pluralidade de escolas e propostas metodológicas actualmente existentes em torno das universidades e dos centros de investigação. Este período corresponde às três etapas distinguidas por Firmino da Costa (1988): os pioneiros, até 1974; a institucionalização do ensino e da investigação, até meados da década de oitenta; e a constituição dos sociólogos em grupo profissional, a partir daí.

Começemos por analisar os artigos da *Análise Social*, já que é a revista mais antiga desta área (1963-2014)<sup>6</sup>. Utilizaremos ainda informação das restantes revistas de Sociologia, que começam a surgir na década de oitenta.

### *Um estudo de caso: a Análise Social (1963-2014)*

Sabemos que a Sociologia portuguesa iniciou-se paredes meias com outras áreas disciplinares, como a Economia, a História e, em alguns casos, a Psicologia Social e a Arquitectura. Hoje, temos uma relativa pluralidade de grupos e escolas, que têm vindo a organizar-se em torno das universidades existentes no país.

A *Análise Social*, inicialmente associada ao GIS e mais tarde ao ICS, tem o horizonte temporal mais amplo entre as revistas de Sociologia portuguesas, permitindo-nos refazer o percurso e identificar os principais traços do desenvolvimento desta ciência social entre nós, também em termos metodológicos. Mais tarde, a partir da década de oitenta, outras revistas servirão de suporte à multiplicidade de vias que, desde então, têm sido exploradas. Consideremos, de seguida, esse percurso de cerca de meio século.

À semelhança do que ocorreu noutros países, também em Portugal o campo da Sociologia se formou tendo como «pano de fundo» preocupações de natureza política. Mesmo considerando que era um campo mal visto e combatido pela ditadura vigente, a *Análise Social* não deixou de reflectir sociologicamente sobre o país, os seus problemas sociais e políticos. Logo no primeiro número, em 1963, Adérito Sedas Nunes abre com um texto intitulado «Introdução ao estudo das ideologias». Este artigo assinala uma tónica política, que irá estar presente na fundação da Sociologia em Portugal, e que se manterá pelo menos até ao final dos anos setenta, já depois do 25 de Abril de 1974.

As preocupações políticas estão igualmente presentes, pela via da Economia Política. De facto, nos números seguintes, nota-se uma presença activa de pessoas provenientes desta área das ciências sociais. Por exemplo, na *Análise Social* n.º3, há três arti-

---

6 A revista *Economia e Sociologia*, da Universidade de Évora, é fundada em 1965.



gos de Mário Murteira, Alfredo de Sousa e Manuela Silva. Em 1964 (*Análise Social* n.ºs 7-8), publica-se mesmo um número especial dedicado aos «Aspectos Sociais do Desenvolvimento Económico em Portugal», onde Adérito Sedas Nunes escreve um texto fundamental para a compreensão da sociedade portuguesa de então, e ainda de grande actualidade, «Portugal: sociedade dualista em evolução». Do ponto de vista metodológico, este texto, de pendor mais quantitativista, recorre abundantemente a dados estatísticos sobre vários indicadores demográficos, económicos e sociais do país. É de assinalar que, neste número duplo, J.C. Ferreira de Almeida usa dados estatísticos para analisar um fenómeno social («A emigração portuguesa para França: alguns aspectos quantitativos»).

Também a área da Arquitectura figura na revista, com Nuno Portas (*Análise Social* n.º5), que, ao tratar as questões da habitação, começa a analisar temas próximos da Sociologia Urbana.

A abordagem sociológica ainda não era claramente assumida, e só em 1965 (*Análise Social* n.ºs 9-10) surge um texto, de Adérito Sedas Nunes, significativamente intitulado «Uma aproximação à Sociologia», defendendo que mesmo a dimensão económica deveria ser abordada sociologicamente. Este artigo conclui com um capítulo interessante, «Sociologia, Prática e Profecia», que revela os terrenos ainda exploratórios por onde a disciplina se move.

Do ponto de vista metodológico, as abordagens mais frequentes eram de natureza quantitativa, com a análise das estatísticas oficiais, seguindo um procedimento habitual na Economia. Os textos teóricos são mais ensaísticos, ou de reflexão sobre livros e artigos publicados no estrangeiro, alguns simples traduções. É uma fase em que a construção do campo da Sociologia se faz mais pela difusão de textos, que se pensava serem os seus pilares teóricos, podendo também ajudar a cooptar «aderentes e militantes» desta nova área disciplinar. A viragem no sentido de uma maior reflexão sobre a importância das metodologias será progressiva e só começa a ser explícita mais tarde.

O primeiro artigo especificamente dedicado às metodologias surge em 1965 (*Análise Social* n.º11), com a tradução de um texto de Ernest Greenwood, sobre os «Métodos de Investigação Empí-

rica em Sociologia». Trata-se de um texto fundador da metodologia da disciplina, notando-se já alguma preocupação no sentido de acolher a dimensão «quantitativa da medida» e os «estudos de caso». É, no entanto, incipiente do ponto de vista da referência a instrumentos de Análise de Dados.

A nível nacional, a temática da investigação é igualmente abordada, mesmo que de uma forma menos focada na Sociologia, por, entre outros, Mário Murteira («O Planeamento da Investigação Científica nos países em desenvolvimento», na *Análise Social* n.º15, em 1966), ou ainda Armando Trigo de Abreu («Métodos de Análise Regional», *Análise Social* n.º 14, de 1966)<sup>7</sup>.

Segue-se um período em que surgem vários textos de autores que, mais tarde, irão constituir-se como referência na Sociologia portuguesa, por vezes abordando temas consideravelmente diferentes daqueles por que irão ficar conhecidos (Maria de Lurdes Lima dos Santos, Vítor Matias Ferreira, João Ferreira de Almeida, entre outros). Por outro lado, Adérito Sedas Nunes publica vários artigos sobre Educação, sozinho ou em parceria.

Em 1969 (*Análise Social* n.ºs 27-28), Adérito Sedas Nunes e David Miranda publicam «A Composição Social da População Portuguesa: alguns aspectos e implicações», um trabalho fundamental para a compreensão da sociedade portuguesa. É o primeiro estudo que tem a ambição de fazer uma caracterização sociológica da estratificação social em Portugal. Trata-se de uma investigação empírica, baseada em dados estatísticos do Recenseamento da População. Do ponto de vista metodológico, este estudo revela duas dimensões, aparentemente não coincidentes: por um lado, o nível da recolha, tratamento e análise dos dados remete-nos para as fases iniciais do desenvolvimento da Sociologia em países como a Inglaterra e os Estados Unidos da América; por outro, do ponto de vista teórico, a investigação é muito bem sustentada, através de uma revisão bibliográfica consistente e actualizada, sem dúvida ao nível do melhor da produção sociológica da época. De facto, o caso português revela que além da heterogeneidade de processos dos países, de que nos fala Shils (1981), há também dualismos internos em alguns deles,

---

<sup>7</sup> Em 1966, no n.º 16, este autor tem um novo texto, intitulado «Uma aplicação dos métodos de análise regional ao Noroeste Português».

nomeadamente, entre o desenvolvimento das teorias e a aplicação das metodologias. Certamente que as limitações políticas existentes em Portugal terão contribuído para a falta de meios, impedindo o recurso a outros instrumentos metodológicos mais robustos na recolha de informação, como os inquéritos sociológicos.

Em 1970 (*Análise Social* n.ºs 30-31), é publicado um artigo de Adérito Sedas Nunes que irá marcar o desenvolvimento das metodologias de investigação sociológica em Portugal até hoje: «Questões preliminares sobre as Ciências Sociais». A sua importância ultrapassa os limites da Sociologia, sendo igualmente uma referência em várias ciências sociais. Este texto significa, para a Sociologia portuguesa, o que o livro *As Regras do Método Sociológico*, de Durkheim, representou para a Sociologia em geral. Faz parte da formação não apenas da metodologia de investigação, mas também da própria disciplina, no seu todo.

De facto, tal como em Comte, e mais tarde em Durkheim, a afirmação da Sociologia como ciência implicava a construção de um sólido edifício metodológico, que ajudasse a sustentar a credibilidade da disciplina. Em 1972 (*Análise Social* n.ºs 35-36), será publicado um número duplo inteiramente dedicado à «metodologia e epistemologia». Destacam-se, neste número:

- Um texto de Manuel Castells, autor muito presente na Sociologia da época em Portugal, pela via da Sociologia Urbana («As novas fronteiras da metodologia sociológica»);
- O artigo «O Inquérito Sociológico: problemas de metodologia», de Marinús Pires de Lima, que iria ser de leitura obrigatória para todos os sociólogos portugueses, nos anos seguintes;
- Um texto de João Ferreira de Almeida e Madureira Pinto sobre a «Significação conotativa dos discursos das ciências sociais»;
- Um texto da Ana Luísa Janeira sobre o «corte epistemológico» e outro de Joaquim Aguiar, mais geral, sobre as ciências sociais;
- Um texto de A. Sedas Nunes, que retoma o «problema do conhecimento nas ciências sociais», a partir dos materiais das experiências pedagógicas;

- E ainda um texto de vários autores (Joaquim Aguiar, Vasco Pulido Valente, Maria de Lourdes Lima dos Santos, Manuela Meneses, José Manuel Rolo), intitulado «Debate sobre “As novas fronteiras da metodologia sociológica”».

Neste período, que abrange toda a década de setenta, entra-se, definitivamente, em uma outra etapa da fundação do campo da Sociologia em Portugal. Agora, e ainda que os artigos teóricos continuem a ter relevância, as metodologias de investigação ascendem ao primeiro plano. Começa a dar-se maior destaque às formalizações metodológicas iniciais, percorrendo as etapas da investigação, as orientações estratégicas, mais quantitativas ou qualitativas, e a proposta de instrumentos de recolha, tratamento e análise de dados.

João Ferreira de Almeida e Madureira Pinto, agora com Maria Eduarda Cruzeiro, retomam as questões metodológicas em 1973 (*Análise Social* n.º 40), com um artigo muito denso em fórmulas matemáticas, sobre a «Causalidade em Ciências Sociais: o modelo de decomposição de Raymond Boudon». Trata-se de um texto cheio de referências estatísticas, e importante para ajudar a formalizar os cálculos com as variáveis então usadas na Sociologia. Em 1975 (*Análise Social* n.ºs 42-43), os dois primeiros autores, já como docentes universitários na área das metodologias, voltam a muitas das questões colocadas no artigo anterior, e elaboram um autêntico manual de investigação sociológica («Teoria e investigação empírica nas ciências sociais»). Curiosamente, estes autores retomam as questões da metodologia de investigação em 1977 (*Análise Social* n.º 52), mas agora para defender as virtudes da «monografia rural» e da «etnologia e sociologia» na análise de colectividades rurais.

Entre alguns dos nomes mais significativos dos sociólogos pioneiros, cedo o qualitativo ganhou, aparentemente, terreno face a um quantitativo com escassos instrumentos operatórios para afirmar-se no campo da Sociologia. Os poucos inquéritos sociológicos realizados neste período tiveram um âmbito muito reduzido, como mostra o que foi efectuado, em Oeiras-Algés, por Sacuntala de Miranda («Insucesso escolar e origem social no ensino primário: resultados de um inquérito na zona escolar de Oeiras-Algés», *Aná-*

*lise Social* n.º 55, 1978). Os apuramentos estatísticos são escassos, e circunscritos a análises univariadas e bivariadas simples. Mesmo a formalização matemática desenvolvida por João Ferreira de Almeida, Madureira Pinto e Maria Eduarda Cruzeiro, em 1973, ao compararem o modelo de causalidade de Boudon com a análise multivariada, ainda carece de instrumentos informáticos que facilitem os cálculos matemáticos.

Seria preciso mais uma década, com o desenvolvimento de instrumentos informáticos de apoio ao cálculo estatístico e a chegada das análises multivariadas às ciências sociais portuguesas, para que se entrasse em uma nova etapa. Um sinal inequívoco das possibilidades das análises multivariadas na investigação sociológica é dado em 1987<sup>8</sup>, quando Henrique Garcia Pereira, catedrático de Engenharia no Instituto Superior Técnico (IST), e um dos pioneiros da sua introdução em Portugal<sup>9</sup>, publica um artigo intitulado «Tratamento informático de questionários: o ponto de vista da análise factorial das correspondências» (*Análise Social* n.º 98). No Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Luiz Soscka é igualmente um dos pioneiros. Também são relevantes as infraestruturas existentes nos centros de cálculo da Gulbenkian e do Instituto Superior de Economia, onde o *software* e os computadores aí existentes são utilizados por investigadores de várias universidades. Nessa altura, as mesmas técnicas começam também a ser utilizadas por investigadores do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, na UNL. Ainda assim, são muito poucos os sociólogos que utilizam estes novos instrumentos de cálculo estatístico, provavelmente, também, devido ao seu menor à-vontade no uso da Matemática e da Estatística.

Após o 25 de Abril de 1974, as ciências sociais conhecem uma nova dinâmica. Essa nova fase corresponde à criação das licenciaturas de Sociologia em várias universidades e à passagem, em 1982,

---

8 Também António Arnaud, do Departamento de Informática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, utilizava, desde o início dos anos oitenta do século passado, a Análise Factorial das Correspondências Múltiplas na análise de um inquérito.

9 Ele e o seu grupo de investigadores do Departamento de Minas do IST produzem o primeiro programa informático em Portugal, a correr em PCs, destinado aos cálculos estatísticos e projeções factoriais das Análise das Componentes Principais, Análise das Correspondências e Análise Grupal.

do GIS a ICS. Todavia, e ainda que, em todas as escolas, as metodologias de investigação e a análise estatística dos dados façam parte dos *curricula* escolares, o seu desenvolvimento foi diferente entre elas. No ensino e prática da Sociologia, vão-se afirmando vários grupos de cientistas sociais, ligados a diferentes universidades, usando metodologias e formas de fazer investigação diversas.

Ao nível das revistas, e após o 25 de Abril de 1974, a *Análise Social* continua a ser um espaço editorial de confluência de investigadores de várias áreas e escolas. Contudo, no novo contexto político, nos artigos aí publicados, nota-se uma redução progressiva do tema da Economia e o aumento dos textos com resultados de estudos empíricos no âmbito da Sociologia, da História e, em menor grau, da Antropologia e da Demografia. A Ciência Política, enquanto área autónoma, só aparecerá mais tarde. O ICS, que é responsável pela publicação da *Análise Social*, aumenta consideravelmente a produção sociológica e passa a contar com uma linha editorial própria, para difundir os resultados das suas investigações.

A investigação sociológica começará a estar cada vez mais associada ao desenvolvimento das licenciaturas, e, mais tarde, dos mestrados, doutoramentos e pós-doutoramentos nas várias universidades do país.

### *Um olhar sobre as escolas de Sociologia*

#### ICS (Instituto de Ciências Sociais)

Ao nível das escolas de Sociologia, a investigação começou a ser desenvolvida em Lisboa e Évora, e mais tarde em Coimbra e no Porto. Tem-se organizado, essencialmente, em torno das universidades – todas têm as disciplinas de metodologias nos *curricula* das suas licenciaturas de Sociologia. A exceção é o ICS, que tem sido, essencialmente, um instituto de investigação, e só numa fase posterior à sua criação integrou o ensino pós-graduado. Nunca teve licenciatura em Sociologia. Porém, esta escola tem dado um contributo importante ao nível do desenvolvimento da Análise de Dados, quer pela via da investigação, quer pela da formação, nos programas pós-graduados, de mestrado e doutoramento. Entre

outras aplicações, refiram-se as análises multivariadas, particularmente a AFCP. Neste domínio, destacam-se os trabalhos de um grupo de investigadores próximos da Psicologia Social.

Em 1993, a *Análise Social* publica os resultados de um estudo (inquérito a 211 estudantes universitários de Lisboa) dirigido por Jorge Vala e António Caetano («Atitudes dos estudantes universitários face às novas tecnologias de informação: construção de um modelo de análise», *Análise Social* n.º 122, pp. 523-553). É um dos primeiros trabalhos publicados na revista em que é utilizada a Análise Factorial das Componentes Principais. Nos anos seguintes, serão publicados vários trabalhos de Jorge Vala, com a utilização de técnicas estatísticas multivariadas; o primeiro, com a *path analysis*, logo em 1997, tem o título «Representações sociais e percepções intergrupais» (*Análise Social* n.º 140, pp. 7-29).

Em 1994, Manuel Villaverde Cabral, também do ICS, dirige um inquérito de âmbito nacional, sobre «Grupos de simpatia partidária em Portugal: perfil sociográfico e atitudes sociais». Para a Sociologia portuguesa, e a par dos inquéritos dirigidos pela equipa da FCSH da Universidade Nova, este trabalho é de grande relevância, uma vez que tem uma dimensão nacional e contém dados que depois serão objecto de tratamento e análise sociológica. Ao nível da Análise de Dados, os apuramentos estatísticos são, no entanto, bastante elementares, univariados e bivariados.

Progressivamente, a afirmação do campo da Sociologia vai-se fazendo em várias escolas, que polarizam alguns grupos de investigadores com características próprias, algumas vezes diversos dentro de cada uma.

## ISCTE-IUL

O ISCTE-IUL, inicialmente designado por Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, sediado em Lisboa, é pioneiro, com o desenvolvimento de um grupo forte e diversificado, que cria uma licenciatura em Sociologia em 1974<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> É conhecida a disputa com a Universidade de Évora sobre qual foi a primeira escola de Sociologia em Portugal (Machado, 2009).

Desde esses anos iniciais, e ao nível das metodologias de investigação, foi possível notar algumas variações até aos dias de hoje. João Ferreira de Almeida, Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e, a partir de 1985, Anália Torres têm, a esse nível, um papel relevante. No início, e ainda que coexistissem diferentes abordagens, a dominante parecia ser marcada pelo sinal dado anteriormente por João Ferreira de Almeida e Madureira Pinto, que pendia mais no sentido do qualitativo, ou de uma reflexão teórica nas fronteiras da epistemologia.

Naturalmente, as metodologias de cariz mais quantitativo também iam sendo desenvolvidas no ISCTE. É disso exemplo um inquérito dirigido por Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida a estudantes universitários («Estudantes e amigos – trajectórias de classe e redes de sociabilidade», *Análise Social*, n.ºs 105-106, 1990). O apuramento dos dados é feito, essencialmente, com estatísticas univariadas e bivariadas. Só mais tarde (2002) surge um trabalho daquele tipo, de Rosário Mauritti, que aplica à escala nacional um questionário ensaiado por João Ferreira de Almeida, Firmino da Costa e Fernando Luís Machado para os estudantes do ISCTE.

Hoje, o peso das análises quantitativas com o recurso às análises multivariadas é claramente confirmado, com a constituição, no ISCTE, de um Departamento de Métodos de Pesquisa Social, que, entre outras pessoas, conta com Helena Carvalho, cuja tese de doutoramento é sobre a utilização da Análise das Correspondências Múltiplas na investigação sociológica, seguindo a proposta da escola de Leiden.

Do ponto de vista da divulgação de resultados de investigações, a revista mais emblemática do ISCTE surge em 1986: *Sociologia, Problemas e Práticas*. Mesmo não estando circunscrita à produção dos investigadores do ISCTE, a linha editorial reflecte, naturalmente, a política científica do CIES<sup>11</sup>. Os três primeiros anos (1986-1987-1988) ainda revelam um pendor pouco quantitativo dos artigos. Se compararmos estes três anos da fundação com 2011-2012-2013, verificamos que a percentagem dos artigos com

---

11 Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, que é o principal centro de Sociologia do ISCTE-IUL.



análises de dados quantitativas aumentou de 23,9% para 36,5%, (11 em 46 e 32 em 639), e que as análises de dados multivariadas passaram de 0% para 7,9% (5).

### FCSH-UNL (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas)

Uma outra escola pioneira na utilização da Análise de Dados, particularmente das análises multivariadas, é a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), da Universidade Nova de Lisboa, no Departamento de Sociologia. É, também, umas das primeiras escolas a abrir a licenciatura em Sociologia, em 1979.

No Departamento de Sociologia, a Sociologia vai-se desenvolvendo entre a Demografia e a História, e desde cedo não se enjeitam as abordagens quantitativas. Creio mesmo que os trabalhos aí realizados neste domínio têm sido uma das suas marcas de referência distintiva em relação a outras escolas, ao nível da crítica das fontes, do desenvolvimento de instrumentos de recolha de dados, bem como do seu tratamento e análise, com destaque para as técnicas estatísticas multivariadas. De facto, em 1985, foi realizada neste Departamento de Sociologia a primeira AFCM efectuada em Portugal e destinada à investigação sociológica<sup>12</sup>; a sua aplicação tem sido continuada em múltiplas investigações, até aos dias de hoje.

A título de exemplo, e no que diz respeito às metodologias mais quantitativas, refira-se que é no Departamento de Sociologia da FCSH que começam a construir-se as primeiras séries estatísticas nacionais no âmbito da Sociologia do Crime e da Violência, com destaque para o estudo da *sazonalidade da criminalidade* participada às polícias e a construção de indicadores de insegurança – estudos coordenados, cientificamente, por Nelson Lourenço e, metodologicamente, por Manuel Lisboa. Do mesmo modo, são aí feitos os primeiros inquéritos sociológicos de âmbito nacional sobre os mesmos temas: os inquéritos de vitimação, incluindo o primeiro inquérito nacional da violência exercida contra as mulheres (1995); os das «representações da violência» (1990 e 1995);

12 Utilizando os dados de Harry Makler, sobre a «Elite dos industriais portugueses», Manuel Lisboa, com o apoio de Luiz Sozca, realiza, nos computadores do LNEC, uma AFCM, segundo o modelo e o algoritmo matemático de Benzécri.

e o do «sentimento de insegurança» (1995), sob a orientação científica de Nelson Lourenço e metodológica de Manuel Lisboa.

Mais tarde, procede-se à recolha, tratamento e análise dos dados administrativos sobre a violência contra as mulheres, a partir dos processos existentes nos Institutos de Medicina Legal, nos hospitais e nas polícias. Acrescentem-se três inquéritos sobre os «custos económicos e sociais da violência contra as mulheres» (2002, 2005 e 2007), onde a área da Saúde teve um particular destaque, mais dois sobre a «violência de género» (2007 e 2008), abrangendo homens e mulheres, assim como um outro sobre o «policciamento de proximidade» (2006) e ainda um, de menor dimensão, sobre a mutilação genital feminina (2015). Estes estudos, coordenados por Manuel Lisboa, assumiram um cunho pluridisciplinar, contando com a colaboração de outras áreas disciplinares, como a Medicina, Psicologia, Direito, Antropologia e Economia. Ainda que com um pendor essencialmente quantitativo, em alguns destes estudos são feitas as primeiras abordagens com recurso às *mixed methodologies*, combinando os dados das estatísticas oficiais, dos inquéritos sociológicos, das fontes administrativas e das entrevistas em profundidade, como por exemplo na «mutilação genital feminina em Portugal» (2015), na abordagem da violência de género a partir da Sociologia das Emoções («Rupturas, emoções e sentimentos e desigualdades de género», em 2011).

Acrescentam-se ainda os inquéritos nacionais na área da Sociologia Económica, sobre a «inovação e liderança», também coordenados por Manuel Lisboa, e sobre o «consumo do álcool e de substâncias psicoactivas», coordenados por Casimiro Balsa, e acerca das «Forças Armadas», coordenado por Luís Baptista. Na maioria destes trabalhos, são utilizadas não só as estatísticas univariadas e bivariadas, como as análises multivariadas, particularmente a ACM e a AFCP. Em outros, como nos dos custos da violência contra as mulheres, estas técnicas quantitativas são combinadas com metodologias qualitativas, como as entrevistas em profundidade (2006).

Nas outras principais escolas de Sociologia do país, nomeadamente nas universidades de Coimbra, do Porto e do Minho, a situação é semelhante quanto à articulação do ensino graduado e pós-graduado com a investigação. No que se refere à utilização de metodologias de cariz quantitativo, ela é mais tardia.

Na Universidade de Coimbra, os sociólogos sediados na Faculdade de Economia e organizados em torno do CES (Centro de Estudos Sociais), numa primeira fase, continuam a privilegiar as abordagens mais teóricas, ou, do ponto de vista empírico, a recorrer a fontes documentais ou a abordagens mais qualitativas de estudos de caso e entrevistas. O quantitativo tinha sobretudo a dimensão das séries económicas; veja-se a tese de Carlos Fortuna, sobre o *Algodão de Moçambique (1860-1960)*. Em 1996, no livro publicado sobre os tribunais, Boaventura de Sousa Santos e outros dão-nos conta de uma «sondagem à opinião pública sobre o funcionamento dos tribunais», mas ainda não era bem um inquérito sociológico. O tom mais qualitativo desta escola continua até aos dias de hoje, sendo significativo que, dos 66 artigos publicados na *Revista Crítica de Ciências Sociais*, que constitui uma referência da escola, em 2011, 2012 e 2013, só 11 utilizaram as análises de dados estatísticas, sendo uma multivariada.

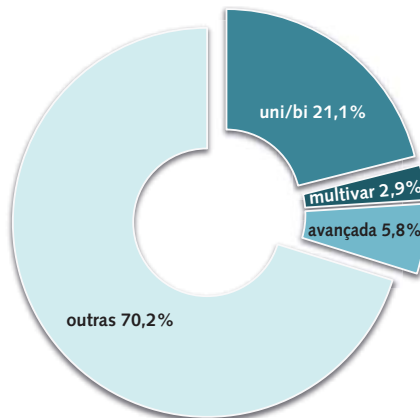
Situação semelhante encontramos na Sociologia da Faculdade de Letras e do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, onde se nota a presença forte de Teixeira Fernandes, João Teixeira Lopes, e Carlos Gonçalves, e, na Faculdade de Economia, de Madureira Pinto e Augusto Santos Silva. Se utilizamos como indicador os artigos da revista *Sociologia*, da Faculdade de Letras da UP, que, sem ser exclusiva da escola, é dela muito representativa, dos 61 artigos publicados no mesmo período (2011-2013), só 17 recorrem a instrumentos estatísticos, sendo um multivariado.

Com a difusão da Sociologia por várias universidades (Porto, Minho, Trás-os-Montes, Beira Interior, Évora, Algarve e Açores, para não falar nas universidades privadas), as práticas ao nível das metodologias de investigação também vão diversificando-se, conforme as correntes sociológicas e a proximidade com outras áreas disciplinares.

Hoje, cada escola contém em si uma pluralidade de propostas metodológicas, que não se esgotam num único modelo. Em termos globais, e se pretendermos fazer um balanço da contribuição das metodologias quantitativas para o desenvolvimento da Sociologia nos últimos cinquenta anos, verificamos que ela só foi significativa ao nível dos instrumentos de cálculo mais simples – univariados e bivariados –, justamente aqueles que são relativamente limitados para analisar realidades sociais complexas a partir de múltiplas variáveis.

Se tomarmos como referência os artigos publicados, a nível nacional, nas principais revistas da área da Sociologia, como a *Análise Social* (ICS), a *Sociologia Problemas e Práticas* (ISCTE), a *Revista Crítica de Ciências Sociais* (CES de Coimbra), o *Fórum Sociológico* (FCSH da Universidade Nova de Lisboa) e a *Sociologia* (Faculdade de Letras da Universidade do Porto), é possível concluir que, apesar de algum crescimento desde a fundação das revistas, o número de artigos que utiliza técnicas de análise de dados quantitativos é pouco expressivo, particularmente no que se refere às análises multivariadas. De facto, como pode verificar-se no gráfico seguinte, dos 275<sup>13</sup> artigos publicados naquelas revistas, em 2011, 2012 e 2013, a maioria não utiliza técnicas estatísticas (70,2%). Nos que recorrem à quantificação, 21,1% fazem-no com uma estatística univariada e bivariada simples, 5,5% com instrumentos estatísticos mais avançados (Análise da Regressão Simples, ANOVA, construção de índices, Análise de Redes) e somente 2,9% com análises multivariadas (AFCP e ACM).

### Produção das principais revistas de Sociologia (2011-2012-2013)



**Fonte:** *Análise Social* (ICS-UL), *Sociologia Problemas e Práticas* (ISCTE-IUL), *Revista Crítica de Ciências Sociais* (CES-UC), *Fórum Sociológico* (FCSH-UNL) e *Sociologia* (FL-UP)

<sup>13</sup> Não foram contabilizados 16 artigos do n.º 200, em 2011, da *Análise Social*, pois tratou-se de um número comemorativo, com entrevistas e depoimentos.

Com o desenvolvimento dos meios informáticos e a realização de inquéritos sociológicos, de âmbito nacional e internacional, têm vindo a abrir-se novas oportunidades para o uso de instrumentos mais robustos e inovadores, do ponto de vista do cálculo estatístico, dependendo a sua utilização dos meios financeiros para pô-los em prática. Nos últimos anos, o acesso a bases de dados internacionais, como as das estatísticas do Eurobarómetro e do *European Social Survey*, tem permitido alargar as possibilidades de cálculo estatístico no estudo de fenómenos sociais, nomeadamente das análises multivariadas (Jorge Vala (2010), Anália Torres (2009, 2012), João Ferreira de Almeida (2013) e Rui Brites (2012), entre outros). São disso exemplo o livro de João Ferreira de Almeida (2013), sobre as desigualdades sociais, ou os dados do inquérito da FRA (*Fundamental Rights Agency*) (2013), relativo à violência contra as mulheres na Europa.

## Conclusão

As análises de dados univariada e bivariada situam-se no conjunto de respostas metodológicas que a Sociologia foi oferecendo ao longo dos últimos 50 anos.

As possibilidades oferecidas pela Análise das Correspondências (AC), de Benzécri, no último quartel do século XX, ou da Escola de Leiden, mais recentemente, e os desenvolvimentos da Análise das Componentes Principais (ACP) e da *Cluster Analysis* constituem um contributo significativo para superar algumas das dificuldades da segmentação dos objectos de estudo em uma ou duas variáveis, e para caminhar no sentido de abordagens mais abrangentes e controladas estatisticamente.

Todavia, o caminho percorrido é ainda insuficiente, sobretudo se pretendermos estudar o social como um «sistema complexo e adaptativo», heterogéneo quanto à natureza das variáveis envolvidas, e que está em interacção com outros sistemas. De facto, vão surgindo novas exigências, do ponto de vista da análise da complexidade dos fenómenos sociais, bem expressas nas mais recentes abordagens sistémicas, que aconselham a aprofundar as análises multivariadas já existentes. Os resultados de algumas investiga-

ções têm obrigado a questionar, não só os limites teóricos em que assentam as análises sociológicas habitualmente feitas, mas, também, as metodologias utilizadas.

As linhas orientadoras da reflexão são várias: o tempo e a génese dos fenómenos sociais; a sua dimensão intersistémica, que conduz, por exemplo, a uma reanálise da relação entre a Sociologia e as outras ciências; a necessidade de ter em consideração um número cada vez maior de variáveis, de natureza diversa e provenientes de diferentes sistemas; e, também, a importância de articular as análises descritivas e compreensivas. A título de exemplo, poderemos começar por referir o desenvolvimento de metodologias de investigação que facilitem a análise dos fenómenos sociais, onde intervêm dimensões e variáveis diferentes, com um forte enraizamento estrutural, que mudam lentamente, e cuja observação, no curto prazo, é sempre incompleta – como ocorre com as mentalidades e as práticas sociais delas decorrentes. Fazem parte deste tipo de fenómenos os papéis sociais, os valores e modelos que produzem e reproduzem, ao longo do tempo, as desigualdades de género, cuja dimensão estrutural está subjacente à manutenção da violência exercida contra as pessoas vítimas deste tipo de discriminação.

Igualmente, o estudo de áreas sociais de fronteira também dificilmente escapará à construção de metodologias e instrumentos de pesquisa que estejam filiados em uma única área disciplinar. Fazem parte deste domínio algumas das abordagens recentes sobre a acção social em contextos de risco e de incerteza, onde é necessária a colaboração de outras áreas científicas fora das ciências sociais e humanas, como é o caso da Neurociência. Aliás, a articulação da Sociologia com as ciências físicas, como a Biologia e a Geografia, é hoje incontornável, por exemplo, nos estudos sobre Território e o Ambiente.

Parece que algumas das velhas teorias disciplinares, ainda que necessárias, já não são suficientes para compreender e explicar novos fenómenos sociais, agora construídos a partir de outros paradigmas. A esse nível, verifica-se um certo impasse, também nas metodologias de investigação. Faltam instrumentos de pesquisa, a começar por conceitos, meios de observação e de tratamento e análise de dados, que permitam investigar a acção dos

actores sociais numa perspectiva mais holística, menos segmentada e predefinida.

Hoje, com as abordagens sistémicas e a procura de instrumentos rigorosos para estudar sistemas complexos e adaptativos, como os sociais, as análises multivariadas podem ser combinadas com outras ferramentas metodológicas, como os modelos de simulação, que também permitem combinar variáveis quantitativas e qualitativas, e de natureza diversa<sup>14</sup>.

Trata-se de um novo desafio, que vai obrigar os sociólogos a moverem-se «(...) para fora da sua zona de conforto, à procura das margens da disciplina e a (...) explorar novos terrenos intelectuais (...) buscando a colaboração de outras ciências sociais (...)» (Castellani e Hafferty, 2009, p. 165).

## Bibliografia

### Fontes primárias:

*Análise Social*, n.ºs 1-209, 1963 – 2013, ICS.

*Forum Sociológico*, n.ºs 1-23, 1992 – 2013, CesNova, FCSH/UNL.

*Sociologia Problemas e Práticas*, n.ºs 1-73, 1986 – 2013, CIES, ISCTE.

*Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 1-102, 1978 – 2013, CES, FE/UC.

*Sociologia*, n.ºs 1-26, 1991 – 2013, Faculdade de Letras/UP.

*European Social Survey* (6.ª ronda, edição 2.0, 2012).

*Inquérito Saúde e Violência contra as Mulheres* (2003), SociNova/CesNova, da FCSH/UNL.

*Programas das disciplinas de Análise de Dados das licenciaturas em Sociologia nas seguintes escolas universitárias*: ISCTE, FCSH/UNL, ISCSP, Faculdade de Economia/UC, Faculdade de Letras/UP e ICS/UM.

### Fontes secundárias:

ÁGOAS, Frederico (2013). «Narrativas em perspetiva sobre a história da sociologia em Portugal», in *Análise Social*, XLVIII (206), pp. 221-256.

ALASUUTARI, Pertti; BICKMAN, Leonard & BRANNEN, Julia (eds.) (2008). *Social Research Methods*. London: Sage.

14 Na linha do que tem vindo a ser praticado por uma equipa de investigação do CICS. NOVA/FCSH, em articulação com o RC51 – Research Committee 51 on Socio-cybernetics, International Sociological Association (ISA).

- ALMEIDA, João Ferreira (2013). *Desigualdades e Perspectivas dos Cidadãos — Portugal e a Europa*. Lisboa: Mundos Sociais.
- ALMEIDA, João Ferreira; PINTO, José Madureira & CRUZEIRO, Maria Eduarda (1973). «A propósito do problema da causalidade em ciências sociais: o modelo de decomposição de Raymond Boudon», in *Análise Social*, X (40), pp. 734-777.
- ALMEIDA, João Ferreira & PINTO, José Madureira (1975). «Teoria e investigação empírica nas ciências sociais», in *Análise Social*, XI (42-43), pp. 365-445.
- ALMEIDA, João Ferreira & PINTO, José Madureira (1986). «Da teoria à investigação empírica. Problemas metodológicos gerais», in Augusto Santos Silva & José Madureira Pinto (orgs.). *Metodologias das Ciências Sociais* Porto: Afrontamento, (pp. 55-78).
- BULMER, Martin (ed.) (1985). *Essays on the History of British Sociological Research*. London: Cambridge University Press.
- CAETANO, António & VALA, Jorge (1993). «Atitudes dos estudantes universitários face às novas tecnologias de informação: construção de um modelo de análise», in *Análise Social*, XXVIII (122), pp. 523-553.
- CARVALHO, Helena (2008). *Análise Multivariada de Dados Qualitativos*. Lisboa: Ed. Sílabo.
- CASTELLANI, Brian & HAFFERTY, Frederic (2009). *Sociology and Complexity Science*. Berlin: Springer-Verlag.
- BENZÉCRI, J. (1976). *L'Analyse des Données*, 2 vols. Paris: Ed. Dunod (1.ª edição 1973).
- BOURDIEU, Pierre (1979). *La distinction*. Paris: Les Editions de Minuit.
- CIBOIS, Philippe (1984). *L'analyse des données en sociologie*. Paris: PUF.
- DURKHEIM, Émile (1980). *As Regras do Método Sociológico*. Lisboa: Presença, tradução (1.ª edição 1895).
- DURKHEIM, Émile (1977). *O Suicídio*. Lisboa: Presença (1.ª edição 1897).
- FERNANDES, A. Teixeira (1992). «A Sociologia e a Modernidade», in *Sociologia*, série I, vol. 2, pp. 7-28.
- FERNANDES, A. Teixeira (1996). «Alguns desafios teórico-metodológicos», in *Sociologia*, série I, vol. 6, pp. 193-212.
- HEIMER, Franz-Wilhelm; VALA, Jorge & VIEGAS, José M. L. (1990). «Padrões de cultura política em Portugal: atitudes em relação à democracia», in *Análise Social*, XXV (105-106), pp. 31-56.
- LAZARSFELD, Paul (s/d). *A Sociologia*. Lisboa: Bertrand, (traduzido de “Sociologie”, in *Tendances Principales de la Recherche dans les Sciences Sociales et Humaines*. Paris: Mouton, 1970).



- LISBOA, Manuel (2002). *A indústria Portuguesa e os seus dirigentes*. Lisboa: Educa.
- LISBOA, Manuel; CARMO, Isabel; VICENTE, Luísa; NÓVOA, António; BARROS, Pedro P.; ROQUE, Ana; SILVA, Sofia; FRANCO, Luísa & AMÂNDIO, Sofia (2006). *Prevenir ou Remediar — os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*. Lisboa: Ed. Colibri.
- MACHADO, Fernando Luís (2009). «Meio século de investigação sociológica em Portugal — uma interpretação empiricamente ilustrada», in *Sociologia*, 19, pp. 283-343.
- NUNES, Adérito Sedas (1970). «Questões preliminares sobre as ciências sociais», in *Análise Social*, VIII (30-31), pp. 201-298.
- PEREIRA, Henrique G. & SOUSA, António (1988). *Análise de Dados para o Tratamento de Quadros Multidimensionais* (Textos de apoio ao Curso Intensivo de Análise de Dados — Jul.88). Lisboa: Instituto Superior Técnico.
- PEREIRA, Cícero; VALA, Jorge & COSTA-LOPES, R. (2010). «From Prejudice to Discrimination: The Legitimizing Role of Perceived Threat Indiscrimination Against Immigrants», in *European Journal of Social Psychology*, 40, pp. 1231-1250.
- PINTO, José Madureira (2004). «Formação, Tendências recentes e Perspectivas de Desenvolvimento da Sociologia em Portugal», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, pp. 11-31.
- PLATT, Jennifer (1996). *A History of Sociological Research Methods in America, 1920-1960*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TORRES, Anália & CAPUCHA, Luís (2009). «Do European Values have a sex?», in Maria das Dores Guerreiro (Ed.), *Welfare and Everyday Life, Portugal in the European Context*, Vol.III, CIES, ISCTE-IUL, Celta Editora, (pp. 37-72).
- TORRES, Anália; COELHO, Bernardo; CARDOSO, Inês & BRITES, Rui (2012). «A Mysterious European Threesome: Work-care Regimes, Policies and Gender», in *International and Multidisciplinary Journal of Social Sciences*, 1 (1), pp. 31-61.
- VALA, Jorge (1986). «A Análise de Conteúdo», in Augusto Santos Silva & José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologias das Ciências Sociais* (pp. 101-128). Porto: Afrontamento.
- VALA, Jorge (1997). «Representações sociais e percepções intergrupais», in *Análise Social*, XXXII (140), pp. 7-29.
- VELOSO, Hernâni (2013). «Principais estádios evolutivos da sociologia em Portugal», in *Sociologia*, XXVI, pp. 37-59.



## **CAPÍTULO II**

As metodologias de  
investigação no estudo  
das desigualdades sociais:  
conhecimento científico,  
políticas públicas e cidadania

MANUEL LISBOA



## Introdução

A relação entre as desigualdades sociais e os vários tipos de mudanças sociais é algo que interpela o pensamento sociológico de João Ferreira de Almeida e que atravessa a sua excelente obra *Desigualdades e Perspectivas dos Cidadãos – Portugal e a Europa* (2013). Tais desigualdades, socialmente construídas e reproduzidas, também passíveis de serem desconstruídas, têm múltiplas expressões, graus e níveis de interpenetração. Estão associadas à ideia de injustiça (Almeida, 2013: 25) e constituem um obstáculo ao desenvolvimento humano. Nesse sentido, a igualdade faz bem ao desenvolvimento das sociedades em termos económicos, políticos, sociais e culturais. Na primeira década do século XXI, as preocupações ecológicas e ambientais acentuaram, também, a necessidade de introduzir novas dimensões, que permitam a sustentabilidade do ecossistema. A sua materialização na vida quotidiana das pessoas e a consciência que dela vão tendo estão na origem de acção colectiva, de organizações diversas e das políticas públicas do Estado, no sentido da sua superação. Elas têm, por isso, duas dimensões inseparáveis e articuladas dialecticamente entre si: uma orientada para a acção pública, e outra focada na resolução dos problemas das pessoas a quem aquelas se destinam. Neste contexto, faz sentido interrogar qual a investigação que é necessário realizar para atingir tais objectivos. Independentemente de outros factores mais específicos, do nosso ponto de vista, há duas condições que devem estar na base desse conhecimento: ser

socialmente comprometido, sem nunca abandonar os seus pressupostos científicos; nortear-se por critérios éticos, mormente em relação às pessoas que constituem o seu campo de observação.

Os dois exemplos seguintes abordam esses aspectos e dizem respeito a desigualdades expressas através de actos percebidos como violentos ou já criminalizados: da violência em geral contra as mulheres, doméstica e de género, ou contra crianças e jovens, sob a forma de trabalho infantil.

O foco principal dos textos é a violência baseada nas desigualdades de género. Desde os primeiros estudos sociológicos, nos anos oitenta e noventa do século passado, sobre a violência contra as mulheres, até às investigações de hoje, sobre a violência de género, há um percurso de cerca de duas décadas, onde a investigação científica, a acção das ONG e de activistas individuais e as políticas públicas conheceram uma articulação que foi importante para a mudança social em este domínio.

O ponto de chegada de hoje é, também, o ponto de partida para o estudo de novos espaços sociais onde essa violência pode ocorrer, bem como da compreensão da relação mais profunda que existe entre múltiplas variáveis e sistemas de variáveis que estão na sua origem, e que constituem um factor agravante das desigualdades sociais.

Hoje, já não faz sentido analisar estes fenómenos a partir de um único tipo de variáveis, mas sim de uma perspectiva mais holística e intersistémica, como teremos oportunidade de discutir no Capítulo VI. De facto, interessa-nos compreender como se entrelaçam as desigualdades mais pessoais, onde estão presentes as variáveis biológicas e as de orientação sexual, juntamente com outras mais sociais, como as económicas e as socioculturais, onde se situa a desigualdade de género. A violência aparece-nos, assim, como a expressão social dramatizada destas mesmas desigualdades, mas também como sendo ela própria geradora de mais desigualdades. Contudo, não esqueçamos as desigualdades de classe social, de estrato, de etnia, religião e de orientação sexual. Quase sempre, elas articulam-se sistemicamente com as outras, nomeadamente as baseadas na diferença de sexo e de género, como nos mostra Sylvia Walby (2009).

Nas sociedades actuais, predominantemente heteronormativas, as desigualdades de género configuram uma assimetria de poderes entre o masculino e o feminino, que se traduz em práticas e representações sociais susceptíveis de actos de violência material e simbólica. Todavia, esta lógica binária dos géneros não encerra todas as possibilidades na construção de identidades. As diferenças de género têm constituído, nas nossas sociedades, uma dimensão identitária que tem servido à regulação social e à previsibilidade da acção social colectiva e individual, quando confinada aos papéis tradicionais de género. De facto, elas podem ser polarizadas, estigmatizadas e rigidificadas, no sentido da manutenção da ordem social vigente em um determinado momento histórico. Contudo, não são estáticas, e podem conhecer alterações significativas em poucas décadas, desde que os contextos sociais envolventes sejam favoráveis a grandes mudanças: por um lado, no binarismo que assumem em certos contextos sócio-históricos, e, por outro lado, nas múltiplas e novas expressões que podem ter ao transformarem-se. De facto, os géneros masculino e feminino não encerram todas as possibilidades de identidade de género.

É certo que este binarismo facilita uma leitura social simplista do ser homem e mulher, do ser marido e esposa, ou seja, de uma heteronormatividade relacional, determinante para a manutenção de um tipo de conjugalidade, mas que é ela própria geradora e causa de violência. É por isso que, para fugir a esta armadilha redutora das relações na intimidade, alguns textos propõem uma nova abordagem, mais centrada na Pessoa. Uma Pessoa plural, e não circunscrita a um único papel social, que ao não ser se deixar aprisionar em uma única configuração social, reduz também a possibilidade de uma hierarquização polarizada em poderes geradores de violência. Os trabalhos de Judith Butler (1990) e de Teresa de Lauretis (1991) foram importantes a esse nível.

Por outro lado, quando cruzamos a dimensão de género com outras lógicas que igualmente produzem a segregação social, como é o caso da discriminação pela orientação sexual, verificamos que novos mecanismos de violência simbólica e material podem ocorrer. Também neste caso, historicamente, o binarismo tem alimentado, e sido alimentado por, relações sociais de poder,

segregadoras e marginalizadoras da não-heterossexualidade, e fortemente violentas para as pessoas que dela se reclamam. A História encarregou-se de mostrar-nos que essa violência tem sido legitimada por instituições diversas: desde as religiões à Medicina, passando pela Justiça; em uma trilogia sequencial, mas também socialmente cumulativa, que discrimina e penaliza o pecador, o criminoso e o doente. Paradoxalmente, por vezes, um dos binarismos – de género ou de orientação sexual – inscreve o outro, dando lugar à produção de uma nova desigualdade geradora de violência.

Em Portugal, os estudos efectuados mostram que a ocorrência de violência nas relações de intimidade é mais provável em contextos de maior vulnerabilidade: seja pela menor visibilidade das relações interpessoais onde se manifesta, seja pela estigmatização e exclusão social das pessoas envolvidas. As principais vítimas são as mulheres em geral e as minorias por razões étnicas, de cor de pele e de opção sexual. Se a estes elementos juntarmos outros, como o ser estrangeira e ser pobre, então ficamos numa situação social extrema, que, por um lado, é em si violenta, mas é, também, fortemente potenciadora de novas violências.

Tudo indica que a hierarquização das diferenças identitárias em relações de poder constitui a principal causa e é consequência da violência praticada nas relações de intimidade, e que a polarização dentro de cada identidade é um factor facilitador da constituição dessas mesmas hierarquias.

## **1. Realidade, conhecimento e mudança social: investigação sobre a violência de género e as políticas públicas em Portugal**

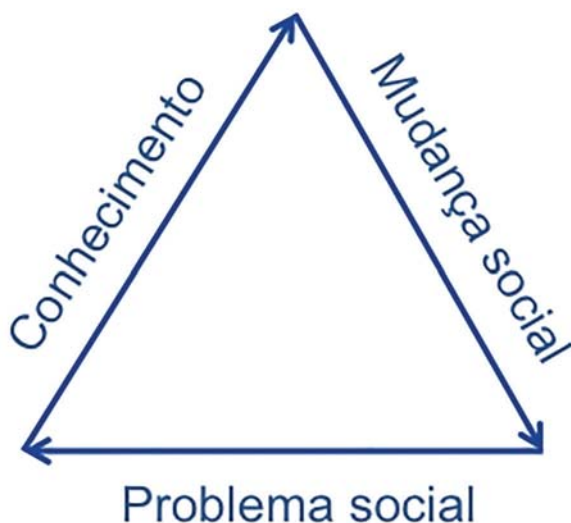
Nos últimos quarenta anos, Portugal viveu um processo único ao nível europeu, em termos da passagem da uma ditadura para uma democracia parlamentar, baseada em partidos políticos. O país deu passos decisivos na modernização da sociedade, nos planos económico, político, social e cultural. Em todas estas dimensões, Portugal fez a transição, de uma sociedade tradicional e fechada, com uma estrutura social dual e piramidal, acentuando



um modo de vida provinciano e centrado na vida privada, para uma sociedade mais aberta, democrática, participativa, com vida pública de organizações e pessoas, trazendo novas práticas e valores, promotores de uma maior igualdade e justiça social. Apesar destas mudanças, no contexto europeu, Portugal é um país de *modernização tardia*, acelerada apenas após o 25 de Abril de 1974.

Naturalmente, este processo de modernização e democratização nunca se encontraria completo sem uma verdadeira igualdade de género, em todas as dimensões: nos campos económico e político, mas também na intimidade e nas relações interpessoais (Giddens, 1992). Após 1974, algumas questões relativas à não discriminação das mulheres e à igualdade de direitos face aos homens começam a emergir no debate e acção públicos. É um longo processo, que faz sair as mulheres da penumbra e ocultação na vida privada para, progressivamente, passarem a figurar no primeiro plano da esfera pública. O caso do combate à violência contra as mulheres, violência doméstica e violência de género é disso exemplo paradigmático. Nesse processo, a investigação feita dentro da Academia deu um contributo significativo. Vejamos, em seguida, como, em Portugal, a investigação de cunho científico, em uma primeira fase essencialmente aplicada, contribuiu pra as políticas públicas e a intervenção social.

No domínio das ciências sociais, e em particular da Sociologia, o período posterior a 1974 é marcado pela existência de uma forte relação entre a investigação, que estava dar os primeiros passos, e a realidade social, que fervilhava no dia-a-dia da rua, com o emergir de múltiplos problemas e a procura de soluções eficazes para resolvê-los. A investigação que se vinha fazendo desde o final dos anos sessenta, nomeadamente em torno do GIS e da *Análise Social*, podia agora assumir-se, completamente, como um meio de referência na produção de um conhecimento que iria ser relevante para a mudança social que começava a dar-se em Portugal. Inicia-se, portanto, um período muito fecundo na produção de uma *investigação aplicada*, sustentada teoricamente, e que iria ser de grande importância, tanto na intervenção social, como na construção do campo da Sociologia.



**Figura 1** – Problema Social, Conhecimento e Mudança Social

No caso da violência contra as mulheres, a investigação aplicada partiu da realidade das mulheres vítimas que conseguiram denunciar os actos aos serviços de atendimento da CIDM<sup>1</sup>. Começou por mapear-se todas as dimensões da violência, incluindo os custos pessoais, sociais e económicos, para mais tarde estudar as suas causas estruturais. O processo de produção deste conhecimento, de cunho científico, assentou em equipas de investigação académicas e multidisciplinares, mas nunca excluiu as ONG e outros técnicos e activistas directamente relacionados com a intervenção. O seu objectivo principal era conseguir que o conhecimento ajudasse a mudar a realidade, auxiliando as políticas públicas e a intervenção de todos os actores sociais envolvidos. Para isso, foram utilizadas metodologias mistas, que reuniam abordagens quantitativas e qualitativas.

<sup>1</sup> Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

No longo período já referido, que começou na década de 70 e chegou até aos dias de hoje, podemos identificar cinco fases na produção de conhecimento sobre a violência contra as mulheres, a violência doméstica e a violência de género:

- 1974-1995: Investigação mais qualitativa
- 1995-2000: Investigação mais quantitativa
- 2000-2006: Investigação quantitativa e qualitativa  
(os custos da violência)
- 2006-2010: Investigação quantitativa e qualitativa  
(o estudo da violência de género)
- 2010-2015: Metodologias mistas e sistémicas

Vejamos, pois, o tipo de conhecimento produzido, as metodologias utilizadas em cada etapa e o modo como se articulam com as políticas públicas.

De 1974 a 1995, a investigação teve um pendor essencialmente qualitativo, e foi, em grande medida, realizada por activistas feministas. Baseava-se, sobretudo, na descrição e estudo de casos particulares de violência contra as mulheres, que eram tonados públicos através de livros e artigos de jornais, com o objectivo de influenciar as políticas públicas. Todavia, nem sempre esse conhecimento tinha os argumentos necessários para reforçar as posições de quem, junto do poder político central, pretendia ir mais longe nas medidas de combate à violência e protecção das vítimas. As leis existentes ainda eram insuficientes e as acções de várias organizações do Estado, como as polícias e os tribunais, revelavam-se manifestamente tímidas. Na argumentação política entre quem era favorável a mais e melhores medidas e que resistia, assistia-se a uma espécie de «soma zero». A um ou dois casos revelados de mulheres vítimas, era contraposta meia dúzia de não vítimas e, no final, ficava sempre a dúvida sobre a prevalência da vitimização. Como a investigação veio a revelar mais tarde, esta falsa evidência empírica escondia aquela que é, ainda hoje, uma das características mais marcantes deste tipo de violência, que é a sua ocultação, nomeadamente, pelas vítimas.

Assim, após este primeiro momento, onde a violência contra as mulheres emergiu enquanto problema individual e social, colocavam-se algumas questões, a que a investigação deveria responder:

- No que diz respeito à prevalência, qual a dimensão nacional do fenómeno?
- Quais as principais características dos diferentes tipos de violência?
- Quais as características sociais dos actores envolvidos (vítimas e agressores)?
- Qual a reacção das vítimas?
- Em que contextos ocorrem os actos de violência?

A resposta a estas questões viria a ser dada através de um estudo feito na UNL, em 1995. Como era expectável, tratou-se de uma investigação essencialmente quantitativa, produzida no âmbito da Sociologia, ainda que contando com a contribuição de outras áreas científicas, como o Direito e a Psicologia. Tratou-se do primeiro inquérito nacional sobre a «violência contra as mulheres», estatisticamente representativo das mulheres residentes no Continente com 18 ou mais anos, para uma margem de erro de 5% e um nível de confiança de 95%. foi levado a cabo em 1995, por uma equipa da FCSH/UNL, e os resultados foram publicados em livro (Lourenço, Lisboa & Pais, 1997), mostrando o seguinte:

- Cerca de uma em cada duas mulheres (48%) foi vítima de pelo menos um acto de violência física, psicológica ou sexual, no último ano ou em anos anteriores;
- A maioria dos actos ocorreu no contexto doméstico/familiar;
- Menos de 1% das vítimas recorreu à polícia ou aos tribunais, apesar de a lei de 1991 já penalizar a maioria dos actos previstos no questionário;
- De um modo geral, e de um ponto de vista estatístico, a vitimização não é específica de um estrato social ou categoria etária, mas verificou-se em todos.

Pela primeira vez, havia resposta para a questão da prevalência da violência contra as mulheres – o estudo revelou, de forma clara,

a dimensão dramática do problema da violência contra as mulheres na sociedade portuguesa. Afinal, não se tratava de um fenómeno residual, que afectava só algumas pessoas, mas sim quase metade das mulheres. Iguamente, não era um problema focado socialmente, mas sim disseminado por todo o tecido social. E o espaço da casa/família, que deveria ser o lugar mais protegido para as vítimas, afinal, era o mais perigoso – também porque ocultava os actos; só uma percentagem muito pequena destes chegava às polícias e tribunais. Estes resultados tiveram um impacto significativo nas políticas públicas nacionais, fomentando alterações legislativas. Entre outras, a violência doméstica contra as mulheres passou a ser considerada crime público, e as polícias iniciaram um programa de melhoria das condições de atendimento, criando um espaço próprio dentro de cada esquadra da PSP. O atendimento das vítimas passou a ser feito por mulheres polícias, que recebiam formação específica.

Na fase seguinte, de 2000 a 2006, era necessário conhecer outras dimensões sociais e individuais do fenómeno – nomeadamente, o impacto que a violência tinha naquelas dimensões. Nesse sentido, a equipa da FCSH/UNL levou a cabo vários estudos, tendo em vista o conhecimento dos custos pessoais, sociais e económicos da violência. Trata-se de investigações multidisciplinares, quantitativas e qualitativas (recorrendo, pela primeira vez, a metodologias mistas), realizadas em contexto académico, por investigadores de várias universidades. Abrangem a área da Sociologia, que lidera os estudos, da Economia, da Medicina, da Psicologia, das Ciências da Educação e do Direito.

O tema dos custos da violência, nas suas múltiplas formas e tipos, era totalmente novo na investigação em Portugal, e estava a dar os primeiros passos no estrangeiro. Depois de saber qual a prevalência da violência, faltava conhecer as suas consequências; era importante que os agentes políticos tivessem consciência de que a violência contra as mulheres tinha custos, que poderiam ser medidos. Faltavam na investigação os conceitos e os instrumentos para os observar e medir.

A equipa da FCSH/UNL (na época sediada no SociNova, actual CICS.NOVA), em colaboração com investigadores de outras universidades, realizou três estudos naquele domínio: Os

*custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*, em colaboração com a CIDM (2001-2004); *Estudo sobre as relações existentes entre a saúde das mulheres e as várias dimensões de violência de que tenham sido vítimas*, em colaboração com Ministério da Saúde – Direcção-Geral da Saúde (2001-2005); e *Custos económicos da prestação de cuidados de saúde às vítimas de violência*, também em colaboração com o Ministério da Saúde – Direcção-Geral da Saúde (2006-2008). Os resultados destes estudos revelam as graves consequências da violência, tanto na vida individual das vítimas, como ao nível social. Vejamos, de seguida, alguns exemplos, que irão ser importantes para o desenvolvimento das políticas públicas: no que se refere aos custos económicos resultantes da violência doméstica contra as mulheres, os custos com a saúde são 22% mais elevados nas vítimas do que nas não vítimas<sup>2</sup>, o que significa 140 euros por ano por vítima, e se traduz em cerca de quarenta milhões de euros ao ano. A reforçar a ideia de que este tipo de violência diz respeito a todas as pessoas, refira-se que 90% daquele valor é suportado pelo SNS.

No que respeita às dimensões mais pessoais dos custos, salientemos apenas alguns exemplos: a probabilidade de separação forçada de alguém importante é três vezes mais elevada nas vítimas do que nas não vítimas; passa-se o mesmo na dificuldade em encontrar emprego (duas vezes mais elevada), na possibilidade de despedimento (duas vezes mais elevada) e na dificuldade em ser promovida (cerca de duas vezes mais elevada). Igualmente, há na saúde física vários indicadores de que os custos nas vítimas são mais elevados do que nas não vítimas: equimoses/hematomas (duas vezes mais elevados); intoxicações (duas vezes mais elevadas); hemorragias (duas vezes mais elevadas). Na saúde psicológica, regista-se acréscimo ao nível de: pânico (duas vezes mais elevado nas vítimas); tristeza (quatro vezes mais elevada); sensação de desespero (seis vezes mais elevada); solidão (duas vezes mais elevada); tentativas de suicídio, sem ser sob o efeito de droga ou álcool (cinco vezes mais elevadas). Os estudos revelaram também que alguns destes custos têm um efeito directo nas vítimas, mas também indirecto em outras pessoas, nomeadamente, as que estão

---

2 No Capítulo V, serão explicados detalhadamente os indicadores usados nos cálculos.

mais próximas. O impacto pode ser sentido no momento imediato ao acto, ou prolongar-se no tempo e ao longo de toda a vida.

A investigação qualitativa revelou, também, que a violência contra as mulheres é influenciada pelos valores, modelos e papéis sociais de género, tanto dos agressores, como das vítimas. Se, por um lado, estes resultados mostravam a importância e o peso dos custos da violência, tanto no plano individual da vítima como social, por outro lado, davam indícios claros de que ela estava associada às desigualdades de género.

Do ponto de vista das políticas públicas, assistiu-se a um reforço considerável das medidas, tanto no plano legislativo e acção das polícias, como no apoio e reforço das casas abrigo para as vítimas. No essencial, mantinham-se as políticas de combate à violência e a protecção das vítimas. De algum modo, prevalecia a ideia de que estávamos perante um fenómeno conjuntural, de resolução a curto prazo. Todavia, tanto os resultados dos estudos sobre os custos da violência, como os da violência mais grave detectada nos Institutos de Medicina Legal (Lisboa, Barroso & Marteleira, 2003) mostravam que a violência doméstica contra as mulheres não só poderia acompanhar as vítimas desde muito cedo, na fase do namoro, como poderia resultar de causas mais profundas e estruturais, enraizadas historicamente. Um novo desafio era colocado à investigação, no sentido de analisar essas causas estruturais.

De 2006 a 2010, entra-se em uma nova fase, marcada pela investigação multidisciplinar, quantitativa e qualitativa, de âmbito nacional, que tem como objectivo o levantamento empírico de dados sobre a violência de género exercida contra as mulheres.

Em 2007, a equipa de investigação da FCSH/UNL, com a colaboração de investigadores de outras faculdades e universidades, realiza o primeiro inquérito nacional que compara a violência contra as mulheres e a violência contra os homens, intitulado *Violência de Género*. Este estudo também faz a comparação temporal da violência contra as mulheres em dois momentos – 1995 e 2006. Mais tarde, em 2008, foi replicado nas nove ilhas dos Açores, dando lugar ao primeiro inquérito regional sobre a violência de género, que veio a servir de base para a elaboração do I Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica

nos Açores. Os inquiridos continham, nos questionários, vários indicadores que permitiram comparar a violência exercida contra os homens e as mulheres, e, deste modo, validar a hipótese de que, na gênese da violência que é exercida contra as mulheres, estão sobretudo valores, modelos e papéis sociais, mais ou menos estigmatizados, relacionados com as desigualdades de género.

A metodologia utilizada foi igualmente desenhada com o objectivo de realizar uma análise comparativa. Os resultados mostraram que a violência contra os homens é distinta da que é exercida contra as mulheres. No primeiro caso, trata-se de uma violência semelhante à que é detectada nos inquiridos de vitimização em geral: abrange todas as pessoas, e é praticada, sobretudo, fora de casa, e por outros homens (77,9%); no segundo, os autores são maioritariamente homens (74,7%), a violência ocorre, sobretudo, em casa ou no contexto de relações íntimas, é exercida por maridos, parceiros e namorados e tem entre as suas principais causas o ciúme e valores de masculinidade e feminilidade, que se traduzem em relações de poder, baseadas em desigualdades de género. Os resultados destes estudos deram sustentação empírica para afirmar, pela primeira vez a nível nacional, que a violência exercida contra as mulheres, incluindo a doméstica, é sobretudo uma violência de género. O estudo realizado nos Açores confirmou os resultados obtidos no Continente.

Tornava-se claro que estávamos perante um problema estrutural, e não conjuntural. De facto, as desigualdades de género – binárias – são uma construção sócio-histórica, a partir da diferença de sexo mulher-homem, que se reproduz ao longo do tempo, passando de geração em geração. Do ponto de vista das políticas públicas, tornava-se claro que tratava-se de um problema social, não resolúvel a curto prazo, mas exigindo mediadas continuadas, no sentido de interromper e quebrar os mecanismos de produção e reprodução sociocultural. Além do combate, era necessário, também, prevenir – tanto no imediato, evitando a repetição da vitimização, como a longo prazo, actuando nas novas gerações.

O III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica previa já algumas medidas ao nível da prevenção, mas só o IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica as desenvolve. Do ponto de vista da investigação, novas questões se levantavam: de que modo



as dimensões estruturais de género influenciam o comportamento individual, de vítimas e agressores? Como é que se foi fazendo a inscrição dos estereótipos, valores e modelos socioculturais de género ao longo do processo de socialização?

A resposta a estas questões começou a ser desenhada a partir dos resultados produzidos por dois projectos pluridisciplinares, realizados entre 2009 e 2015, e promovidos pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. O primeiro, com o título *Rupturas, emoções e sentimentos e desigualdades de género* (2009-2011), procura analisar, de um ponto de vista sócio-histórico, a produção e reprodução dos modelos de masculinidade e feminilidade desde o século XIX, bem como a sua inscrição individual nas vítimas através das emoções sociais. Mais tarde, este projecto foi aprofundado por Dalila Cerejo (2014), no âmbito da sua tese de doutoramento. O segundo, sobre a *Mutilação genital feminina em Portugal* (2014-2015), mostra a influência dos contextos socioculturais na prática de actos violentos contra as mulheres. Do ponto de vista metodológico, os dois estudos recorrem a metodologias mistas, a partir de uma perspectiva sistémica e interdisciplinar. Mais à frente, os capítulos escritos por Dalila Cerejo e por mim próprio abordarão alguns dos aspectos epistemológicos, teóricos e metodológicos usados nessas investigações, e que, julgo, possibilitam o uso de novas metodologias para o estudo de objectos sociais, numa abordagem mais holística, que leva em consideração a sua complexidade.

Em síntese, nos últimos trinta anos, em Portugal, o conhecimento produzido segundo critérios científicos alimentou a possibilidade de alterar a realidade social, através da sua articulação e influência nas políticas públicas, no âmbito da violência contra as mulheres, doméstica e de género. A investigação passou de uma perspectiva disciplinar e aplicada a uma pluridisciplinar e fundamental, obrigando, cada vez mais, a fazer rupturas epistemológicas e procurar novas metodologias, que deem conta de uma abordagem mais holística do fenómeno.

Do ponto de vista das políticas públicas, podem apontar-se três fases: no início, a violência contra as mulheres era considerada um assunto de direitos humanos, sendo esse o sentido do reforço dos instrumentos legislativos e policiais verificado; depois, pela

sua prevalência e custos associados, passou a ser tida como um problema político, cuja resolução era essencial para construir uma sociedade democrática; finalmente, na última década, o seu estudo passou a focar-se nas causas que a produzem e reproduzem, e, em consequência, o foco estratégico da intervenção passou a ser, sobretudo, a prevenção.

## **2. Questões éticas na investigação da violência contra as mulheres: a protecção da pessoa inquirida**

A fidelidade aos princípios éticos é absolutamente fundamental na prática da investigação científica, tanto em relação ao objecto de estudo, como às consequências que podem resultar da própria pesquisa. Esta questão está particularmente presente em temas mais sensíveis da vida íntima das pessoas, como é o caso da violência.

No primeiro inquérito nacional que fizemos sobre a *Violência Contra as Mulheres*, em 1995, esperávamos mesmo que houvesse uma grande resistência à participação por parte das inquiridas. A realidade mostrou que isso não só não aconteceu, como, pelo contrário, muitas vítimas aproveitaram o momento da entrevista para falarem de si e darem visibilidade aos actos, expondo-se perante a inquiridora que administra o questionário. Tal facto aumentou, em muito, a nossa responsabilidade ética enquanto cientistas. A partir daquele momento, passámos a ser portadores, não só da informação que a inquirida nos tinha fornecido relativamente ao objecto de estudo, mas também da sua vivência emocional, ou mesmo de alguns segredos mais privados. Esta questão tornava-se ainda mais relevante, uma vez que verificámos que, ao longo do próprio processo da inquirição, a inquirida ia mudando, não só emocionalmente, como também ao nível da percepção, consciência e racionalidade relativamente aos actos de que tinha sido vítima. O tipo de perguntas, o seu conteúdo, a forma e sequência com que eram feitas contribuía para que a inquirida começasse a olhar para os actos de outro modo. A pessoa que tinha terminado o inquérito já não era a mesma que o tinha iniciado.

Do ponto de vista metodológico, esta questão obriga-nos a reflectir, criticamente, sobre os limites da neutralidade dos instrumentos de investigação na Sociologia. Em outras situações de inquirição, e face à natureza deste tipo de violência – oculta e feita de um «policciamento» e escrutínio muito finos, não só por parte da pessoa agressora, como do meio familiar envolvente –, os pequenos sinais emocionais podem ser percebidos por outra pessoa em uma qualquer interacção, pelo que torna-se necessário ter um cuidado extremo para que do acto de inquirição não resulte mais violência – muitas vezes sob a forma de retaliação, ou de «tortura», tendo em vista a obtenção de informação, que, na percepção do agressor, lhe permita manter o controlo da relação.

Em todas estas situações com que nos deparamos nos vários inquéritos realizados ao longo de mais de duas décadas, foi necessário tomar cuidados metodológicos específicos, face à natureza dos actos e às mudanças que foram ocorrendo, em termos da respetiva criminalização – desde logo, ao nível da formação das pessoas inquiridoras que, além das competências técnicas, devem, também, estar preparadas para resolver tais situações. Por exemplo, sabendo mudar, rapidamente, de papel de inquiridora para, por exemplo, vendedora de livros, se o hipotético agressor se aproximar do local onde está a decorrer a entrevista. Igualmente, e apesar de a pessoa inquiridora não dever ter uma intervenção directa na resolução do problema, deve levar consigo informação com contactos de apoio que possam ser úteis à vítima (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – APAV, Comissão para Cidadania e Igualdade de Género – CIG, Organizações Não Governamentais – ONG, Polícia).

O caso que apresentamos em seguida, relativo ao inquérito às mulheres utentes dos Centros de Saúde, sobre os custos da violência ao nível da saúde, é um bom exemplo dos cuidados que é necessário ter com a protecção das pessoas inquiridas, desde a fase da construção do questionário até à sua aplicação.

Estudo sobre as relações existentes entre a saúde das mulheres e as várias dimensões de violência de que tenham sido vítimas:

– *46 Centros de Saúde, 2300 inquéritos válidos*

– *Realização do trabalho de campo: Outubro-Dezembro, 2003*

O questionário do inquérito começou por ser submetido ao parecer e discussão dos membros da Comissão de Acompanhamento e de técnicos da Direcção Geral de Saúde (DGS), cuja colaboração se revelou importante, não só no afinamento das perguntas, como na sua adequação às questões éticas relacionadas com a saúde. O princípio consistia em não perguntar mais do que era absolutamente necessário para o objecto de estudo, evitando as questões mais intrusivas.

A administração definitiva do questionário foi precedida do recrutamento e formação de oito inquiridoras e da realização de um pré-teste. As inquiridoras que participaram no trabalho de campo eram, na sua maioria, experientes na realização de inquéritos sociológicos desta natureza, licenciadas e alunas finalistas de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. O pré-teste permitiu corrigir aspectos de linguagem do questionário, reforçar as recomendações às inquiridoras e decidir a melhor forma de colocar as questões.

Antes de dar início ao trabalho de campo, realizaram-se reuniões com todos os directores (ou seus representantes) dos Centros de Saúde seleccionados para a amostra, no sentido de esclarecer pormenorizadamente os objectivos do projecto, bem como as condições logísticas indispensáveis à sua boa execução e protecção da privacidade das pessoas a inquirir. A ida das inquiridoras aos Centros de Saúde foi acordada com os seus responsáveis, de modo a não dificultar o normal funcionamento das consultas. Procurou-se que o trabalho de campo fosse integrado, o mais possível, no normal funcionamento diário dos Centros de Saúde, de modo a evitar qualquer destaque para o acto de inquirição.

A selecção das mulheres a inquirir foi feita aleatoriamente, após a sua deslocação ao Centro de saúde para consulta. No final da consulta, a paciente deveria ser convidada pelo seu médico a participar no estudo. Havendo o acordo da mulher seleccionada,

procedia-se à realização da entrevista, em local onde estivessem criadas todas as condições para que as inquiridas pudessem responder às perguntas do questionário, sem constrangimentos exteriores decorrentes da presença de outras pessoas. Deste modo, procurou-se que o acto de inquirição surgisse na sequência de, e em contínuo, com o acto médico, num espaço contíguo, completamente fora da percepção do pessoal não técnico que estivesse no Centro de Saúde.

Deste modo, almejou-se que alguém que acompanhasse a mulher inquirida, inclusive o próprio agressor, não pudesse perceber que tinha havido mais algum acto para além do acto médico. De facto, sabíamos, por estudos anteriores, que, habitualmente, os agressores procuram o isolamento das vítimas, pelo que a desconfiança de que elas possam contactar mais alguém para além do médico, só por si, pode desencadear novos actos de violência.

A duração média da administração de cada questionário foi de 21 minutos. Atendendo à delicadeza das questões abordadas no questionário, e à eventualidade de algumas poderem espoletar reacções psicossociais e jurídicas que exigiriam um apoio técnico especializado, as inquiridoras eram portadoras de contactos da *Emergência Social* do M.S.S.S., da APAV e da CIDM, que disponibilizaram às mulheres inquiridas sempre que solicitado.

## Bibliografia

- BARROS, Pedro P.; LISBOA, Manuel; CEREJO, Dalila & BARRENHO, Eliana (2008). “Health Care Costs of Domestic Violence Against Women — Evidence from Portugal”, in *SSRN*, 15.
- BARROSO, Zélia (2007). *Violência nas Relações Amorosas*. Lisboa: Colibri.
- BUTLER, Judith (1990). *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. London: Routledge.
- CEREJO, Dalila (2014). *Viver sobrevivendo: emoções e dinâmicas socioculturais nos processos de manutenção das relações conjugais violentas*. Lisboa: FCSH/UNL (dissertação de doutoramento).
- GIDDENS, Anthony (1992). *The Transformation of Intimacy*. Cambridge: Polity Press.

- LAURETIS, Teresa (1991). “Queer theory, lesbian and gay studies: An introduction”, in *Differences: A journal of feminist cultural studies*, 3/2, pp: iii-xviii.
- LISBOA, Manuel (coord.); BARROSO, Zélia & MARTELEIRA, Joana (2003). *O Contexto Social da Violência Contra as Mulheres Detectada nos Institutos de Medicina Legal — Síntese dos resultados obtidos nos Institutos de Medicina Legal de Coimbra e Porto*. Lisboa, CIDM.
- LISBOA, Manuel (coord.) et al. (2003), *Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres. Síntese dos resultados do Inquérito Nacional, de 2002*. Lisboa, CIDM.
- LISBOA, Manuel; VICENTE, Luísa & BARROSO, Zélia (2005). *Saúde e Violência Contra as Mulheres. Estudo Sobre as Relações Existentes Entre a Saúde das Mulheres e as Várias Dimensões de Violência de que Tenham Sido Vítimas*. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde.
- LISBOA, Manuel; FRIAS, Graça; ROQUE, Ana & CEREJO, Dalila (2006), «Participação das Mulheres nas Elites Políticas e Económicas no Portugal Democrático (25 de Abril de 1974 a 2004)», in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 18, pp. 163-187.
- LISBOA, Manuel; CARMO, Isabel; VICENTE, Luísa; NÓVOA, António; BARROS, Pedro P.; ROQUE, Ana; SILVA, Sofia; FRANCO, Luísa & AMÂNDIO, Sofia (2006). *Prevenir ou Remediar — os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*. Lisboa: Ed. Colibri.
- LISBOA, Manuel (coord.); BARROSO, Zélia; PATRÍCIO & LEANDRO, Alexandra (2009). *Violência e Género*. Lisboa: CIG.
- LOURENÇO, Nelson; LISBOA, Manuel & PAIS, Elza (1997), *Violência Contra as Mulheres*. Lisboa: CIDM.
- PAIS, Elza (1998), *Homicídio Conjugal em Portugal. Rupturas Violentas de Conjugalidade*. Lisboa: Hugin Editores (1.ª edição).
- PAIS, Elza (2015). *Uma década pela igualdade e contra a violência de género*. Viseu: Edições Esgotadas.

## **CAPÍTULO III**

Inquéritos sociológicos e  
construção do campo de  
observação





A adequada construção do campo de observação é condição indispensável à operacionalização empírica da investigação de cunho científico, quer no sentido de validar hipóteses, quer no de responder a questões previamente formuladas, a partir da pertinência social e do suporte teórico e conceptual do objecto de estudo. Este aspecto está presente em toda a investigação científica, das ciências físicas e naturais às sociais e humanas. Naturalmente, a especificidade de cada uma condiciona os meios de fazê-lo. A observação sistemática na bancada do laboratório na Química pode ter o seu equivalente em um inquérito sociológico com resultados estatisticamente significativos para uma determinada margem de erro e nível de confiança, na Sociologia.

Nas ciências sociais em geral, e mais particularmente na investigação sociológica, há um conjunto alargado de técnicas e instrumentos que podem ser mobilizados nesse sentido. A escolha depende, em primeiro lugar, do objecto de estudo, do grau de combinação de metodologias quantitativas e qualitativas, do recurso a escalas de observação mais macro ou micro, dos recursos financeiros para realizar o estudo e das condicionantes logísticas da operacionalização da pesquisa.

Como já foi referido anteriormente, privilegamos, em este livro, os exemplos de investigações já realizadas sobre a violência em geral, a violência contra as mulheres, doméstica e de género, a criminalidade participada e o trabalho infantil, e que possam constituir um referencial para investigadores e alunos dos três ciclos de estudos das ciências sociais. Os critérios utilizados prendem-se, sobretudo, com a originalidade, resultante quer do seu pioneirismo

na investigação sociológica em Portugal, quer de outras características da investigação, que serão desenvolvidas em cada caso.

Em este capítulo, sobre a construção do campo de observação, vamos abordar só duas dimensões: a das amostras para realização de inquéritos sociológicos, e a dos respectivos questionários para recolher a informação.

Apresentaremos casos de investigações com amostras estatisticamente representativas da população, para uma determinada margem de erro e nível de confiança, mas também outros estudos, que, pela sua especificidade, requerem amostras com características próprias.

Os questionários que vamos descrever têm também especificidades, resultantes não só do momento histórico em que se encontrava o desenvolvimento da investigação sociológica em Portugal, como da natureza do objecto de estudo.

Como é nosso propósito, e já referimos no início deste livro, não esgotamos todas as possibilidades de construção do campo de observação, tanto no que se refere à utilização de instrumentos quantitativos, como qualitativos. Trata-se, sobretudo, de pensarmos que os casos apresentados são exemplares pela sua especificidade, e podem ser importantes na compreensão dos problemas metodológicos que se colocam à investigação sociológica, correlativamente também no plano teórico, e nas formas de ultrapassá-los.

# 1. AMOSTRAS



# CONSTRUÇÃO DE AMOSTRAS ESTATISTICAMENTE REPRESENTATIVAS

Manuel Lisboa

A construção de amostras estatisticamente representativas da população, para a realização de inquéritos sociológicos, obedece a um conjunto de critérios, estatísticos e sociológicos, bem definidos. Todavia, esses critérios gerais, e que são descritos na maioria dos manuais de metodologia, têm de ser afinados em função da especificidade de cada estudo. Este texto não aborda as técnicas e fórmulas matemáticas, que se encontram nos manuais; o seu conteúdo resulta da experiência de investigação em alguns inquéritos sociológicos, realizados em Portugal, sobre a violência de género, e pretende mostrar, sucintamente, os caminhos seguidos face às dificuldades encontradas.

Os exemplos apresentados privilegiam diferentes aspectos: a abrangência espacial, com uma amostra de âmbito nacional e outra regional; a análise comparativa, com um exemplo de uma comparação sincrónica e outra diacrónica; e, finalmente, a construção de uma amostra com uma população de controlo.

## **Amostra nacional: o caso do primeiro inquérito nacional à violência contra as mulheres, em 1995<sup>1</sup>.**

Começamos por um exemplo de construção de uma amostra de âmbito nacional, de 1994-1995, sobre a violência contra as mulhe-

---

1 Este projecto teve a coordenação científica de Nelson Lourenço e metodológica de Manuel Lisboa. Mais tarde, na redação do livro *Violência Contra as Mulheres* (1997), contou também com a colaboração de Elza Pais.

res, cuja importância decorre do seu pioneirismo entre nós, no que se refere à investigação sociológica. A informação então disponível para a elaboração de amostras deste tipo era escassa, e a experiência na sua construção também. Trata-se de um dos exemplos mais significativos deste tipo de amostras no âmbito dos estudos de género em Portugal, já que pretendia-se que fosse estatisticamente representativa das mulheres com dezoito ou mais anos a viverem no continente. Foi construída para realizar o primeiro inquérito sociológico, de âmbito nacional, sobre a violência exercida contra as mulheres – um dos primeiros da Europa.

Os resultados deste estudo iriam ser importantes, a vários níveis, para as políticas públicas nacionais neste domínio. De facto, tratava-se da primeira vez em que era possível ter uma avaliação da prevalência do fenómeno a nível nacional. Depois deste inquérito sobre a violência contra as mulheres, outros se seguiram, também realizados pela equipa da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL. No essencial, e de modo a permitir análises comparativas, mantiveram-se os critérios estatísticos da amostra elaborada em 1995.

A amostra de 1995 foi constituída por mil mulheres, residentes no continente, com idade igual ou superior a dezoito anos, e foi estratificada, proporcionalmente, por distrito, dimensão da localidade e escalão etário, a partir dos dados do Recenseamento Geral da População de 1991 (Anexo 3.1). Cada célula corresponde ao cruzamento dos critérios de estratificação utilizados, contendo o cálculo das entrevistas a realizar às mulheres que preencham aquelas características. A selecção das inquiridas foi feita aleatoriamente, tendo sido substituídas as não respondidas, de modo a assegurar a distribuição proporcional da amostra. Como resultado final, foi possível a construção de uma amostra representativa das mulheres portuguesas residentes no continente, com idade igual ou superior a 18 anos, para uma margem de erro de 3,2% e um nível de confiança de 95% (Anexo 3.1).

### **Amostra regional: o caso do inquérito sobre a violência e género na Região Autónoma dos Açores, em 2008<sup>2</sup>**

A necessidade de elaborar uma amostra que seja ao mesmo tempo estatisticamente significativa e que tenha uma dimensão compatível com os recursos financeiros disponíveis para realização do estudo, por vezes, cruza-se com outros factores, como a necessidade de comparação com outros inquéritos, ou a desagregação da amostra central em subamostras parciais que, mesmo tendo uma margem de erro superior à central, permitem estudar o mesmo fenómeno em uma escala territorial mais pequena.

O exemplo que a seguir se expõe traduz essa situação. Trata-se do primeiro inquérito regional sobre a violência de género, realizado na Região Autónoma dos Açores, em 2008, que abrangiu homens e mulheres, e cujos resultados permitiram, mais tarde, elaborar o I Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica para a Região Autónoma. De facto, a realização deste inquérito na Região Autónoma permitiu a comparação com o estudo efectuado no continente em 2007, o que implicou usar o mesmo questionário, abranger homens e mulheres, com dezoito ou mais anos, e ter uma margem de erro semelhante. Acrescia que, para além da sua representatividade estatística para o Arquipélago, a dimensão da amostra em cada uma das nove ilhas deveria ainda permitir uma análise comparativa entre elas. Assim, na elaboração da amostra, foram considerados os critérios de representatividade estatística e de distribuição proporcional por ilha, por escalão etário e por sexo.

A dimensão da amostra global para todo o Arquipélago foi de 703 pessoas a inquirir (354 homens e 349 mulheres)<sup>3</sup>. Os critérios subjacentes ao delineamento da amostra foram os seguintes:

- Atingir uma avaliação da prevalência por género para o Arquipélago, com uma margem de erro não superior a 5%;

---

2 Este projecto teve a coordenação científica e metodológica de Manuel Lisboa. Con-  
tuiu também com a colaboração de Fátima Miguens na área estatística e de Dalila  
Cerejo na coordenação do trabalho de campo e no apuramento final dos resultados.

3 Na sequência do trabalho de campo, o número de pessoas inquiridas acabou por  
subir para 709 (358 homens e 351 mulheres).

- Atingir uma avaliação da prevalência por género e por ilha, com uma margem de erro não superior a 8,5%;
- Considerando uma repartição proporcional da amostra por escalão etário, ser possível ter avaliações da prevalência por escalão etário, para o Arquipélago.

Tendo por referência os dados do Recenseamento Geral da População de 2001, foi feita uma estratificação da amostra segundo o sexo e o escalão etário (Anexo 3.2a). Quanto ao método de selecção das unidades a inquirir, e para simplificação do processo de escolha e de acesso às pessoas a sondar, optou-se por seleccionar em cada ilha algumas freguesias e, nestas, inquirir no mínimo 36 pessoas (correspondendo aproximadamente a três homens e três mulheres por escalão etário). Não podendo, como no Continente, utilizar o critério de unidades territoriais com mais e menos de 10 000 habitantes, optou-se por fazer uma repartição das freguesias por rurais, urbanas e mistas (Anexo 3.2b).

### **Análises comparadas – sincrónica (violência contra homens e mulheres, 2007) e diacrónica (violência contra mulheres 1995-2007), em 2007<sup>4</sup>.**

Em termos de análise comparativa, o inquérito realizado em 2007 sobre a violência de género, abrangendo todo o continente, tinha dois objectivos: no que se refere às mulheres, fazer uma comparação com os dados de 1995, relativo às mesmas perguntas; quanto à vitimização de homens e mulheres em 2007, analisar comparativamente os mesmos actos, tanto quanto à prevalência, como aos contextos sociais de ocorrência e às características socioculturais dos autores dos actos.

Face a estes objectivos, foram construídas duas amostras probabilísticas: uma de 1000 mulheres e outra de 1000 homens, residentes no Continente, com 18 ou mais anos. As duas amostras são estatisticamente representativas para uma margem de erro de

---

4 Este projecto teve a coordenação científica e metodológica de Manuel Lisboa. Contou também com a colaboração de Zélia Barroso, Joana Patrício e Alexandra Leandro.



3,5% e um nível de confiança de 95%. As amostras foram estratificadas em função da idade, do distrito e da dimensão da localidade de residência (mais e menos de 10 000 habitantes), com base no Recenseamento Geral da População de 2001 e seguindo uma distribuição proporcional do universo da população residente para cada sexo. Os valores do censo foram corrigidos com os das estimativas de população residente (provisórias, pós-censitárias), por grandes grupos etários e distritos (31/12/2006 do INE) e pelo total de eleitores da ANMP de 2005.

No que se refere à análise comparativa mulheres-homens, procurou-se que a estratificação das amostras segundo os critérios já referidos permitisse ter um número equivalente de pessoas entrevistadas por cada escalão, no sentido de termos duas amostras relativamente homogéneas e com características semelhantes, para facilitar a comparação. Seguiram-se igualmente os procedimentos metodológicos adequados para efectuar a análise comparativa com os resultados de 1995, em relação às mulheres.

A análise das variáveis distrito de residência e idade das pessoas inquiridas permitiu assegurar que as amostras fossem proporcionais à distribuição do universo. Igualmente, e de acordo com os resultados obtidos em estudos anteriores, a amostra continha um número suficiente de vítimas e não vítimas (*grupo de controlo*) para permitir todos os cálculos estatísticos necessários ao objectivo do estudo (Anexo 3.3a e Anexo 3.3b).

### **Amostra com uma população de controlo: o caso do inquérito sobre os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres, 2001-2002<sup>5</sup>.**

A possibilidade de dispor, simultaneamente, da amostra de referência para o objecto de estudo e de uma população de controlo nem sempre é possível na investigação sociológica. A quase tota-

5 Este projecto teve a coordenação científica e metodológica de Manuel Lisboa. Con-  
tuiu também com a colaboração de Ana Roque, na área metodológica. O resultado  
do estudo está publicado em livro, *Prevenir ou Remediar*, na Edições Colibri, edi-  
tado em 2006 e conta com vários autores (Manuel Lisboa, Isabel do Carmo, Luísa  
Branco Vicente, António Nóvoa, Pedro Pita Barros, Ana Roque, Sofia Marques da  
Silva, Luísa Franco e Sofia Amândio).

lidade dos inquéritos realizados pela equipa da FCSH/UNL sobre a violência contra as mulheres, doméstica e de género, tem tido esse tipo de população. O exemplo que a seguir se apresenta diz respeito ao primeiro inquérito de âmbito nacional, efectuado em Portugal, sobre os custos sociais e económicos da violência exercida contra as mulheres.

No estudos sobre os custos sociais e económico da violência contra as mulheres, pretendia-se, em primeiro lugar, verificar se era possível observar e medir os custos e, em segundo lugar, sendo-o, então interessava comparar os custos nas mulheres vítimas com os das não vítimas, de modo a avaliar se as diferenças eram significativamente diferentes do ponto de vista estatístico.

Como se tratou de um estudo pluridisciplinar, abrangendo diferentes áreas dos custos (relações pessoais e profissionais, saúde física e psicológica e educação), cada uma das áreas tinha indicadores com um número de categorias diferentes. Considerou-se o indicador com o maior número de categorias, cruzado com a variável vítima/não-vítima (duas categorias), de modo a que em cada uma das células nunca houvesse menos de 30 casos. Esta preocupação foi importante para referenciar a dimensão mínima da amostra. Os cálculos efectuados permitiram chegar ao valor da amostra de 1503 mulheres, com dezoito ou mais anos, residentes no Continente. Permitiram ainda apurar uma margem de erro de 3,5%, para um nível de confiança de 95%. A amostra foi estratificada em função da idade, do distrito e da dimensão da localidade de residência das mulheres (mais e menos de 10 000 habitantes), com base no recenseamento de 2001 e seguindo uma distribuição proporcional do universo da população das mulheres residentes (Anexo 3.4a, Anexo 3.4b, Anexo 3.4c). Tendo por base a referência das prevalências de vitimização, foi possível calcular que a amostra total tinha um número suficiente de mulheres vítimas e não vítimas. Deste modo, assegurou-se que as não vítimas funcionariam como o *grupo de controlo* na análise estatística dos custos da violência, como era objectivo do estudo.

## Bibliografia

- LISBOA, Manuel; Carmo, Isabel; Vicente, Luísa; Nóvoa, António; Barros, Pedro P.; Roque, Ana; Silva, Sofia; Franco, Luísa & Amândio, Sofia (2006). *Prevenir ou Remediar — os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*. Lisboa: Ed. Colibri.
- LISBOA, Manuel; Barroso, Zélia; Patrício, Joana & Leandro, Alexandra (2009). *Violência e Género*. Lisboa: CIG.
- LISBOA, Manuel; Miguens, Fátima; Cerejo, Dalila & Favita, Andreia (2009). *Violência de Género — Inquérito à Região Autónoma dos Açores*, Relatório Final. Lisboa: FCSH/UNL.
- LOURENÇO, Nelson; Lisboa, Manuel & Pais, Elza (1997). *Violência Contra as Mulheres*. Lisboa: CIDM.

# AMOSTRA POR CACHOS: O CASO DO INQUÉRITO SOBRE SAÚDE E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, EM 2003

Manuel Lisboa e Fátima Miguens<sup>6</sup>

O estudo sobre os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres, que teve como universo as mulheres residentes no Continente com 18 ou mais anos, revelou resultados particularmente importantes em relação à saúde física e psicológica. Daí que, em 2003, se tenha feito um novo estudo, focado especificamente nas consequências da violência em relação a várias dimensões da saúde física e psicológica.

Agora, o objectivo era que a população estudada fosse constituída pelo conjunto das mulheres utentes dos Centros de Saúde do Continente, com dezoito ou mais anos. Interessava, por isso, que a dimensão da amostra a inquirir e as suas características permitissem que ela fosse estatisticamente representativa das mulheres utentes. Ficam excluídas as mulheres da faixa etária inferior aos dezoito anos e as que não se dirigem aos Centros de Saúde – não devendo, por isso, fazer-se qualquer extrapolação para a população residente.

## **a. Etapas da construção da amostra**

Consideraram-se todos os distritos do continente, tendo-se efectuado a selecção da amostra em duas etapas:

- 1) Escolha dos Centros de Saúde, por distrito;
- 2) Selecção das mulheres a inquirir em cada centro.

---

<sup>6</sup> Este projecto teve a coordenação científica e metodológica de Manuel Lisboa. O cálculo estatístico da construção da amostra foi da responsabilidade de Fátima Miguens. Contou também com a colaboração de Luísa Branco Vicente, que coordenou cientificamente a área da Saúde, e Zélia Barroso, na operacionalização da pesquisa.

Para a primeira etapa, o método de selecção dos Centros de Saúde de cada distrito consistiu numa escolha aleatória, ponderada pelo número de utilizadoras de cada centro. Assim, um Centro de Saúde com maior número de utentes teria uma maior probabilidade de ser seleccionado do que outro que tivesse menos. Ou seja, o número de Centros de Saúde por distrito difere em função do total de utilizadoras em cada distrito e do peso em termos percentuais de cada Centro relativamente a esse total.

Para a determinação do número de Centros de Saúde a escolher em cada distrito e do número de entrevistas a realizar em cada Centro de Saúde foi, ainda, adoptado um critério que tivesse em conta os custos associados ao estudo e a necessidade de ter um número mínimo de inquéritos válidos por distrito, não inferior a 100.

Na segunda etapa, foram escolhidas aleatoriamente as mulheres que acorressem ao Centro de Saúde em causa.

A informação prévia, obtida a partir dos resultados da prevalência de vitimização do inquérito de âmbito nacional sobre *Os Custos Sociais e Económicas da Violência Contra as Mulheres* (Lisboa, Carmo, Vicente *et al.*, 2003), ajudou a construir uma amostra que optimizava a estimação da prevalência de vitimização, ou seja, a determinação do conjunto de valores que minimizam o desvio padrão da estimativa desta prevalência. O desvio padrão resultante desta optimização é de 2%. É de sublinhar que se considera que a medida que orienta os cálculos é a estimação da prevalência de vitimização das mulheres portuguesas utilizadoras dos Centros de Saúde em 2004.

O número de entrevistas a realizar em cada Centro de Saúde foi considerado fixo e com um valor de 50. Após o cálculo do número de Centros de Saúde a sondar em cada distrito, a sua escolha foi feita por selecção aleatória. Assim, deveriam ser realizadas 2300 entrevistas válidas, distribuídas por 46 Centros de Saúde de todos os distritos do Continente (Anexo 3.5a e Anexo 3.5b).

## **b. Fundamentação matemática da construção da amostra**

No desenvolvimento do método de amostragem, consideraram-se as seguintes notações e definições, onde CS significa «Centro de Saúde»:

$D$  - Número de distritos

$N$  - Número total de Centros de Saúde (CS)

$N_k$  - Número de CS no distrito  $k$ ,  $k = 1, \dots, D$

$M_{ki}$  - Número de elementos no CS  $i$  do distrito  $k$ ,  $i = 1, \dots, N_k$ ,  
 $k = 1, \dots, D$

$M_{0k} = \sum_{i=1}^{N_k} M_{ki}$  - Total de elementos no Distrito  $k$ ,  $k = 1, \dots, D$

$n$  - Total de CS a sondar no território

$n_k$  - Total de CS a sondar no distrito  $k$ ,  $k = 1, \dots, D$

$m_{ki}$  - Total de elementos a inquirir no CS  $i$  do distrito  $k$ ,  
 $i = 1, \dots, N_k$ ,  $k = 1, \dots, D$

$P$  - Proporção (prevalência) no território

$P_k$  - Proporção (prevalência) no distrito  $k$ ,  $k = 1, \dots, D$

$P_{ki}$  - Proporção (prevalência) no CS  $i$  do distrito  $k$ ,  $i = 1, \dots, N_k$ ,  $k = 1, \dots, D$

$p_{ki}$  - Estimador da proporção (prevalência) no CS  $i$  do distrito  $k$ ,  $i = 1, \dots, N_k$ ,  $k = 1, \dots, D$

$p_{uk} = \frac{1}{n_k} \sum_{i=1}^{n_k} p_{ki}$  - Estimador da proporção (prevalência) no distrito  $k$ ,  $k = 1, \dots, D$

$p_u = \frac{1}{D} \sum_{k=1}^D p_k$  - Estimador da proporção (prevalência) no território

**c. Escolha das dimensões das amostras que minimizam a variância (aumentam a precisão), dado um número pré-estabelecido de inquéritos a realizar**

Supondo que na segunda etapa de sondagem seleccionamos uma amostra aleatória simples de dimensão  $m$  fixa, e que na primeira etapa de amostragem escolhemos proporcionalmente ao tamanho dos CS, uma amostra aleatória de  $n_k$  CS de cada distrito  $k$ ,  $k = 1, \dots, D$ , então temos os seguintes estimadores da proporção (prevalência):

Estimador da proporção (prevalência) no distrito  $k$ ,  $k = 1, \dots, D$ ,

$$P_{uk} = \frac{1}{n_k} \sum_{i=1}^{n_k} P_{ki}, \text{ sendo } p_{ki} \text{ a proporção (prevalência) registada no CS } i \text{ do distrito } k, i = 1, \dots, N_k, k = 1, \dots, D$$

Estimador da proporção (prevalência) no território

$$P_u = \frac{1}{D} \sum_{k=1}^D P_{uk}.$$

**d. Variância dos estimadores**

A variância entre as respostas no CS  $i$  do distrito  $k$  é

$$S_{ki}^2 = \frac{M_{ki}}{M_{ki} - 1} P_{ki} (1 - P_{ki})$$

Como a amostragem é independente de distrito para distrito, então

$$V(p_u) = \frac{1}{D^2} \sum_{k=1}^D V(p_{uk})$$

e

$$V(p_{uk}) = \frac{1}{n_k M_{ok}} \left[ \sum_{i=1}^{N_k} M_{ki} (P_{ki} - p_k)^2 + \sum_{i=1}^{N_k} \left( \frac{M_{ki}}{m} - 1 \right) S_{ki}^2 \right]$$

Se considerarmos,

$$A_k = \frac{1}{M_{0k}} \left[ \sum_{i=1}^{N_k} M_{ki} (P_{ki} - p_k)^2 + \sum_{i=1}^{N_k} \left( \frac{M_{ki}}{m} - 1 \right) S_{ki}^2 \right]$$

então

$$V(p_{uk}) = \frac{A_k}{n_k}.$$

### e. Condição sobre o custo

Se pretendermos minimizar a  $V(p_u)$ , então devemos determinar as atribuições óptimas para o número de CS a sondar,  $n_1, \dots, n_D$  que permitam aquela minimização. Dito de outro modo, devemos determinar  $n_1, \dots, n_D$  que permitem um mínimo para a

$$V(p_u) = \sum_{k=1}^D V(p_{uk}) = \sum_{k=1}^D \frac{A_k}{n_k}$$

sujeitos a

$$n = (1 + m) = C$$

com

$$n = \sum_{k=1}^D n_k.$$

Consideremos a função de Lagrange,

$$\begin{aligned} L(n_1, \dots, n_D, \lambda) &= \sum_{k=1}^D V(p_{uk}) + \lambda \left( (1 + m) \sum_{k=1}^D n_k - C \right) = \\ &= \sum_{k=1}^D \frac{A_k}{n_k} + \lambda \left( (1 + m) \sum_{k=1}^D n_k - C \right) \end{aligned}$$



cujo mínimo vamos determinar. Assim

$$\frac{\partial L}{\partial n_k} = -\frac{A_k}{n_k^2} + \lambda(1+m) = 0$$

isto é equivalente a

$$\frac{1}{n_k^2} = \lambda \frac{1+m}{A_k} \Leftrightarrow \frac{1}{n_k} = \sqrt{\lambda} \sqrt{\frac{1+m}{A_k}} \Leftrightarrow n_k = \frac{1}{\sqrt{\lambda}} \sqrt{\frac{A_k}{1+m}}$$

Em conclusão,

$$C = (1+m) \sum_{k=1}^D n_k = (1+m) \frac{1}{\sqrt{\lambda}} \frac{1}{\sqrt{1+m}} \sum_{k=1}^D \sqrt{A_k}$$

logo

$$\frac{1}{\sqrt{\lambda}} = \frac{C}{\sqrt{1+m}} \left( \sum_{k=1}^D \sqrt{A_k} \right)^{-1}$$

e

$$n_k = \frac{C}{\sqrt{1+m}} \left( \sum_{k=1}^D \sqrt{A_k} \right)^{-1} \sqrt{\frac{A_k}{1+m}} = \frac{C}{\sqrt{1+m}} \sqrt{A_k} \left( \sum_{k=1}^D \sqrt{A_k} \right)^{-1}$$

O mínimo valor para a  $V(p_u)$  será

$$\begin{aligned} V(p_u) &= \sum_{k=1}^D A_k \frac{1+m}{C} \frac{1}{\sqrt{A_k}} \left( \sum_{k=1}^D \sqrt{A_k} \right) = \\ &= \frac{1+m}{C} \left( \sum_{k=1}^D \sqrt{A_k} \right) \sum_{k=1}^D \sqrt{A_k} = \\ &= \frac{1+m}{C} \left( \sum_{k=1}^D \sqrt{A_k} \right)^2 \end{aligned}$$

## f. Aplicação

Após o estudo do possível número de inquéritos a realizar em cada Centro, que determinaria o número de Centros de Saúde a escolher em cada distrito, de modo a otimizar a estimação da prevalência, considerando também o custo dos inquéritos para todo o território continental entre 1800 e 2100 inquéritos, decidiu-se estabelecer  $m = 50$  inquéritos por Centro de Saúde. Foi então determinado o número de Centros de Saúde a selecionar em cada distrito e seguidamente foi feita a sua escolha aleatória, mas de modo proporcional ao tamanho de cada. Entenda-se por tamanho de um Centro de Saúde a percentagem de utentes relativamente ao total de utentes dos Centros de Saúde do distrito a que ele pertence.

$$mn = m \sum_{k=1}^D n_k$$

A título de exemplo, em anexo (Anexo 3.5b), encontram-se duas tabelas exemplificativas do número de Centros de Saúde e dos escolhidos para os distritos de Évora e do Porto.

## g. Avaliação final

Face ao número  $m$  de 50 inquéritos a realizar em cada Centro de Saúde, e para os Centros de Saúde escolhidos em cada distrito, o desvio padrão previsto para a estimativa da prevalência a nível do território continental é de 2%.

Tendo em conta os resultados obtidos no inquérito, foi de novo determinado o desvio padrão associado à estimação da prevalência de vitimização. A diferença entre desvio padrão erro e o previsto inicialmente é da ordem dos 0,04%.

Na tabela que se segue, apresentam-se os valores do desvio padrão previsto e observado para a estimativa da prevalência de vitimização, por distrito e para o território continental.

Distrito	Centro de Saúde	Prevalência Vitimação		Desvio padrão	
		Centro	Distrito	Estimado	Previsto
Aveiro	Aveiro Sangalhos	0,54 0,58	0,56	0,0514	0,0600
Beja	Beja Serpa Odemira	0,60 0,38 0,50	0,49	0,0660	0,0749
Braga	Braga Taipas	0,60 0,48	0,54	0,0652	0,0546
Bragança	Bragança Freixo de Espada à Cinta	0,54 0,54	0,54	0,0498	0,0697
Castelo Branco	Castelo Branco Covilhã	0,54 0,52	0,53	0,0504	0,0584
Coimbra	Fernão Magalhães Figueira da Foz	0,44 0,48	0,46	0,0518	0,0588
Évora	Évora Alandroal Viana do Alentejo	0,40 0,54 0,82	0,59	0,1131	0,0863
Faro	Faro Silves Olhão	0,32 0,36 0,32	0,33	0,0397	0,0818
Guarda	Guarda Seia	0,58 0,58	0,58	0,0493	0,0689
Leiria	Dr. Gorja Henriques Nazaré	0,06 0,40	0,23	0,1242	0,0665
Lisboa	Loures Penha de França Alenquer	0,52 0,42 0,68	0,54	0,0702	0,0862
Portalegre	Portalegre Ponde Sôr Gavião	0,18 0,40 0,42	0,33	0,0788	0,0735
Porto	Penafiel Foz do Douro Baião Soares dos Reis	0,34 0,42 0,64 0,32	0,43	0,0683	0,0919
Santarém	Abrantes Santarém	0,14 0,10	0,12	0,0353	0,0567
Setúbal	Amora Cova da Piedade Setúbal	0,62 0,66 0,42	0,57	0,0738	0,0757
Viana do Castelo	Darque Ponte de Lima Viana do Castelo	0,42 0,60 0,38	0,47	0,0698	0,0856
Vila Real	Vila Real 1 Vila Real 2 Montalegre	0,42 0,60 0,38	0,47	0,0688	0,0443
Viseu	Moimenta da Beira Viseu	0,48 0,62	0,55	0,0697	0,0627
<b>Total</b>			<b>0,46</b>	<b>0,0165</b>	<b>0,0167</b>

## Bibliografia

- LISBOA, Manuel; Carmo, Isabel; Vicente, Luisa *et al.* (2003). *Os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*. Lisboa: CIDM.
- LISBOA, Manuel; Vicente, Luísa & Barroso, Zélia (2005). *Saúde e violência contra as mulheres: estudo sobre as relações existentes entre a saúde das mulheres e as várias dimensões de violência de que tenham sido vítimas*. Lisboa: DGS.
- LISBOA, Manuel; Carmo, Isabel; Vicente, Luísa; Nóvoa, António; Barros, Pedro P.; Roque, Ana; Silva, Sofia; Franco, Luísa & Amândio, Sofia (2006). *Prevenir ou Remediar — os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*. Lisboa: Ed. Colibri.

## **AMOSTRAS EMPARELHADAS: O CASO DO INQUÉRITO SOBRE O TRABALHO INFANTIL EM PORTUGAL, A ALUNOS PIEF E DO ENSINO REGULAR, EM 2007**

Manuel Lisboa, Fátima Miguens e Joana Malta<sup>7</sup>

As amostras emparelhadas têm uma utilização pouco frequente na investigação sociológica. Todavia, as possibilidades de comparação que permitem são mais amplas do que as dos grupos de controlo. Quando o objectivo consiste em fazer uma comparação sistemática de múltiplas variáveis, no sentido de definir perfis socioculturais de duas populações que pretendemos comparar, então a sua utilização é de uma grande valia.

Este é o caso do estudo sobre o trabalho infantil, em que pretendia-se compreender as características dos perfis socioculturais dos alunos que frequentavam o PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação) e, nas mesmas escolas, os do Ensino Regular. Em seguida, descrever-se-ão os fundamentos do estudo e os principais passos seguidos na construção da amostra emparelhada daqueles alunos.

No estudo, realizado em 2007, sobre as actividades desenvolvidas por crianças e jovens no âmbito do trabalho infantil, que abrangeu todo o Continente, considerou-se a escola como o local estratégico para a observação do fenómeno, já que passam por lá praticamente todos os jovens, mesmo os que abandonam o sistema de ensino. O principal objectivo desta investigação consistiu na análise das situações de trabalho infantil já sinalizadas pelo

---

<sup>7</sup> Este projecto teve a coordenação científica e metodológica de Manuel Lisboa. Os cálculos estatísticos para a construção da amostra emparelhada foram da responsabilidade de Fátima Miguens. O trabalho de campo teve a coordenação de Joana Malta e contou com a colaboração de Dalila Cerejo. O resultado do estudo está publicado em livro, *Infância Interrompida*, nas Edições Colibri, de 2009, e conta com vários autores (Manuel Lisboa, Manuel sarmento, David Justino, Maria João Valente Rosa, Joana Malta, Maria João Leote de Carvalho, Alexandra Leandro, Pedro Pinho, Eugénia Graça e Elizabete Fonte).

PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). Pretendeu-se produzir um conhecimento rigoroso e quantitativo do trabalho infantil, nas suas diferentes formas, níveis de ilicitude e espaços de ocorrência, de forma a compreender as dinâmicas e processos sociais que lhes estão subjacentes, bem como identificar factores, a nível económico, social e/ou cultural que contribuam para a sua produção e reprodução, incluindo as formas emergentes. No sistema de ensino, deu-se uma particular atenção ao percurso escolar e à construção das trajectórias profissionais e de vida de jovens que tenham estado em situação de trabalho infantil, nomeadamente as sinalizadas no regresso destes à escola, através do programa PIEF.

Um dos pilares da estratégia de investigação seguida no estudo consistiu na elaboração de um inquérito sociológico a todos os alunos do PIEF, sinalizados nas escolas do país onde funcionava este programa. Todavia, e de modo a melhor compreender os factores socioculturais que caracterizam o fenómeno e contribuem para sua produção e reprodução, optou-se por fazer uma análise comparativa com os alunos do Ensino Regular que frequentavam as mesmas escolas. Nesse sentido, foram construídas duas amostras, cuja constituição passamos a descrever em seguida.

Tendo-se privilegiado os alunos PIEF como o espaço social de referência para o estudo do trabalho infantil potencial ou efectivo, optou-se por inquirir todos os alunos das escolas onde decorriam os programas PIEF existentes em 2006, no Continente. Deste modo, à partida, e para estes alunos, não foi construída uma amostra, mas considerou-se todo o universo de alunos PIEF, de acordo com a listagem fornecida pelo PETI. Faziam parte deste universo 107 escolas e 1740 alunos, o número de alunos inscritos em turmas de PIEF em Dezembro de 2006. De facto, estes alunos abrangem as situações de abandono escolar, indiciado ou efectivo, ou situações de trabalho infantil, também indiciado ou efectivo. O objectivo consistia na análise das dinâmicas e dos processos sociais produtores do trabalho infantil. Além da aplicação de questionários àqueles alunos dos PIEF, decidiu-se também inquirir os alunos do Ensino Regular. Para isso, recorreu-se à construção de uma amostra emparelhada.

A necessidade de construção de uma amostra emparelhada resultou da constatação de que, para retirar conclusões sustentadas acerca dos alunos inseridos nos programas PIEF, teríamos de ter

um grupo de comparação, homogéneo e com características homólogas. Assim, a construção da amostra obedeceu a três critérios fundamentais: a frequência do mesmo estabelecimento de ensino, o sexo e a idade. A recolha das listas PIEF serviu de base à definição da amostra destes alunos. Através da construção de uma base de dados, na qual constavam as três variáveis acima referidas (escola a que pertence o PIEF; o sexo; e a data de nascimento), agregaram-se as idades à data de inscrição no ano lectivo de 2006/2007 (15 de Setembro de 2006), segundo escalões etários correspondentes aos ciclos escolares. Obtiveram-se, assim, três escalões: menores de 12 anos, que corresponde à idade de frequência do 2.º ciclo; entre 13 e 15 anos, correspondente à idade de frequência do 3.º ciclo; e entre 16 e 17 anos, ou seja, a idade de frequência do ensino secundário (excluíram-se os alunos com 18 e mais anos já que, a partir desta idade, deixam de poder ser considerados como casos de trabalho infantil, potencial ou efectivo). A metodologia de emparelhamento foi aplicada apenas nos casos em que os programas PIEF decorriam, pelo menos parcialmente, no espaço da escola. Há ainda a referir que, no que diz respeito ao emparelhamento etário, a selecção dos alunos do Ensino Regular partiu do pressuposto de que estes nunca ficaram retidos, *i.e.*, os alunos foram seleccionados exclusivamente pela frequência do ciclo de ensino, independentemente de terem ou não as idades correspondentes, pelo que não se tiveram em conta possíveis retenções nos seus percursos escolares.

Para a selecção dos alunos do Ensino Regular a inquirir, pediu-se às escolas as listas dos alunos inscritos, discriminadas por ano escolar, turma e sexo. Fez-se uma selecção aleatória dos alunos a inquirir, através de um método de lotaria (controlando as variáveis ciclo escolar e sexo). Este método foi aplicado às listas dos alunos de cada escola. Sempre que não tivemos acesso às listas dos alunos numa determinada escola, fez-se uma estimativa do número de turmas, através dos dados recolhidos *on-line* na página do Ministério da Educação<sup>8</sup> relativos ao número de alunos inscritos em cada escola, partindo da dimensão máxima da turma para cada ciclo escolar instituída pelo Ministério da Educação<sup>9</sup>. Em

8 <http://www.min-edu.pt/outerFrame.jsp?link=http%3A//www.giase.min-edu.pt/>

9 As turmas do 5.º ao 12.º ano não devem ter menos de 24 alunos nem mais de 28, com a excepção de turmas com alunos com necessidades especiais (nestes casos

todos os casos, procurou-se que a selecção aleatória pudesse ser executada em tempo útil, para que os inquiridores tivessem acesso a essa informação antes de se deslocarem às escolas. Se tal não era possível, e o acesso às listas dos alunos inscritos no Ensino Regular apenas se concretizava quando o inquiridor chegava à escola, a selecção dos alunos era feita *in loco*. Nestes casos, a metodologia de selecção a aplicar na escola era enviada ao inquiridor, que faria a lista dos alunos, recorrendo à ajuda das investigadoras coordenadoras do trabalho de campo.

Na construção da amostra, foi igualmente necessário ter em consideração a forma como se iria fazer a selecção das crianças a inquirir, quando no terreno. Sempre que um aluno não podia ou não aceitava responder ao questionário, estabeleceu-se que se passaria para o aluno seguinte na lista de alunos, com a condição de pertencer ao mesmo ciclo escolar e ter o mesmo sexo. Esta metodologia de substituição repetiu-se relativamente às turmas, sempre que uma turma não estava na escola no momento da administração do questionário, ou os alunos não estavam disponíveis para responder ao inquérito: retiravam-se os alunos da turma seguinte, desde que fosse uma turma do mesmo ciclo de escolaridade. Nos casos em que a turma seguinte era já uma turma de outro ciclo, reiniciava-se a contagem das turmas.

Em anexo (Anexo 3.6), apresentam-se exemplos de fichas de três escolas (Norte, Centro e Sul do país), que foram usadas para a selecção dos alunos do Ensino Regular, e que passaram a fazer parte da amostra emparelhada. Esta operação repetiu-se nas 107 escolas PIEF do continente.

Em este estudo, as condicionantes decorrentes da especificidade do tema e dos dados disponíveis obrigaram a que a construção da amostra só acabasse por ficar finalizada no fim do trabalho de campo. Daí que, para o emparelhamento da amostra, tivesse sido fundamental a definição clara e rigorosa dos critérios a seguir desde o início.

---

não devem exceder os 20 alunos), turmas de cursos profissionais (que devem ter entre 18 e 23 alunos) e turmas dos Cursos de Educação e Formação (devem ter entre 10 e 20 alunos). Despacho n.º 14026/07. «D. R. 2ª série», n.º 126, 3 de Julho 2007, 18807 (<http://www.dgicd.min-edu.pt/fichdown/Despacho%2014026-07.pdf>). Consultada em Outubro de 2007).



## **Bibliografia**

LISBOA, Manuel (coord.); Sarmiento, Manuel; Justino, David *et al.* (2009), *Infância interrompida — Caracterização das Actividades Desenvolvidas pelas Crianças e Jovens em Portugal*. Lisboa: Colibri.

# AMOSTRAS PARA OBSERVAR FENÓMENOS SOCIAIS DE DIFÍCIL ACESSO: O CASO DO ESTUDO DA MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA EM PORTUGAL, DE 2015

Manuel Lisboa, Rosário Oliveira Martins e Ana Lúcia Teixeira<sup>10</sup>

Alguns fenómenos, pela sua natureza e invisibilidade social, são de observação difícil através de inquéritos sociológicos. Nestes casos, não é expectável que as amostras sejam estatisticamente representativas para uma determinada margem de erro e nível de confiança, mas tão somente que tenham a dimensão suficiente para permitir a realização dos cálculos estatísticos necessários ao estudo do fenómeno em causa, e que as suas características traduzam as dimensões fundamentais do objecto de estudo. Há vários exemplos de amostras deste tipo. Exporemos, em seguida, o caminho percorrido em um estudo pluridisciplinar, dirigido pela equipa da UNL e realizado em 2014-2015, sobre a mutilação genital feminina (MGF) em Portugal, e que consta do respectivo relatório final, cujo texto aqui se reproduz, com alterações.

Na proposta inicial para estudar a MGF a partir de um inquérito, estava prevista a possibilidade de utilizar duas metodologias: a amostragem conduzida pelo entrevistado (*response driven sampling* [RDS]) e a amostra por tempo-local (*time location sampling* [TLS]). Na primeira, são escolhidos participantes-chave (sementes), que são responsáveis pelo recrutamento de novos participantes, expandindo-se, então, a amostra, em ondas de recrutamento, até completar-se a dimensão pretendida. Este método permite eliminar a preocupação com a privacidade dos

---

<sup>10</sup> Este projecto teve a coordenação científica e metodológica de Manuel Lisboa. O resultado do estudo foi publicado em livro, *Mutilação Genital Feminina em Portugal*, em 2015, pela Editora Húmus, e tem a autoria de: Manuel Lisboa, Dalila Cerejo, Ana Lúcia Teixeira, Alice Frade, Catarina Moreira, Elisabete Brasil, Rosário Oliveira Martins e Gabriela Moita. O projecto contou ainda colaboração de Ricardo Santana, Ana Belinda Teixeira, Alexandra Alves Luís, Cadidjatu Baldé e Tchernobaldé.

participantes, uma vez que estes são recrutados pelos seus pares. A segunda baseia-se no uso de locais e na compreensão de um grupo-alvo, numa perspectiva etnográfica, para além da seleção aleatória de locais-dias-horas. Esta deve ser usada quando é possível a identificação de locais de reunião destas populações, em dias e horários específicos e identificáveis.

A escolha do melhor método de amostragem deve ser efectuada com base nos resultados de uma pesquisa formativa, onde participam os coordenadores das equipas de investigação e representantes da comunidade da população-alvo. Este processo é fundamental para determinar, nomeadamente, se a população-alvo está em rede, o interesse da população em participar no estudo, a necessidade de haver incentivos, o local, dia e hora de recrutamento, as características e número de sementes e os modelos de recrutamento.

Tendo em conta a *avaliação formativa* efectuada, optou-se por, numa primeira fase, privilegiar o método TLS, já que foi possível identificar locais, dias e horários de reunião destas populações, e ainda porque a literatura tem mostrado que a RDS pode não funcionar bem, pela fraca adesão dos respondentes. Ainda que não exista consenso na literatura, é da população-alvo que depende o sucesso da implementação da RDS, ao passo que, na TLS, existe um maior controlo do processo de amostragem por parte da equipa de investigação.

A aplicação da TLS<sup>11</sup> implica a criação de um mapa de todos os locais, dias e horas de reunião das populações, constituindo este a base de amostragem, de onde serão seleccionados, aleatoriamente, os respondentes. Ao ser um método de amostragem aleatório por *clusters*, permite, por um lado, uma representatividade do universo, e, por outro lado, uma aproximação a populações de difícil acesso. Por último, não requer a existência de uma base de sondagem dos indivíduos que compõem o universo. Não obstante estas vantagens, exclui todos os elementos da população-alvo que não frequentem esses mesmos locais. Este tipo de amostra requer

---

11 Para um conhecimento mais aprofundado desta metodologia, ver Raymond, Ick, Grasso, Vaudrey, & McFarland (2007). *Resource Guide: Time Location Sampling (TLS)*. Behavioral Surveillance Unit, San Francisco Department of Public Health, 2<sup>nd</sup> Edit.

uma dimensão mínima de 500 pessoas, um período de recolha de dados superior a seis meses (e inferior a doze) e, entre outros, a realização de catorze eventos de amostragem por mês.

A *avaliação formativa*, que é o processo de recolha qualitativa de dados necessário ao desenvolvimento desta metodologia, contou com a colaboração dos diversos membros da equipa de investigação, nas suas diferentes valências, e permitiu obter um retrato de cariz qualitativo da população de mulheres guineenses das regiões de Lisboa e Setúbal. A realização de entrevistas a presidentes e técnicos de associações de imigrantes, profissionais de saúde e da área da magistratura também ajudou a perceber algumas das dinâmicas socioculturais daquelas mulheres.

Esta *avaliação formativa*, incluiu uma análise aos dados dos Censos de 2011, o que permitiu perceber que a população guineense é a mais representada em termos de nacionalidades estrangeiras em Portugal: a Guiné-Bissau, com 89,4% do total das mulheres em idade reprodutiva, oriundas de países onde a mutilação genital feminina (MGF) é praticada. Por outro lado, concluiu-se ainda que é nos distritos de Lisboa e Setúbal que se concentra a esmagadora maioria da população guineense: 89,4%. Foi igualmente possível identificar e contactar informadores/as-chave, maioritariamente através de membros de organizações que intervêm junto das comunidades, o que facilitou a entrada no meio e ajudou a sensibilizar a população-alvo para a realização do estudo.

A *avaliação formativa* permitiu ainda identificar os seguintes elementos, necessários à aplicação da metodologia TLS:

- Área geográfica: alguns municípios dos distritos de Lisboa e Setúbal, com forte presença e concentração de comunidades originárias de países onde a MGF/C é praticada (ainda que o enfoque esteja na população guineense, pelos motivos atrás descritos).
- Pessoas-chave:
  - *Profissionais de saúde* com experiência na detecção e acompanhamento de casos de MGF assinalados em meio hospitalar ou noutras unidades de cuidados de saúde e responsáveis da Direcção-Geral da Saúde, considerados pontos focais da instituição, para as questões da MGF;

- *Técnicos/las representantes e responsáveis de instituições ou associações de imigrantes* onde a MGF seja uma temática trabalhada com as comunidades (MUSQUEBA, AGUINENSO, Solidariedade Imigrante). O trabalho já desenvolvido por estas associações, sobretudo ao nível da sensibilização contra a MGF junto das comunidades, é uma mais-valia para a condução da metodologia proposta, sobretudo ao nível dos eventos que promovem junto da comunidade e aos quais a equipa poderá ter acesso presencial;
- *Mulheres próximas das comunidades onde a MGF é praticada* e que são, igualmente, activistas contra a prática. Estas activistas desenvolvem, regularmente, acções de sensibilização junto das comunidades contra a prática da MGF.
- **Línguas:** no seio da comunidade com que trabalhámos, a guineense, e apesar de a língua portuguesa ser a oficial, verificámos que muitas das mulheres apresentavam algumas dificuldades em expressar-se em português, sendo então o crioulo preferível (na maioria dos casos, necessário).
- **Desafios no acesso à população-alvo:**
  - Como já referido anteriormente, a língua constituiu-se como um obstáculo ao contacto e comunicação com a comunidade guineense. Os contactos com as mulheres desta comunidade, bem como as entrevistas, foram efectuados por membros de uma associação que connosco colabora e que são fluentes no crioulo;
  - O acesso às comunidades provenientes de países onde a MGF é praticada revelou-se difícil, uma vez que são relativamente fechadas a elementos exteriores. O acesso a estas comunidades imigrantes exigiu a colaboração de um elemento que seja próximo da comunidade e com quem os seus membros tivessem relações de confiança. O facto de a MGF ser, em Portugal, alvo de criminalização (ao abrigo do Artigo 144.º do Código Penal) é um factor inibidor da colaboração dos membros dessas comunidades.
- **Locais:** algumas das associações e instituições que connosco colaboraram organizam regularmente eventos (*workshops*, reuniões, acções de sensibilização) sobre a MGF. São eventos abertos ao público em geral e aos quais a equipa de investigação facilmente tem acesso. Estes eventos contam com a participação de mulheres oriundas de países onde a MGF é praticada. Nesta fase da investigação, conseguimos garantir

que a data e hora destes eventos futuros nos seriam comunicados futuramente, não sendo, portanto, naquele momento possível prever o número ou a localização. Para além desses eventos, contávamos ainda com celebrações com elevada afluência destas comunidades (elemento chave para a aplicação da metodologia proposta).

A impossibilidade de recolher toda a informação qualitativa dentro do prazo previsto para a concretização do projecto, uma vez que não ocorreram acontecimentos suficientes junto da população migrante para obter toda a informação necessária que pudesse representar a totalidade do universo, obrigou a seguir uma metodologia mista, com amostragem em bola de neve, que, mesmo não permitindo corrigir quantitativamente a prevalência da MGF em Portugal, possibilitou qualificar social e culturalmente os resultados dos cálculos.

Refira-se ainda que, face à sensibilidade da temática e ao facto de as populações oriundas de países onde a MGF está documentada serem de difícil acesso, para a construção da amostra, teve ainda de recorrer-se a algumas associações que colaboraram no estudo, nomeadamente à AGUINENSO (Associação Guineense de Solidariedade Social) e à Associação de Estudantes da Guiné-Bissau em Lisboa, no sentido de solicitar às pessoas que frequentam as respectivas associações para colaborar com os inquiridores e responder ao questionário.

A amostra final, com os questionários validados, ficou constituída por 123 pessoas: 25,9% de estudantes da Guiné Bissau a viver em Portugal; 13,8% de pessoas residentes no Vale de Amoreira e 12,9% de pessoas que recorreram à associação AGUINENSO.

## Bibliografia

LISBOA, Manuel; CEREJO, Dalila; TEIXEIRA, Ana Lúcia *et al.* (2015). *Mutilação Genital Feminina em Portugal*. V. N. Famalicão: Húmus.

## 2. QUESTIONÁRIOS





# QUESTIONÁRIOS PARA INQUÉRITOS SOCIOLOGICOS

Manuel Lisboa<sup>12</sup>

A construção de um questionário para a realização de um inquérito sociológico é sempre um exercício complexo no estabelecimento de equilíbrios entre a obtenção do máximo de informação para responder às questões de partida, ou validar hipóteses, e o dispêndio do mínimo de tempo e recursos na sua implementação. Daí que a sua estrutura e conteúdo, mesmo que sempre suportados pelos pilares teóricos que alicerçam cada estudo, tenham de ser ajustados em função dos objetivos específicos que se lhe colocam. Esta questão torna-se ainda mais premente nas investigações aplicadas, normalmente associadas à necessidade de utilizar os resultados da investigação para definir políticas ou para implementar medidas.

A maioria dos estudos que fizemos no âmbito da violência em geral, e da violência de género em particular, situam-se a esse nível. Em seguida, apresentaremos só dois exemplos: um, com o primeiro questionário construído em Portugal, em 1995, para o inquérito sociológico sobre a violência exercida sobre as mulheres; o segundo questionário, de 2007, mais desenvolvido e com o propósito de recolher dados para a realização de análises comparativas, tem uma relação directa com o de 1995, pela necessidade de comparação da violência contra as mulheres, mas acrescenta informação relativa à violência contra os homens, às políticas nacionais e aos dados internacionais.

---

12 Os exemplos apresentados resultam de relatórios finais dos projectos efectuados, que contaram com colaboração de outras pessoas. Estas serão devidamente indicadas em cada caso.

### **Questionário com actos de violência sinalizados por organizações governamentais: o caso do primeiro inquérito nacional Violência Contra as Mulheres, em 1995<sup>13</sup>**

Nos anos oitenta do século passado, a violência contra as mulheres em Portugal era já sinalizada por ONG, activistas individuais e alguns estudos qualitativos. Toda esta informação era utilizada no sentido de pressionar o poder político a definir políticas para o seu combate e possível erradicação. Muitas vezes, nos órgãos centrais do campo político, verificava-se uma espécie de «soma zero», com os argumentos a favor e contra empatados. Eram notórias algumas resistências, face ao desconhecimento da real dimensão do fenómeno em Portugal.

O primeiro inquérito de âmbito nacional sobre a violência exercida contra as mulheres, realizado no Continente, foi efectuado em 1995, e tinha como principais objectivos avaliar a real dimensão do problema em termos de prevalência, conhecer os diferentes tipos de violência exercida, as características socioculturais das vítimas e agressores, o tipo de reacção daquelas e o contexto social onde os actos ocorrem. O questionário foi elaborado a partir de um quadro amplo de questões fornecidas pela Comissão para a Igualdade dos Direitos da Mulheres (CIDM), correspondentes a problemas reais, que iam emergindo do contacto dos serviços técnicos da CIDM com as mulheres que aí se dirigiam para pedir apoio (Anexo 3.7).

Na realidade, como percebemos mais tarde, as mulheres eram vítimas de muitos mais actos do que aqueles que surgiam nos serviços de atendimento da CIDM. Porventura, terão sido estes a ajudar a quebrar a cortina de silêncio e facilitar que a denúncia se fizesse.

A operacionalização empírica do conceito de violência fez-se através da construção de uma bateria de perguntas aplicadas às inquiridas, que se relacionavam com os 52 actos que mais frequentemente eram reportados aos serviços de atendimento da CIDM, nomeadamente: seis actos relacionados com a discrimina-

---

<sup>13</sup> Este projecto teve a coordenação científica de Nelson Lourenço e metodológica de Manuel Lisboa. Mais tarde, na redação do livro *Violência Contra as Mulheres* (1997), contou também com a colaboração de Elza Pais.

ção sociocultural; 22 com a violência psicológica; treze com a violência física e onze com a violência sexual. Para além de qualquer configuração já existente na lei, tratava-se, portanto, de operacionalizar um conceito de violência construído a partir da representação que uma organização estatal, a CIDM, tinha em relação aos actos. Mais tarde, em outros estudos, novas representações foram incluídas, particularmente da vítima.

O questionário administrado foi estruturado a partir dos seguintes conjuntos de questões:

- a) Controlo da administração do questionário;
- b) Caracterização sociocultural das inquiridas;
- c) Actos praticados (repartidos pelos seguintes tipos: discriminação sociocultural, violência psicológica, violência física, violência sexual e outro acto);
- d) Caracterização sociocultural dos autores, contexto e tipo de reacção da vítima;
- e) Relação entre o consumo de álcool ou droga e o acto de violência perpetrado;
- f) Percepção por parte das inquiridas dos actos mais violentos, das causas e das medidas para combater a violência contra a mulheres.

A estrutura do questionário foi concebida de modo a, por um lado, permitir fazer uma triagem das pessoas que tinham maior inibição para falar de si e, por outro lado, atendendo ao melindre de algumas questões, procurou-se que a intensidade das perguntas a efectuar fosse gradual, de modo a obter o máximo de informação e permitir a total liberdade de resposta.

Antes da administração definitiva do questionário, realizou-se um pré-teste, o que permitiu corrigir aspectos da linguagem, reforçar os esclarecimentos a dar às inquiridas e acertar a melhor forma de fazer as perguntas.

**Questionário para análises comparadas – sincrónica (Violência Homens-Mulheres, 2007), diacrónica (Violência contra as Mulheres 1995-2007) e internacional: o caso do inquérito sobre a Violência e Género, em 2007<sup>14</sup>**

A investigação científica é claramente cumulativa, no sentido em que, ao partir-se do estado da arte do conhecimento existente sobre um tema, procura-se acrescentar conhecimento, quer seguindo caminhos que completem e deem continuidade aos trabalhos anteriormente efectuados no mesmo domínio, quer percorrendo vias completamente novas. Esta última questão é particularmente importante nas investigações aplicadas, tendo em vista a resolução de problemas sociais, já que a acumulação de conhecimento significa também a possibilidade de monitorizar os problemas ao longo do tempo, conhecer o impacto e articulação com as políticas públicas nacionais e internacionais, bem como pesquisar novas dimensões dos fenómenos e estudar as suas causas. Nesse sentido, as metodologias a utilizar, ao incorporarem o conhecimento adquirido em cada estudo, devem, também, permitir as análises comparativas.

Em 2007, uma equipa de investigação da FCSH/UNL realizou um estudo sobre a violência e género, que preenche tais condições, e cuja construção do questionário passamos a descrever, incluindo os pressupostos teóricos que estiveram na sua elaboração.

Tendo por base o texto elaborado no Relatório Final do projecto, e do qual foi publicado um livro em 2009<sup>15</sup>, procuraremos em seguida salientar os principais aspectos teóricos, conceptuais e legislativos que estiveram na base da construção dos questionários sobre a violência praticada contra mulheres e homens (Anexo 3.8).

---

14 Este projecto teve a coordenação científica e metodológica de Manuel Lisboa. Contou também com a colaboração de Zélia Barroso, Joana Patrício e Alexandra Leandro. A estrutura deste ponto, assim como algumas partes do seu conteúdo, seguem em muito o relatório final do projecto e o texto do livro *Violência e Género*, dos mesmos autores.

15 Lisboa, Manuel; Barroso, Zélia; Patrício, Joana & Leandro, Alexandra (2007). *Violência e Género*. Lisboa: CIG.

### a. Considerações para uma análise comparativa

O inquérito de 2007, sobre a violência de género, tem na sua origem um outro, realizado em 1995, sobre a violência exercida contra as mulheres. Havia que fazer melhorias em relação a este instrumento metodológico. Começou por perceber-se a necessidade de reformular alguns dos pressupostos teóricos subjacentes à primeira investigação – desde logo, explicitar, de forma mais rigorosa, o conceito de violência e aperfeiçoar a sua operacionalização empírica, que deveria estar já presente no questionário de 2007.

Como vimos anteriormente, o estudo de 1995 assentava nos actos que mais frequentemente chegavam ao serviço de atendimento da CIDM, e que esta considerou serem classificáveis como violentos. Do ponto de vista científico, esta classificação, decorrente da experiência daquela instituição, é uma das perspectivas possíveis para conhecer o problema, partindo da definição de violência adoptada pelas agências nacionais ou internacionais (por exemplo, Nações Unidas, Organização Mundial de Saúde, Conselho da Europa).

No questionário de 2007, inclui-se também a representação que a vítima faz em relação aos actos, nomeadamente sobre se os considera violentos. A utilização do conceito de violência enquanto representação social tinha já sido testada em outros estudos sobre os custos da violência, realizados pela equipa da UNL (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/SociNova), em 2003 e 2005.

Igualmente, procurou incorporar-se no questionário o resultado da experiência de investigação da equipa do SociNova, da FCSH/UNL, a nível conceptual e metodológico, em relação às situações mais graves de violência que chegavam aos Institutos de Medicina Legal (Lisboa, Barroso & Marteleira, 2003 e 2005).

No que se refere à produção teórica nacional, a construção do questionário teve ainda em conta outros estudos sobre outras dimensões da violência, como por exemplo, a violência na família (Dias, 2004), o homicídio conjugal (Pais, 1998) e as representações sociais da violência conjugal (Casimiro, 2002). Refira-se, também, a análise histórica da violência (Garnel, 2005, Anica (2005) e a perspectiva mais psicológica da vitimação, reunidas em livro por Machado e Gonçalves (2002).

Além da violência contra as mulheres, o inquérito de 2007 incide também na que ocorre em relação aos homens. De facto, não só permite conhecer, quantitativamente, a evolução da violência contra as mulheres, tomando em consideração as mudanças legislativas ao nível da violência doméstica desde 1995, como possibilita, ainda, a comparação da vitimização das mulheres com a dos homens, o que torna este estudo pioneiro em Portugal, e um dos primeiros a nível europeu.

Além da prevalência a nível nacional, o estudo pretendia obter dados que pudessem ser objecto de comparações internacionais, conforme as recomendações do Conselho da Europa, nomeadamente em relação às formas e tipos de violência, aos locais de ocorrência, à reacção das vítimas, às características biográficas e socioculturais dos autores e às dinâmicas socioculturais no acto de violência.

Por outro lado, pretendia-se recolher informação que permitisse construir indicadores para avaliar o impacto das políticas públicas da década de noventa, tanto na protecção das vítimas, como na repressão dos agressores – legislação, forças policiais, casas abrigo, formação de técnicos e planos nacionais. Assim, o questionário contém várias questões com esse objectivo, o que obrigou a uma consulta exaustiva, não só da legislação e planos nacionais existentes até então, como de vários documentos internacionais de reconhecida importância sobre o tema, nomeadamente da Organização Mundial de Saúde (OMS), da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Conselho da Europa (CE), assim como de estudos nacionais e internacionais. Na elaboração do questionário, foram também consideradas as recomendações do Conselho da Europa *Recommendation 1582 (2002)* e *Recommendation (2002)*<sup>5</sup> sobre a violência doméstica, no sentido de considerar todos os actos de violência baseados no género, ocorridos na vida privada ou pública, e dos quais pode resultar sofrimento físico, sexual, psicológico, ou mesmo coerção e privação de liberdade. De algum modo, o estudo antecipa a perspectiva que acaba por ser reconhecida na *Convenção do Conselho da Europa sobre a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica*, adoptada em 2011, em Istambul.

b. A Legislação sobre a violência contra as mulheres, doméstica e de género (1991-2007) tida em consideração na elaboração do questionário

Ao longo da década de noventa, o problema da violência contra as mulheres passou a fazer parte da agenda política nacional. A assunção internacional da violência contra as mulheres como uma violação dos direitos humanos ajudou a trazer para primeiro plano este problema. Uma das dimensões do seu combate consistiu na criminalização de formas de violência ocorridas no espaço doméstico. Anteriormente, o Direito regulava sobretudo a esfera pública. A esfera privada, historicamente separada daquela, estava menos protegida pela acção dos poderes públicos.

Em Portugal, desde o início dos anos noventa até 2007, quando foi realizado o estudo, observou-se uma profunda transformação no enquadramento legal da violência contra a mulher e da violência doméstica. Em seguida, serão referidas as leis mais importantes, devendo consultar-se o capítulo 1 do livro *Violência e Género* (Lisboa, Patrício & Leandro 2009:13-30), para um maior aprofundamento das dimensões exploradas em cada uma e incluídas no questionário. Naturalmente, a legislação referida diz respeito só à que já tinha sido aprovada até 2007.

A Lei n.º61/91, de 13 de Agosto, já tinha sido considerada pelo inquérito de 1995. Relativamente à definição de vítima, ela abrange as mulheres que tenham sido vítimas de crime, cujo motivo resulte de «atitude discriminatória relativamente à mulher», e inclui «os casos de crimes sexuais e de maus-tratos a cônjuge, bem como de rapto, sequestro ou ofensas corporais». Em 1991, a natureza do crime da violência contra as mulheres foi definida como semi-pública, o que ajudou a manter na esfera privada a violência contra a mulher perpetrada no contexto doméstico. Assim, considerava-se a possibilidade da suspensão provisória do processo por mútuo acordo entre o arguido e a ofendida. Refira-se ainda que a Lei n.º61/91 remete para o Código Penal de 1982 (Decreto-Lei n.º132/93, de 23 de Abril). Mais tarde, o Código Penal de 1995 (Lei n.º5/2006, de 23 de Fevereiro), modifica o espectro do conceito de crime expresso na Lei n.º61/91.

Em 1995, foi revogado o Código Penal de 1982, e entrou em vigor um novo Código Penal (Decreto-Lei n.º48/95, de 15 de Março), que é revisto em 2007 (Lei n.º59/2007, de 4 de Setembro), o que vem alterar, ainda mais, a definição da violência contra as mulheres e da violência doméstica. No Código Penal de 1995 (Decreto-Lei n.º48/95, de 15 de Março, artigo n.º152), prevê-se a aplicação de pena de prisão aos crimes de maus tratos físicos ou psíquicos infligidos pelo cônjuge ou quem com ele conviver em condições análogas às dos cônjuges. O procedimento depende de queixa. Com a Lei n.º 65/98, de 2 de Setembro, apesar de manter-se o procedimento criminal dependente da queixa, «o Ministério Público pode dar início ao procedimento se o interesse da vítima o impuser e não houver oposição do ofendido antes de ser deduzida a acusação».

Em Maio de 2000, a Lei n.º7/2000, de 27 de Maio, define como *crime público* a violência contra o cônjuge ou a quem com ele conviver em condições análogas às dos cônjuges, isto é, o Estado pode accionar a moldura penal sem o consentimento da vítima e do autor.

Em 2007, com a revisão do Código Penal (Lei n.º59/ 2007, de 4 de Setembro), a violência doméstica é autonomizada, no artigo n.º152, que incide sobre os actos de «maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais», infligidos de forma reiterada ou não. O presente artigo aplica-se a crimes contra o «cônjuge ou ex-cônjuge»; «a pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação»; «o progenitor de descendente comum em 1.º grau»; ou «a pessoa particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite».

No período entre 1991 e 2006, foram legisladas outras medidas que, directa ou indirectamente, têm o objectivo de proteger as vítimas de violência, nomeadamente: o estabelecimento de um regime jurídico para a indemnização das vítimas de crimes violentos (Decreto-Lei n.º423/91, de 30 de Outubro); o regime de adiantamento, pelo Estado, de indemnização devida às vítimas de violência conjugal (Lei n.º129/99, de 20 de Agosto); a criação da rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência (Lei n.º107/99, de 3 de Agosto); as medidas de afastamento do ofen-



sor da casa de morada comum com a vítima (Código de Processo Penal, Lei n.º59/98, de 25 de Agosto); a legislação que garante a protecção às mulheres vítimas de violência (Resolução da Assembleia da República n.º31/99, de 14 de Abril); e a regulamentação da aplicação de medidas para a protecção de testemunhas em processo penal (Lei n.º93/99, de 14 de Julho). Em 2004, é estabelecido o regime jurídico das perícias médico-legais e forenses (Lei n.º45/2004, de 19 de Agosto). Em 2001, a Lei n.º6/2001, de 11 de Maio, adopta medidas de protecção das pessoas que vivam em economia comum e a Lei n.º7/2001, de 11 de Maio, adopta medidas de protecção da união de facto.

Além da legislação, outros documentos oficiais reflectem a preocupação do Estado em relação à violência perpetrada contra as mulheres, sobretudo a doméstica. Os três Planos Nacionais contra a Violência Doméstica, aprovados consecutivamente até 2007, têm a duração de um triénio e respondem à necessidade de haver uma política global e nacional que integre todas as dimensões, de modo a combater de forma mais eficiente a violência doméstica.

O I Plano Nacional contra a Violência Doméstica (Resolução do Conselho de Ministros n.º55/99, de 15 de Junho) reconhece este tipo de violência como um flagelo que coloca em causa a vida em sociedade e a dignidade da «pessoa humana». Segundo o texto da resolução, as medidas de natureza legislativa e de combate à violência doméstica que até aí tinham sido aprovadas visavam, em primeiro lugar, proteger as vítimas, na sua maioria mulheres.

Em Julho de 2003, o II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (Resolução do Conselho de Ministros n.º88/2003) define a violência doméstica como «toda a violência física, sexual ou psicológica que ocorra em ambiente familiar e que inclui, embora não se limitando a, maus tratos, abuso sexual de mulheres e crianças, violação entre cônjuges, crimes passionais, mutilação sexual feminina e outras práticas tradicionais nefastas, incesto, ameaças, privação arbitrária de liberdade e exploração sexual e económica». Abrange sobretudo mulheres, mas afecta «crianças, idosas e idosos e outras pessoas mais vulneráveis, como as deficientes».

Em 2007, foi aprovado o III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (Resolução do Conselho de Ministros n.º83/2007, de 22 de Junho). No seu texto, é já clara a importância dada à

igualdade de género. «A violência doméstica identifica vários subuniversos de pessoas-vítimas, coabitantes ou não, sejam estas adultas ou crianças, do sexo masculino ou feminino.» A violência doméstica passa a ser «uma questão de violência de género» e é «um forte impedimento ao bem-estar físico, psíquico e social de todo o ser humano e um atentado aos seus direitos à vida, à liberdade e à integridade física e emocional».

Todas estas questões, resultantes da moldura legal, relativas à condenação da violência contra as mulheres, incluindo a doméstica e de género, e à protecção das vítimas, foram consideradas na elaboração do questionário; não só porque se referem às dimensões criminalizáveis, o que só por si pode ser condicionador da acção dos actores sociais envolvidos, vítimas e agressores, mas também porque se pretendia recolher informação para a construção de indicadores de avaliação da implementação das políticas públicas.

### c. Obtenção de dados para comparações internacionais

A necessidade de elaborar um estudo actualizado, no que se refere ao estado da arte sobre o tema, e de produzir dados comparáveis internacionalmente, obrigou a introduzir no questionário várias perguntas nesse sentido. São disso exemplo o conteúdo do relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas, *In-depth study on all forms of violence against women* (UN, 2006) e o estudo da Organização Mundial de Saúde, *WHO Multi-country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women* (García-Moreno, 2005). Ambos incidem sobre a violência contra as mulheres e o segundo, em particular, foca o impacto na violência na saúde das mulheres.

O relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas dá-nos uma visão quantitativa alargada da violência contra as mulheres, enquanto problema generalizado, que as afecta a elas e ao meio social envolvente. Segundo o relatório, ela pode, também, potenciar outras formas de violência, na esfera privada e pública, algumas delas mortais. Igualmente se considera que as condições propícias à violência contra as mulheres são socialmente produzidas, pelo que os processos pelos quais esta violência é concretizada

podem ser alterados, através de uma intervenção multi-sectorial, informada, consequente e eticamente responsável (UN, 2006).

O estudo da OMS, *WHO Multi-country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women* (García-Moreno, 2005) envolveu diferentes cenários culturais, com base no registo da experiência de 24 000 mulheres de dez países diferentes. Este estudo está centrado em uma perspectiva de saúde pública, dando-se particular atenção a duas dimensões: como a violência afecta a saúde física e psicológica das vítimas; e como ela é perpetrada sobretudo pelos seus companheiros. Uma das dificuldades em agir neste contexto deve-se ao facto de as próprias vítimas aceitarem esta violência como «normal». Como diz o estudo, na violência física, os resultados apontam, frequentemente, para um padrão de abuso continuado. Outro aspecto salientado é o elevado número de abusos sexuais contra raparigas e mulheres, associado ao risco de infecção pelo VIH. Os sentimentos de receio e de vergonha experienciados pelas vítimas, bem como a falta de preparação e de pró-actividade dos serviços de saúde, contribuem para que uma parte muito significativa deste tipo de violência permaneça silenciada (García-Moreno, 2005).

Relativamente aos estudos com dimensão nacional, o questionário tem em conta os realizados em Espanha, Irlanda e Reino Unido. Estes dois últimos focam a violência contra mulheres e homens.

O estudo espanhol *III Macroencuesta sobre la violencia contra las mujeres* (Instituto de la Mujer, 2006) vem no seguimento dos estudos de 1999 e 2000, e analisa a evolução dos «maus-tratos» contra as mulheres no âmbito doméstico, face às mudanças legislativas introduzidas em Espanha. São consideradas as mulheres maltratadas e as mulheres que se classificam como maltratadas. Foi igualmente possível perceber que os actos de violência perpetrados pelo companheiro correspondem a um comportamento agressivo que se prolonga no tempo, em vez de ser esporádico (Instituto de la Mujer, 2006).

O inquérito nacional irlandês, *Domestic Abuse of Women and Men in Ireland* (Watson & Parsons, 2005), tem uma amostra representativa de pessoas adultas, mulheres e homens. Elege como principal objectivo a análise da natureza, extensão e impacto da violência no contexto das relações íntimas, na Irlanda. O estudo

mostra que mulheres e homens são vítimas de violência física, sexual e emocional. Contudo, o risco de uma mulher ser agredida é significativamente superior ao de um homem: duas vezes mais no caso de agressão física; sete vezes mais no caso da violência sexual, e três vezes mais no caso de abuso emocional. As experiências precoces de violência parental e conjugal, durante a infância, estão mais associadas às situações de vitimização. Igualmente, o risco de violência é maior quando existem filhos, ou quando as vítimas estão em posição de isolamento relativamente às redes familiar e de vizinhança. As mulheres imigrantes são, também, mais vulneráveis (Watson & Parsons, 2005). Finalmente, o estudo mostra que as separações e divórcios estão associados a casos de violência. Relativamente à reacção das vítimas, o recurso às instituições, como a Polícia, é pouco frequente (Watson & Parsons, 2005).

O estudo britânico *Domestic Violence, sexual assault and stalking: findings from the 2004/2005 British Crime Survey* (Finney, 2006), elaborado a partir do *British Crime Survey (BCS)*, abrange pessoas adultas, e tem em conta as experiências ocorridas desde os 16 anos ao nível da violência íntima. Por este estudo, o risco de vitimização é mais elevado nas mulheres e nos indivíduos mais jovens (Finney, 2006). Ele mostra, também, que os actos de violência sexual mais graves são frequentes entre as pessoas mais íntimas da vítima. Nas mulheres, os casos menos graves surgem sobretudo associados a estranhos (Finney, 2006).

#### d. Os conceitos-chave do estudo

De entre todos os conceitos que estão presentes em este questionário, o de *violência* e o de *género* são os mais importantes, e percorrem todo o estudo.

Começando por enquadrar o primeiro conceito nos objectivos do estudo, procurou-se adoptar duas perspectivas. Uma centrou-se nos actos usados no questionário de 1995, sendo que a esta lista foram acrescentados outros actos, entretanto sujeitos a punição legal, no âmbito da «violência doméstica». A outra remete para uma classificação mais abrangente do conceito de violência, onde, além da representação que as instituições de

referência têm sobre o carácter violento do acto, se acrescenta a perspectiva da vítima.

Enquanto representação social, a violência tem uma origem e função social, que estão presentes em todas as sociedades ao longo do tempo. Os actos que são considerados como tal é que mudam ao longo do tempo, e do espaço, quer como resultado da sua produção específica em determinadas conjunturas, quer da percepção que os actores sociais têm deles como violentos. Muda ainda a gravidade social que lhes é atribuída. O conceito de violência é dinâmico, reportando-se, genericamente, a uma transgressão das normas e dos valores socialmente instituídos em cada momento. A sua qualificação tem sido assumida em função de normas que variam consoante os contextos e que podem não ser partilhadas por todos, pelo que os mesmos actos não são sempre apreendidos nem julgados segundo os mesmos critérios, assistindo-se a uma variação temporal e espacial do seu significado (Lourenço, Lisboa & Pais, 1997).

Não há propriamente uma única definição de violência, ainda que, nas sociedades ocidentais actuais, se atribua tal designação a um número cada vez maior de actos e situações. A proliferação de significados, nem sempre coerentes com a gravidade e as características do significante, obriga a que se faça um esforço de reflexão, procurando identificar, por detrás do termo, os processos e as dinâmicas sociais que estão associadas à atribuição de tal rótulo (Lisboa, Patrício & Leandro, 2009). Um acto é violento na medida em que alguém o classifica como tal: a vítima, o autor ou a sociedade a que ambos pertencem. Ora, tal classificação pode resultar da materialidade em que o acto é percebido e vivido, ou como é representado. Em qualquer dos casos, para ser considerado violento, é sempre representado como uma transgressão – o que varia é a gravidade da transgressão e o nível em que esta é representada. Enquanto representação social, a violência desempenha um papel fundamental no condicionamento da conduta dos agentes. Como refere Jodelet (1989), as representações sociais são modalidades de conhecimento prático, orientadas para a comunicação, apreensão e domínio do meio social, e expressam-se sob a forma de imagens condensadas, nas suas dimensões materiais e ideais.

A importância e gravidade da transgressão podem contribuir para que ela seja designada como crime, e aí há uma lei que a legi-

tima como tal. Todavia, há que acautelar que um acto só é crime quando é dado como provado em julgamento. Apesar da gravidade que lhe possa ser atribuída, na fase de investigação, ele ainda não pode ser definitivamente catalogado como crime (Lisboa, Barroso & Marteleira, 2003). É o caso dos processos investigados pelos Institutos de Medicina Legal, cujos resultados podem ser de grande importância em futuros procedimentos judiciais.

Assim, os conceitos de violência e crime não devem ser confundidos. Há actos que são crimes e não são percebidos como violentos, e há actos que são violentos e que legalmente não são considerados crimes, mesmo que o possam vir a ser mais tarde ou noutros contextos. Crime corresponde aos actos que a lei rotula como tal. A violência remete para uma classificação não legal, e formaliza-se enquanto representação social. O aumento da consciência social da gravidade de determinados actos, e sua assunção pelo Estado, tem contribuído para que alguns tenham passado a ser objecto de tratamento legal. É o caso da violência doméstica e de alguns crimes sexuais.

No âmbito deste estudo, considerou-se também a explicitação que é feita em instâncias internacionais, como o Conselho da Europa, que consideram como violência doméstica «qualquer acto, omissão ou conduta que sirva para infligir sofrimentos físicos, sexuais ou mentais, directa ou indirectamente, por meio de enganos, ameaças, coacção ou qualquer outro meio, a uma mulher, e tendo por objectivo intimidá-la, puni-la, humilhá-la ou mantê-la nos papéis estereotipados ligados ao seu sexo, ou recusar-lhe a dignidade humana, a autonomia sexual, a integridade física, mental e moral ou abalar a sua segurança pessoal, o seu amor próprio ou a sua personalidade, diminuir as suas capacidades físicas ou intelectuais».

De um ponto de vista conceptual, e explicitadas as principais orientações teóricas que permitem a operacionalização da pesquisa em torno do conceito de violência, os indicadores adoptados para observar o fenómeno não se encerram em definições estreitas do conceito de violência, mas antes permitem vários apuramentos. Tiveram-se, ainda, em consideração os critérios usados em outros países da União Europeia.

O outro conceito-chave é o de género. Refere-se aos papéis sociais, valores, normas e modelos produzidos e reproduzidos

socialmente ao longo do tempo, em cada contexto histórico, e que balizam a acção dos homens e das mulheres em sociedade. Quando visto de uma forma binária, corresponde a dimensões socioculturais que se edificam em cima das diferenças biológicas de sexo – homem e mulher. A construção das identidades de género vai-se fazendo desde a infância e actualiza-se através da avaliação permanente de instituições, organizações e pessoas, como a Igreja, o Estado, a família, a escola, o emprego, os amigos, (Archer & Lloyd, 2002). A actualização faz-se em função das conjunturas e as mudanças operadas são sempre lentas. A avaliação dos papéis sociais de género faz-se em todos os campos sociais: económico, político, social e cultural; público e privado; pessoal e profissional. No Ocidente, esse processo sócio-histórico secular tem contribuído para a edificação de uma estrutura de poder, que privilegia o masculino em detrimento do feminino, tanto nas oportunidades sociais, como nas permissões e interdições.

A violência de género constitui um padrão específico de violência, que se amplia e reactualiza na proporção directa em que o poder masculino é ameaçado. Pode revestir-se de diversas formas: físicas, psicológicas, económicas, sexuais ou de discriminação socio-cultural. Representa «uma das mais graves violações do direito à vida, segurança, liberdade, dignidade e integridade física e mental das pessoas que são as suas vítimas», e, por consequência, «um entrave ao funcionamento de uma sociedade democrática, baseada no Estado de direito» (Lisboa, Patrício & Leandro, 2009:26).

No contexto da produção e reprodução das desigualdades, os estereótipos e papéis de género estão na origem do exercício da violência, da subordinação e destituição do outro, quer sob a forma de violência simbólica, quer induzindo outro tipo de actos igualmente violentos. Ou seja, é uma violência associada à produção e reprodução dos estereótipos e papéis de género, que não se confina às relações entre homens e mulheres, mas que pode abranger pessoas do mesmo sexo. Essa produção e reprodução é socialmente feita a partir de uma teia complexa de factores históricos, económicos, sociais e culturais, normalmente «esbatida» nas práticas sociais dos actores, através de um processo de naturalização das desigualdades e, também por isso, desfocada das suas causas e difícil de observar empiricamente. Nos questionários, a homens

e mulheres, do inquérito de 2007, já se iniciou a introdução de alguns indicadores das dimensões de género, independentemente das diferenças de sexo.

#### e. Contextos de ocorrência e factores de risco da violência

O contexto social mais próximo do/a inquirido/a foi tido em conta no questionário, procurando-se identificar as redes de sociabilidade presentes, bem como a eventual existência de processos de isolamento familiar e social, seguindo não só os resultados dos nossos estudos anteriores, como os de outra literatura internacional sobre o tema (Mirrlees-Black, 1999; Krug *et al.*, 2002; Watson e Parsons, 2005; Carmichael, 2007; Instituto de La Mujer, 2006; Minister Industry Statistics Canada, 2006; ONU, 2006; Coleman *et al.*, 2007; García-Moreno, 2005).

Outro aspecto que foi tido em conta foi o dos ciclos de violência, cuja origem pode ir até à fase do namoro. De facto, várias investigações anteriores apontavam nesse sentido (Lisboa, Carmo, Vicente *et al.*, 2006). Procurou-se, por isso, ter em consideração a conjugação entre a frequência e duração de um determinado acto e a temporalidade de uma relação (duração, existência de eventuais rupturas), assim como conhecer os motivos que levam as vítimas a manter as relações, ou a violência que ocorre na sequência das separações (Instituto de la Mujer, 2006; García-Moreno, 2005).

O contacto com as entidades oficiais é igualmente um aspecto muito relevante, pois a dificuldade de acesso da vítima aos serviços de atendimento, ou a sua menor satisfação quando lá vai podem ser factores que favorecem a ocultação e silenciamento da violência experienciada (Mirrlees-Black, C., 1999; Direcção Geral de Saúde, 2003; Watson e Parsons, 2005; Carmichael, 2005; Walker *et al.*, 2006; Statistics Canada, 2006; García-Moreno, 2005). Portugal sofreu uma melhoria significativa neste domínio desde 1995, pelo que optou-se por integrar no questionário um módulo específico nesse sentido.

Parte das consequências já conhecidas da violência exercida contra as mulheres prende-se com a saúde. Assim, e ainda que este estudo não tivesse como objectivo a análise dos custos da violência,



incluíram-se algumas questões tendo em vista observar os espaços da área da Saúde a que as vítimas recorrem frequentemente.

Sabe-se que a violência contra as mulheres apresenta elevados custos para as crianças que estão próximas, mesmo quando estas não são directamente agredidas (Krug *et al.*, 2002; Schröttle, *et al.* 2006; Instituto de la Mujer, 2006; Minister of Industry Statistics Canada, 2006; UN, 2006; García-Moreno, 2005; Lisboa, Barroso & Marteleira, 2003), pelo que o questionário também incluiu questões sobre as crianças que presenciavam os actos, ou eram directamente vítimas.

No caso das mulheres, foi ainda tida em conta a história reprodutiva, quer no que respeita aos níveis de autonomia, quer quanto à possibilidade de a violência ter consequências directas, nomeadamente através de agressões sofridas durante a gravidez (Carmichael, 2007; García-Moreno, 2005).

#### f. Estrutura e constituição dos questionários

Tratando-se de um estudo sobre a vitimização de mulheres e homens, foi necessário elaborar dois questionários, que reflectissem as preocupações conceptuais e os objectivos do estudo, atrás mencionados (Anexo 3.8). No caso das mulheres, além da comparação dos dados com os dos homens, haveria também que analisar a evolução da violência entre 1995 e 2007, pelo que tivemos de partir do questionário de 1995. Depois, procurou-se assegurar a comparação da vitimização das mulheres e dos homens, recorrendo às mesmas questões.

A estrutura base do questionário de 1995, em relação às mulheres, refere-se às características biográficas e socioculturais das inquiridas, aos actos de violência praticados (identificados pela CIDM em 1995 como os mais pertinentes), ao contexto de ocorrência dos actos, ao tipo de reacção da vítima e às características socioculturais dos autores. Além deste módulo base, os questionários integram várias dimensões inerentes a outros objectivos do estudo: desde logo, variáveis provenientes dos desenvolvimentos teóricos efectuados pela equipa ao longo de doze anos, já referidas anteriormente, e consideradas pertinentes para o presente estudo;

questões provenientes de estudos internacionais semelhantes, de modo a facilitar a produção de dados comparáveis a nível internacional; indicadores e variáveis que permitem analisar o fenómeno enquanto «violência de género»; questões específicas directamente relacionadas com a evolução legislativa desde 1995, bem como com a aplicação das políticas públicas, particularmente ao nível do atendimento nas Polícias; e questões orientadas para a detecção de situações de risco, em particular o de vida (sendo um dos primeiros instrumentos elaborados em Portugal com vista a produzir informação sistemática sobre o risco de vitimização).

O questionário de 2007 mantém, em relação às mulheres, a quase totalidade das questões aplicadas em 1995. O de 1995 continha 53 actos de violência ou de discriminação sociocultural (seis actos relacionados com a discriminação sociocultural, 22 com a violência psicológica, treze com a violência física, onze com a violência sexual, uma situação para outros actos de violência). Em 2007, incluem-se 62 actos, repartidos da seguinte forma: discriminação sociocultural com oito actos (acrescenta um acto à listagem do questionário de 1995); violência psicológica com 26 actos de violência (18 actos constavam do questionário de 1995); violência física com 15 actos de violência (onze actos relativos ao questionário de 1995); violência sexual com doze actos de violência (dez actos provenientes do questionário de 1995); outros actos com um acto de violência (igual ao questionário de 2007).

A estrutura dos questionários é constituída pelos seguintes módulos: identificação elementar do/a inquirido/a; caracterização sociocultural do/a inquirido/a, incluindo a autonomia económica, perfil religioso e político; perguntas sobre os actos de violência – discriminação sociocultural, violência psicológica, violência física, violência sexual e outros actos; caracterização do acto ocorrido no último ano e/ou nos anos anteriores: espaço, frequência, ciclos de violência, e contexto de ocorrência; caracterização sociocultural dos autores, incluindo a relação de parentesco com a vítima; percepção da causa do acto; indicadores da percepção da intensidade e grau de violência do acto; perguntas sobre a reacção da vítima e circuitos percorridos nesse sentido, nomeadamente o contacto com instituições; perguntas sobre a separação vítima-agressor, antecedentes de violência e factores de risco; perguntas sobre a relação entre o con-

sumo de álcool ou droga e os actos de violência; perguntas sobre as consequências dos actos de violência no trabalho e saúde da vítima; percepção do acto mais violento, das causas e medidas em geral para combater a violência; perguntas relativas ao conhecimento da legislação e do sistema penal e percepção da sua eficácia; perguntas sobre antecedentes de violência em contexto familiar; perguntas sobre a participação do/a inquirido/a como autor/a de actos de violência, nomeadamente, também, no contexto da reacção à agressão; perguntas de controlo da administração.

Refira-se ainda que o questionário para os homens tem menos um acto do que o das mulheres, no que se refere à violência sexual, e acrescenta duas novas opções para «outros actos de violência».

## Bibliografia

- ANICA, Aurízia (2005). *As Mulheres, a Violência e a Justiça no Algarve de Oitocentos*, Coleção Sociologia & Antropologia. Lisboa: Edições Colibri.
- ARCHER, John & LLOYD, Barbara (2002). *Sex and Gender*. Cambridge: Cambridge University Press, (1.ª edição em 1982).
- DIAS, Isabel (2004). *Violência na Família — Uma abordagem sociológica*, Porto: Edições Afrontamento.
- CARMICHAEL, M. (2007). «Experience of Domestic Violence: Findings from the 2005 Northern Ireland Crime Survey», in *Research and Statistical Bulletin 5/2007*. Belfast: Northern Ireland Office.
- CASIMIRO, Cláudia (2002). «Representações sociais da violência conjugal», in *Análise Social*, XXXVII (163), pp. 603-630.
- COLEMAN, K., et al. (2007). «Homicides, Firearm Offences and Intimate Violence 2005/2006», in *Supplementary Volume 1 to Crime in England and Wales 2005/2006*. Home Office.
- Council of Europe (2002). *Recommendation 1582*.
- Council of Europe (2002). *Recommendation Rec 5*.
- Council of Europe (2011). *Convenção do Conselho da Europa sobre a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica* (Convenção de Istambul).

- MACHADAO, Carla & GONÇALVES, Rui (coords.) (2002). *Violência e Vítimas de Crimes. Vol.1-Adultos*. Coimbra: Quarteto.
- FINNEY, Andrea (2006). *Domestic Violence, sexual assault and stalking: findings from the 2004/2005 British Crime Survey*. Home Office Online Report 12/06.
- GARCIA MORENO, Claudia *et al.* (2005). *WHO Multi-country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women*. Geneve: WHO.
- GARNEL, Maria Rita (2005), *Vítimas e violências na Lisboa da I República*, Tese de doutoramento em Letras, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Instituto de la Mujer (2006). *III Macroencuesta sobre la violencia contra las mujeres*. Madrid.
- KRUG, Etienne G. *et al.* (eds.) (2002). *World report on violence and health*. Geneva: World Health Organization.
- LISBOA, Manuel (coord.); BARROSO, Zélia & MARTELEIRA, Joana (2003). *O Contexto Social da Violência Contra as Mulheres Detectada nos Institutos de Medicina Legal — Síntese dos resultados obtidos nos Institutos de Medicina Legal de Coimbra e Porto*. Lisboa: CIDM.
- LISBOA, Manuel; CARMO, Isabel; VICENTE, Luísa; NÓVOA, António; BARROS, Pedro P.; ROQUE, Ana; SILVA, Sofia; FRANCO, Luísa & AMÂNDIO, Sofia (2006). *Prevenir ou Remediar — os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*. Lisboa: Ed. Colibri.
- LISBOA, Manuel; BARROSO, Zélia; PATRÍCIO, Joana & LEANDRO, Alexandra (2007). *Violência e Género*. Lisboa: CIG.
- LOURENÇO, Nelson; LISBOA, Manuel & PAIS, Elza (1997). *Violência Contra as Mulheres*. Lisboa: CIDM.
- Minister of Industry-Statistics Canada (2006). *Measuring Violence Against Women. Statistical Trends 2006*. Ottawa: Ministry of Industry.
- MIRRLEES-BLACK, C. (1999). *Domestic Violence: Findings from a new British Crime Survey self-completion questionnaire. Home Office Research Study 191*. London: Home Office.
- PAIS, Elza (1998). *Homicídio Conjugal em Portugal. Rupturas Violentas de Conjugalidade*. Lisboa: Hugin Editores (1.<sup>a</sup> edição).
- Secretário-Geral das Nações Unidas (2006). *In-depth study on all forms of violence against women*.
- WATSON, Dorothy & PARSONS, Sara (2005). *Domestic Abuse of Women and Men in Ireland. Report on the National Study of Domestic Abuse*. Dublin: Stationery Office.

# **CAPÍTULO IV**

Trabalho de campo e  
recolha de dados



A construção do campo de observação tem na recolha de dados uma das suas principais etapas. Atendendo à natureza do objecto de estudo e dos meios disponíveis, podem ser seguidas várias vias. Tomando por referência os projectos que têm estado na base da elaboração deste livro<sup>1</sup>, iremos privilegiar dois tipos de recolha: de dados quantitativos, através de inquéritos sociológicos e de «dados administrativos»; de dados qualitativos, com histórias de vida.

Os exemplos que iremos apresentar decorrem de projectos de investigação já executados e, pela sua especificidade, colocam questões importantes para a investigação sociológica.

Começaremos por um caso relativo à administração indirecta de questionários para inquéritos sociológicos. O exemplo escolhido diz respeito ao estudo da violência e género, na Região Autónoma do Açores que, pela sua especificidade geográfica, ao ser realizado em nove ilhas com diferenças consideráveis no número de habitantes, fez com que a administração de questionário constituísse um caso exemplar ao nível do trabalho de campo.

Segue-se outro exemplo, relativamente à crítica da fonte e recolha de informação a partir de dados administrativos existentes nos processos de violência contra as mulheres entrados nos

---

1 Relembramos que o livro parte dos estudos sobre a criminalidade e violência, em geral, e contra as mulheres, doméstica e de género, para apresentar casos exemplares dos caminhos seguidos a nível metodológico e que possam ajudar investigadores/as e estudantes de todos os ciclos, particularmente de mestrado e doutoramento.

Institutos de Medicina Legal. Trata-se de processos bem instruídos e com abundante informação, sendo particularmente produtiva a recolha de dados a partir de uma grelha sociológica. O capítulo finaliza com um texto sobre um instrumento de recolha de dados qualitativos, relativo à utilização de histórias de vida e ao uso da memória.



## ADMINISTRAÇÃO INDIRECTA EM INQUÉRITOS SOCIOLOGICOS: O CASO DO INQUÉRITO SOBRE A VIOLÊNCIA E GÉNERO APLICADO NOS AÇORES, EM 2008<sup>2</sup>

Manuel Lisboa e Dalila Cerejo

A administração dos questionários relativos à violência exercida contra as mulheres e homens já referidos no capítulo anterior, para produzir dados válidos e fiáveis para uma análise comparativa, obrigava a cuidados particulares do ponto de vista metodológico – desde logo, no recrutamento e formação dos/as inquiridores/as. Formaram-se duas equipas: uma de inquiridoras, para administrar o questionário às mulheres; outra de inquiridores, para os homens. Eram pessoas com alguma experiência na administração de questionários sociológicos, ou pelo menos com uma formação base na área da Sociologia, que permitia-lhes articular a compreensão do conteúdo e objetivos do questionário com a sua adequada aplicação no terreno.

Depois, já no terreno, haveria que compatibilizar a necessidade de efectuar uma recolha que permitisse a comparação, através da selecção de homens e mulheres nos mesmos locais, mas que tivessem um suficiente afastamento espacial para não serem mutuamente pessoas agressoras e vítimas. No caso dos Açores, e face à reduzida dimensão populacional das freguesias das ilhas mais pequenas, àquela dificuldade acrescia ainda a necessidade de efectuar a administração do questionário em um tempo suficientemente curto para que o seu conteúdo não pudesse ser transmitido a outras pessoas, que mais tarde poderiam ser inquiridas.

---

2 Este projecto teve a coordenação científica e metodológica de Manuel Lisboa. Con-  
tuiu ainda com a colaboração de Dalila Cerejo, que dirigiu a administração do ques-  
tionário no terreno, de Fátima Miguens, que teve a seu cargo o cálculo estatístico  
da amostra, e de Andreia Favita.

O exemplo seguinte traduz o trabalho efectuado na administração dos questionários a mulheres e homens, no âmbito dos inquéritos sobre a violência de género, realizado nos Açores em 2008. Este trabalho de campo beneficiou da experiência, tida em 2007, na administração dos mesmos questionários a homens e mulheres residentes no Continente.

### a. Preparação e implementação do trabalho de campo

A administração definitiva dos questionários foi precedida pelo recrutamento das inquiridoras e inquiridores e da sua formação especificamente para este estudo, feitos por investigadores/as do SociNova e da Crazydog<sup>3</sup>, e pela realização dos pré-testes aos guiões dos questionários, primeiro em suporte papel e, posteriormente, em suporte PDA<sup>4</sup>.

Os pré-testes forneceram elementos fundamentais para o aperfeiçoamento dos instrumentos de recolha de informação. Permitiram testar e validar o questionário, corrigir aspectos de linguagem e a forma das perguntas, bem como identificar várias recomendações, que foram de grande utilidade para os/as inquiridores/as durante o trabalho de campo.

O primeiro pré-teste, efectuado ainda em suporte de papel, permitiu avaliar o tempo de aplicação do questionário na sua máxima dimensão, bem como testar a coerência entre os vários módulos e questões. Os testes seguintes, realizados já em PDA, permitiram afinar a aplicação do questionário no novo suporte, nomeadamente em termos da sua operacionalização.

Nas acções de formação, realizadas em Lisboa e no Porto, foi dado a cada inquiridor/a um PDA com um cartão da operadora de telecomunicações, uma cópia do questionário em papel, um con-

---

3 Empresa que programou os PDA com os questionários, que serviram de instrumento de recolha de dados e de transmissão da informação para a base de dados central, situada na FCSH/UNL.

4 A utilização de PDA (*Personal Digital Assistant*) na administração de questionários sociológicos, por parte da equipa da FCSH/UNL, foi relativamente pioneira em Portugal. As suas características, bem como as vantagens em termos de rapidez e contribuição pra diminuir os erros indirectos, serão desenvolvidas em outro momento deste texto.

junto de cartões de apoio à administração do questionário, um guia de referência do SociQuest (nome do questionário em suporte digital), um diário de campo, um documento com recomendações e os erros mais comuns a evitar, e cartões com números de telefone de instituições de apoio a vítimas de violência, a fornecer quando solicitados pelos/as inquiridos/as – atendendo à delicadeza das questões abordadas no questionário, e à possibilidade de algumas poderem desencadear reacções psicossociais e jurídicas que poderiam implicar um apoio técnico especializado, as/os inquiridoras/es eram portadoras/es de vários contactos relativos às estruturas de atendimento local, à polícia, à APAV e a outras ONG, que disponibilizaram às pessoas inquiridas sempre que solicitado.

Os PDA foram fornecidos com um saldo suficiente para o envio final dos questionários já preenchidos, através de ligações à Internet, e para a realização de contactos com a equipa que centralmente, desde Lisboa, acompanhou o trabalho de campo, em casos de dúvidas ou para a solução de problemas durante a aplicação do questionário. Foram ainda dadas instruções para que cada inquiridor/a elaborasse um diário de campo, com as informações que considerasse relevantes e onde deveriam constar, também, os números de contacto dos/a inquiridos/as que se disponibilizassem para uma posterior verificação de realização da entrevista<sup>5</sup>.

Nas acções de formação, deu-se ainda uma grande relevância à necessidade de proteger os/as inquiridos/as, como já foi referido anteriormente, no Capítulo II: nomeadamente, a aplicação do questionário em local definido como seguro pelo/a inquirido/a, sem a presença de terceiros, e a necessidade de terminar a aplicação do questionário caso aparecessem terceiros, de modo a evitar qualquer prejuízo para a pessoa inquirida.

Após as acções de formação, os/as inquiridores/as tiveram um período de teste do questionário, durante o qual procederam à exploração da utilização do PDA, ao estudo dos questionários e dos guiões para a sua aplicação. A equipa de investigação acompanhou todo o processo, dando a formação necessária para a adequada capacitação dos/as inquiridores/as.

---

5 Operação realizada posteriormente a 10% da amostra, de acordo com um protocolo de cuidados éticos para que só a pessoa inquirida soubesse do objectivo da verificação.

A aplicação dos questionários fez-se, maioritariamente, em casa das pessoas (à entrada ou onde indicassem), ou em jardins e outros locais públicos, como cafés, assegurando-se sempre que a administração não fosse afectada pela presença de terceiros.

Na construção da amostra, estava prevista e realização simultânea de inquéritos a homens e mulheres das mesmas faixas etárias e nas mesmas localidades. Nesse sentido, e de modo a não correr o risco de entrevistar simultaneamente agressor e vítima, tomaram-se todas as precauções no sentido de, dentro da mesma localidade, procurar unidades de habitação suficientemente distantes para inquirir os homens e as mulheres.

A duração média da administração de cada questionário foi de 40 minutos, semelhante ao que se tinha verificado no Continente. O trabalho de campo foi realizado nas nove ilhas, por quatro inquiridoras e quatro inquiridores, entre 17 de Julho e 3 de Setembro de 2008.

### **b. O problema dos erros indirectos na aplicação de questionários sociológicos e a utilização de PDA**

Nos inquéritos sociológicos realizados a amostras estatisticamente significativas, o problema do *erro final* não se coloca tanto ao nível do *erro directo*, já que este pode ser calculado matematicamente para uma determinada margem de erro e um nível de confiança. O problema coloca-se fundamentalmente em relação ao *erro indirecto*, que é maior do que o primeiro, como nos refere Blalock (1979). Este é mais difícil de medir, mas sabemos que, entre outros aspectos, pode decorrer de vários factores, como o conteúdo e extensão do questionário, a preparação das pessoas que administram os questionários, a forma como decorre a administração, a colaboração das pessoas inquiridas, a codificação dos resultados e a introdução em suporte informático. Em dois inquéritos realizados a nível nacional pela equipa da FCSH/UNL, no âmbito dos custos sociais e económicos da violência exercida contra as mulheres (2003 e 2005), e cujos questionários foram administrados em papel, foi realizado um exercício com o objectivo de medir alguns erros indirectos. Concluiu-se que, só

na operação da codificação e introdução dos dados em suporte informático, o *erro indirecto* poderia ascender a 15% dos questionários, o que é manifestamente elevado face à margem de erro da amostra em relação ao universo – o *erro directo*, probabilístico – que era inferior a 5%.

A partir desse momento, a equipa procurou encontrar uma forma de minimizar este problema e passou a administrar os questionários em PDA, enquanto suporte de substituição das folhas de papel na anotação das respostas. A sua utilização, além de fazer diminuir consideravelmente o risco de cometer os erros indirectos, também facilitava e tornava mais célere a administração do questionário. Ao longo do desenvolvimento do trabalho de campo, os/as inquiridores/as enviavam, via Internet, os questionários realizados através de PDA para a plataforma informática construída para o efeito e localizada no centro de investigação da FCSH/UNL, em Lisboa. Deste modo, a equipa de investigação central acedia diariamente aos questionários aplicados e enviados, o que possibilitava um controlo permanente do trabalho realizado, detectando e corrigindo os erros de aplicação e validando a informação recebida, enquanto os/as inquiridores/as ainda se encontravam no terreno. O controlo era feito, simultaneamente, pela equipa de investigação presente em Lisboa e pela coordenadora do trabalho de campo que acompanhava os/as inquiridores/as no terreno (Dalila Cerejo, uma investigadora da equipa da FCSH/UNL). À medida que os questionários iam chegando à base de dados central, era possível controlar o cumprimento do plano amostral e assinalar os questionários que era necessário anular.

A totalidade dos questionários foi descarregada numa base de dados final e, com recurso ao programa MySQL, procedeu-se à importação dos dados do formato MySQL para tratamento em SPSS. Constituíram-se duas bases de dados autónomas: uma para mulheres e outra para homens. Após a validação da codificação final das respostas, realizaram-se vários testes para assegurar a homogeneidade das variáveis e a sua aplicabilidade estatística e sociológica. Mesmo tendo sido possível o acompanhamento diário do trabalho de campo, no final foi efectuado um controlo de qualidade em relação a 10% das amostras, através de contacto telefónico dos/as inquiridos/as que disponibilizaram esse dado.

## **Bibliografia**

- BLALOCK, Hubert (1979). *Social Statistics*. London: McGRAW-HILL (2.<sup>a</sup> edição).
- LISBOA, Manuel; Barroso, Zélia; Patrício, Joana & Leandro, Alexandra (2007). *Violência e Género*. Lisboa: CIG.

## **OS DADOS ADMINISTRATIVOS E A RECOLHA DE INFORMAÇÃO A PARTIR DE PROCESSOS EM PAPEL: O CASO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES DETECTADA NOS INSTITUTOS DE MEDICINA LEGAL DE COIMBRA E PORTO, EM 2000**

Manuel Lisboa, Zélia Barroso e Joana Marteleira

Os dados administrativos constituem uma fonte importante de informação para o estudo da violência. Referem-se aos actos que são reportados a organizações diversas, como as polícias, tribunais, hospitais, IML e ONG, e deve ter-se sempre em consideração que só dizem respeito aos actos que chegam a essas organizações, e não constituem um indicador de prevalência do fenómeno em causa. Por exemplo, os dados das polícias relativos à violência doméstica, objecto dos relatórios anuais de segurança interna do Ministério de Administração Interna (MAI), não podem ser interpretados em termos do aumento ou diminuição da violência, mas sim como sendo a expressão da sua maior ou menor visibilidade. De facto, os resultados do inquérito nacional sobre a violência contra as mulheres, de 2007, mostram que as denúncias às polícias são inferiores a 15% das vítimas.

Assim, só os inquéritos de vitimização estatisticamente representativos fornecem informação válida sobre a prevalência do fenómeno. No entanto, a combinação da informação proveniente de vários tipos de dados é de grande importância para uma compreensão mais abrangente do fenómeno (Lisboa, Barroso & Marteleira, 2003).

Habitualmente, os dados administrativos estão organizados com fins que têm a ver com o funcionamento da organização que os colecta, pelo que, quando utilizados directamente a partir da fonte, pouco servem para a investigação sociológica (Dibben, Elliot, Gowans & Lightfoot, 2016). Em última instância, destinam-se, em primeiro lugar, a avaliações administrativas sobre a eficácia dos serviços a que se reportam. Daí que, para poderem ser usados na investigação científica, devam ser objecto de um con-

junto de operações metodológicas, controladas a partir de padrões científicos, tendo em vista assegurar a sua validade e fiabilidade, bem como permitir uma adequada interpretação dos resultados dos cálculos que forem efectuados a partir deles.

O processo de transformação de dados administrativos em dados passíveis de investigação científica passa por várias fases. Desde logo, fazendo uma análise crítica das fontes, procura-se conhecer os objectivos da sua produção, a competência técnica de quem fez a notação e as condições contextuais que estão subjacentes à sua produção, como a sistematicidade operatória e a adequação dos meios técnicos usados<sup>6</sup>. Depois, e atendendo à natureza dos dados, torna-se necessário construir um instrumento de recolha de informação que, tendo em consideração as limitações da natureza dos dados, se adequa o mais possível aos objectivos do objecto de estudo. Tratando-se de estudos sociológicos, há que maximizar as variáveis e indicadores deste tipo. Em seguida, será efectuada uma descrição sumária dos principais passos dados na construção do instrumento de recolha de dados utilizado no estudo que foi feito nos Institutos de Medicina Legal do Porto e Coimbra<sup>7</sup>, com todos os processos entrados em 2000, relativos a 11406 mulheres vítimas (4998 em Coimbra e 6408 no Porto). Destes processos, foi recolhida informação de 2160, que diziam respeito a mulheres com 18 ou mais anos.

Os processos elaborados nos Institutos de Medicina Legal são uma fonte importante para a análise da violência extrema, constituindo-se como um dos campos privilegiados para a sua observação, como refere a literatura internacional sobre a sociologia do crime e da violência. Na análise dos processos, é necessário ter em consideração vários aspectos relativos aos instrumentos utilizados para registar a participação (texto e imagem), à natureza dos actos, à representação da gravidade associada e ao contexto sociocultural onde eles são praticados.

---

6 A este propósito, ver, por exemplo, Barroso, 2007: 35-40.

7 Estudo sobre a *Violência Contra as Mulheres Detectada nos Institutos de Medicina Legal* (2001-2004), SociNova (actual CICS.NOVA), (FCSH/UNL), CIDM. (2003). Relatório Final em 2004. Livro: Lisboa, Manuel; Barroso, Zélia & Marteleira, Joana (2003). *O Contexto Social da Violência Contra as Mulheres Detectada nos Institutos de Medicina Legal*. Lisboa: CIDM



O principal elemento de notação da ocorrência é constituído por um processo clínico, elaborado por um especialista, com o objectivo de constituir prova em processo judicial. A análise crítica desta fonte leva-nos a considerar que a informação disponível é condicionada pela percepção e necessidades técnicas de quem faz a notação. É a partir daí que se torna necessário elaborar um *corpus* de informação pertinente para o objecto de estudo.

A falta de informação sociocultural do Relatório Clínico pode ser compensada com os dados do Relatório Social, que acompanha cada processo e constitui uma fonte normalizada para as variáveis económicas, sociais e culturais de vítimas, agressores e do contexto onde os actos ocorrem. Quanto às vítimas, foi possível recolher dados relativos à idade, nacionalidade, estado civil, nível de instrução formal, actividade profissional, local e tipo de residência, bem como informações socioculturais pertinentes sobre o agregado familiar. No agressor, além daquelas variáveis, procurou-se também conhecer a relação de parentesco com a vítima, se reside com ela e se tem sinalizado algum tipo de disfunção, nomeadamente mental. No contexto da ocorrência, é recolhida informação sobre a hora e o local da ocorrência do acto, o instrumento utilizado na agressão, a percepção das causas da violência por parte da vítima e se ela já tem uma trajectória de vitimização anterior.

A crítica das fontes implica, também, uma análise rigorosa da classificação a atribuir aos actos praticados. O facto de eles serem alvo de um processo no Instituto de Medicina Legal é um indicador da sua gravidade, ou mesmo de poderem ser objecto de rotulação enquanto crimes. Todavia, é meramente um indício e não um facto provado em tribunal. Por isso, não podem ainda ser considerados como crime.

Uma dimensão desta análise crítica das fontes, e dos termos aí usados, diz respeito à explicitação do conceito de crime, que o diferencia do de violência (Lisboa, Barroso & Marteleira, 2003). Este remete para a ideia de que se trata de uma representação social, enquanto imagem condensada, nas suas dimensões materiais e ideais (Jodelet, 1989), ao passo que o acto só é considerado como crime quando sistema jurídico assim o rotula e o tribunal o valida.

Deste modo, não deverá confundir-se a essência da realidade a estudar com a construção conceptual, que é feita para melhor ana-

lisá-la e, se possível, compreendê-la, quer em relação às características comuns aos actos que justificam a sua representação como violentos, quer quanto à diversidade de situações tipo encontradas.

Um outro aspecto conceptual tem a ver com a classificação a atribuir aos actos. Mesmo sabendo que um mesmo acto pode afectar uma vítima de múltiplas formas, ao nível da operacionalização da investigação admitiu-se que é possível tipificar os actos em: *violência física*, *violência psicológica* e *violência sexual*. Em alguns dos casos, há, também, uma combinação entre os três tipos.

A recolha de informação para efeitos da investigação sociológica da violência, a partir dos relatórios Clínico e Social, foi efectuada através de uma *grelha sociológica*, que se apresenta no Anexo 4.1, e que foi construída especificamente para este estudo, na sequência da consulta exploratória de alguns processos, e tendo em consideração os aspectos referidos anteriormente. Esta grelha contém muitas das características de um questionário sociológico, ainda que agora o alvo da «inquirição» não seja uma pessoa, mas sim o processo administrativo relativo ao acto de violência. Além das questões relativas à identificação do Instituto de Medicina Legal e do processo, a grelha contém variáveis de caracterização da vítima (elementares e socioculturais), do agressor, do contexto da agressão, com uma descrição, o mais desenvolvida possível, do episódio de agressão, e do atendimento da vítima no respectivo Instituto.

## Bibliografia

- BARROSO, Zélia (2007). *Violência nas Relações Amorosas*. Lisboa: Ed. Colibri.
- DIBBEN, Chris; ELLIOT, Mark; HEATHER, Gowans & LIGHTFOOT, Darren (2016). “The data linkage environment”, in Katie Harron, Goldstein & Chris Dibben (eds.), *Methodological Developments in Data Linkage*. Sussex: Wiley, pp. 36-62.
- JODELET, Denise (dir.) (1989). *Les Représentations Sociales*. Paris: P.U.F, pp. 47-103.
- LISBOA, Manuel; BARROSO, Zélia & MARTELEIRA, Joana (2003). *O Contexto Social da Violência Contra as Mulheres Detectada nos Institutos de Medicina Legal*. Lisboa: CIDM.

# FUTUROS PASSADOS, FUTURO AUSENTE OU *UM TERRAÇO PARA OUTRA COISA AINDA?* UM ENSAIO SOBRE USOS DA MEMÓRIA, TEORIA E MÉTODOS<sup>8</sup>

Paula Godinho<sup>9</sup>

*O passado desapareceu, do futuro nem alícerces existem.  
E aqui estamos nós, sem tecto, entre ruínas, à espera...*

RAUL BRANDÃO, *Memórias*, I, 1915

*A vida que somos forçados a viver é só a que nos dão, e é só uma, dentro temos milhões de alternativas à distância curta de pensar nisso. Bastaria para tanto fazer um futuro e alguns passados, o presente vai no resto.*

NUNO CAMARNEIRO, *No meu peito não cabem pássaros*, 2011

---

8 Conquanto seja da minha responsabilidade, este texto é devedor de numerosos diálogos, nomeadamente devido a uma herança de estudos sobre a memória do Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, coordenado por Jorge Crespo, entre 1993 e 2008. Resulta, mais recentemente, dos debates no âmbito da *Red(e) Ibero-Americana Resistência e/y Memória*, e de quatro projetos internacionais em que estou envolvida. Em primeiro lugar, «Estado e memória: políticas públicas da memória da ditadura portuguesa (1974-2009)», coordenado por Manuel Loff (FLUP) e financiado pela FCT, iniciado a 1.4.2012 (PTDC/HIS-HIS/121001/2010). Em segundo lugar, «Cooperación transfronteriza y (des)fronterización: actores y discursos geopolíticos transnacionales en la frontera hispano-portuguesa», coordenado por Heriberto Cairo Carou, da Universidade Complutense de Madrid (2013-2016), inserido no Plan Nacional de I+D+I del Ministerio de Educación y Ciencia de España. Um terceiro, «Los festivales y celebraciones musicales como factores de desarrollo socioeconómico y cultural en la Península Ibérica», dirigido por Susana Moreno (Universidade de Valladolid), que inclui outros colegas de universidades portuguesas e espanholas, financiado pelo Ministerio de Economía y Competitividad de España (2015-2017). Finalmente, o projeto «Transiciones a la democracia en el sur de Europa y en América Latina: España, Portugal, Argentina y Chile», financiado pelo Ministerio de Economía y Competitividad do Espanha, coordenado por Carme Molinero (UAB) y Pere Ysàs (UAB), que se iniciou em 01/01/2016 (HAR-2015-63657-P).

9 Departamento de Antropologia da FCSH e investigadora do IHC.

## 1. Quando a memória é um problema e o futuro é passado

Num belo filme, *Innocence of Memories – Orhan Pamuk’s Museum and Istanbul*, Grant Gee (2016) faz-nos mergulhar na atmosfera intrigante de um romance do escritor turco Orhan Pamuk, *O museu da inocência* (Pamuk, 2008), e no museu do mesmo nome, que resultou e/ou é coetâneo da obra. Centrado em Istambul, num amor a uma mulher e a uma cidade, percorre-se com a voz do escritor as ruas noturnas, numa circulação entre o presente e o tempo do vivido, onde ficou o que se perdeu – um grande amor, a grandiosidade de uma urbe imensa, a memória de um espaço perpassado por vários impérios, muita gente, com os bairros centrais do lado europeu, o Bósforo, os minaretes e as mesquitas adivinhados à distância. Centra-se numa paixão redentora e nos objetos que a alimentaram, com uma mulher que se perdeu e se encontrou – num passado que se presentifica, através da musealização de pequenas coisas, que nararam uma vida. No filme, como no livro, o futuro parece ter ficado preso no passado, com a personagem (ou o autor?) a recolher vestígios do que foi, do que ocorreu em 44 momentos de amor irremediavelmente perdidos – conquanto os resquícios reais ou imaginados sejam recriáveis, inventados, mais autênticos do que antes, porque o passado é um país estrangeiro (Lowenthal, 1983). No filme, como no romance, sobrevém uma realidade que é a projeção de um estado do saber e das sociedades, sobretudo desde os anos de 1980: o futuro parece ser passado, sinal de um otimismo diluído, esparso ou mesmo inexistente. O objetivo deste texto é interrogar essa viragem, que é coetânea de mudanças ao nível das sociedades, e que se traduz numa hipertrofia dos estudos sobre a memória. O passado, como artefacto do presente (Lowenthal, 1985), está sujeito a relações de forças dentro das sociedades. Segundo Henry Rousso, a obsessão do passado é uma resposta substitutiva às urgências do presente ou, mesmo, uma recusa do futuro (Rousso, 1994:280). Contudo, ficam questões por resolver. Num texto saído na *Babelia* de 18 de Junho de 2016, o escritor espanhol Antonio Muñoz Molina advogaria a tese da obsessão memorial relativamente à Guerra Civil de Espanha, por parte dos derrotados, num texto sintomaticamente denominado «Elogio del olvido», saindo a terreiro na contestação o atual presidente da Asociación para la Memoria Histórica:

«Decía el poeta Juan Gelman que cuando acaba una dictadura comienzan a trabajar los organizadores del olvido. En España han tenido mucho trabajo. Lo prueba que en los libros de texto sigan sin aparecer cuarenta años después de su final las violaciones de derechos humanos de la dictadura, que las víctimas no hayan perdido el miedo durante décadas, que por si las moscas se asaltara en 1981 el Congreso de los Diputados para inyectar en el temor al pasado conservantes y colorantes, y que quienes han accedido al conocimiento y lo han producido y reproducido hayan escogido conversar con el pasado menos incómodo: intelectuales descafeinados de fascismo, exiliados selectos por su fama literaria o sus posiciones moderadas, la élite cultural de los años treinta más desideologizada... Y mientras tanto, 114.226 hombres y mujeres han permanecido en las cunetas de nuestra historia, de nuestra cultura política, de nuestro presente. Elogiar el olvido es elogiar la inexistencia de las víctimas ni de victimarios. Quizá, quienes no han hecho nada contra la impunidad de la sanguinaria dictadura franquista, puedan así mantener la impostura de mostrarnos su conciencia tranquila.»<sup>10</sup>

Terreno não pacificado, a memória continua a ser um interessante problema para as Ciências Sociais. Intensificou-se como objeto de estudo, materializado em formatos de património, no decurso dos anos 1980. Conquanto memórias traumáticas com as dos fascismos e do nazismo pudessem ter sido alvo de um trabalho dos investigadores muito antes, e que a memória tenha hoje, segundo Enzo Traverso, o estatuto de religião civil do mundo ocidental, esse processo de passagem de memória fraca a memória forte não foi imediato (Traverso, 2005:54-59)<sup>11</sup>.

10 [http://blogs.publico.es/universidad-del-barrio/2016/06/20/munoz-molina-elogios-al-olvido-por-emilio-silva/?doing\\_wp\\_cron=1466669868.2961509227752685546875](http://blogs.publico.es/universidad-del-barrio/2016/06/20/munoz-molina-elogios-al-olvido-por-emilio-silva/?doing_wp_cron=1466669868.2961509227752685546875), acedido em 22.06.2016.

11 Deteta quatro fases quanto à memória da Shoah: uma primeira de não visibilidade, em que mesmo os judeus norte-americanos não demonstravam uma grande consciência ou sensibilidade face aos acontecimentos trágicos e se sentiam sobretudo orgulhosos de terem contribuído para a derrota do nazismo; uma segunda, entre os anos 1950 e 1965, em que o judeucídio está ausente do espaço público, quando a Guerra Fria contra a URSS é central e alguns judeus norte-americanos são suspeitos de simpatias pelo comunismo – o caso Rosenberg – e não querem aparecer associados a uma «comunidade de vítimas»; uma terceira com o processo Eichmann, em meados dos anos 1960, com o aparecimento da primeira memória do holocausto – o termo passa a ser usado correntemente depois da Guerra dos Seis Dias, em 1967, que vai produzir uma clivagem singular: uma parte dos judeus

Os usos da memória, sempre a partir de um dado presente, explicado por conjunturas determinadas e relações de força dos grupos em presença, cruza-se com a falta de expectativas, que levou a que se buscasse num tempo pretérito o que era seguro, com uma visão deformante e simplificada. O impacto dos estudos sobre a memória não é alheio a um processo de propalado «fim da história», concomitante da naturalização do capitalismo neoliberal e do impacto político-social de 1989, que torna os futuros possíveis em algo de intangível e nebuloso (Soutelo, 2016:23). Interessa interrogar o que é a memória – social, coletiva, histórica (Godinho, 2001) e clarificar os seus formatos – materiais ou evanescentes –, a sua remissão para um passado, os seus reflexos no presente (Godinho, 2012a). Por outro lado, quando a topolatria se torna central, por que razões se erguem *lugares de memória*, ao mesmo tempo que desaparecem os *meios de memória*? Que dificuldades surgem na criação de lugares de memória de situações conflituais? Como se recorda o trauma e o acontecimento? Quando adquiriu a memória tal centralidade nas Ciências Sociais? Estudamos cada vez mais a memória porque as sociedades se ressentem duma ausência de esperança? Que relação estabelece o presentismo, como denegação do devir, com os usos da memória? (Godinho, 2012b)

Depois de uma quase descontinuidade da produção acerca da memória, após os textos fundacionais de Maurice Halbwachs (1925; 1950), reaparece, nos anos 1980, um interesse pelo passado, pela invenção de tradições (Hobsbawm & Ranger, 1983), pelos lugares de memória (Nora, 1986), por uma semântica dos tempos históricos que sobrepõe um presente contínuo à construção do futuro. Como nota Henri Rousso, desde os anos 1980 – e pela mão de historiadores como François Hartog e antropólogos como Gérard Lenclud, influenciados por Marshall Sahlins –, o

---

da diáspora entende o conflito como um novo aniquilamento, enquanto a opinião pública árabe vê Israel como um poder neocolonial; finalmente, numa quarta fase, a espetacularização da Shoah, originada com a série televisiva *Holocausto* (1978), com grande impacto nos EUA e na Europa. O genocídio judeu torna-se um prisma para ler o passado e converte-se em objeto de investigação (os *Holocaust Studies*), de comemoração pública e de reificação mercantil pelos media e por Hollywood, transformando-se numa religião civil. Há mesmo um museu federal do Holocausto, para uma tragédia que ocorreu na Europa, embora não exista para duas experiências fundadoras da História da América: o genocídio dos índios e a escravatura dos negros (Traverso, 2005:54-59).

presentismo instalou-se (Rouso, 2012), relacionando-se com um alegado *fim da História* (Fukuyama, 1992), num *passado que não passa* (Rouso & Conan, 1994), a que se interroga o modo de usar, com memórias *fracas* ou *fortes* (Traverso, 2005), por vezes com perspectivas emaranhadas (Traverso, 2015).

É neste envolvimento que retomo aqui algumas reflexões sobre os usos da memória, que, atentando na relação entre os limites da experiência e os horizontes da expectativa (Koselleck, 1979), visam interrogar os trabalhos da memória, quando o futuro parece ausente: quando sucede uma crise no «horizonte de expectativas», que se baseia em futuros delineados com otimismo, há um recenramento no «espaço da experiência», alicerçado no passado, com uma passagem de *futuros presentes* para *passados presentes* (Sou-telo, 2016:17). François Hartog forjou a noção de presentismo para descrever uma situação em que a atualidade se tornou o horizonte, sem futuro e sem passado (Godinho, 2012a). Por que razão é tão recente este primado da memória na ordem do tempo, em que o presente, no momento em que ocorre, já irrompe como histórico (Hartog, 2003:127), enquadrado numa historização imediata (Hartog, 2003:207)?

Há numa nova relação entre passado, presente e futuro, sobretudo a partir do final dos anos 1980. A emergência pública da memória – os *passados presentes* – concatena-se com um tempo que poderíamos designar de *futuro ausente* – ou aquilo a que Andreas Huyssen chama «futuros passados», sem a possibilidade de *futuros inéditos*. Os processos de patrimonialização, que cristalizam o passado no tempo, são característicos dessa passagem. A «cultura da memória» reflete essa rotura na estrutura da temporalidade (Huyssen, 2003), como antes já David Lowenthal fizera: *o passado é um país estrangeiro* – e essa ênfase no que é distante «para trás» alicerça-se na falta de confiança no futuro.

Contudo, o recurso à memória para reconhecer o passado é longo no tempo. Tucídides, por exemplo, interrogou testemunhas da guerra do Peloponeso (431-411 a. C.). A aproximação entre a Antropologia e a História concretizou-se a partir da influência do trabalho dos historiadores, sobretudo os dos *Annales*, na prática antropológica. O fluxo entre ambas as disciplinas foi longamente unilateral, com os historiadores a aproveitarem muito mais a con-

vergência entre a História e a Antropologia. Na segunda fase dos *Annales*, após a Segunda Guerra Mundial, e com a colaboração de Braudel, é frisada a importância da *longa duração* e da *cultura material*, embora os seus críticos lastimassem a ausência do acontecimento nas análises que eram estabelecidas. Na Antropologia, o tratamento dos eventos ficaria longamente subteorizado, conquanto o recurso à memória não remeta necessariamente para um presente perpétuo, sobretudo quando se reporta a acontecimentos (Godinho 2007; 2015; Godinho & Cardoso, 2013). Como refere Giovanni Levi, um excesso de memória é também um excesso de conformismo, que pressupõe uma saturação e que obstaculiza o julgamento e a crítica (Lévi, 2001:31). Em simultâneo, remete para um processo de individualização e de privatização da experiência, que conduz a uma memória fragmentada e individualizada. Em sentido inverso, permite reconstituir um evento, através de um processo de saturação, ou seja, da recolha de depoimentos entrelaçados e do recurso às fontes disponíveis (Bertaux, 1986)<sup>12</sup>.

Numa junção entre a abordagem de uma pequena comunidade, duma família ou mesmo de um indivíduo, e, a partir deles, conferindo legibilidade ao social, foi demonstrada por Carlo Ginzburg a importância da microhistória, com a sua obra sobre um moleiro do século XVI (Ginzburg, 1976), bem como por Emmanuel Le Roy Ladurie, com *Montaillou* (1975). Essa História vista a partir *de baixo*, segundo os pontos de vista de subalternos e perseguidos, é coetânea do aparecimento da História Oral, que dá voz aos que não tinham a possibilidade de se fazer ouvir.

O método biográfico, embora recorrentemente gemelar à etnografia, foi desenvolvido pela Escola de Chicago desde os anos 1920, ligando-se sobretudo à abordagem da vida dos imigrantes. Foi pioneira a abordagem de William I. Thomas e Florian Znaniecki, publicada entre 1918 e 1920, de que resultaram os cinco volumes de *The Polish Peasant in Europe and America*. Estes estudos surgem associados à fundação da Universidade de Chicago, com um departamento de Sociologia, que se encaminhou para a expansão da Sociologia empírica, e resultavam de um projeto com financia-

12 O recurso aos depoimentos orais permite dar novas perspectivas sobre acontecimentos em relação aos quais houve leituras anteriores, como demonstrou o trabalho seminal de Jerome Mintz quanto aos acontecimentos de Casas Viejas (Mintz, 1982).



mento privado, que visava fazer face aos problemas sociais que podiam advir de uma nova vaga migratória.

Os primeiros relatos de vidas de índios americanos terão sido publicados em 1908 (Langness & Frank, 1981:13), e é em torno das populações autóctones que o método se terá iniciado, como é notado pelos trabalhos de Paul Radin sobre índios Winnebago, em 1913 (Langness & Frank, 1981:194). Porém, a tradição antropológica norte-americana, sob a herança de Franz Boas, continuou mais preocupada com o registo dos factos etnográficos do que com a sua análise. A ênfase nas questões da personalidade, que impregnava os estudos antropológicos aí levados a cabo, não se mostraria favorável ao desenvolvimento do método biográfico, depois de alguma discussão em torno da teoria e dos métodos nos anos 1930. Só em 1961, com a publicação de *The Children of Sanchez*, por Oscar Lewis, a situação conheceria alterações<sup>13</sup>. É um dos mais conhecidos estudos, que envolveu histórias de vida de uma família pobre da cidade do México. Oscar Lewis propôs a Jesus Sanchez e quatro dos seus filhos que contassem a sua história. O livro é constituído pelos relatos, esquivando-se à filtragem dos dados, sem sentimentalizar nem brutalizar os pobres, como sucedia, até então, em grande parte dos textos sobre os subalternos. Segundo Lewis, desta forma, o leitor contactava com um discurso mais intacto, que lhe permitiria ser um pouco como o antropólogo. O entrelaçamento do investigador com os Sanchez, em 1956, terá sido o móbil para a relação de confiança que permitiu esta recolha, em que a informação nunca foi paga. O estreitar da relação é entendido como fundamental, pois só a simpatia e a ternura predisuseram à cooperação:

«Aquilo que ao princípio eram entrevistas profissionais sobre as suas vidas converteu-se em amizades grandes e duradouras. Embrenhei-me profundamente nos seus problemas e muitas vezes senti que tinha duas famílias ao meu encargo, a família Sanchez e a minha. Passei centenas de horas com eles: comi em suas casas, fui aos seus bailes

---

13 Marcel Mauss reconheceria a importância da recolha de autobiografias no estudo de fenómenos como o educativo, confirmando-o igualmente no seu *Manuel d'Ethnographie* (1926). E.P. Thompson, em *The Making of The English Working Class*, reage em relação à utilização dos métodos quantitativos, desconsiderando a História marcada pela Sociologia de Talcott Parsons (Thompson, 1963).

e festas, visitei os lugares onde trabalhavam, conheci os parentes e amigos, participei em peregrinações, íamos juntos à igreja, ao cinema e a competições desportivas.»

(Lewis, 1979: 21).

A vida de cada pessoa, única e plena de aura, constitui uma antecâmara do conhecimento da sociedade. Mais, a História emerge dos múltiplos relatos individuais, implicando o método biográfico uma democratização daquela ciência, devido ao acesso à perspectiva dos membros de grupos sociais subordinados, que introduz cambiantes na configuração enformada pelas elites, bem como uma rutura com uma dimensão exclusivamente diacrónica. Franco Ferrarotti nota que recolher uma narração de vida, no contexto de complicitades que imbricam narrador e narratário, implica a utilização de dois tipos de argumentos que convençam o entrevistado: em primeiro lugar, que a sua identidade será mantida em segredo, e, em segundo, que a história que vai contar servirá para algo (Ferrarotti, 1990:12). Para o autor, que não descarta a abordagem do grupo primário e das associações, as vidas dos indivíduos são sínteses verticais de uma História social, enquanto, por outro lado, os comportamentos e as ações dos indivíduos constituem uma síntese horizontal duma estrutura social. Assim, a restituição da memória coletiva emerge da recolha de narrações de vida dos elementos do grupo primário, permitindo alcançar uma imagem partilhada do passado<sup>14</sup>.

Desde os anos 1970, ocorreu uma grande divulgação da mais democrática das formas de fazer História, porque todos podem participar, tendo a palavra, sem exclusão de sexo, idade, condição social e grau de instrução. Na sequência dos acontecimentos de maio de 1968, as narrações de vida – e as histórias de vida construídas *a posteriori* –, as memórias, as autobiografias, permitiram aceder a etnografias variadas, no mundo rural e no operário, nos campos e nas cidades, sobre profissões e lutas.

---

14 Segundo Danielle Desmarais, a aproximação através das histórias de vida representa uma situação excepcional de comunicação e de confrontação entre dois portadores de sentido – «sens courant» e «sens savant» –, o locutor e o interlocutor, e o encontro destas duas subjetividades cria as tensões inerentes ao quadro de investigação (Desmarais, 1986:13).

## 2. Trabalhos da memória, um estado da questão

Ensina-nos Jorge Luis Borges, através de um texto publicado nas suas *Ficções*, «Funes, o memorioso», que não esquecer nada é perdermo-nos a nós próprios. Mercê de um acidente, Funes fica imóvel e resolve aperfeiçoar a memória, decorando tudo o que lhe vem parar às mãos. No afã de tudo lembrar, esquece-se de si, do sono, do movimento, da vida, e morre com uma pneumonia, muito novo. Em *Les formes de l'oubli*, Marc Augé mostra-nos que a memória e o esquecimento têm entre si a mesma relação que a vida e a morte, que se definem mutuamente, o que o leva a considerar que aquilo que se esquece ajuda a elucidar quem se é (Augé, 1998). Salienta que a mudança, a transformação, não é mais do que uma mistura entre o esquecimento e a memória, que devem ser solidários. Aquilo que se lembra ou se retira da esfera do evocável traça-nos os contornos: uma outra personagem borgiana, que ao longo da vida acumula os mais diferentes materiais sem atender ao que fazia, colecionando sem critério, descobre, no fim, que esses objectos edificavam, em conjunto, a imagem do próprio rosto do colecionador.

No passado, dissipam-se as dúvidas, aquietam-se as incertezas, esbatem-se as inquietudes. A memória, a mais épica das faculdades (Benjamin, 1992:43), implica uma constante dialéctica entre o passado e o presente. A noção de continuidade, particularmente perseguida em momentos de turbulência, de mudança e de triunfo do efémero, fornece uma armadura contra o esquecimento colectivo, que favorece as manipulações sobre o tempo passado. Por outro lado, o enfoque no passado parece impedir a interrogação dos *futuros presentes* (Koselleck, 1979). Se a História inelutavelmente condiciona as pessoas, se as condições anteriores constituem a base da mudança, não é através de espectros que esta opera. É gente real que, com base em condições que direccionam a mudança, adequa as suas estratégias, ultrapassando, e, paradoxalmente, conservando as condições que encorpam a transformação.

Maurice Halbwachs, o fundador da Sociologia da memória e um dos elementos do primeiro quadro editorial dos *Annales*, vai salientar a intersecção de memórias grupais como estruturante das escolhas de cada um, conquanto diluídas e repartidas nos vários agrupamentos de que fazem parte. Antigo aluno de Bergson, virá

a tornar-se crítico do mestre, renegando, nomeadamente, a existência de uma *memória pura* – na qual se registaria inteiramente o passado de cada um, ainda que não evocável em todos os momentos. Retomará a noção de memória-hábito, embora arredando o apelo da *memória pura* – plano do espírito onde se conservariam todos os pormenores da vida vivida. A memória de cada pessoa conta a *história* dos grupos que a edificaram, e narra igualmente *uma história*, que não remete para a passividade individual, mas, como adiantaria Jean-Paul Sartre, para aquilo que cada um faz com o que consigo fizeram.

Durkheimiano confesso, Maurice Halbwachs atribui a primazia ao domínio social, afirmando a sua independência face às consciências e às manifestações individuais. Não é numa galeria subterrânea que tudo fica registado, mas na sociedade: aí estão os elementos que habilitam à reconstituição do passado. São evidentes as contiguidades em relação às propostas de Émile Durkheim no que concerne ao facto social, nomeadamente em *As Regras do Método Sociológico*: os factos sociais são exteriores às consciências individuais e detêm uma ação coerciva sobre essas mesmas consciências. Segundo o mestre, não constituem fenómenos orgânicos, mas antes representações e ações (Durkheim, 1895:29-39). São duas as obras fundamentais de Maurice Halbwachs que ajudam a delinear as questões inerentes a uma perspetiva social da memória: *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, de 1925, e *La Mémoire Collective*, póstuma, publicada em 1950, devido ao cuidado dos seus discípulos. A partir delas, saliento quatro pontos: em primeiro lugar, a relação entre o passado e o presente; em segundo lugar, os quadros sociais da memória; em terceiro lugar, a interpenetração entre a memória individual e a memória coletiva; finalmente, a destrição e os cruzamentos entre a memória e a história.

A dialéctica entre passado e presente é legível ao nível das elaborações sobre a memória: aquilo com que se depara no presente é enquadrado pelas recordações antigas, recordações essas que são adaptadas ao conjunto das perceções atuais<sup>15</sup>. Lembra-se por-

---

15 Paul Connerton (1989) elabora uma idêntica formulação, que complementa com a perceção de que as memórias do passado servem à legitimação de uma ordem presente. Para David Lowenthal, desde os anos 1970 que o presente é revisionista relativamente à memória e à História. O passado não é temido nem reverenciado,

que não se está só, e porque, ainda que de forma algo divergente, se pode reconstruir um conjunto de memórias, para reconhecer o passado<sup>16</sup>. A ideia é levada a um ponto extremo no confronto entre memória histórica e memória coletiva: a recordação é essencialmente uma reconstituição do passado com a ajuda de dados pedidos de empréstimo ao presente, e preparada por outras reconstituições feitas em épocas anteriores e das quais a imagem do passado já saíra alterada. O autor retoma temas como o do esquecimento por separação de um grupo, enfaticamente reincidento na importância atribuída aos quadros sociais, e salientando a importância da existência de uma comunidade afectiva para que a rememoração tenha lugar.

Em segundo lugar, Halbwachs salienta a importância dos quadros sociais, ou seja, dos grupos em que os indivíduos se movem: a família, as classes sociais, os agrupamentos religiosos, os partidos políticos, etc. Esses quadros sociais permitem deter um esquema comum de significações, ou seja, dominar um mesmo código para evocar, gravar e localizar as memórias. Mesmo os acontecimentos só presenciados por um indivíduo estão inscritos nesse mapa coletivo de significações, que dá o suporte à vida material e simbólica dos grupos. O que torna umas as memórias é o facto de constituírem um conjunto de pensamentos, de representações comuns a um grupo, e não a contiguidade no tempo. Segundo Halbwachs, são os quadros mentais com que os grupos equipam os indivíduos – assentes na materialidade, como na evanescência – que lhes permitem localizar determinados acontecimentos, e atribuir-lhes sentido.

Em terceiro lugar, temos a distinção entre memória individual e coletiva. Esta última retira a sua força da existência de uma comunidade afectiva, não sendo suficiente que os outros recordem para que a lembrança seja ativada, porque só se reconstitui uma memória para a qual existe um cenário partilhado. A memória

---

mas antes deglutido pelo presente em expansão. O passado é recriado com base nos valores e conhecimentos do presente, e consoante estes vão sendo alterados, também a memória vai sendo reescrita (Lowenthal, 1985: xvii).

16 O passado é um *artefacto do presente*, segundo Lowenthal, que retoma uma expressão de L. P. Hartley no título da sua obra: o passado é um país estrangeiro, com atributos configurados pelos gostos actuais, e as suas peculiaridades são domesticadas pela forma como preservamos os seus vestígios (Lowenthal, 1985: xvii). A memória constitui, assim, uma rescrição, lembrando a imagem de um palimpsesto.

individual converte-nos em eco das interferências coletivas: a complexidade dos gostos e sentimentos é uma expressão da influência, maior ou menor, de grupos diversos e porventura antagônicos<sup>17</sup>. Perante um mesmo acontecimento presenciado, pessoas distintas elaborarão *a posteriori* relatos diferenciados, que correspondem às histórias das suas vidas e à forma como vivem um dado momento.

Para Maurice Halbwachs, a memória individual é função da memória coletiva, e não pode existir na ausência daquela. A recordação, que constitui simultaneamente um reconhecimento e uma reconstrução, implica o grupo que lembra; a memória coletiva envolve memórias individuais, mas não se confunde com elas. A unificação das memórias coletivas, grupais, por uma classe social, que Halbwachs alega não ser possível, é um desvio desnecessário em relação ao carácter das memórias coletivas. Gerard Namer sobrevaloriza esta temática, considerando que Halbwachs não enfatizou a diferença entre a unificação das memórias na constituição de uma sociedade, e a unificação das recordações que integram uma memória (Namer, 1987:225). Destaca a unificação exterior das memórias, que não é o mesmo que a existência de uma memória comum. Instituições como a escola, pelo seu carácter normalizador, que edifica uma identidade de acordo com os padrões hegemónicos, obrigam as memórias coletivas dos grupos minoritários a um carácter resistente na luta contra o apagamento.

Finalmente, falemos da distinção entre memória histórica e memória coletiva, que é estabelecida a dois níveis. Por um lado, a memória coletiva integra uma *corrente de pensamento*, dando conta de uma perpetuação, de um sentido de continuidade, que

---

17 A noção de *campo*, construída por Pierre Bourdieu, permite, numa forma sociológica mais recente, retomar esta ideia. Um *campo* descreve uma realidade relacional, composta por relações objectivas, e constitui, em termos analíticos, uma rede, ou uma configuração de relações objectivas entre duas posições. Essas posições podem ser definidas, objectivamente, na sua existência e nas relações que impõem aos seus ocupantes, agentes e instituições, pela sua situação actual e potencial na estrutura de distribuição das diferentes espécies de poder ou de capital, cuja posse dirige o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no campo, e ao mesmo tempo, por relações objectivas para com as outras posições (dominação, subordinação, homologia, etc.). Em sociedades altamente diferenciadas, o cosmos social é constituído pelo conjunto destes microcosmos sociais relativamente autónomos, espaços de relações objectivas, que constituem o lugar de uma lógica e duma necessidade específicas e irreduzíveis àquelas que regem outros campos (Bourdieu, 1992:72-3).

só retém do passado aquilo que está vivo ou que permanece na consciência dos grupos que conserva, e não ultrapassando os limites desse grupo. A memória histórica, expressa nomeadamente na forma de períodos, dá por isso mesmo um sentido de mudança e de quebra, de descontinuidade e renovação. Embora aparentemente os grupos permaneçam os mesmos, subsistem divisões exteriores, resultantes dos lugares e da natureza geral das sociedades. Mas – e a imagem é de Halbwachs –, os conjuntos de pessoas que constituem o mesmo grupo em dois períodos sucessivos são como dois troncos em contacto pelas extremidades, mas que não se tornam a unir num só corpo (Halbwachs, 1950:70-71). Assim, a memória coletiva permite que uma sociedade se mantenha, confere-lhe o sentido de unidade e escora-a na capacidade de se reapoderar das tradições. Essas tradições, cuja profundidade conceptual não é explicitada, constituem o pano de fundo da memória. Através desse conjunto sedimentado, torna-se mais fácil superar as crises e os momentos liminares, permitindo recomeçar a partir do momento em que se deu a interrupção. Num segundo nível, considera Maurice Halbwachs que há tantas memórias coletivas quantos os grupos que as pessoas integram. A imagem usada pelo autor equipara o mundo histórico a um oceano em que vão confluir as histórias parciais. A história dá conta de um *quadro de mudanças*, que representa a fase final de um conjunto de transformações. A memória histórica é, assim, exterior aos grupos, e o olhar que sobre estes emite vem de fora para dentro. A memória coletiva, pelo contrário, constitui um *quadro de semelhanças*, que reflete o olhar do grupo sobre si mesmo e se revê com um sentido de continuidade, que torna aparentes as alterações.

O conceito de memória social tem sido sobrepujado por um conjunto de autores. Pode ser assemelhado às *correntes de pensamento*, de duração infinda e que nunca se cruzam, referidas por Maurice Halbwachs, ainda que o autor não tenha aprofundado a sua abordagem. Contudo, «a memória social não é estável como informação; é-o ao nível dos significados partilhados e das experiências recordadas» (Fentress & Wickham, 1994:79) – ou seja, pelas configurações das memórias coletivas. É uma espécie de realidade do passado, que é transmitida sem chegar a ser completamente reconhecida pelos grupos, assimilável pelo conceito de

tradição, que confere sentido à vida das sociedades, sem lograr a sua sustentação por quaisquer grupos (Namer, 1987:224). A definição de memória social – o que resta de uma ou mais memórias coletivas passadas, quando a coesão ou o constrangimento do grupo se esfumaram (Namer, 1987:24) – assemelha-a a um património comum aos diferentes grupos, que impregna e retransforma as respetivas memórias coletivas. Sujeita às conjunturas e à correlação de forças entre grupos, a memória social integra os sentidos da hegemonia, no formato gramsciano. Como nota Luciana Soutelo, «...muito embora originalmente as memórias coletivas se configurem com base nas recordações individuais de membros do grupo social, com o tempo as elites culturais acabam por elaborar um discurso simplificado e comum sobre o passado, apto para o consumo de portadores da identidade compartilhada e amplamente manipulável pelas elites políticas» (Soutelo, 2016:40-41). Esse discurso simplificado e comum, que se atém ao que é geracionalmente possível e à correlação de forças presentes numa determinada conjuntura, reflete a hegemonia, que resulta de um campo complexo, que converte em subterrâneas algumas construções memoriais, salientando outras, em função do capital cultural, político e simbólico. Merece discussão a perspetiva de que a estruturação da memória é feita através da identidade dos grupos, convertendo os indivíduos em folhas em branco, impressas pelo seu lugar no seio de coletividades. Se, ao gosto durkheimiano, as consciências e as memórias coletivas são um dos modos de interrogar a realidade, com interiorização simbólica da inscrição e incorporação das práticas sociais, o indivíduo não constitui um mero autómato que absorve e reproduz a vontade coletiva interiorizada.

Retomando as duas categorias do entendimento em Aristóteles a que Durkheim dava mais importância, Maurice Halbwachs analisou as relações entre a memória coletiva, o espaço e o tempo. No espaço, ficam marcadas as memórias, através de um *meio de memória* ou um *lugar de memória*. Em correlação com as contingências biológicas, um lugar pode ser narrativo para um grupo enquanto estão vivos os elementos para os quais está impregnado de sentido – os meios de memória –, ou pode ser municiado da inscrição, em pedra ou noutros suportes, que permita a uma memória perdurar além dos que foram suas testemunhas. Pierre Nora, com



um legado a que não é alheia a História dos *Annales*, caracteriza essa passagem dos *meios da memória* – a memória coletiva naturalizada – aos *lugares de memória*, que representa o esforço autoconsciente para preservar a memória através da História. Essa topolatria assenta nos arquivos, museus, memoriais, a que se juntam formatos que podem ser mais evanescentes, como as comemorações, aniversários e as histórias, que teriam de ser alimentadas pela modernidade, porque a memória coletiva espontânea vem cessando o seu papel. Para Pierre Nora, numa conjuntura que estava em mudança, fala-se muito de memória porque resta pouco dela. A História petrificaria a memória, deformando-a, transformando-a, e, eventualmente, re-significando-a.

Se conseguíssemos viver sem memória, não precisaríamos de consagrar-lhe lugares. Estes são instaurados pelo desejo de lembrar, ainda que Pierre Nora não especifique quem deseja e quem atua em função desse desejo. São *topoi*, ou seja, lugares e tópicos nos quais a memória converge, condensa, entra em conflito e define relações entre o passado, o presente e o futuro. Materiais ou evanescentes, assinalados no espaço sob a forma de construções memoriais ou da toponímia, e nos ciclos anuais através de um conjunto de comemorações que edificam a unidade grupal e que obstam ao esquecimento, esses signos, que servem à descodificação da memória, percorrem as existências individuais, inserindo-as numa genealogia prestigiadora, em que a percepção do tempo se cruza com os factos da vida familiar.

O tempo social, exterior, obedecendo às formas de medição normalizadas, não coincide necessariamente com a percepção do que é vivido. A uniformidade e homogeneidade do tempo são constrangedoras, conferindo-lhe uma face lisa, na qual seria impossível inscrever quaisquer recordações. É pertinente a distinção entre *tempo universal* e *tempo histórico*, em que este último recobre só alguns grupos e justapõe memórias parciais<sup>18</sup>. Mais do que um acontecimento, são as suas repercussões que são retidas na memória, na região do espaço a que venham a propagar-se. As durações coleti-

---

18 Françoise Zonabend, no seu trabalho sobre Minot, refere o tempo contínuo e homogêneo que aparentemente é vivido na aldeia, repartido em dias, meses e anos, balizado na data todos os dias escrita pelo professor no quadro da escola (Zonabend, 1980:9).

vas são múltiplas, tantas quantos os grupos. O calendário comum é como uma roupa feita para vários corpos, e não pode servir inteiramente a cada grupo, conquanto as normalizações tornem o tempo abstrato passível de utilização grupal. A compreensão e a representação do tempo são feitas de formas variadas pelos diferentes grupos sociais. A dimensão diacrónica assenta no facto de que todas as sociedades detêm um lugar na História que determina a utilização de uma grelha teórica que privilegie a diacronia. Karl Marx, numa célebre frase d' *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, defende que os homens fazem a sua história, ainda que não escolham as condições em que esta se desenrola, por eles herdadas e transmitidas do passado (Marx, 1852:17), justificando pelo primeiro termo a existência de uma disciplina histórica, e pelo segundo a Antropologia, que se debruça sobre o escondido, o invisível, perscrutando o que não é explicável exclusivamente à luz dos factos em presença.

Nos momentos associados à mudança, os mecanismos da memória coletiva apresentam duas modalidades: uma, que se reporta à situação anterior, e outra, que se destaca, e que é iniciada por uma modificação da memória. Um aspeto que ressalta da memória coletiva que é edificada em torno de um momento de transformação está associado à expectativa da mudança, ou seja, em termos de acção, aos mecanismos utilizados para provocar essa modificação. Numa primeira análise, há alterações que são tidas como incipientes. Porém, constituem um motor das transformações quando se acumulam. A memória de uma aceleração histórica é uma memória de um projeto contínuo de um grupo, que se opõe à memória da tradição. Todavia, essa tradição é incorporada, ainda que sob nova configuração. Halbwachs permite-nos olhar para estas duas perspectivas: a memória que Gerard Namer denomina *prospectiva* indica o caminho que pode ser percorrido; todavia, esta alicerça-se numa memória *retrospectiva*, que confere sentido ao que há a fazer, pelo percurso que já foi palmilhado (Namer, 1987:136-7). Caminha num sentido idêntico à proposta de Reinhart Koselleck entre os espaços da experiência e os horizontes da expectativa (Koselleck, 1979). Com a duplicidade polisémica do termo na língua portuguesa, o sentido dá significado e confere orientação. Compreende-se assim melhor o carácter estruturante que o ato de rememoração assume.

### 3. Fazer pela memória – ou o (não) lugar da história oral

O saber dos antropólogos assenta em relações que constroem. Os que se decidem pelo método biográfico, para através dele atingir o fulcro do seu problema, sabem ter à sua frente alguém com quem têm de encetar uma relação, frequentemente de empatia. Só assim lhes será possível aceder ao conhecimento. É o contrário do viajante predador, que está sempre a pensar no regresso, e se preocupa em gravar a realidade estranha nas películas da sua máquina. É preciso tempo para fazer pela memória, o tempo de estar com as pessoas que a querem relatar e que permite integrá-la num modo de vida, o tempo necessário à fruição do *aquí e agora*, que é inerente ao encontro etnográfico, e lhe dá *aura*, no sentido de Walter Benjamin (1992). As palavras ouvidas, gravadas e transcritas nem sempre são claras. Não me refiro a uma língua estrangeira, mas a um idioma grupal, que lhes pode obscurecer o sentido. Assim, compreender um relato implica um conhecimento da vida de um dado coletivo, para que o seu sabor possa ser desfrutado plenamente. Frequentemente, esses sentidos não são passíveis de esclarecimento através da consulta de um dicionário. O dicionário, com os signos mortos, com a descrição erudita dos seus significados, mostra-se pouco aberto à descoberta do significado de palavras grupais. A visão unificadora que fornece, excluindo certas palavras pela sua estranheza, outras pela inconveniência, e conferindo a muitas um significado bem distinto do sentido que lhes dá vivacidade dentro de um grupo – e, mais ainda, se se tratar de um grupo subalterno –, torna-se uma dificuldade a contornar. Fazemo-lo através das asserções contextuais e do reconhecimento do interior do coletivo.

A recolha de memórias é inerente ao trabalho de campo, porque os seres humanos evocam o passado para justificar as suas práticas – sejam elas contadas ou presenciadas pelo antropólogo. Frequentemente, falam-nos do que está para trás para pensar *para a frente*, além da própria contingência biológica. Como o fazemos? O uso deste plural é enganador, pois as práticas podem ser diversas. As entrevistas podem ocorrer em locais escolhidos pelo entrevistado, não só para que se sinta mais tranquilo, mas também porque o espaço é parte da diegese: lembra o entrevistado

de dimensões que poderiam ser omitidas, desvalorizadas e descuidadas fora dele. Há protocolos de autorização por parte dos que nos relatam as suas memórias – seja para a gravação, seja para a utilização *a posteriori* –, em resposta a um guião, que pode ser fornecido previamente, ou em resultado de uma exposição prévia por parte de quem investiga acerca dos objetivos e dos limites do trabalho que realiza.

Como grande parte dos trabalhos realizados pelos antropólogos, a recolha de memórias é devedora do tempo, da lentidão e da disponibilidade. Quem está à frente da investigadora tem o saber que se deseja, e deve ser interrompido o menos possível, mesmo quando aparentemente se desvia do que nos interessa. Temos um guião, que nos dá confiança, conquanto o ideal seja usá-lo só para verificar o que falta. Se quem se entrevista domina a leitura e a escrita, pode ser uma boa prática fornecer o guião de perguntas com alguns dias de antecedência. Sem ansiedade, e com a consciência de que os elementos mais densos nos são oferecidos por sermos consideradas de confiança, numa relação que construímos, em cada sessão de trabalho deveremos deixar a porta aberta para novos encontros, seja para apurar elementos em falta, seja para entregar a versão transcrita e sujeitá-la aos cortes, críticas, correções e acrescentos que o nosso interlocutor entenda fazer. Ou seja, poderemos completar e confirmar noutras visitas o que ficou por obter, ou que nos parece menos claro, o que diminui a nossa ansiedade e abre a porta a uma versão mais partilhada da narração obtida e construída. A base de confiança criada resulta de deixar nas mãos do interlocutor, não só a condução do discurso, como o uso do gravador. Um dos primeiros momentos de cada sessão integra a explicação sobre como se liga e desliga, deixando-o ciente da possibilidade de falar sem ser gravado, quando assim o desejar. Por outro lado, sem que o entrevistador fique refém da inflexibilidade de um guião, deve respeitar os silêncios e as hesitações, tendo presente que o entrevistado não nos conta «o passado», mas a sua visão atual sobre ele. No relato, o tempo que é relatado é alvo de reinterpretção e depuração, com esquecimento ou distância de determinados segmentos e empolamento de outros.

Em momentos diferentes, a mesma pessoa recorda de modo diferente um dado acontecimento. Em paralelo, pessoas diferen-

tes descrevem de modo diferenciado um mesmo momento, pois a memória está marcada pelo gênero, pela classe, pelo grupo etário, pela vida vivida, pelas escolhas, pelas interferências de determinados acontecimentos da vida particular num dado momento. Por outro lado, o discurso que cada entrevistado elabora é o resultado da vida que viveu desde os factos que relata, com as suas opções e com a dimensão daquilo que não escolheu (doenças, prisões, tortura, desemprego, crises várias) e com que teve de confrontar-se. Aquilo que recorda e a forma de fazê-lo dependem igualmente das leituras e do grau de instrução entretanto adquirido, da memória pública numa dada conjuntura, ou do efeito-tribuno, que resulta da presença de terceiros durante a entrevista, nem sempre dependente da vontade do entrevistador. Esses relatos em entrevistas de grupo podem trazer elementos importantes, quando o fito é reconstituir um dado referente, pelo apuramento de dados em que um entrevistado se mostre hesitante, colmatados pelos outros. Depende, finalmente, da capacidade da investigadora para construir um bom guião, e para conduzir a entrevista.

Feitas as despedidas e fechada a porta, começa o doloroso trabalho de transcrição, uma passagem lenta, sem máquina, durante a qual nos confrontamos com inúmeras interrogações. Que fazer com os gestos que presenciámos, que eventualmente filmámos, quando estamos a transcrever – sem rosto, sem interjeições, sem suspiros, sem risos, sem lágrimas. Que fazer com os silêncios sofridos ou relutantes, com as hesitações, as entoações, os sotaques? Deve manter-se o estilo oral, com uma pontuação que marque o tom, as suspensões, mesmo se isso torna fastidiosa a leitura? A transcrição dos relatos convoca um conjunto de questões técnicas, que resolvem-se de acordo com o objetivo de cada pesquisa. Manter a fidelidade à palavra dita, enfatizar o regionalismo, a marca de prosódia, a característica da originalidade de cada sujeito, são dúvidas que requerem avaliação e que não terão a mesma resolução em todos os trabalhos de investigação.

Se o relato final for sujeito ao crivo do entrevistado, depois de transcrito, as surpresas poderão suceder-se. Cortes, rejeição do texto escrito, sobretudo porque se considera com demasiadas repetições e menos de acordo com a linguagem escrita, correções que lhe retiram muito do que caracteriza um relato e a sua espontanei-

dade. Por outro lado, ocorrem acrescentos que podem esclarecer e aprofundar determinados elementos. É também o momento de recordar alguns pontos menos claros relativamente ao guião de partida. Certos elementos em falta podem ser omissões intencionais. O entrevistado pode não desejar falar de determinado assunto – e pode dizê-lo expressamente antes, durante ou após a entrevista – ou só fazê-lo quando confrontado com a passagem das suas palavras a escrito. Numa das situações, uma entrevistada que não revelara até então sintomas de stress pós-traumático, passou a ter terríveis pesadelos depois do seu relato (Rodrigues, 2011). Conquanto tivesse lacrado dentro de si, por 38 anos, um relato tenebroso sobre torturas que lhe haviam sido infligidas, aparentemente esse passado não a incomodara até ao momento em que o leu nas transcrições da sua entrevista. Coube aos investigadores – António Monteiro Cardoso e eu própria – acompanharem o processo de busca de cura e bem-estar, que envolveu quer o tratamento por uma equipa especializada em stress pós-traumático, quer a visita ao espaço onde haviam decorrido os acontecimentos penosos que haviam alterado a vida da entrevistada, acompanhados por um psiquiatra e uma psicóloga (Godinho, 2011; Godinho & Cardoso, 2014).

É frequente quem entrevistamos incentivar-nos a transformar as palavras ditas em palavras escritas – ou seja, a restituir os sons pelos signos. A palavra dita, a nomeação das coisas do mundo, como recriação desse mesmo mundo e edificação de uma unidade cultural, é, em si, uma forma de alterará-lo. Na construção de um relato que assenta em memórias, segue-se a prática comum em qualquer trabalho científico, com crítica e cruzamento de elementos, sem monomanias disciplinares, nem fetiches quanto à valia das fontes escritas ou orais. O nosso objetivo, enquanto investigadores, é resolver um problema, e construir uma investigação implica selecionar métodos e técnicas para o fazermos. Conquanto pareça um lugar-comum, indigno de um texto académico, velhas polémicas sobre a valia das fontes orais obrigam ao reforço da sua importância. Os indivíduos constituem os elos de uma corrente, com múltiplas ligações. Os laços que os envolvem, numa rede que transcende um local, emergem recorrentemente. A mobilidade espacial dos indivíduos e o papel dos *media* descentra a sua memória do mero espaço local, deslocando a noção de contexto. Aconte-

cimentos distantes, no tempo e no espaço, como a Guerra Civil de Espanha, a Guerra do Vietnam, o movimento Occupy Wall Street, ou a designada «crise dos refugiados», por exemplo, podem ser estruturantes de escolhas. Isso impele-nos a construir unidades de análise abertas e a ter em atenção escalas diferenciadas.

Nos casos dos trabalhos de terreno que levei e levo a cabo (em aldeias no nordeste de Trás-os-Montes, na fronteira entre Portugal e Espanha, na Galiza, entre comunistas do Couço, entre militantes da esquerda maoista, entre costureiras galegas), o registo e a interpretação de testemunhos sobre o passado das pessoas foram utilizados, fundamentalmente, para conseguir a restituição de um referente, em resposta a um problema delineado. O significado dos quotidianos e dos acontecimentos para os entrevistados, numa via de particularização, emerge dos relatos recolhidos. Assim, na linha de Ferrarotti, busca-se a legibilidade social através das vozes individuais (Ferrarotti, 1990). O contexto relacional, criado principalmente pela investigadora, joga um papel de destaque, já que a narração de uma vida não emerge por serem feitas as perguntas certas, mas porque se criou uma relação que predispõe à troca, à partilha, à confiança. A opção pela abordagem biográfica é suscitada pela convicção de que a memória se escora nas vidas dos indivíduos, e que a percepção filtrada pelo decurso das existências transmite o peso real dos quotidianos e dos eventos: cada um, como unidade significativa, retém dos factos aquilo para que a sua vida o configurou, mas sobretudo, o que representou a alteração de uma ordem, um momento de desrotinização. Conquanto dependa muito do investigador a utilização que é dada à informação que o entrevistado fornece, a exposição por parte deste é controlada pelo próprio. Não é despendida a convicção de que há três fatores essenciais, que predispõem à cooperação e ao rigor: um trabalho de campo alongado, a circulação por vários núcleos de sociabilidade e a confirmação dos relatos pelo cruzamento de dados.

É a partir das vivências atuais que os acontecimentos do passado são enquadrados, e por outro lado, as cicatrizes do tempo ido emergem do olhar, lançado retrospectivamente, da atualidade. Através do período histórico abrangido pela memória dos vivos (que pode ser surpreendente na sua dimensão), é possível reconstituir, de forma cruzada e através da saturação de informação

(Bertaux, 1986:21-34), não só um segmento temporal de um dado evento, como as condições desencadeadoras e as consequências. Quando se trabalha sobre gente que viveu sob ditaduras, numa situação marginal em relação ao Estado, ou num trabalho não declarado (como sucede com os militantes antifascistas, com os contrabandistas e com as costureiras que trabalham em casa), procurar reaver exclusivamente as suas vidas com base nos documentos oficiais significaria só atingir uma parte da realidade, o que enviesaria o acesso às vozes múltiplas. As reminiscências das vidas das pessoas são passíveis de legibilidade a partir das transcrições das respectivas vozes nos relatos que junto deles foram recolhidos. Sem monomanias disciplinares, ao optar-se inequivocamente pela recolha de narrações de vida, salienta-se que cada testemunho constitui uma parte de um todo que é uma existência, e constitui uma das formas de aclarar um problema sociológico, conjugada com uma estadia de terreno e com o acesso a fontes escritas diversificadas, locais e centralizadas (Godinho, 2001; 2006; 2011).

A recolha de narrações, de que resulta a posterior construção de histórias de vida, procede de um diálogo com os entrevistados, com interrupções mínimas por parte do investigador, deixando o entrevistado encaminhar a narração como desejar. Raramente os entrevistados incorporam o óbvio naquilo que relatam ou escrevem sobre um dado momento. O papel de quem ouve é, nesse domínio, dirigir o interlocutor para o evidente, ao mesmo tempo que converte as suas intervenções em mero encaminhamento.

Na recolha das histórias de vida, fundiu-se o interesse pelos quotidianos com a dinâmica de acontecimentos da vida pública e privada. A reconstituição dos acontecimentos a partir das histórias de vida é feita sob a forma de ilustração: a narração de vida constitui um significante, em relação ao qual se podem distinguir duas grandes orientações, em termos da aproximação biográfica: por um lado, pela via do significado que tentam transmitir os narradores relativamente aos factos da sua existência; por outro, pelos referentes, ou seja, pelas relações, as normas e os processos, que estruturam e sustentam a vida social (Bertaux, 1986:27). Num determinado coletivo, as narrações de vida assumem um carácter relacional, e cada uma penetra, com mais ou menos profundidade, na vida dos outros, pela inserção de cada indivíduo num



ambiente social. O entrelaçamento de relatos entre os membros de um grupo, ou a amnésia unilateral, além de fornecerem a percepção da saturação, permitem detetar continuidades e interrupções, junções e quezílias, visões pessoais e vivenciais. A repetição, ao longo de várias entrevistas, de informação que encaminha num determinado sentido, permite-nos discernir a aproximação do ponto de saturação. É um trabalho lento, longo, já que a atenção aos fenómenos sociais que emergem do discurso elaborado pelos indivíduos requer tempo e disponibilidade para atingir os objetivos (Godinho, 2001).

A recolha de narrações de vida, que confere voz aos grupos remetidos ao mutismo social pela sua condição de subordinação ou de perseguição, permite fazer escapar ao silêncio a cultura e a memória dos grupos subalternizados, detentores de um escasso capital simbólico e idêntico capital material. O seu alcance em relação ao passado é restrito, pois limita-se à memória dos vivos e remete para um olhar presente sobre acontecimentos ocorridos. Esta realidade, já interrogada aquando da discussão, com base na obra de Maurice Halbwachs, da relação entre passado e presente, está na base de algumas críticas dos detratores do método, que põem em causa a capacidade de alguns indivíduos no que concerne à recordação de acontecimentos que ocorreram há muito tempo. Além das potencialidades quanto a recobrir grupos sociais usualmente excluídos, deve ser salientado o carácter da oralidade na representação do passado. A narrativa daqueles que entrevistamos não tem necessariamente um carácter cronológico, antes surgindo agregada aos momentos de crise da vida individual, como se o óbvio dos entretantos desaparecesse. Entre indivíduos de menor capital simbólico, não é evidente uma noção de trajetória: no passado não há origens legitimadoras de um lugar social e também não têm do futuro o sentido de acumulação de poder (Connerton, 1993:23-4). A vida não é relatada como um currículo, e pode dar conta de uma série de ciclos que se repetem. Assim, acontecimentos relevantes da Grande História – a do mundo, repartido por nações – podem ficar na sombra, enquanto pequenas questões do quotidiano são longamente referidas. Um grande acontecimento, de âmbito nacional ou internacional, é sobretudo referido se tiver repercussões no domínio pessoal familiar, grupal, local. A conjun-

tura fornece o campo de possibilidades de uma vida, e dos múltiplos possíveis, as escolhas e as imposições que contribuíram para delinear caminhos. Como escreve Françoise Zonabend, as biografias tomam o seu sentido verdadeiro no contexto social e histórico de que emergem (Zonabend, 1980:7), o que impõe o balancear entre o nível individual e o coletivo, o local e o nacional, o instante e o processo. O subjetivo é um momento necessário do objetivo (Sartre, 1960:81) e a prova do facto vivido retroage e objetiva: «O grupo confere o seu poder e a sua eficácia aos indivíduos que ele próprio fez, que o fizeram em retorno e cuja particularidade irreduzível é uma maneira de viver a universalidade» (Sartre, 1960:101).

Maurice Halbwachs salienta que a memória é coletiva e constitui uma forma de descodificar narrativas sobre o passado. Partir para a reconstrução feita pelos envolvidos de determinado momento das suas vidas, comparando essa edificação com as que são efetuadas nas fontes escritas, permite relevar os limites da História documental, e salientar a importância de abordagens que transcendam os campos disciplinares. Através da Antropologia, consegue passar-se da História à memória. Comumente, considera-se que a História e a Antropologia, separadamente, já são completas por si; porém, a Antropologia histórica introduz o diálogo entre ambas (Dube, 2007:3). Ao nível dos grupos sociais, uns fundam-se na História e outros parecem destituídos dela. Os grupos «sem História», mas com consciência da sua situação de classe, transmitem e reproduzem no tempo uma memória, alicerçada numa rede social densa.

Há uma forte associação entre modos de pensar, de produzir o pensamento e de reproduzi-lo, o que conduz a que a crítica seja menos suscetível de existir quando não há um suporte estável para o que é enunciado, que só existe num espaço e num tempo determinados, sem inscrição ou incorporação (Connerton, 1989), e indisponível para novas e mais detidas apropriações (Goody, 1977:54). Também por esta razão, a oralidade é mais persuasiva, pois, ainda que não seja imune à crítica, obriga a uma imediata reação, que lhe retira acutilância. A oralidade é, sobretudo, remetida para a emoção, a subjetividade e o menor pendor crítico, enquanto a escrita é mais racionalizada, com um olhar detido, perscrutador e crítico. Como demonstram as obras de Jack Goody

(1977; 1986), a oralidade e a escrita associam-se a conteúdos que são frequentemente distanciados. A escrita permite formas mais elaboradas, a inexistência de interrupções, a correção e o respeito por fórmulas. Transfigura e descontextualiza, distanciando da enunciação verbal.

A diferenciação social constitui um facto de ordem sociocultural, que se reflete em todos os sistemas semióticos, logo, também na língua. As transgressões e as recriações, vocabulares e sintáticas, são mal toleradas porque representam desvios ou autonomizações. É sempre uma minoria que toma decisões sobre como deve falar a maioria, tornando a construção de uma língua um exercício hegemónico, com grupos condenados ao «ostracismo lexicográfico» (Yaguello, 1978), porque a sociedade exerce uma censura no domínio conceptual, e os assuntos que sejam interditos tornam tabu as palavras que deles falam (Yaguello, 1978:172).

#### **4. Memória e futuros presentes**

Numa carta a Bloch, datada de setembro de 1890, Friedrich Engels lembra que a História tem como resultado final um conflito de vontades entre indivíduos, cada um dos quais se tornou no que é mercê de um conjunto de condições particulares da vida. A História resulta desses múltiplos cruzamentos de forças, que podem sintetizar-se num acontecimento, que pode ser reconstituído, também, através da construção de histórias de vida (Godinho, 2007). A análise da mudança social acelerada beneficiará se nela se incorporar o papel da acção individual. Se o caminho da História é marcado, a grosso, pelos momentos de mudança acelerada, que predis põem à heroicidade, envolve também a capilaridade de múltiplos quotidianos, que delineiam as relações e estão marcados por experiências de anonimato. Optar pela recolha de memórias, no âmbito de um trabalho de campo, enquadra esse acontecimento na vida quotidiana e questiona o seu significado como marco das existências individuais. Ou seja, sem tornar irrelevante um acontecimento, insere-o num presente que também é parte da História, conferindo-lhe um poder de contemporaneidade. Entre a Antropologia e a História, numa fase em que, mais do que espartilhado

por fronteiras disciplinares, o conhecimento tem de buscar orlas de convivência nas Ciências Sociais, urge procurar sentidos mais gerais para as conclusões intuídas em estudos localizados. A fronteira disciplinar é adequada a objetos científicos em expansão, que mais e mais novos elementos precisam de carrear. Novas vias e abordagens, que reforçam a relação entre áreas concomitantes do conhecimento, revelam mais proveitosa uma orla disciplinar, que permita superar o fragmentário.

Produzido, mercantilizado, contrafeito, apeteçido, o passado é uma construção do presente (Lowenthal, 1978). Desde os anos 1980, a referência à memória e ao passado parecem associar-se a um nível do vivido *por recuo*, com o tempo pretérito venerado como fonte de identidade. Esse passado é autenticado, embora seja frequentemente imaginado, e torna-se o modelo do presente, forjado a partir de ferramentas modernas. Não parece servir para preparar o futuro, porque é um país estrangeiro cujas características são conformadas pelos gostos atuais, e cujas particularidades são domesticadas pela preservação dos seus vestígios (Lowenthal, 1978:xvii). O exercício constante sobre o passado, em que as suas representações derivam e são aproveitadas para erguer, explicar ou desmantelar relações de ordem política, é consideravelmente omissivo no que concerne aos efeitos da memória na organização, na hierarquização e nos arranjos das relações sociais e culturais (Confino, 1997:1391). Constrangido pelo presentismo, esse passado maleável parece deixar descansadas as classes dominantes (Godinho, 2012a).

As memórias têm classe, têm género, variam conjunturalmente e em escalas diversas – grupal, comunal, regional, nacional. Podem constranger ou dar fôlego, ficar bloqueadas ou ser exibidas e dotadas de performatividade, serem reorganizadas e re-significadas, ou proscritas e execradas, utilizadas para libertar ou para aprisionar, por períodos mais ou menos duradouros. Em função dos grupos e dos instantes, podem ser homogeneizadas, consensualizadas, resgatadas por terceiros, por netos dos vencidos. Podem ser doloridas ou festejadas, inventadas e retransformadas, localizadas e enquadradas em mapas conhecidos. Podem ser encerradas, recuperadas ou refletir as topografias dos poderes. Podem valorizar-se ou depreciar-se, serem alvo do mercado patrimonial ou resgatadas pela aura da «autenticidade». A sua variedade, denegada ou enal-

tecida, em função de momentos e de equilíbrios de grupos concretos, pode integrar a edificação de um passado utilizável (Iordachi & Trencsényi, 2003) embora suspendendo *outros passados*, remetidos para modalidades de ucrónia ou para a domesticação. A sua privatização conduz a uma erosão da capacidade social, apartando a possibilidade de ligar o passado e o presente, como sucede com a memória dos grupos subalternos, desvalorizados, vencidos. Mas podem ser também *um terraço para outra coisa ainda*, baseado em futuros delineados com otimismo, com *futuros presentes* em vez de *passados presentes*. A nova relação entre passado, presente e futuro, sobrevivida a partir do final dos anos 1980, converteu o passado em objeto de consumo, através da patrimonialização, espetacularização, festivalização e mercantilização da memória, e insere-se numa ênfase presentista. O passado, como artefacto do presente, está sujeito a relações de forças e a obsessão com ele é uma resposta substitutiva às urgências do presente ou, mesmo, uma recusa do futuro (Rouso, 1994:280). A falta de expectativas levou a que se buscasse no passado o que era seguro, com uma visão deformante, simplificada, sem interesse para o presente, num processo de propalado «fim da História», concomitante da naturalização do capitalismo neoliberal e do impacto político-social de 1989, que torna os futuros possíveis em algo de intangível e nebuloso (Soutelo, 2016:23).

Num trabalho anterior (Godinho, 2001), centrei-me nos mecanismos postos em ação na transmissão da memória das manifestações de resistência no meio rural e sua capacidade estruturante. Esse processo, que garantia a perpetuação do grupo envolvido, tinha uma racionalidade que emergia dos quadros sociais (Halbwachs, 1925) que suportam a memória desses movimentos. Se é no interior dos grupos que se preserva a memória coletiva, há momentos que, pela sua grandiosidade ou amplitude, conduzem à ultrapassagem dos núcleos restritos, nos limites dos quais funciona correntemente o seu horizonte: são momentos raros que modificam, em simultâneo, múltiplas existências. Os movimentos coletivos, e nomeadamente os que adquiram a forma revolucionária, constituem um dos mais eficazes exemplos. Se as tensões que lhes deram origem são anteriores, este tipo de experiência histórica – pela intensidade, pela fricção, pelo trauma, pelas continuidades

como pelos ajustamentos –, pelas adaptações que exige, e, principalmente, pela interferência e ruptura com o passado, permanece na memória até que um novo evento, igualmente forte, ou superior, sirva à sua evocação ou ativação. Ou seja, a memória de um acontecimento de luta serve à alimentação de outro, adquirindo o acto rememorativo um carácter estruturante, que converte uma situação marcante em algo ativável quando as condições voltarem a dar-lhe sentido. Não há perdas de sentido, este pode é ficar embargado quando as condições de desencadeamento não existirem.

A memória coletiva, grupal, e a memória social, geral, merecem uma atenção especial, nomeadamente nas suas interrelações. Na multiplicidade de memórias coletivas de uma sociedade, a rememoração dos momentos de luta, por pôr em causa os mecanismos de continuidade e enformar a rutura, é particularmente guetizada, reenviada para o opróbrio de opções políticas desenquadradas. A sua remissão para um grupo, ou um local, paroquializando-a e conferindo-lhe menoridade, constitui uma forma de desvalorização corrente. Todavia, a recuperação desta memória grupal pelo todo social dá-se em momentos de rutura e conflito, quando a memória social – sob a forma de correntes de pensamento, ou instituída através de configurações centralizadoras, que dão conta da visão dos grupos dominantes – tem dificuldade em conviver com as situações. A universalização da memória coletiva está, assim, associada às relações de força entre os vários agrupamentos no âmbito de uma sociedade; a retransformação dessa memória tem uma função ativadora e potenciadora no desencadear de movimentos sociais. Por outro lado, se a memória coletiva, no que concerne à resistência e à agitação, constitui uma importante condição no dealbar de revoltas, reduzindo o limiar de adesão, a emergência duma conjuntura translocal favorável, paroquializada pela legibilidade que lhe confere uma memória local de lutas e resistência, proporciona o pano de fundo para o dealbar de um movimento.

Num artigo publicado em 2004, centrado em Le Creuzot, uma «fábrica que se tornou cidade» e no seu processo de patrimonialização depois do longo período que conduziu ao encerramento do complexo industrial, Octave Debary medita sobre o tempo dedicado a exhibir o passado que se deseja esquecer, visando determinar porque razões a cultura e a história estão fascinadas pela perda

da sua teia de referência: o passar do tempo. A História torna-se memória não só pela mera transmissão, mas também através dum processo de reconstrução do passado, em que este é redefinido, esquecido e por vezes negado. No caso de Creuzot, Debary nota que o passado é trazido à liça para ser esquecido, enquanto procura entender a amnésia e os sítios memoriais. Tendo sido impossível criar um museu convencional, a opção foi um ecomuseu, ou seja, um museu sem portas (Debary, 2004:129). Como sucede com os museus, a memória não é História recuperada e autenticada e, bem pelo contrário, contém uma modalidade de alteridade, num espaço de incerteza que é o esquecimento. O trabalho da memória decorreu dentro de vários registos de historicidade, para utilizar a expressão de Hartog (2003). Conclui que o ecomuseu de Le Creuzot fala do retorno impossível ao passado, com um objeto que não pode ser encontrado nem exibido: a luta de classes. Nem tudo tem *a beleza do morto* (de Certeau *et al.*, 1990).

## Bibliografia

- AUGÉ, Marc (1998). *Les formes de l'oubli*. Paris: Payot et Rivages.
- BENJAMIN, Walter (1992). *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*. Lisboa: Relógio de Água.
- BERTAUX, Daniel (1986). «Fonctions diverses des récits de vie dans le processus de recherche» in D. Desmarais e P. Grell, (dir.), *Les récits de vie*. Montreal: Ed. St. Martin.
- BOURDIEU, Pierre (1986). «L'illusion biographique», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 62-63, 1986, pp. 69-72.
- BOURDIEU, Pierre (1992). *Reponses*. Paris: Seuil.
- BOURDIEU, Pierre (1997). *Razões práticas – Sobre a teoria da acção*. Oeiras: Celta.
- CERTEAU, Michel de *et al.* (1990). «A beleza do morto: o conceito de “cultura popular”», in Jacques Revel, *et al.* (ed.), *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel.
- CONNERTON, Paul (1989). *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta.
- DEBARY, Octave (2004). «Deindustrialization and Museumification: From Exhibited Memory to Forgotten History», in *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 595:122-135.

- DESMARAIS, Danielle (1986). «Introduction», in D. Desmarais e P. Grell (dir.), *Les recits de vie*. Montreal: Ed. St. Martin.
- DUBE, Saurabh (2007). *Historical Anthropology*. Oxford: OUP.
- DURKHEIM, Émile (1980) [1895]. *As Regras do Método Sociológico*. Lisboa: Presença.
- FENTRESS, James; WICKHAM, Chris (1994). *Memória Social*. Lisboa: Teorema.
- FERRAROTTI, Franco (1990). *Histoire et Histoires de Vie – La méthode biographique dans les sciences sociales*. Paris: Méridiens Klincksieck.
- FUKUYAMA, Francis (1992). *The End of History and the Last Man*. London: Penguin.
- GEE, Grant (2015). *Innocence of Memories – Orhan Pamuk’s Museum and Istanbul*, filme, UK, Ireland, Italy, 97’, color.
- GINZBURG, Carlo (1976). *Il formaggio e i vermi. Il cosmo di un mugnaio del ‘500*. Turín. Einaudi.
- GODINHO, Paula (2001). *Memórias da resistência rural no Sul – Couço (1958-1962)*. Oeiras: Celta.
- GODINHO, Paula (2007). «Fronteira, ditaduras ibéricas e acontecimentos localizados – O manto espesso de silêncio sobre dois momentos» in Manuela Cunha & Luís Cunha, *Intersecções Ibéricas – Margens, passagens e fronteiras*. Lisboa: 90 Graus Editora, pp. 55-70,
- GODINHO, Paula (2011b). «História de um testemunho, com Caxias em fundo», in Aurora Rodrigues, *Gente Comum – Uma história na PIDE*. Castro Verde: 100 Luz:11-43.
- GODINHO, Paula (2011). «Oír o galo cantar dúas veces» – *Identificacións locais, culturas das marxas e construción de nacións na fronteira entre Portugal e Galicia*. Ourense: Imprenta da Deputación.
- GODINHO, Paula (2012a). «Usos da memória e práticas do património, alguns trilhos e muitas perplexidades», in Paula Godinho (coord.), *Usos da Memória e Práticas do Património*. Lisboa: Colibri.
- GODINHO, Paula (2012b). «Contextos da memória, lugares dessubstanciados e re-significação do passado: a fronteira como amenidade, insígnia e património», in Paula Godinho (coord.), *Usos da Memória e Práticas do Património*. Lisboa: Colibri.
- GODINHO, Paula (2014b). «A violência do olvido e os usos políticos do passado: lugares de memória, tempo liminar e drama social» in Paula Godinho (coord.), *Antropologia e Performance – Agir, Atuar, Exibir*. Castro Verde: 100 Luz: pp. 191-212.



- GODINHO, Paula (2015a). «Tempo, memória e resistência», in *Resistência e/y Memória – Perspectivas Iberoamericanas*, com Inês Fonseca e João Baía, (org.), Lisboa: 5-14 <http://run.unl.pt/handle/10362/16123>
- GODINHO, Paula (2015b). «Passados insubornáveis: acontecimento, razão escrita e memórias fracas», in Manuel Loff et al. (ed.) *Ditaduras e Revolução – Democracia e políticas da memória*. Coimbra: Almedina: pp. 145-167.
- GODINHO, Paula & CARDOSO, António Monteiro (2013). «¿Qué hacer con los acontecimientos? Memoria, sobresaltos y caminos para el estudio de un grupo de la izquierda radical en Portugal (1970-1976)», *Historia, Voces y Memória – Revista del Programa de Historia Oral*, Universidad de Buenos Aires, pp. 51-74.
- GOODY, Jack (1977) [1988]. *A domesticação do pensamento selvagem*. Lisboa: Presença.
- GOODY, Jack (1986) [1987]. *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Lisboa: Edições 70.
- HALBWACHS, Maurice (1925) [1994]. *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*. Paris : Albin Michel, posfácio de Gérard Namer.
- HALBWACHS, Maurice (1950) [1968]. *La Mémoire Collective*. Paris: PUF.
- HARTOG, François (2003). *Régimes d'historicité – Présentisme et expériences du temps*. Paris. Seuil.
- HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (1983). *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- [http://blogs.publico.es/universidad-del-barrio/2016/06/20/munoz-molina-e-logios-al-olvido-por-emilio-silva/?doing\\_wp\\_cron=1466669868.2961509227752685546875](http://blogs.publico.es/universidad-del-barrio/2016/06/20/munoz-molina-e-logios-al-olvido-por-emilio-silva/?doing_wp_cron=1466669868.2961509227752685546875), acessado em 22.06.2016
- [http://cultura.elpais.com/cultura/2016/06/14/babelia/1465922683\\_781498.html](http://cultura.elpais.com/cultura/2016/06/14/babelia/1465922683_781498.html), acessado em 22.06.2016
- HUYSEN, Andreas (2003). *Present Pasts. Urban Palimpsests and the Politics of Memory*. Stanford: Standford University Press.
- IORDARCHI, C. & TRENCSENYI, B. (2003). «In Search of a Usable Past: The question of National Identity in Romanian Studies, 1990-2000», in *East European Politics and Societies*, 17 (3): pp. 415-453.
- KOSELLECK, Reinhart (1979) [1983]. *Futuro passado – Para uma semântica de los tempos históricos*. Barcelona: Paidós.
- LANGNESS, L.L. & FRANK, Gelya (1981). *Lives: An Anthropological Approach to Biography*. Novato: Chandler and Sharp Publishers, Inc.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel (1075). *Montaillou, village Occitan*. Paris: Gallimard.

- LEWIS, Oscar (1979). *Os filhos de Sanchez*. Lisboa: Moraes.
- LOWENTHAL, David (1983). *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press
- MAUSS, Marcel (1972). «Fragmento de un plan de sociología geral descriptiva», *Obras III - Sociedad y Ciencias Sociales*. Barcelona: Barral.
- MAUSS, Marcel (1926). *Manuel d'Ethnographie*, (disponibilizado por Jean-Marie Tremblay) [http://gaogoa.free.fr/HTML/Noeudrondlogie/Topologie/Pianoeuds/Textes/manuel\\_ethnographie.pdf](http://gaogoa.free.fr/HTML/Noeudrondlogie/Topologie/Pianoeuds/Textes/manuel_ethnographie.pdf), acedido em 23.06.2016.
- MINTZ, Jerome (1982). *The Anarchists of Casas Viejas*. Chicago: University of Chicago Press.
- NAMER, Gérard (1987). *Mémoire et société*. Paris: Meridien Klincksieck.
- NORA, Pierre (dir.) (1986). *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard.
- RODRIGUES, Aurora (2011). *Gente Comum – Uma história na PIDE*. Castro Verde: 100 Luz.
- ROUSSO, Henry (2012). *La dernière Catastrophe. L'histoire, le présent, le contemporain*. Paris: Gallimard.
- ROUSSO, Henry & CONAN, Eric (1994). *Vichy, un passé qui ne passe pas*. Paris: Fayard.
- SARTRE, Jean-Paul (1960) [1985]. *Critique de la raison dialectique*. Paris: Gallimard.
- SOUTELO, Luciana (2016). *A memória pública do passado recente nas sociedades ibéricas – Revisionismo histórico e combates pela memória em finais do séc. XX*. Porto: doutoramento em História, FLUP.
- THOMAS, William & ZNANIECKI, Florian (1918-1920) [1995]. *The Polish Peasant in Europe and America*. Champaign: University of Illinois Press.
- THOMPSON, E. P. (1963). *The Making of the English Working Class* <https://uncomradelybehaviour.files.wordpress.com/2012/04/thompson-ep-the-making-of-the-english-working-class.pdf>, acedido em 23.06.2016.
- TRAVESSO, Enzo (2005). *Le passé, modes d'emploi - histoire, mémoire, politique*. Paris: La Fabrique Editions.
- TRAVESSO, Enzo (2015). «Memórias europeias. Perspetivas emaranhadas», in Manuel Loff et al. (org.), *Ditaduras e revoluções – Democracias e políticas da memória*. Coimbra: Almedina.
- YAGUELLO, M. (1978) [1992]. *Les mots et les femmes*. Paris: Payot.
- ZONABEND, Françoise (1980). *La Mémoire Longue*. Paris: PUF.

# **CAPÍTULO V**

Tratamento e análise  
dos dados



Na investigação sociológica, o tratamento e análise dos dados estão profundamente condicionados pelos objectivos de cada estudo, pelas limitações dos próprios instrumentos de tratamento utilizados e pela natureza dos dados recolhidos. Esta é uma das fases do processo de investigação que tem de ser simultaneamente rigorosa e profundamente criativa, procurando-se outros ângulos de análise e servindo de base para formular novas questões e hipóteses, que deverão ser respondidas e validadas com outras análises de dados.

Ao longo de mais de um século, a Sociologia tem vindo a construir uma panóplia muito alargada de instrumentos para analisar os dados recolhidos. Prevaecem, sem dúvida, os instrumentos de quantificação, ainda que diferentes conforme as escalas com que são medidas as variáveis observadas. Das técnicas estatísticas mais simples, com contagens e percentagens, normalmente utilizadas nas análises univariadas e bivariadas, àquelas que têm uma maior sofisticação matemática, como as análises multivariadas, dependendo do objecto de estudo, pode fazer-se uma articulação de vários instrumentos de tratamento e análise de dados.

Os exemplos apresentados em seguida cobrem um leque variado de situações resultantes de projectos de investigação já efectuados. Começaremos pelos dados quantitativos, primeiro com uma abordagem pedagogicamente orientada para a operacionalização de vários instrumentos estatísticos, depois com a apresentação de um estudo sobre a criminalidade participada à Polícia Judiciária, já publicado, e onde se faz a análise das sazo-

nalidades, em uma linha semelhante à seguida por Durkheim no *Suicídio* (1897). Segue-se um texto sobre a aplicação da Análise de Conteúdo no estudo de representações sociais. O conceito de representação social é essencial no estudo das violências, porque o termo violência é frequentemente confundido com o de crime e porque, não sendo sinónimos, se torna absolutamente fundamental explicitar os dois, de modo a ser possível investigar, diferentemente e com rigor, os actos que a lei rotula como crime e os que são representados como violentos, em função do contexto e da percepção dos agentes sociais (Lisboa *et al.*, 2009; Moliner, 2001). Todavia, a maior variabilidade espacial e temporal do conceito de violência, pela sua condição de representação social, não significa que essas representações sejam menos importantes no condicionamento da acção dos agentes sociais. De facto, como refere Jodelet (1989), as representações sociais são modalidades de conhecimento prático, orientadas para a apreensão e domínio do meio social, e expressam-se sob a forma de imagens condensadas. Por isso, a sua observação, ao nível da investigação, é difícil e requer metodologias específicas, como a Análise de Conteúdo. Na mesma linha de tratamento e análise de dados qualitativos provenientes de entrevistas em profundidade, será apresentado um texto relativo à utilização de um instrumento inovador no panorama nacional e internacional, para a análise de emoções sociais em contextos de violência contra as mulheres. Finalmente, o último texto diz respeito, também, a uma aplicação inovadora no panorama nacional, no cálculo dos custos económicos da violência doméstica contra as mulheres, que cruza instrumentos de tratamento e análise de dados administrativos e de inquéritos sociológicos.

## Bibliografia

- DURKHEIM, Émile (1977). *O Suicídio*. Lisboa: Presença (1.ª edição 1897).
- JODELET, Denise (dir.) (1989). *Les Répresentations Sociales*. Paris: PUF.
- LISBOA, Manuel; Barroso, Zélia; Patrício, Joana & Leandro, Alexandra (2009). *Violência e Género*. Lisboa: CIG.
- MOLINER, Pascal (dir.) (1989). *La dynamique des représentations sociales*. Grenoble: PUG.

# ANÁLISE DOS DADOS DE INQUÉRITOS SOCIOLÓGICOS: ESTATÍSTICAS UNIVARIADA, BIVARIADA E MULTIVARIADA

Ana Lúcia Teixeira

Passaremos, agora, a apresentar alguns exemplos de instrumentos de análise de dados, recorrendo a dados obtidos através de inquéritos sociológicos na área da violência doméstica e de género. O objectivo desta secção é o de ilustrar, com dados reais, a forma como os diferentes instrumentos de análise podem ser utilizados, para que são usados e quais os problemas mais comuns com que um/a investigador/a se depara no decurso do processo de investigação. Sem pretensões de exaustividade, procuraremos dar conta das potencialidades e limitações das técnicas de análise de dados mais recorrentemente mobilizadas na área das Ciências Sociais e, em particular, na área da Sociologia.

Nesse sentido, e com recurso ao *software* de análise estatística SPSS, apresentaremos uma variedade de técnicas, que poderão ser úteis aos/às estudantes e investigadores/as, ilustradas por dados reais. Para tal, dividiremos este capítulo em três secções: a primeira debruçar-se-á sobre estatísticas univariadas, essencialmente descritivas; na segunda, onde olharemos para os dados de uma perspectiva bivariada, serão incluídas técnicas de análise, tanto descritiva, como inferencial; por último, daremos conta de algumas das técnicas de análise multivariada mais comuns nesta área. Para a ilustração de cada caso referido, recorreremos aos *outputs* gerados pelo SPSS, para que o/a leitor/a melhor consiga acompanhar a sua interpretação.

## **Análise de dados univariada**

A análise de dados univariada reveste-se de uma enorme importância, no contexto não apenas da exploração inicial de uma base de dados, como também da validação dos dados e da sua preparação para análises mais complexas. Os diferentes instrumentos de estatística univariada permitem-nos, num primeiro (e fundamental)

momento, a verificação de todas as variáveis, nomeadamente se existem ou não dados mal introduzidos (quando estamos a falar de bases de dados cuja construção é manual). Assim, a primeira abordagem estatística a uma base de dados deve consistir na produção de apuramentos individuais para cada uma das variáveis que a constituem. Esta tarefa permite-nos, por um lado, perceber se haverá alguma informação que tenha de ser corrigida (recorrendo à consulta do suporte no qual a informação foi recolhida) e, por outro lado, ter um primeiro contacto com a estrutura das respostas recolhidas.

Vejamus um exemplo genérico. Pedimos uma tabela da frequência da variável «estado civil», ainda no contexto de validação dos dados introduzidos. Como se observa pelo *output* gerado (Quadro 1), encontramos uma observação que, apresentando um valor fora do leque das respostas possíveis (código 12, quando os possíveis são os códigos 1, 2, 3 4 e 99), deverá ter resultado de um erro de inserção na base de dados.

**Quadro 1. Tabela de frequências da variável «estado civil» na fase de exploração/validação da base de dados**

v103a estado civil actual					
	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent	
Valid	1 solteira	253	25,3	25,3	25,3
	2 casada/união de facto	575	57,5	57,5	82,8
	3 divorciada/separada	41	4,1	4,1	86,9
	4 viúva	127	12,7	12,7	99,6
	12	1	,1	,1	99,7
	99 ns/nr	3	,3	,3	100,0
	<b>Total</b>	<b>1000</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

Neste caso, o procedimento adequado para a correcção desta situação deverá ser identificar o questionário associado a esta resposta e verificar, no suporte original (questionário em papel, se for esse o caso), qual a resposta dada pela pessoa inquirida, procedendo depois à correcção da informação na base de dados. Mas observá-



mos ainda que três pessoas não responderam a esta questão (código 99). Neste caso, não se trata de informação mal introduzida, mas de uma resposta que não deverá ser utilizada em análises posteriores (a menos que as não respostas sejam, de facto, um item de interesse). O que é habitual fazer, neste caso, é dar a indicação de que este código, ainda que permaneça na base de dados, não deve ser considerado para os cálculos. Para tal, dever-se-á definir o código 99 como *missing value*. Assim, e após proceder a estas alterações, deveremos pedir uma nova tabela de frequências, para confirmar que as alterações foram feitas correctamente (Quadro 2).

**Quadro 2. Tabela de frequências da variável «estado civil» na fase de exploração/validação da base de dados após alterações**

v103a estado civil actual					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 solteira	254	25,4	25,5	25,5
	2 casada/união de facto	575	57,5	57,7	83,1
	3 divorciada/separada	41	4,1	4,1	87,3
	4 viúva	127	12,7	12,7	100,0
	Total	997	99,7	100,0	
Missing	99 ns/nr	3	,3		
<b>Total</b>		<b>1000</b>	<b>100,0</b>		

Assim, podemos, agora, ter uma primeira visão da correcta distribuição desta variável.

No caso de tratar-se de uma variável métrica (ou quantitativa), o procedimento é um pouco diferente, uma vez que não faz sentido aplicar a este tipo de variáveis o mesmo procedimento utilizado para as variáveis categóricas (tanto nominais como ordinais). Em lugar de fazer tabelas de frequências, deveremos apurar estatísticas descritivas (ou até representações gráficas), que podem incluir uma grande diversidade de medidas, como

sejam a média, o desvio padrão, o mínimo, o máximo, os quartis (ou os percentis, se quisermos uma análise mais detalhada), entre outras. Também aqui o objectivo é o de corrigir eventuais erros de inserção e o de familiarização com os dados a analisar. Vejamos o exemplo da variável idade, para a qual pedimos algumas estatísticas descritivas (Quadro 3).

**Quadro 3. Estatísticas descritivas da variável «idade» na fase de exploração/validação da base de dados**

Descriptives			
		Statistic	Std. Error
	Mean	44,06	1,086
	95% Confidence Interval for Mean		
	Lower Bound	41,93	
	Upper Bound	46,20	
	5% Trimmed Mean	42,84	
	Median	43,00	
	Variance	1180,140	
v102 idade	Std. Deviation	34,353	
	Minimum	18	
	Maximum	999	
	Range	981	
	Interquartile Range	29	
	Skewness	21,545	,077
	Kurtosis	598,360	,155

Numa leitura rápida dos resultados, percebemos que há um erro a ser corrigido. O valor máximo encontrado é de 999, o que, no contexto desta variável, não faz sentido. É, portanto, necessário identificar o(s) caso(s) problemático(s) e confirmar, através da consulta do(s) questionário(s), se se trata de um erro de inserção ou de uma não resposta que não foi identificada como tal na estrutura da base de dados, e proceder à sua correcção.

Um outro objectivo desta primeira exploração da base de dados é o de uma primeira avaliação da necessidade de fazer recodificações nas variáveis. Sem prejuízo da possibilidade de proceder a futuros reagrupamentos e rectificações (que, na verdade, acompanham, de forma transversal, todo o processo de análise de dados), este é o momento no qual importa verificar se existem categorias que, com poucas ou nenhuma observação, se venham a revelar inúteis mais adiante. Vejamos o exemplo seguinte, relativo à distribuição do nível de instrução de 1000 inquiridos/as.

**Quadro 4. Tabela de frequências da variável «nível de instrução» na fase de exploração/validação da base de dados**

v106 nível de instrução				
	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	1 Não sabe ler e/ou escrever	88	8,8	8,8
	2 Primário	379	37,9	46,7
	3 Preparatório	99	9,9	56,6
Valid	4 Secundário	280	28,0	84,6
	5 Licenciatura	149	14,9	99,5
	6 Mestrado	3	,3	99,8
	7 Doutoramento	2	,2	100,0
	<b>Total</b>	<b>1000</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Observa-se (Quadro 4) que o número de pessoas com mestrado e com doutoramento é muito reduzido, pelo que, para futuras análises, talvez faça sentido agrupar as categorias 5, 6 e 7 numa única, que poderá passar a designar-se «superior». Como é evidente, este tipo de decisões depende, em absoluto, dos objectivos do estudo. As sugestões que aqui apresentamos constituem-se apenas como linhas gerais de procedimento, que deverão ser avaliadas caso a caso.

Em suma, este diagnóstico deve ser aplicado a todas as variáveis da base de dados, antes de prosseguir para a análise da informação. Daremos, agora, alguns exemplos de apuramentos e estatísticas descritivas univariadas, tanto para variáveis de tipo categórico como métrico, que cumprem o propósito de obter uma visão global da informação recolhida e de preparar as análises estatísticas posteriores. Os *outputs* apresentados dizem respeito aos dados recolhidos através do inquérito sociológico nacional realizado no âmbito do projecto de investigação «Violência contra as mulheres», aplicado, em 1995, a uma amostra 1000 mulheres com 18 ou mais anos de idade, com uma margem de erro de 5%, para um nível de confiança de 95% (Lourenço, Lisboa & Pais, 1997).

No caso das variáveis categóricas, podemos, como vimos, extrair tabelas de frequências. Vejamos a variável «estado civil»:

**Quadro 5. Distribuição da variável «estado civil»**

v103a estado civil actual				
	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1 solteira	255	25,5	25,5	25,5
2 casada/união de facto	576	57,6	57,6	83,1
3 divorciada/separada	42	4,2	4,2	87,3
4 viúva	127	12,7	12,7	100,0
<b>Total</b>	<b>1000</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

Fonte dos dados: *Violência contra as mulheres*, SociNova (1995).

Dando conta de informação ainda muito simples, este apuramento (Quadro 5) permite-nos perceber a distribuição da população, ou, neste caso, da amostra, relativamente a esta variável. Podemos perceber que a maior parte das inquiridas (57,6%) é casada ou está em união de facto, e que o conjunto das mulheres divorciadas ou separadas é o menos representativo (4,2%).

No caso das variáveis métricas, encontramos disponível um vasto leque de estatísticas que nos permitem conhecer a distribuição destas variáveis em pormenor. Como vimos anteriormente, podemos calcular medidas de tendência central (média aritmética, média aparada a 5%, mediana, percentis e quartis), medidas de dispersão (variância, desvio-padrão, amplitude da distribuição, amplitude interquartilica), medidas de assimetria e achatamento (enviesamento e curtose).

**Quadro 6. Estatísticas descritivas da variável «idade»**

Descriptives				
		Statistic	Std. Error	
v102 idade	Mean	43,09	,516	
	95% Confidence	Lower Bound	42,08	
	Interval for Mean	Upper Bound	44,11	
	5% Trimmed Mean		42,80	
	Median		42,50	
	Variance		266,610	
	Std. Deviation		16,328	
	Minimum		18	
	Maximum		75	
	Range		57	
	Interquartile Range		29	
	Skewness		,191	,077
	Kurtosis		-1,129	,155

Fonte dos dados: *Violência contra as mulheres*, SociNova (1995).

Como se observa (Quadro 6), a média de idades ronda os 43,09 anos, com um desvio padrão de 16,33 anos. Uma vez que o desvio padrão é calculado a partir dos desvios à média, o seu valor está dependente da magnitude desta estatística, pelo que não podemos afirmar, pela simples leitura do valor do desvio padrão, se a dispersão é elevada ou não (por exemplo, um desvio padrão de 5

pode representar uma dispersão muito reduzida numa distribuição e muito elevada noutra – depende do valor da média). Para avaliar a heterogeneidade da distribuição, poderemos calcular uma estatística adicional, que não é produzida pelo SPSS, mas que é muito útil para este propósito, e ainda para comparar duas distribuições que tenham médias diferentes. Tratando-se de uma medida de dispersão relativa, o coeficiente de variação fornece uma medida estandardizada, que varia entre 0 e 100%: quanto mais próximo de 100, mais elevada é a dispersão relativa, pelo que pode considerar-se a distribuição muito heterogénea, onde a média é pouco representativa da configuração da distribuição; pelo contrário, quanto mais próximo de 0, menor a dispersão relativa, considerando-se, assim, que essa será uma distribuição mais homogénea, e onde a média é mais representativa da estrutura da distribuição. O coeficiente de variação é dado por  $CV = \left(\frac{s}{\bar{x}}\right) \cdot 100$ , onde  $s$  corresponde ao desvio-padrão e  $\bar{x}$  à média da distribuição. Para ilustrar a nota feita atrás, onde se disse que o mesmo valor de desvio padrão pode remeter para configurações de dispersão muito diferentes, tomemos o seguinte exercício: duas distribuições ( $a$  e  $b$ ) com o mesmo desvio padrão ( $DP_a = DP_b = 5$ ) mas com médias diferentes ( $\bar{x}_a = 300$ ;  $\bar{x}_b = 35$ ). No primeiro caso, a dispersão relativa é dada por  $CV_a = (5/300) \cdot 100 = 1,67\%$  e no segundo caso por  $CV_b = (5/35) \cdot 100 = 14,29\%$ . Percebemos, então, que a distribuição  $a$  apresenta uma dispersão relativa muito reduzida (1,67%) face à dispersão relativa da distribuição  $b$  (14,29%), revelando a inadequação da avaliação da dispersão de uma distribuição por via da leitura absoluta do desvio-padrão.

Uma outra medida importante para conhecer a distribuição de uma variável (ordinal ou métrica) são os percentis, que são medidas que dividem a distribuição ordenada em 100 partes de dimensão aproximadamente igual.

**Quadro 7. Percentis da variável «idade»**

		Percentiles						
		5	10	25	50	75	90	95
Weighted Average (Definition 1)	v102 idade	20,00	22,00	28,00	42,50	56,75	67,00	70,00
Tukey's Hinges	v102 idade			28,00	42,50	56,50		

Fonte dos dados: *Violência contra as mulheres*, SociNova (1995).

Como se observa no quadro anterior (Quadro 7), percebemos, por exemplo, que 25% das mulheres da amostra têm menos de 28 anos. Da mesma forma, 90% têm menos de 67 anos. Os percentis 25, 50 e 75 correspondem aos quartis – medidas que dividem a distribuição em quatro partes aproximadamente de igual dimensão. O percentil 50, que corresponde ao 2.º quartil, equivale ainda à mediana da distribuição.

Ao nível das estatísticas preparatórias de explorações posteriores, é ainda importante destacar os testes de aderência de Kolmogorov-Smirnov e de Shapiro-Wilk à distribuição normal. Ambos os testes são aplicados quando pretende verificar-se se a variável (métrica) segue uma distribuição normal. O teste de Shapiro-Wilk é mais robusto para amostras pequenas ( $n \leq 50$ ), ao passo que, no caso de amostras de grande dimensão, o teste de Kolmogorov-Smirnov é o mais adequado. As hipóteses em teste são, em todo o caso, iguais para ambos os testes ( $H_0$ : a variável segue uma distribuição normal na população;  $H_a$ : a variável não segue uma distribuição normal na população), bem como a regra de decisão (rejeitar  $H_0$  quando  $p\text{-value} < 0,05$ , para um nível de confiança de 95%).

Como se observa na figura seguinte (para um  $n=1000$ , devemos analisar o teste de Kolmogorov-Smirnov<sup>1</sup>), com um  $p\text{-value}$  de aproximadamente 0, rejeitamos a hipótese nula em teste, pelo que podemos afirmar que não existem evidências estatísticas para afirmar que a idade siga uma distribuição normal na população.

**Quadro 8. Testes à normalidade da distribuição da variável «idade»**

	Tests of Normality					
	Kolmogorov-Smirnov <sup>a</sup>			Shapiro-Wilk		
	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
v102 idade	,080	1000	,000	,953	1000	,000

<sup>a</sup>. Lilliefors Significance Correction

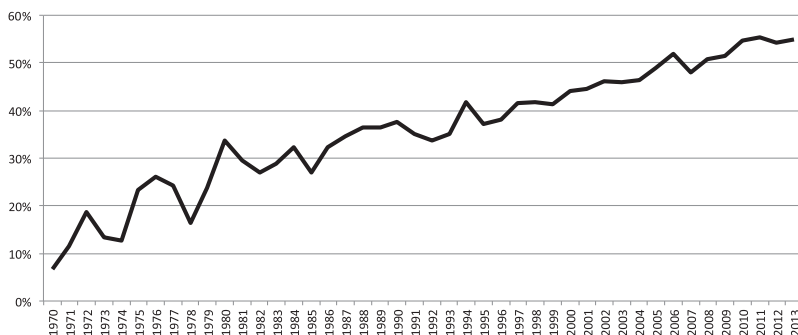
Fonte dos dados: *Violência contra as mulheres*, SociNova (1995).

1 O SPSS apresenta o teste de Kolmogorov-Smirnov com a correcção de Lilliefors, procedimento aplicável quando não são conhecidos os parâmetros populacionais (Lilliefors, 1967).

Um último tópico a abordar prende-se com a representação gráfica das distribuições. Estes instrumentos de síntese têm como principal objectivo uma comunicação mais eficaz e uma visualização mais imediata dos resultados obtidos. Servindo o propósito de pôr em evidência as ordens de grandeza e/ou a evolução dos fenómenos em observação, não devem servir de base à análise final dos dados, que deve ser feita a partir dos resultados tabelados. Existe uma multiplicidade de representações gráficas disponíveis, mas a selecção da mais adequada deve prender-se com a natureza da informação a visualizar. Vejamos alguns exemplos.

Nos gráficos de linhas, é enfatizada uma tendência, dada pela inclinação entre dois pontos. Assim, estes gráficos devem ser usados sobretudo para representar a evolução de uma variável ao longo do tempo.

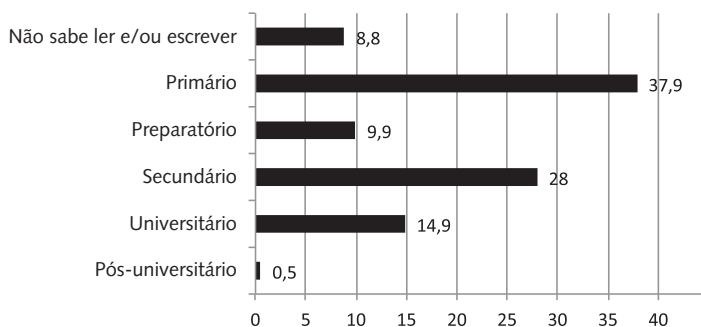
**Figura 1. Evolução da proporção de doutoramentos concluídos por mulheres relativamente ao número total de doutoramentos terminados, 1970-2013 (%)**



Fonte dos dados: Pordata.

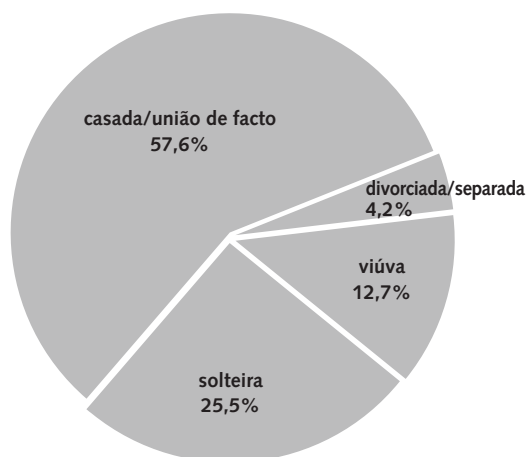
Os gráficos de barras ou de colunas permitem a visualização das quantidades associadas às categorias de uma determinada variável através de rectângulos cuja altura/comprimento é proporcional ao valor representado. Também podem ser usados para representar a evolução de um fenómeno ao longo do tempo (neste caso, preferencialmente gráficos de colunas).



**Figura 2. Nível de instrução das mulheres inquiridas (%)**

Fonte dos dados: *Violência contra as mulheres*, SociNova (1995).

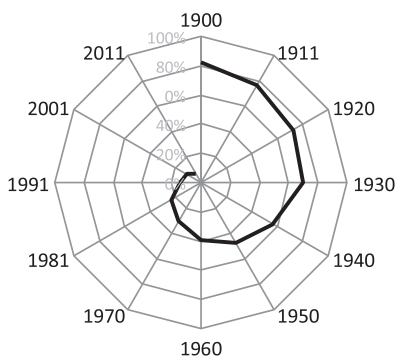
Os gráficos circulares consistem na representação gráfica dos resultados num círculo, dividido em sectores, cuja dimensão é proporcional ao valor da categoria representada. São indicados para quando pretende dar-se a noção do peso de cada parte relativamente ao todo, seja em termos absolutos ou relativos, num tempo preciso.

**Figura 3. Estado civil das mulheres inquiridas**

Fonte dos dados: *Violência contra as mulheres*, SociNova (1995).

Os gráficos polares são sobretudo utilizados para representar séries temporais ou para dar a noção da disparidade entre as várias categorias. Os dados estatísticos são apresentados através de um polígono desenhado nos «círculos» definidos pela amplitude da escala que pretendemos utilizar. No exemplo seguinte (Figura 4), observamos a evolução da taxa de analfabetismo das mulheres portuguesas no século XX, através de dados censitários. Percebe-se que partimos, em 1900, de uma taxa de analfabetismo a rondar os 80%, e que chegámos a menos de 10% em 2011. Mais uma vez, chamamos a atenção para que a análise dos dados não deve ser iniciada das representações gráficas, mas sim das estatísticas originais. Em todo o caso, percebe-se com clareza a evolução desta variável ao longo do tempo.

**Figura 4. Taxa de analfabetismo das mulheres portuguesas, 1900-2011**

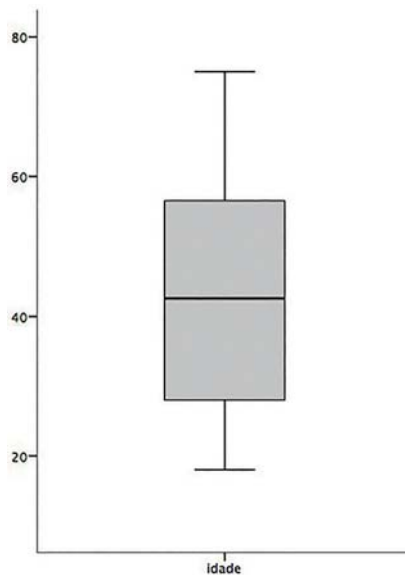


Fonte dos dados: INE.

O gráfico de extremos e quartis (também designado por caixa de bigodes ou por *boxplot*) representa graficamente a distribuição de uma variável (ordinal ou métrica) a partir dos quartis, mínimo e máximo. Apresenta ainda os *outliers* (observações com valores 1,5 vezes superiores à soma dos valores do 3.º quartil e da amplitude interquartílica; ou 1,5 vezes inferiores ao valor do 1.º quartil menos a amplitude interquartílica) e os valores extremos

(observações com valores três vezes superiores à soma dos valores do 3.º quartil e da amplitude interquartílica; ou três vezes inferiores ao valor do 1.º quartil menos a amplitude interquartílica). No exemplo que apresentamos de seguida (Figura 5), não foram observados nenhum destes valores. Partindo de medidas de tendência não-central (quartis), este gráfico permite uma visualização imediata da distribuição da variável.

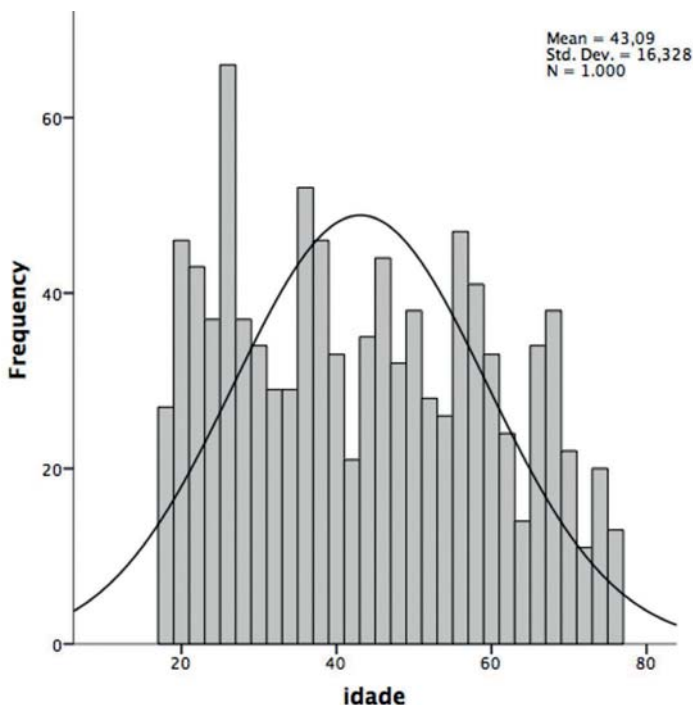
**Figura 5. Gráfico de extremos e quartis da variável «idade»**



Fonte dos dados: *Violência contra as mulheres*, SociNova (1995).

Por último, destacamos o histograma de frequências, que se constitui como uma representação gráfica das observações organizadas em classes. Quando construído a partir do SPSS, este gráfico permite ainda a apresentação das principais medidas descritivas (como a média e o desvio padrão), e também o ajustamento de uma curva normal à distribuição (Figura 6).

Figura 6. Histograma de frequências da variável «idade»



Fonte dos dados: *Violência contra as mulheres*, SociNova (1995).

Este gráfico permite a visualização da distribuição de variáveis métricas, transmitindo, de forma mais imediata, o seu comportamento, nomeadamente no que diz respeito ao enviesamento.

### Análise de dados bivariada

A análise de dados bivariada permite, numa perspectiva descritiva e também inferencial, avaliar a relação entre duas variáveis. Estes procedimentos podem ser importantes por si só (como para perceber a relação entre duas variáveis), ou podem ser úteis enquanto

fase preparatória de análises multivariadas, não sendo estas opções mutuamente exclusivas.

Nas Ciências Sociais, e mais concretamente na Sociologia, os estudos de carácter mais quantitativo recorrem, em grande medida, a dados recolhidos através de inquéritos por questionários e incidem, na grande maioria dos casos, sobre práticas, opiniões, percepções, valores e atitudes. Daqui resulta, pela própria natureza da informação, uma predominância de variáveis de tipo categórico, quer sejam nominais ou ordinais (neste caso, resultantes da aplicação de escalas de tipo Likert). Assim, é menos frequente dispormos de variáveis métricas, pelo que nos concentraremos mais nos exemplos que fazem recurso a variáveis de tipo categórico.

Nos inquéritos à vitimação e aos custos e consequências da violência contra as mulheres, doméstica e de género, por exemplo, é fundamental perceber o comportamento de determinadas variáveis (características sociodemográficas, presença de sintomas ou doenças físicos, estados psicológicos, entre outras), em função do facto de a pessoa ter ou não sido vítima, no sentido de aferir se as realidades observadas são comuns à população em geral ou se decorrem de situações específicas de violência.

Antes de passarmos à exemplificação das metodologias de análise mais frequentemente utilizadas, convém, neste momento, fazer uma distinção importante entre aquilo que é a estatística descritiva e a estatística inferencial. A estatística descritiva, tal como a própria designação indica, remete para uma descrição dos dados de que dispomos, e as conclusões que retiramos aplicam-se somente aos elementos em análise. Tal como define Reis, a estatística descritiva «consiste na recolha, apresentação, análise e interpretação de dados numéricos através da criação de instrumentos adequados: quadros, gráficos e indicadores numéricos» (2009: 15). Já a estatística inferencial permite extrapolar para a população (ou universo) os resultados obtidos através dos dados de uma amostra. Debruçar-nos-emos, em primeiro lugar, sobre as estatísticas bivariadas adequadas a variáveis categóricas, passando de uma abordagem descritiva para uma abordagem inferencial.

Um dos principais, e mais comumente utilizados, instrumentos para o estudo da distribuição conjunta de duas variáveis categóricas são as tabelas de contingência. Isto porque, como fizemos notar anteriormente, a grande maioria das variáveis com que trabalhamos nas Ciências Sociais são desta mesma natureza (nominal ou ordinal). As tabelas de contingência fornecem um conjunto diversificado de informação, que passaremos a analisar, partindo de um exemplo que cruza a vitimação (apenas de violência contra as mulheres) no ano anterior à aplicação do questionário e o estado civil à época (Quadro 9). Consideremos, para já, apenas as frequências absolutas observadas (designadas por *count* no SPSS). Em primeiro lugar, do geral para o particular, conseguimos perceber qual a dimensão da amostra com que estamos a trabalhar, isto é, quantas respostas válidas temos, simultaneamente, às duas variáveis. Neste caso, todos os elementos da amostra inicial têm respostas válidas, tanto no «estado civil», como na «vitimação», correspondendo a 1000 observações (secção do quadro sombreado a preto). De seguida, encontramos informação relativa aos totais marginais da tabela (sombreados a cinzento escuro), e que representam a distribuição de cada uma das variáveis, independentemente da interacção com a outra. Por exemplo, percebemos que, das mil mulheres desta amostra, 255 são solteiras (independentemente de serem ou não vítimas); seguindo a mesma lógica, observamos que 131 das 1000 mulheres inquiridas foram vítimas de violência doméstica no ano anterior à aplicação do questionário, independentemente do seu estado civil. Os totais marginais funcionam, neste sentido, como estatísticas descritivas univariadas de cada uma das variáveis em causa. De facto, nenhuma destas estatísticas acrescenta nada de novo relativamente às tabelas de frequências anteriormente exploradas; a informação efectivamente importante e nova que podemos retirar das tabelas cruzadas são as contagens (valores observados) das combinações das várias categorias que compõem cada uma das variáveis.

**Quadro 9. Tabela de contingência das variáveis «vitimação» e «estado civil» (valores observados e percentagens)**

		vdom_uano Violência doméstica no último ano		Total	
		0 não vítima	1 vítima		
1 solteira		Count	215	40	255
		% within v103a estado civil actual	84,3%	15,7%	100,0%
		% within vdom_uano Violência doméstica no último ano	24,7%	30,5%	25,5%
		% of Total	21,5%	4,0%	25,5%
2 casada/união de facto		Count	500	76	576
		% within v103a estado civil actual	86,8%	13,2%	100,0%
		% within vdom_uano Violência doméstica no último ano	57,5%	58,0%	57,6%
		% of Total	50,0%	7,6%	57,6%
3 divorciada/separada		Count	34	8	42
		% within v103a estado civil actual	81,0%	19,0%	100,0%
		% within vdom_uano Violência doméstica no último ano	3,9%	6,1%	4,2%
		% of Total	3,4%	,8%	4,2%
4 viúva		Count	120	7	127
		% within v103a estado civil actual	94,5%	5,5%	100,0%
		% within vdom_uano Violência doméstica no último ano	13,8%	5,3%	12,7%
		% of Total	12,0%	,7%	12,7%
Total		Count	869	131	1000
		% within v103a estado civil actual	86,9%	13,1%	100,0%
		% within vdom_uano Violência doméstica no último ano	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	86,9%	13,1%	100,0%

Fonte dos dados: *Violência contra as mulheres*, SociNova (1995).

Observamos, por exemplo, que, nesta amostra, existem 76 mulheres casadas ou em união de facto que foram vítimas de violência doméstica no ano anterior ao questionário. Mas mais útil do que analisar os valores absolutos, porque não dão conta do peso do valor da célula no conjunto dos dados, ou em grupos específicos, é olhar para os valores percentuais. E aqui poderemos fazer a análise de diferentes formas, recorrendo às percentagens em linha, em coluna ou às percentagens relativamente ao total.

As percentagens em linha representam o peso do valor observado no total da categoria em linha. Por exemplo, e recorrendo aos dados apresentados na tabela cruzada anterior (Quadro 9), o peso relativo das mulheres solteiras vítimas no conjunto das solteiras é de 15,7% ( $=40/255*100$ ). Assim, observa-se que 15,7% das mulheres solteiras foram vítimas.

Às percentagens em coluna aplica-se o mesmo raciocínio, sendo que, agora, os totais que servem de referência aos cálculos são os totais das colunas. Por exemplo, o peso das mulheres solteiras vítimas no conjunto das vítimas é de 30,5% ( $=40/131*100$ ), ou seja, 30,5% das vítimas são solteiras.

Por último, podemos ainda analisar as percentagens relativamente ao total da amostra. Estas representam o peso da célula no conjunto dos elementos da amostra (mais especificamente, do total de elementos da amostra que têm respostas válidas em ambas as variáveis). Assim, e ainda recorrendo ao mesmo exemplo, podemos observar que a amostra é composta por 4,0% ( $=40/1000*100$ ) de mulheres que são solteiras e vítimas de violência doméstica.

A escolha de qual dos tipos de percentagem a analisar depende, exclusivamente, do investigador, e decorre dos objectivos do seu trabalho e do seu objecto de estudo. No caso que aqui apresentamos, o nosso interesse é o de conhecer as características das mulheres que foram vítimas de violência doméstica, pelo que dedicaríamos a nossa atenção à análise das percentagens em coluna. Esta informação diz-nos como se distribuem as mulheres vítimas (e as não vítimas) por cada um dos estados civis, permitindo, de uma forma ainda muito primária, identificar os grupos mais vulneráveis a este fenómeno.



Mas devemos acrescentar alguma informação adicional a esta leitura. Olhando para as percentagens em coluna (Quadro 9), identificaríamos as casadas como o grupo onde encontramos mais vítimas de violência (58,0%). Contudo, significará este valor que são as casadas o grupo onde este fenómeno mais ocorre? Poderíamos afirmar que sim, se os grupos de mulheres em cada estado civil fosse de semelhante dimensão – o que não se verifica. É verdade que 58% das vítimas são casadas, mas também é verdade que, na nossa amostra, mais de metade das inquiridas são casadas (57,6%). Será que é a dimensão do grupo na amostra que faz inflacionar o seu peso no conjunto das vítimas? A melhor forma de fazer esta verificação é comparar as percentagens, neste caso, em coluna, com a respectiva percentagem marginal, o que nos dá a noção do peso do cruzamento relativamente à dimensão do grupo. Sabendo, então, que as mulheres casadas representam 57,6% da nossa amostra, podemos ver que o diferencial entre vítimas e não vítimas não é particularmente expressivo, ou seja, o peso das casadas nas não vítimas (57,5%) está muito ligeiramente abaixo da proporção de mulheres casadas como um todo (57,6%), e o peso das vítimas casadas (58%) está ligeiramente acima do conjunto das casadas na amostra. Feita então a leitura nestes moldes, percebe-se que a proporção de vítimas casadas e de não vítimas casadas não difere grandemente, ainda que a significância estatística destas relações (ou da ausência delas) se faça a partir de uma perspectiva inferencial, nomeadamente através do teste de independência do Qui-Quadrado e da avaliação dos resíduos, processo que descreveremos de seguida.

O teste de independência de Qui-Quadrado ( $\chi^2$ ) vai permitir perceber se existe, ou não, uma relação significativa entre a vitimação e o estado civil na população, ou seja, «se a frequência com que os elementos da amostra se repartem pelas classes de uma variável nominal categorizada é ou não aleatória» (Marôco, 2014: 113). Para os nossos dados, os resultados são os apresentados de seguida<sup>2</sup>:

---

2 Para uma explicação mais aprofundada do procedimento estatístico, ver e.g., Marôco (2014); para o procedimento em SPSS, ver e.g., Laureano (2013).

**Quadro 10. Resultados do teste de para as variáveis «vitimação» e «estado civil»**

	Chi-Square Tests		
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	9,232 <sup>a</sup>	3	,026
Likelihood Ratio	10,567	3	,014
Linear-by-Linear Association	5,967	1	,015
N of Valid Cases	1000		

a. 0 cells (0,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 5,50.

Fonte dos dados: *Violência contra as mulheres*, SociNova (1995).

Definidas as hipóteses em teste, hipótese nula ( $H_0$ ) e hipótese alternativa ( $H_a$ ) ( $H_0$ : a vitimação e o estado civil são independentes na população;  $H_a$ : a vitimação e o estado civil não são independentes na população), podemos concluir pela rejeição da hipótese nula (já que  $sig. = 0,026 \leq \alpha = 0,05$ , para um nível de confiança de 95%). Podemos então dizer que foi verificada a existência de uma relação significativa entre o estado civil das mulheres e terem ou não sido vítimas de violência doméstica ( $\chi^2_{(3)} = 9,232$ ,  $p = 0,026$ ).

Complementarmente à análise da independência, no caso de esta ser rejeitada, podemos ainda aferir a intensidade dessa mesma relação. Apesar de o valor da estatística de teste do Qui<sup>2</sup> nos dar alguma noção sobre isto (quanto maior o Qui<sup>2</sup>, maior o afastamento da hipótese de independência), não é adequado utilizá-la para este efeito, uma vez que não varia num intervalo fixo, dependendo da dimensão da amostra (Reis, Melo, Andrade, & Calapez, 2016). Em alternativa, devem ser usadas medidas que, baseadas no Qui<sup>2</sup>, forneçam essa mesma informação de uma forma padronizada. Exemplo disto é o V de Cramer<sup>3</sup>, medida de associação que mede a intensidade da relação entre as variáveis. Assim sendo, só faz sentido ser aplicado após a rejeição da hipótese nula no teste do Qui<sup>2</sup> – portanto, quando se conclui pela rejeição da independência. O V de Cramer varia, então, entre 0 e 1, correspondendo 0 a uma relação nula e 1 a uma relação perfeita. No caso que

3 A medida do V de Cramer é dada por  $v = \sqrt{\frac{\chi^2/n}{q-1}}$ , onde  $q$  corresponde ao menor valor de linhas e colunas da tabela cruzada.

estamos a analisar, tendo concluído pela existência de uma relação significativa entre a vitimação e o estado civil, vamos aferir a sua intensidade. Como se observa (Quadro 11), a relação entre as duas variáveis, ainda que exista, é muito fraca, já que o coeficiente está muito próximo de 0 ( $V = 0,096$ ).

**Quadro 11. Resultado da medida de associação V de Cramer para a relação estabelecida entre «vitimação» e «estado civil»**

Symmetric Measures			
		Value	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,096	,026
	Cramer's V	,096	,026
N of Valid Cases		1000	

a. Not assuming the null hypothesis.

b. Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Fonte dos dados: *Violência contra as mulheres*, SociNova (1995).

Não sabemos, ainda, nada acerca da configuração desta relação. Para tal, deveremos recorrer à análise dos resíduos estandardizados e ajustados<sup>4</sup>, de modo a identificar quais as células que contribuem para a significância da relação global entre as variáveis<sup>5</sup> (Agresti, 2013). Como se observa nos resultados apresentados de seguida (Quadro 12), encontramos uma relação significativa apenas entre

4 Os resíduos representam a diferença entre o valor observado (VO) e o valor esperado (VE) em caso de independência ( $VO - VE$ ). Uma vez que valores esperados elevados vão produzir resíduos elevados (a magnitude dos resíduos não depende apenas da força da associação, mas também da dimensão das categorias), eles devem ser estandardizados  $[(VO - VE)/\sqrt{VE}]$ . O resíduo estandardizado ajustado (mais comumente utilizado por ser ajustado pelo erro padrão, porque nem sempre os resíduos estandardizados se ajustam convenientemente à distribuição normal padrão) é dado por  $\frac{(VO - VE)}{\sqrt{VE \cdot (1 - TML/n) \cdot (1 - TMC/n)}}$ , onde TML corresponde ao total marginal da linha e TMC ao total marginal da coluna (Agresti, 2013; Sharpe, 2015).

5 Tendo em conta que os resíduos ajustados seguem uma distribuição normal padrão, e sabendo que o valor crítico de  $z$  corresponde a 1,96 valores de resíduo ajustado superiores a 1,96 (ou inferiores a -1,96) são indicativos de uma falta de ajustamento à  $H_0$ , pelo que podemos considerá-los significativos e, por extensão, também a relação estabelecida entre as duas categorias.

ser-se viúva e não se ser vítima (*resíduo* = 2,7)<sup>6</sup>, o que sugere que é sobretudo esta categoria que torna significativa a relação entre a vitimação e o estado civil (aferida através dos resultados do teste de  $\chi^2$ ). Assim, podemos concluir que, globalmente, as vítimas não apresentam um padrão particular relativamente ao estado civil.

**Quadro 12. Tabela de contingência das variáveis «vitimação» e «estado civil» (valores observados, valores esperados e resíduos ajustados)**

		vdom_uano Violência doméstica no último ano		Total	
		0 não vítima	1 vítima		
v103a estado civil actual	1 solteira	Count	215	40	255
		Expected Count	221,6	33,4	255,0
		Adjusted Residual	-1,4	1,4	
	2 casada/união de facto	Count	500	76	576
		Expected Count	500,5	75,5	576,0
		Adjusted Residual	-,1	,1	
	3 divorciada/separada	Count	34	8	42
		Expected Count	36,5	5,5	42,0
		Adjusted Residual	-1,2	1,2	
	4 viúva	Count	120	7	127
		Expected Count	110,4	16,6	127,0
		Adjusted Residual	2,7	-2,7	
Total	Count	869	131	1000	
	Expected Count	869,0	131,0	1000,0	

Fonte dos dados: *Violência contra as mulheres*, SociNova (1995).

6 Verifica-se, igualmente, uma relação significativa entre ser-se viúva e ser-se vítima mas, sendo o resíduo ajustado negativo, significa que há uma forte probabilidade de as categorias não ocorrerem em conjunto. Como se trata de uma conclusão redundante, não é hábito proceder-se à análise dos resíduos negativos.

Ainda uma nota final a propósito do teste de Qui-Quadrado. Para poder confiar nos resultados obtidos, é necessário que algumas condições de aplicação estejam garantidas. Assim, antes da análise dos resultados, há que verificar os pressupostos de aplicação do teste, que são: não existir mais de 20% de células com valor esperado inferior a 5; e não existir nenhuma célula com valor esperado inferior a 1. Estes pressupostos podem ser verificados «manualmente», através de uma tabela cruzada a que adicionamos os valores esperados (Quadro 12). Porém, e sobretudo se estivermos a analisar tabelas muito grandes, este método revela-se pouco prático. O SPSS fornece, aquando da apresentação do *output* do Qui-Quadrado, a informação necessária para este procedimento. Assim, e atentando à nota de rodapé apresentada para a estatística de teste (Quadro 10), podemos observar que nenhuma célula tem valor esperado inferior a 5<sup>7</sup> (note-se que seria aceitável ter até 20% das células com estes valores) e nenhuma célula tem um valor esperado inferior a 1 (*The minimum expected count is 5,50*). Estando assim cumpridos ambos os pressupostos, poderíamos avançar com a análise dos resultados do teste. Caso esta situação não se verificasse, ou seja, caso não cumpríssemos ambos os pressupostos, deveríamos recorrer ao teste exacto de Fisher. Este teste, inicialmente desenvolvido para tabelas 2x2, deve ser utilizado quando não estão cumpridos os pressupostos do teste de Qui-Quadrado. Contudo, o SPSS só o disponibiliza, no módulo *standard* SPSS Statistics, para tabelas 2x2; para tabelas com outras dimensões, é necessário ter o módulo *Exact Tests* instalado (Marôco, 2014).

Vejamos agora alguns exemplos das estatísticas descritivas (para variáveis métricas) anteriormente apresentadas, mas agora sob uma perspectiva bivariada (Quadro 13).

---

7 «0 cells (0,0%) have expected count less than 5.»

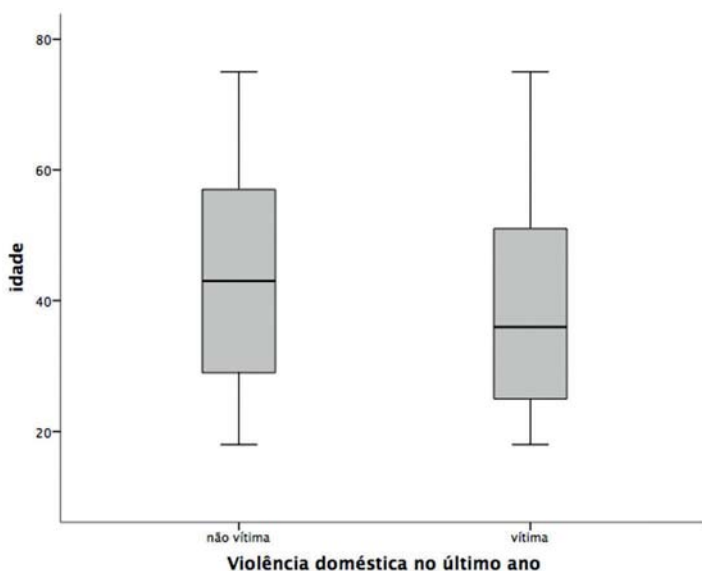
**Quadro 13. Estatísticas descritivas da variável «idade» por «vitimação»**

Descriptives			
vdom_uano Violência doméstica no último ano		Statistic	Std. Error
v102 idade0 não vítima	Mean	43,70	,557
	95% Lower Bound	42,61	
	Confidence Upper Bound	44,80	
	5% Trimmed Mean	43,46	
	Median	43,00	
	Variance	269,283	
	Std. Deviation	16,410	
	Minimum	18	
	Maximum	75	
	Range	57	
	Interquartile Range	29	
	Skewness	,155	,083
	Kurtosis	-1,151	,166
	1 vítima	Mean	39,05
95% Lower Bound		36,42	
Confidence Upper Bound		41,69	
5% Trimmed Mean		38,39	
Median		36,00	
Variance		231,882	
Std. Deviation		15,228	
Minimum		18	
Maximum		75	
Range		57	
Interquartile Range		26	
Skewness		,411	,212
Kurtosis		-,897	,420

Fonte dos dados: *Violência contra as mulheres*, SociNova (1995).

Observam-se, portanto, as várias estatísticas descritivas disponíveis para cada um dos grupos definidos. Por exemplo, a média das idades das mulheres que foram vítimas de violência doméstica no ano anterior à aplicação do questionário é de 39,05 anos, e das que não foram vítimas é de 43,70 anos. Podemos ainda explorar graficamente se vítimas e não vítimas apresentam uma distribuição etária diferenciada, através do gráfico de extremos e quartis, já apresentado anteriormente. Observa-se então (Figura 7) que as mulheres vítimas parecem ser mais jovens do que as não vítimas, já que apresentam uma mediana e um 3.º quartil inferiores aos das não vítimas. Estando ainda numa fase de exploração dos dados relativamente a este indicador, não devemos olhar para estes resultados na perspectiva da extrapolação para a população.

**Figura 7. Gráfico de extremos e quartis da variável «idade» por grupos (vítimas/não vítimas)**



Fonte dos dados: *Violência contra as mulheres*, SociNova (1995).

Esta leitura, também apoiada nas estatísticas descritivas atrás apresentadas, justifica a aplicação de um teste que possa avaliar se as médias das idades destes dois grupos são ou não significativamente diferentes na população. Para tal, devemos proceder à aplicação do teste  $t$  à comparação de médias para duas amostras independentes<sup>8</sup>, utilizável «quando se tem uma variável quantitativa (dependente) e se pretende comparar a sua média em dois grupos populacionais independentes definidos por uma variável qualitativa (independente)» (Laureano, 2013: 28). Contudo, é necessário, para a sua aplicação, que sejam cumpridos dois pressupostos: (1) independência dos grupos, onde é necessário garantir que os grupos em causa são mutuamente exclusivos; e (2) os grupos serem retirados de uma população com distribuição normal, pelo que é necessário garantir que a variável dependente segue uma distribuição normal na população para cada um dos grupos<sup>9</sup>. Retomando o exemplo anterior, onde pretendemos perceber se as médias das idades de vítimas e não vítimas são significativamente diferentes, vamos, em primeiro lugar, abordar a questão dos pressupostos. Se a verificação do primeiro pressuposto decorre da forma como a variável foi construída na base de dados, e isso pode ser avaliado facilmente (e, neste caso, está verificado, uma vez que os grupos definidos pela variável «vitimação» são mutuamente exclusivos), para a validação do segundo, é necessário recorrer ao teste de Kolmogorov-Smirnov ou de Shapiro-Wilk, já anteriormente abordados (Quadro 8). Assim, deve aplicar-se este procedimento para cada um dos grupos, pelo que é necessária a formulação de dois conjuntos de hipóteses distintos: para o grupo das vítimas, com  $H_0$ : a idade das vítimas segue uma distribuição normal na população e  $H_a$ : a idade das vítimas não segue uma distribuição normal na população; e para o grupo das não vítimas, onde  $H_0$ : a idade das não vítimas segue uma distribuição normal

---

8 No caso de trabalharmos com amostras emparelhadas e quisermos testar esta hipótese, deve usar-se o teste  $t$  para amostras emparelhadas.

9 O teste  $t$  é robusto à violação do pressuposto da normalidade da distribuição no caso de amostras de grande dimensão (decorrente do teorema do limite central) e de não serem particularmente enviesadas ou achatadas (Field, 2013; Marôco, 2014). Nesse caso, deve recorrer-se ao teste de Mann-Whitney, alternativa não-paramétrica ao teste  $t$ .



na população e  $H_a$ : a idade das não vítimas não segue uma distribuição normal na população.

**Quadro 14. Testes à normalidade da distribuição da variável «idade» por grupos (vítimas/não vítimas)**

vdom_uano Violência doméstica no último ano		Tests of Normality					
		Kolmogorov-Smirnov <sup>a</sup>			Shapiro-Wilk		
		Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
v102 idade	0 não vítima	,073	869	,000	,954	869	,000
	1 vítima	,136	131	,000	,934	131	,000

a. Lilliefors Significance Correction

Fonte dos dados: *Violência contra as mulheres*, SociNova (1995).

Tendo ambos os grupos dimensões superiores a 50 elementos, devemos recorrer aos resultados do teste de Kolmogorov-Smirnov, que nos aponta (Quadro 14) para a rejeição de ambas as hipóteses nulas ( $KS_{(131)} = 0,136$ ,  $p < 0,001$  e  $KS_{(869)} = 0,073$ ,  $p < 0,001$ , para vítimas e não vítimas, respectivamente), pelo que concluímos que os grupos não provêm de uma população com distribuição normal, violando, assim, este pressuposto de aplicação.

À partida, não deveríamos aplicar o teste  $t$ , já que não estão cumpridos os pressupostos, mas, como vimos anteriormente, e invocando o teorema do limite central, podemos assumir que este não se constituirá como um problema na estimação dos parâmetros em estudo. Em todo o caso, daremos mais adiante um exemplo da aplicação da alternativa não-paramétrica a este mesmo problema.

Aplicado, então, o teste  $t$  à comparação de médias de amostras independentes, obtemos os seguintes resultados. Como se observa (Quadro 15), são gerados dois testes  $t$ : um calculado assumindo que as variâncias são iguais nos dois grupos (*equal variances assumed*) e outro assumindo que as variâncias não são iguais nos dois grupos (*equal variances not assumed*). A decisão sobre qual dos testes  $t$  interpretar deve basear-se no teste de Levene, teste à homo-

geneidade de variâncias ( $H_0$ : a variância da idade das vítimas é igual à variância da idade das não vítimas;  $H_a$ : a variância da idade das vítimas não é igual à variância da idade das não vítimas). Face aos resultados obtidos (Quadro 15), decidimos pela não rejeição da hipótese nula em teste ( $F = 1,243$ ,  $p = 0,265$ ), podendo afirmar, então, que as variâncias são iguais nos dois grupos, pelo que interpretaremos os resultados do teste  $t$  que foi calculado com a assunção de igualdade de variâncias.

**Quadro 15. Resultados do teste  $t$  à comparação das médias das idades de vítimas e não vítimas**

		Independent Samples Test								
		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means						
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
									Lower	Upper
v102 idade	Equal variances assumed	1,243	,265	3,051	998	,002	4,650	1,524	1,659	7,640
	Equal variances not assumed			3,224	178,680	,002	4,650	1,442	1,804	7,496

Fonte dos dados: *Violência contra as mulheres*, SociNova (1995).

Observa-se então (Quadro 15) que existem evidências estatísticas para afirmar que vítimas e não vítimas têm idades (médias) significativamente diferentes, já que se rejeita a hipótese nula em teste<sup>10</sup> ( $t_{(998)} = 3,051$ ,  $p = 0,002$ ). Verifica-se ainda, de acordo com

10 Hipóteses em teste no teste  $t$ :  $H_0$ : a média das idades das não vítimas é igual à média das idades das vítimas;  $H_a$ : a média das idades das não vítimas é diferente da média das idades das vítimas.

o intervalo de confiança de 95% para a diferença das médias das idades de ]1,659; 7,640[, que as mulheres não vítimas são, em média, entre 1,7 e 7,7 anos mais velhas do que as vítimas<sup>11</sup>. Sabendo que os métodos estatísticos são aqui usados para responder a questões levantadas durante o processo de investigação, devemos pensar neste resultado como um ponto de partida para uma exploração mais profunda do tema, tanto mais que, nos inquéritos nacionais realizados posteriormente, há uma transversalidade da prevalência da vitimação em relação à idade. Se as mulheres vítimas são, em média, mais novas do que as não vítimas, as perguntas que se seguem devem remeter para a procura de uma explicação deste facto. Será que as mulheres mais novas estão mais expostas aos actos de violência e/ou será que têm um menor nível de aceitação destas práticas, pelo que falam delas mais abertamente? Ou ainda, sendo este o primeiro inquérito nacional à violência contra as mulheres, aplicado num momento de muito menor visibilidade social do fenómeno (por relação à actualidade), pode admitir-se a hipótese de um maior silenciamento das pessoas mais velhas.

Caso preferíssemos utilizar a alternativa não-paramétrica ao teste  $t$ , recorreríamos ao teste de Mann-Whitney, que, para além de ser usado em alternativa ao teste  $t$  quando não estão cumpridos os pressupostos e não se quer evocar o teorema do limite central, é «adequado para comparar as funções de distribuição de uma variável pelo menos ordinal medida em duas amostras independentes» (Marôco, 2014: 321). Uma vez que é possível a aplicação deste teste a variáveis de tipo ordinal, não são testadas as médias da variável em estudo, mas sim as médias das ordenações (*mean rank*) da variável dependente (ver, e.g., Reis *et al.*, 2016). As hipóteses em teste são semelhantes às consideradas no teste  $t$ , sendo agora  $H_0$ : a média das ordenações das idades das não vítimas é igual à média das ordenações das idades das vítimas; e  $H_a$ : a média das ordenações das idades das não vítimas é diferente da média das ordenações das idades das vítimas. À semelhança dos

---

11 Esta interpretação decorre das categorias que definimos como grupo 1 e grupo 2. Nesta análise, considerámos as não vítimas como grupo 1 e as vítimas como grupo 2. Considerando que a diferença das médias é dada por  $grupo_1 - grupo_2$ , uma diferença positiva significa que o grupo 1 apresenta valores mais altos que o grupo 2.

testes apresentados até agora, opta-se pela rejeição da hipótese nula quando  $sig. < 0,05$ . Como se observa (Quadro 16), as não vítimas apresentam uma média das ordenações ( $MRk_0 = 511,15$ ) mais elevada do que as vítimas ( $MRk_1 = 429,87$ ), e essa diferença é significativa na população ( $U = 47667,50$ ,  $p = 0,003$ ) (Quadro 17). Assim sendo, a conclusão é semelhante à retirada através da aplicação do teste  $t$ , ou seja, de que as mulheres vítimas são significativamente mais novas que as mulheres não vítimas.

**Quadro 16. Ranks da variável «idade» para os grupos «não vítima» e «vítima»**

		Ranks		
vdom_uano	Violência doméstica no último ano	N	Mean Rank	Sum of Ranks
v102 idade	0 não vítima	869	511,15	444186,50
	1 vítima	131	429,87	56313,50
<b>Total</b>		<b>1000</b>		

Fonte dos dados: *Violência contra as mulheres*, SociNova (1995).

**Quadro 17. Resultados do teste de Mann-Whitney à comparação das ordenações das idades das vítimas e das não vítimas**

		Test Statistics <sup>a</sup>	
v102 idade	Mann-Whitney U		47667,500
	Wilcoxon W		56313,500
	Z		-3,003
	Asymp. Sig. (2-tailed)		,003

a. Grouping Variable: vdom\_uano Violência doméstica no último ano

Fonte dos dados: *Violência contra as mulheres*, SociNova (1995).

Um outro teste importante, no âmbito das análises estatísticas bivariadas, é o cálculo do coeficiente de correlação. Como vimos anteriormente, o teste do Qui<sup>2</sup> destina-se a analisar a relação entre variáveis de tipo nominal (ou tratadas como nominais).

Mas como aferir a relação que se estabelece entre variáveis de outras naturezas? Por exemplo, se quisermos perceber se existe uma relação entre o número de actos de violência psicológica e o de violência física sofridos (ambas variáveis métricas)? E se quisermos perceber se existe alguma relação entre o número de actos de violência psicológica reportados e o rendimento do agregado familiar (medido em escalões de rendimento, fazendo com que tenhamos uma variável métrica e outra ordinal)? Como estas variáveis foram medidas com escalas que contêm mais informação e, no mínimo, permitem a ordenação entre categorias (ordinais) e, no máximo, a medida exacta da distância entre elas (métricas), é aconselhável que se usem testes estatísticos mais robustos, que permitem ir mais longe na análise da natureza e intensidade da relação entre variáveis, pelo que não faz sentido aplicar um teste de Qui<sup>2</sup>. Para este tipo de situações, temos ao nosso dispor outros instrumentos mais adequados, como são os coeficientes de correlação, que medem o grau de associação linear entre duas variáveis. Chamamos a atenção para o facto de, sendo este um coeficiente de correlação linear, apenas detecta relações deste tipo. Os coeficientes de correlação mais comumente utilizados são o R de Pearson e o  $\rho$  de Spearman. O coeficiente de correlação de Pearson<sup>12</sup> é adequado para a correlação entre duas variáveis métricas, ao passo que o coeficiente de correlação de Spearman<sup>13</sup> deve ser utilizado para variáveis ordinais (ou quando uma delas é ordinal e a outra métrica). Apesar de terem formas de cálculo bastante diferentes (o primeiro baseia-se na correlação entre os valores das variáveis e o segundo na das ordenações das observações), a sua análise é em tudo semelhante. Ambos variam entre -1 e 1, correspondendo |1| a correlações perfeitas e 0 a correlações nulas. A análise dos coeficientes de correlação deve fazer-se através de dois indicadores: a intensidade e o sinal da relação entre as variáveis. Valores superiores, em módulo, a 0,5

12 O coeficiente de correlação linear de Pearson é dado por

$$r = \frac{n \cdot \sum x_i y_i - \sum x_i \cdot \sum y_i}{\sqrt{[n \cdot \sum x_i^2 - (\sum x_i)^2] [n \cdot \sum y_i^2 - (\sum y_i)^2]}}$$

13 O coeficiente de correlação linear de Spearman é dado por  $\rho = 1 - \frac{6 \cdot \sum d}{n \cdot (n-1)}$ , onde  $d$  corresponde à diferença, para cada observação, entre o número de ordem atribuído na variável X e o atribuído na variável Y.

representam uma intensidade elevada da correlação entre as duas variáveis; quando são inferiores a 0,5, em módulo, a correlação é baixa, ainda que se devam ter em consideração os indicadores do SPSS, que podem validar valores menos expressivos. O sinal da correlação, positivo ou negativo, indica se as variáveis variam no mesmo sentido ou em sentido contrário. Se o sinal é positivo (+), isso significa que variam no mesmo sentido, ou seja, se os valores de uma variável aumentam, os da outra também, ou então que, quando diminuem numa, também diminuem na outra. Se o sinal é negativo (-), variam em sentido contrário, ou seja, se uma variável aumenta, a outra diminui e vice-versa. Sendo também estes testes de hipóteses, há que, em primeiro lugar, formular as hipóteses em teste. Assim sendo, e em ambos os casos ( $R$  e  $\rho$ ),  $H_0$ : a correlação é nula na população;  $H_a$ : a correlação não é nula na população.

Veamos dois exemplos. Sob a hipótese teórica de que a violência contra as mulheres tem um pano de fundo estrutural e da coexistência de vários tipos de violência, pretendemos perceber se o número de actos de violência física e o número de actos de violência psicológica sofridos estão ou não relacionados. Para tal, e sendo que estamos perante duas variáveis métricas, recorremos ao coeficiente de correlação linear de Pearson. Os resultados obtidos (Quadro 18) permitem-nos, por um lado, perceber que a relação que se estabelece entre as duas variáveis é significativa e, por outro lado, que a relação é forte e positiva ( $r = 0,662$ ,  $p < 0,001$ ). Assim, podemos afirmar que as mulheres que foram vítimas de muitos actos de violência física também o foram de violência psicológica.

**Quadro 18. Resultados dos testes de correlação de Pearson entre o número de actos de violência física e o número de actos de violência psicológica sofridos**

Correlations			
		ac_pfis Número de actos de violência física	ac_ppsi Número de actos de violência psicológica
ac_pfis Número de actos de violência física	Pearson Correlation	1	,662**
	Sig. (2-tailed)		,000
	N	1000	1000
ac_ppsi Número de actos de violência psicológica	Pearson Correlation	,662**	1
	Sig. (2-tailed)	,000	
	N	1000	1000

\*\* . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Fonte dos dados: *Violência contra as mulheres*, SociNova (1995).

No sentido de perceber se existe alguma relação entre os níveis de rendimento do agregado familiar e o número de actos de violência psicológica sofridos pelas mulheres, procedemos à aplicação do coeficiente de correlação de Spearman (tendo em conta que estamos perante uma variável ordinal e uma métrica). Perante os resultados (Quadro 19), somos levados a rejeitar a hipótese nula em teste ( $H_0$ : a correlação entre o rendimento do agregado familiar e o número de actos de violência psicológica sofridos é nula na população;  $H_a$ : a correlação entre o rendimento do agregado familiar e o número de actos de violência psicológica sofridos não é nula na população), e ainda a afirmar que a relação que se estabelece é muito fraca e negativa ( $\rho = -0,139$ ,  $p < 0,001$ ). Poderíamos então dizer que, quanto menor fosse o rendimento do agregado, de mais actos de violência psicológica as mulheres teriam sido vítimas. Contudo, e considerando que esta relação é bastante fraca, não devemos retirar as conclusões nestes termos, mas sim explorar esta dimensão através de métodos multivariados. Aliás, como observaram Lourenço, Lisboa e Pais (1997), através de uma análise factorial, a violência psicológica não parece estar particularmente associada a nenhum estrato social.

**Quadro 19. Resultados dos testes de correlação de Spearman entre o número de actos de violência psicológica sofrida e os escalões de rendimento do agregado familiar**

		Correlations		
			ac_ppsi Número de actos de violência psicológica	v112 escalão de rendimentos do agregado familiar
Spearman's rho	ac_ppsi Número de actos de violência psicológica	Correlation Coefficient	1,000	-,139**
		Sig. (2-tailed)		,000
		N	1000	962
	v112 escalão de rendimentos do agregado familiar	Correlation Coefficient	-,139**	1,000
		Sig. (2-tailed)	,000	
		N	962	962

\*\* . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Fonte dos dados: *Violência contra as mulheres*, SociNova (1995).

## Análise de dados multivariada

Tal como descrevem Hair *et al.*, «Multivariate analysis refers to all statistical techniques that simultaneously analyze multiple measurements on individuals or objects under investigation. Thus, any simultaneous analysis of more than two variables can be loosely considered multivariate analysis» (Hair, Hair, Black, Babin, & Anderson, 2013: 4). Porque os fenómenos, nomeadamente os sociais, não podem ser explicados apenas pela relação entre duas grandezas, a utilização de técnicas que permitam abarcar um maior número de factores explicativos torna-se imperativa na maioria dos casos. De facto, a sua popularidade deve-se sobretudo à crescente complexificação da investigação actual (Tabachnick & Fidell, 2013). Tal como qualquer outro tipo de análise, as técnicas de análise multivariada a mobilizar dependem do tipo de informação que pretendemos retirar (portanto, do problema ao qual queremos dar resposta) e do tipo de variáveis que temos ao nosso dispor.

Apresentaremos aqui alguns exemplos de uso mais comum na área das Ciências Sociais. Não sendo de todo exaustivos rela-



tivamente à multiplicidade de técnicas disponíveis, temos como principal objectivo abarcar técnicas com diferentes finalidades e que recorrem a diferentes tipos de variáveis, sobretudo numa perspectiva de variedade.

### Análise em Componentes Principais (ACP)

A Análise em Componentes Principais (ACP) constitui-se como uma técnica exploratória de análise multivariada de dados quantitativos, expressos por variáveis métricas, «que transforma um conjunto de variáveis correlacionadas num conjunto menor de variáveis independentes, combinações lineares das variáveis originais, designadas por “componentes principais”» (Marôco, 2014: 455). Tendo como objectivo reduzir a complexidade dos dados, permite a «compreensão dos processos de comportamento dos indivíduos, através da identificação e interpretação dos factores subjacentes» (Reis, 2001: 255).

Assim, a ACP permite que, partindo de  $m$  variáveis de *input* com algum grau de multicolinearidade (i.e., correlacionadas entre si), se definam  $p$  novas variáveis (com  $p < m$ ) não correlacionadas ou ortogonais, que se denominam componentes principais. A ACP não explica as correlações entre as variáveis, mas antes encontra combinações lineares entre as variáveis iniciais, que expliquem o máximo possível da variação dos dados (Tabachnick & Fidell, 2013). Considerem-se três variáveis de *input*  $X_1$ ,  $X_2$  e  $X_3$ . A partir destas, é possível criar três componentes principais ( $cp_1$ ,  $cp_2$  e  $cp_3$ ), que correspondem a combinações lineares das três variáveis originais, da seguinte forma:

$$\begin{matrix} X_1 \\ X_2 \\ X_3 \end{matrix} \begin{bmatrix} cp_1 & cp_2 & cp_3 \\ a_{11} & a_{12} & a_{13} \\ a_{21} & a_{22} & a_{23} \\ a_{31} & a_{32} & a_{33} \end{bmatrix}$$

tal que  $cp_1 = a_{11} \cdot X_1 + a_{21} \cdot X_2 + a_{31} \cdot X_3$ ;  $cp_2 = a_{12} \cdot X_1 + a_{22} \cdot X_2 + a_{32} \cdot X_3$ ;  $cp_3 = a_{13} \cdot X_1 + a_{23} \cdot X_2 + a_{33} \cdot X_3$ .

À primeira componente extraída está sempre associada a maior proporção de variância das variáveis originais, à segunda componente a maior proporção da variância que ainda sobra, e assim sucessivamente, até que, cumulativamente, com a última componente (que tem associada a menor parcela de variância), toda a variância fica explicada. Mas ao aplicar-se uma ACP com o objectivo de identificar dimensões subjacentes às variáveis de *input* (dimensões ou conceitos latentes) ou de reduzir a multidimensionalidade formada pelas variáveis originais, está em causa determinar um número de componentes inferior ao número de variáveis de *input*. Porque reduzir a multidimensionalidade dos dados implica perder informação, importa saber se aquilo que se ganha em termos de interpretabilidade compensa o que se perde em informação (relação custo/benefício). E essa avaliação é feita através de indicadores estatísticos e da interpretação dos agrupamentos de variáveis sugeridos: importa, em primeiro lugar, que as componentes tenham sentido interpretativo e, depois, que sejam estatisticamente válidas (Tabachnick & Fidell, 2013).

Para que a ACP possa ser aplicada, as variáveis de partida deverão ser de tipo quantitativo, ainda que seja comum a utilização de variáveis ordinais com escalas a partir dos cinco pontos (Carifio & Perla, 2008; Ho, 2006).

As desigualdades de género não estão patentes apenas na dimensão da violência. Elas colocam-se, entre outras, também ao nível da igualdade de oportunidades no acesso a cargos de decisão política, que é, igualmente, um indicador da qualidade da democracia. Nesse sentido, e porque as percepções e as atitudes face ao funcionamento do sistema político podem constituir-se como uma condicionante à participação nas elites políticas, seria importante explorar se homens e mulheres revelam entendimentos e posicionamentos diferenciados a este respeito. O *European Social Survey* (ESS)<sup>14</sup> contempla, entre tantas outras dimensões, um conjunto de questões relativas ao posicionamento face a valores e práticas da cidadania, ao funcionamento do

---

14 O *European Social Survey* é um inquérito conduzido a cada dois anos, com o objectivo de medir atitudes, valores e comportamentos da população de mais de 30 países europeus. A amostra é representativa, a nível nacional, das pessoas maiores de 15 anos, residentes em agregados familiares privados. Em Portugal, a implementação deste inquérito é da responsabilidade do consórcio ICS-UL/ISCTE-IUL.

sistema eleitoral, à relação com instituições governamentais e organizações partidárias e ao funcionamento dos canais de comunicação na sociedade, no âmbito da política. Sendo que o nosso objectivo é comparar as atitudes e as percepções de homens e de mulheres, e considerando que são 12 as variáveis de interesse, podemos pensar em agregar a informação criando indicadores mais genéricos e fazer as análises pretendidas a partir daí. Recorremos então aos dados da população portuguesa do ESS (6.<sup>a</sup> ronda, edição 2.0, 2012), relativos ao ano de 2012<sup>15</sup>, para realizar uma ACP, com a qual pretendemos transformar as variáveis de partida (Quadro 20) num conjunto mais reduzido de componentes.

**Quadro 20. Variáveis de partida para a realização da ACP**

Variável	Escala de medida
Em Portugal, os direitos das minorias são protegidos	
Em Portugal, os cidadãos têm a última palavra nos assuntos políticos mais importantes votando diretamente sobre eles em referendos	
Em Portugal, os partidos do governo que fazem um mau trabalho são castigados nas eleições	
Em Portugal, o governo protege todos os cidadãos da pobreza	
Em Portugal, o governo explica as suas decisões aos eleitores	0 = «não se aplica nada»
Em Portugal, o governo toma medidas para reduzir as diferenças nos níveis de rendimento	a
Em Portugal, os políticos têm em conta as opiniões de outros governos Europeus antes de tomarem decisões	10 = «aplica-se totalmente»
Em Portugal, as eleições legislativas são livres e justas	
Em Portugal, os diferentes partidos políticos apresentam alternativas claras entre si	
Em Portugal, os partidos da oposição são livres para criticar o governo	
Em Portugal, a comunicação social é livre para criticar o governo	
Em Portugal, a comunicação social dá aos cidadãos informação correcta para avaliar o governo	

<sup>15</sup> A amostra é constituída por 1522 pessoas, que responderam de forma válida a todas as 12 questões consideradas.

Em primeiro lugar, é necessário avaliar a adequabilidade do procedimento aos dados. Considerando que o objectivo da ACP é o de agrupar variáveis com base no que elas têm de redundante, tem de existir algum grau de correlação entre as variáveis de partida. E isto é avaliado através da medida de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), que quantifica o nível de intercorrelações entre as variáveis e é dado por  $KMO = \frac{\sum \sum r_{ij}^2}{\sum \sum r_{ij}^2 + \sum \sum a_{ij}^2}$ , onde:  $r_{ij}$  corresponde ao coeficiente de correlação observado entre as variáveis  $i$  e  $j$ ; e  $a_{ij}$  corresponde ao coeficiente de correlação parcial entre as variáveis  $i$  e  $j$ , que é também «uma estimativa das correlações entre os factores» (Reis, 2001: 279). Uma vez que as componentes são independentes, espera-se que este valor ( $a_{ij}$ ) seja próximo de 0. A medida KMO varia entre 0 e 1 (quanto mais próxima da unidade, melhor é a adequabilidade da ACP aos dados em estudo) e, conforme sugerem Reis (2001) e Marôco (2014), deverá ser interpretado da seguinte forma: < 0,50 – inaceitável; 0,50 a 0,60 – má; 0,60 a 0,70 – razoável; 0,70 a 0,80 – média; 0,80 a 0,90 – boa; 0,90 a 1 – muito boa.

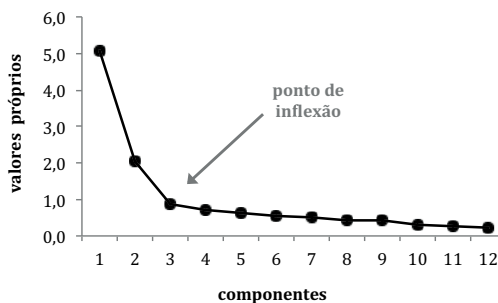
Poderá ainda ser utilizado o teste de esfericidade de Bartlett, que permite testar a hipótese de a matriz de correlações das variáveis de *input* na população ser uma matriz identidade. Interessa, portanto, rejeitar a hipótese em teste, já que, se a matriz de correlações das variáveis for uma matriz identidade, significa que elas não estão correlacionadas, o que invalida a aplicação da ACP aos dados em estudo.

Retomando a nossa análise, podemos observar (Quadro 21) que temos indícios suficientes para considerar que este procedimento é adequado aos dados que estamos a trabalhar, já que  $KMO = 0,877$  (adequabilidade boa), e que se rejeita a hipótese nula do teste de esfericidade de Bartlett de não existência de correlações significativas nas variáveis de *input* ( $\chi^2_{(66)} = 8825,60$ ,  $p < 0,001$ ).

**Quadro 21. Medidas de adequabilidade do procedimento aos dados**

KMO and Bartlett's Test		
Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		,877
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	8825,600
	df	66
	Sig.	0,000

Como vimos, são calculadas tantas componentes quantas as variáveis de *input*. Contudo, esta não é uma solução desejável, já que o objectivo da ACP é a redução da informação. Existem vários critérios para decidir o número de componentes a reter. O critério de Kaiser, usado por omissão pelo SPSS, exclui as componentes que apresentem um valor próprio inferior a 1, ou seja, todas as componentes que tenham uma capacidade explicativa inferior à variância estandardizada de uma variável original (e que é igual a 1). O critério da variância explicada consiste em reter tantas componentes quantas sejam necessárias para explicar pelo menos 50% da variância total das variáveis de partida<sup>16</sup>. O critério do *scree plot* consiste na representação gráfica dos factores e dos valores próprios a eles associados, devendo reter-se as componentes até ao ponto de inflexão da curva. Neste caso, dever-se-iam reter, pelo menos, duas componentes.

**Figura 8. Critério do *scree plot***

16 A percentagem de variância explicada é algo subjectiva e não existe um consenso acerca do valor mínimo. Marôco (2014) define 50% como mínimo aceitável; Reis (2001) sugere 70%.

No presente caso, o critério de Kaiser sugere a retenção de duas componentes, solução viável também se considerarmos o critério da percentagem mínima de variância explicada (Quadro 22).

**Quadro 22. Variância explicada (ACP)**

Component	Total Variance Explained								
	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	5,069	42,244	42,244	5,069	42,244	42,244	4,062	33,849	33,849
2	2,041	17,012	59,256	2,041	17,012	59,256	3,049	25,407	59,256
3	,870	7,251	66,508						
4	,694	5,785	72,293						
5	,623	5,194	77,487						
6	,567	4,729	82,215						
7	,519	4,322	86,537						
8	,439	3,656	90,193						
9	,409	3,409	93,602						
10	,291	2,423	96,025						
11	,267	2,224	98,249						
12	,210	1,751	100,000						

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Como observámos, os três critérios para a selecção do número de componentes a reter coincidem numa solução de duas componentes. Caso isto não se verificasse, deveríamos interpretar as diferentes soluções propostas: caso as diferentes soluções sejam igualmente interpretáveis, devemos optar pela solução com menor número de componentes (já que o objectivo da ACP

é a redução da informação); caso uma delas tenha um sentido substantivo mais claro, e faça mais sentido em termos interpretativos, deve ser essa a solução escolhida, mesmo que não seja a com menos componentes (equilíbrio entre ganhos em interpretabilidade e perdas em informação).

Tendo, então, optado por uma solução com duas componentes, podemos observar que esses dois factores explicam 59,23% da variância das variáveis iniciais. Importa agora proceder à interpretação destas duas componentes. A matriz das componentes dá-nos a informação relativamente à contribuição de cada variável para cada uma das componentes. Como vimos no início, as componentes são o resultado de combinações lineares de todas as variáveis, ou seja, todas as variáveis contribuem de alguma maneira para a formação de todas as componentes. Contudo, algumas variáveis contribuem mais do que outras, pelo que serão essas que diremos mais estruturadoras de cada uma das componentes. Dado que nem sempre a solução encontrada é facilmente interpretável (no caso de encontrarmos pesos factoriais elevados em mais do que uma componente, o que dificulta a percepção da componente para a qual a variável mais contribui), é comum adoptar-se um procedimento de rotação dos factores, que irá, portanto, melhorar a interpretabilidade e, logo, a utilidade científica do método (Tabachnick & Fidell, 2013). Os métodos de rotação têm, então, como objectivo a simplificação da estrutura factorial «dividindo o conjunto inicial de variáveis em subconjuntos tão independentes entre si quanto possível» (Reis, 2001, p. 275).

Vejamus graficamente um exemplo. Como se observa na Figura 9, as variáveis  $X_1$ ,  $X_2$  e  $X_3$  parecem estar a distâncias relativamente semelhantes de ambas as componentes (tal como acontece com as variáveis  $X_4$  e  $X_5$ ), o que dificulta a decisão de para qual das componentes estão a contribuir mais. Aplicando um método de rotação (Figura 10), a solução torna-se mais clara, e conseguimos agora perceber, de forma mais evidente, que as variáveis  $X_1$ ,  $X_2$  e  $X_3$  têm um maior peso na componente 2 e as variáveis  $X_4$  e  $X_5$  na componente 1. Note-se ainda que a estrutura inicial dos dados não sofreu qualquer alteração e que a proporção total de variância explicada não regista, igualmente, nenhuma mudança (Quadro 22).

Figura 9. Relação das variáveis com as componentes antes da rotação

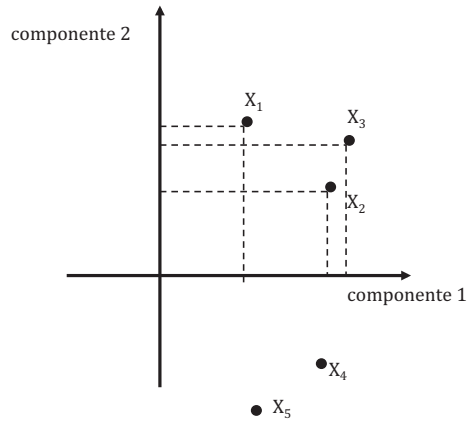
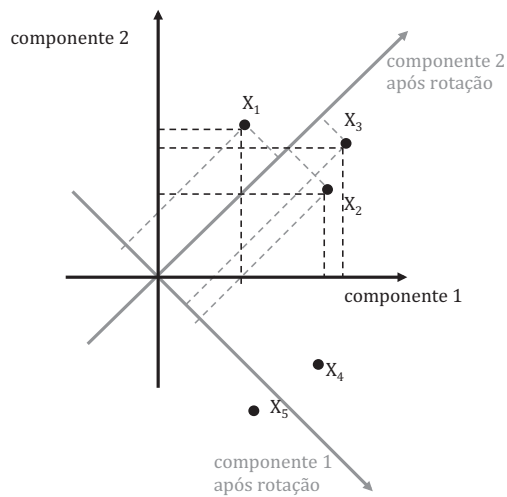


Figura 10. Relação das variáveis com as componentes antes e após rotação





Existem vários métodos de rotação disponíveis, mas a rotação VARIMAX é a mais comumente utilizada (Marôco, 2014; Reis, 2001; Tabachnick & Fidell, 2013). Através de um processo iterativo, maximiza a variação dos pesos factoriais em cada uma das componentes, de modo a que cada variável esteja sobretudo associada a apenas um dos factores. Será, portanto, este método que aplicaremos, nesta análise, para gerar a matriz das componentes que utilizaremos para a interpretação dos factores retidos (Quadro 23). Pode então perceber-se, através da análise das variáveis que mais contribuem<sup>17</sup> para a definição da primeira componente, que esta agrupa as questões relativas à cidadania e aos valores sociais e políticos (7 variáveis). Já a segunda componente tem subjacente o funcionamento das instituições democráticas, governo e partidos políticos (5 variáveis).

**Quadro 23. Matriz dos pesos factoriais nas componentes rodadas**

Rotated Component Matrix <sup>a</sup>		
	Component	
	1	2
Em Portugal, as eleições legislativas são livres e justas	,116	,763
Em Portugal, os diferentes partidos políticos apresentam alternativas claras entre si	,450	,502
Em Portugal, os partidos da oposição são livres para criticar o governo	,016	,861
Em Portugal, a comunicação social é livre para criticar o governo	,098	,834
Em Portugal, a comunicação social dá aos cidadãos informação correcta para avaliar o governo	,305	,634
Em Portugal, os direitos das minorias são protegidos	,583	,213
Em Portugal, os cidadãos têm a última palavra nos assuntos políticos mais importantes votando diretamente sobre eles em referendos	,778	,152
Em Portugal, os partidos do governo que fazem um mau trabalho são castigados nas eleições	,575	,425
Em Portugal, o governo protege todos os cidadãos da pobreza	,806	-,055
Em Portugal, o governo explica as suas decisões aos eleitores	,844	,180
Em Portugal, o governo toma medidas para reduzir as diferenças nos níveis de rendimento	,875	,063
Em Portugal, os políticos têm em conta as opiniões de outros governos Europeus antes de tomarem decisões	,583	,297

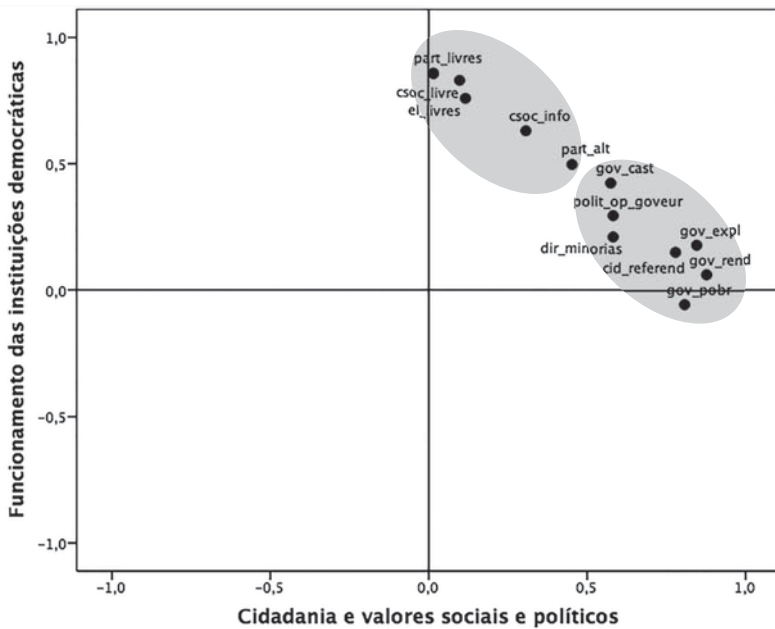
Extraction Method: Principal Component Analysis.

a. Rotation converged in 3 iterations.

<sup>17</sup> As variáveis que se consideram como tendo maior contribuição para a definição da componente são aquelas que apresentam um peso factorial superior a 0,5.

Se quisermos analisar as projecções factoriais em dois planos ortogonais, verificamos a forte correlação positiva entre as variáveis de cada um dos grupos: o das que privilegiam a dimensão da cidadania e o das que remetem para o funcionamento das instituições governamentais e partidos políticos (Figura 11).

Figura 11. Projecções factoriais das componentes



**Legenda:** el\_livres: Em Portugal, as eleições legislativas são livres e justas; part\_alt: Em Portugal, os diferentes partidos políticos apresentam alternativas claras entre si; part\_livres; Em Portugal, os partidos da oposição são livres para criticar o governo; csoc\_livre: Em Portugal, a comunicação social é livre para criticar o governo; csoc\_info: Em Portugal, a comunicação social dá aos cidadãos informação correcta para avaliar o governo; dir\_minorias: Em Portugal, os direitos das minorias são protegidos; cid\_referend: Em Portugal, os cidadãos têm a última palavra nos assuntos políticos mais importantes votando directamente sobre eles em referendos; gov\_cast: Em Portugal, os partidos do governo que fazem um mau trabalho são castigados nas eleições; gov\_pobr: Em Portugal, o governo protege todos os cidadãos da pobreza; gov\_expl: Em Portugal, o governo explica as suas decisões aos eleitores; gov\_rend: Em Portugal, o governo toma medidas para reduzir as diferenças nos níveis de rendimento; polit\_op\_goveur: Em Portugal, os políticos têm em conta as opiniões de outros governos Europeus antes de tomarem decisões.

Após a interpretação das componentes, elas podem ser operacionalizadas na base de dados, através da gravação dos *scores* factoriais, que passam, então, a fazer parte da base de dados, e a poder ser utilizadas como quaisquer outras variáveis. É apenas de referir que as novas variáveis são estandardizadas, pelo que apresentam uma média igual a 0 e um desvio-padrão igual a 1. Apesar de perder-se a escala inicial, os limites entre os quais estas variáveis variam correspondem, substantivamente, aos pólos das variáveis originais. Neste caso, e para dar um exemplo, valores elevados na variável a que poderíamos chamar de «adequado funcionamento das instituições democráticas, governo e partidos políticos» (e que corresponde à componente 2) significam uma elevada concordância, já que, relembremos, as variáveis originais foram medidas numa escala entre 0 = «não se aplica nada» e 10 = «aplica-se totalmente».

Poderíamos, a partir daqui, e retomando o problema inicial, explorar se homens e mulheres revelam ou não percepções diferenciadas relativamente ao funcionamento do sistema político, nomeadamente através da aplicação de um teste *t* à comparação de médias entre dois grupos (caso se cumpram os pressupostos de aplicação).

### Análise de Correspondências Múltiplas (ACM)

O aparecimento da ACM dá-se pela mão de Benzécri (1976), cujos trabalhos vieram contribuir, de forma significativa, para o desenvolvimento de técnicas de análise adequadas ao tipo de variáveis mais frequentemente usadas na área da Sociologia (categóricas). De facto, até aí, o único método quantitativo disponível para o tratamento de variáveis nominais era o teste do Qui<sup>2</sup>, apresentando a limitação de apenas poder aferir a independência entre as duas variáveis de partida (Lisboa, 2014). Como nos diz Henrique Garcia Pereira, «a Análise das Correspondências, mesmo na sua versão inicial, permitia estabelecer relações no interior de cada conjunto de modalidades (e entre os dois conjuntos), abrindo assim a porta para a possibilidade de uma certa modelização de variáveis qualitativas, o que constitui um importantíssimo avanço

no processamento estatístico de tais variáveis» (2008: 9). Para além da Análise das Correspondências de Benzécri (escola francesa), foram sendo desenvolvidos outros métodos, com o mesmo propósito, pela escola americana (ligada à escola de Leiden). Tal como descreve Garcia Pereira (2008), a disputa entre estas duas correntes parece já ter sido resolvida «com elegância» por Helena Carvalho (2008), cujo trabalho veio demonstrar a equivalência entre as duas abordagens em competição.

A Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) constitui-se como uma técnica descritiva de redução da informação a um pequeno número de dimensões que expliquem a estrutura subjacente das relações que se estabelecem entre objectos (indivíduos) e categorias, conferindo-lhe maior interpretabilidade (Carvalho, 2008; Hair *et al.*, 2013). Esta análise apresenta enormes potencialidades no contexto das Ciências Sociais, já que, por um lado, trabalha com variáveis categóricas (nominais e também ordinais, ainda que a ordem não seja tida em consideração), as mais comuns nesta área; e, por outro lado, possibilita a apresentação dos resultados graficamente, num mapa perceptual<sup>18</sup>, o que facilita grandemente a comunicação desses mesmos resultados.

Uma explicação mais detalhada dos fundamentos estatísticos e dos procedimentos em SPSS pode ser consultada em Carvalho (2008), pelo que aqui apresentaremos um exemplo de aplicação da ACM na área das desigualdades sociais. Para este exemplo, mobilizaremos um conjunto diferente de dados, relativo a um inquérito sociológico realizado em 2007, com vista à caracterização das actividades desenvolvidas pelas crianças e jovens em Portugal, e cujos principais resultados foram já publicados por Lisboa *et al.* (2009). Este trabalho teve como um dos seus principais objectivos o estudo dos factores associados à produção e reprodução do fenómeno do trabalho infantil em Portugal. Para tal, foi realizado um inquérito, que incluiu crianças e jovens que frequentassem

---

18 Um mapa perceptual corresponde a uma «Visual representation of a respondent's perceptions of objects on two or more dimensions. Usually this map has opposite levels of dimensions on the ends of the X and Y axes, such as "sweet" to "sour" on the ends of the X axis and "high-priced" to "low-priced" on the ends of the Y axis. Each object then has a spatial position on the perceptual map that reflects the relative similarity or preference to other objects with regard to the dimensions of the perceptual map» (Hair *et al.*, 2013: 520).

escolas onde decorriam os programas PIEF<sup>19</sup>. Recorrendo a duas amostras emparelhadas (uma de alunos/as a frequentar o ensino regular e outra de alunos/as a frequentar o programa PIEF), tentou-se perceber se existiam ou não perfis diferenciados destes/as alunos/as relativamente aos meios de socialização, às expectativas, ao aproveitamento escolar e ao relacionamento com a escola, e de que forma eles se poderiam apresentar como condicionantes da emergência ou manutenção de situações de trabalho infantil. Pretendendo perceber como se estrutura esse espaço de condicionantes e práticas escolares, recorreu-se a uma ACM, cujos resultados foram já publicados (Lisboa & Malta, 2009). Pretendemos aqui retomar essa mesma análise, acrescentando-lhe apenas um maior detalhe na descrição da aplicação do procedimento, algo que não caberia no âmbito da publicação referida. O espaço de condicionantes e práticas escolares foi estruturado pelas seguintes variáveis, com as correspondentes categorias (Quadro 24):

**Quadro 24. Variáveis e categorias mobilizadas para a construção do espaço de condicionantes e práticas escolares**

Variável	Categorias	Rótulos usados na ACM
Expectativas de escolaridade	9º ano	exp_9ºano
	12º ano	exp_12ºano
	Universidade	exp_univ
Retenção escolar	Sim	R_S
	Não	R_N
Qualificações da mãe	1º ciclo	Q_M_1º ciclo
	2º ciclo	Q_M_2º ciclo
	3º ciclo	Q_M_3º ciclo
	Secundário/superior	Q_M_Sec_Sup

19 O Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), implementado pelo Plano para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PETI), na dependência do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, constitui-se como um instrumento de combate a situações, efectivas ou emergentes, de trabalho infantil e abandono escolar.

Variável	Categorias	Rótulos usados na ACM
Qualificações do pai	1º ciclo	Q_P_1º ciclo
	2º ciclo	Q_P_2º ciclo
	3º ciclo	Q_P_3º ciclo
	Secundário/superior	Q_P_Sec_Sup
Tem computador	Sim	comp_S
	Não	comp_N
Tem internet	Sim	internet_S
	Não	internet_N
Abandono parcial (desistências)	Sim	D_S
	Não	D_N
Currículo escolar frequentado	PIEF	PIEF
	Ensino regular	ER
Trabalho infantil no passado*	Sim	TI_S
	Não	TI_N

\* Variável suplementar.

Em primeiro lugar, há que perceber quantas dimensões principais estão subjacentes à estrutura dos dados que estamos a trabalhar. A selecção do número de dimensões a reter é feita com base na quantificação da variância explicada por cada dimensão (valor próprio) ou, preferencialmente, pela inércia de cada dimensão, já que esta dá conta da variância explicada em termos relativos (e é dada pela divisão entre o valor próprio e o número de variáveis activas<sup>20</sup>). Esta variância pode ser entendida como a capacidade de cada uma das dimensões explicar a relação entre os dados de origem (a sua variabilidade). A inércia varia entre 0 e 1, e

20 O procedimento da ACM permite a inclusão de variáveis com diferentes estatutos: as que são mobilizadas para a estruturação do espaço são as variáveis activas; as variáveis definidas como suplementares são integradas na análise, não para estruturar o espaço, mas apenas para perceber a relação que estabelecem, tanto com as variáveis (e categorias) activas como com as dimensões definidas.

quanto mais perto do limite superior, mais variância é explicada pela dimensão. A inércia é decrescente, *i. e.*, a primeira dimensão regista o maior valor. As dimensões mais relevantes são as que tiverem associados valores de inércia mais elevados, e devemos reter as dimensões que se situem antes de descidas acentuadas no decréscimo da inércia (Carvalho, 2008).

Para avaliar o decréscimo da inércia e decidir quanto ao número de dimensões a reter, é necessário realizar uma ACM com o total de dimensões que é possível obter com os dados de origem. Quando não existem não respostas, o número do total de dimensões é dado por  $p-m$ , sendo  $p$  o número total de categorias das variáveis activas e  $m$  o número de variáveis activas sem casos omissos. Se todas as variáveis tiverem casos omissos, o número máximo de dimensões é dado por  $p-1$ . No caso em estudo, o número total de categorias em análise é de 21 e todas as 8 variáveis têm casos omissos (Quadro 25).

**Quadro 25. Casos válidos e omissos nas variáveis consideradas para a ACM**

		Statistics							
		Expectativas de escolaridade	Retenção escolar	Abandono parcial (desistências)	Qualificações da mãe	Qualificações do pai	Tem computador	Tem internet	Currículo escolar frequentado
N	Valid	1288	1368	1223	1115	873	1368	1368	1368
	Missing	80	0	145	253	495	0	0	0

Assim, o número máximo de dimensões nesta ACM é de  $21 - 4 = 17$ , como se observa no quadro seguinte (Quadro 26).

**Quadro 26. Distribuição dos valores próprios e da inércia para o espaço de condicionantes e práticas escolares**

Model Summary			
Dimension	Cronbach's Alpha	Variance Accounted For	
		Total (Eigenvalue)	Inertia
1	,848	3,874	,484
2	,321	1,391	,174
3	,276	1,319	,165
4	,205	1,218	,152
5	,075	1,071	,134
6	-,048	,959	,120
7	-,154	,881	,110
8	-,229	,833	,104
9	-,444	,720	,090
10	-,990	,536	,067
11	-1,108	,508	,063
12	-1,603	,416	,052
13	-2,109	,351	,044
14	-2,175	,344	,043
15	-5,529	,171	,021
16	-11,237	,092	,012
17	-17,840	,060	,008
Total		14,746	1,843
Mean	-,175 <sup>a</sup>	,867	,108

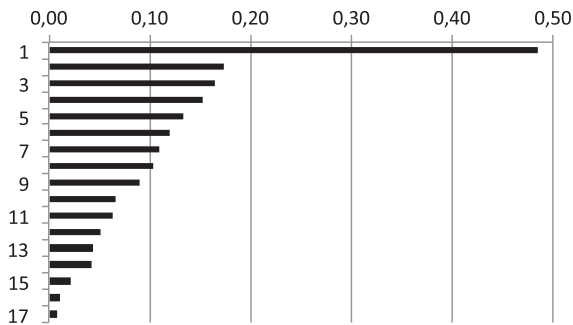
a. Mean Cronbach's Alpha is based on the mean

Analisando graficamente o decréscimo da inércia (Figura 12), percebemos que a variância relativa explicada se reduz bastante a partir da segunda dimensão. Apesar da segunda dimensão apresentar uma capacidade explicativa bastante reduzida relativa-



mente à primeira dimensão, poderemos reter as duas primeiras, considerando a sua interpretabilidade, como veremos de seguida.

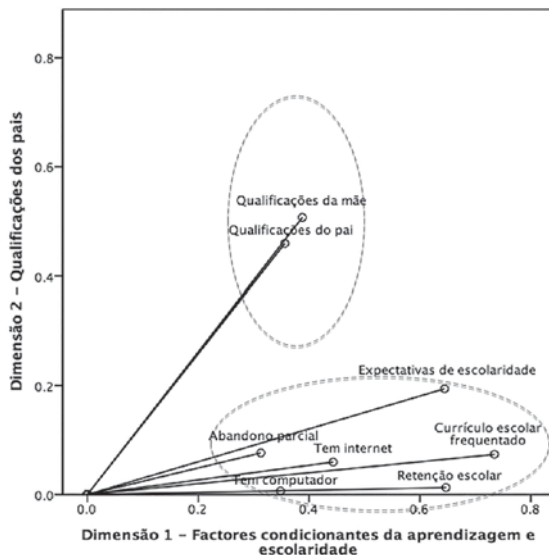
**Figura 12. Representação gráfica do decréscimo da inércia para o espaço de condicionantes e práticas escolares**



Para obter a solução da ACM com duas dimensões, é necessário voltar a fazer o procedimento, especificando agora o número de dimensões a reter (duas). De forma a identificar substantivamente as duas dimensões que estão subjacentes à estrutura dos dados, é necessário perceber que variáveis mais contribuem para a estruturação do espaço e em que dimensão mais contribuem para discriminar os indivíduos.

A análise da figura seguinte (Figura 13), conjuntamente com a leitura da tabela relativa às medidas de discriminação (Quadro 27), indica-nos que a dimensão 1 será estruturada por variáveis que remetem para factores que condicionam os processos escolares. De facto, aquelas que mais contribuem para discriminar os indivíduos estão relacionadas com o sucesso escolar (retenção), com as expectativas de escolaridade, com o relacionamento com a escola (desistências e currículo escolar frequentado) e com o acesso à informação (se tem ou não computador e Internet em casa). Por outro lado, a segunda dimensão remete claramente para a qualificação dos pais, importantes para estrutura de oportunidades destes/as alunos/as.

Figura 13. Medidas de discriminação das variáveis nas duas dimensões retidas



Quadro 27. Medidas de discriminação das variáveis nas duas dimensões retidas

	Discrimination Measures		
	Dimension		Mean
	1	2	
Expectativas de escolaridade	,644	,194	,419
Retenção escolar	,647	,013	,330
Abandono parcial	,313	,076	,195
Qualificações da mãe	,388	,507	,448
Qualificações do pai	,356	,460	,408
Tem computador	,348	,006	,177
Tem internet	,443	,060	,252
Currículo escolar frequentado	,734	,074	,404
Active Total	3,874	1,390	2,632

Importa agora ver, para cada variável, quais são as categorias que mais discriminam os indivíduos e que mais vão contribuir para a estruturação do espaço e dos perfis dos/as alunos/as relativamente às condicionantes e práticas escolares. E isto é feito com base na contribuição que cada categoria tem para a variância relativa de cada dimensão ou factor. A soma das contribuições de todas as categorias para cada dimensão é igual a 1. Assim, toma-se a média das contribuições como valor a partir do qual a categoria deve ser considerada pertinente, média essa que é dada por  $\frac{1}{n.^{\circ} \text{ de categorias das variáveis activas}}$ . Neste caso, e considerando o número de categorias presentes (Quadro 24), a contribuição média é de  $1 / 21 = 0,048$ . A partir deste valor, podemos identificar as categorias que mais contribuem para discriminar os indivíduos e verificar qual é o seu posicionamento no mapa perceptual. Vejamos, então, como se processa esta análise.

Tomemos a variável «Tem Internet». Como se observa no quadro seguinte (Quadro 28), a categoria «Internet\_S» apresenta uma contribuição (0,067) acima da contribuição média (0,048) das categorias para a variância relativa da dimensão 1 e a categoria «Internet\_N» contribui para a discriminação dos indivíduos também na dimensão 1 (com uma contribuição acima da média, de 0,048).

**Quadro 28. Contribuições das categorias da variável «Tem internet»**

Tem internet								
Points: Contributions								
Category	Frequency	Mass	Inertia	Contribution				Total
				Of Point to Inertia of		Of Dimension to Inertia of Point		
				1	2	1	2	
Internet_S	491	,049	,088	,067	,031	,367	,061	,428
Internet_N	877	,088	,053	,048	,012	,439	,039	,478
Active Total		,137	,141	,114	,043			

Variable Principal Normalization.

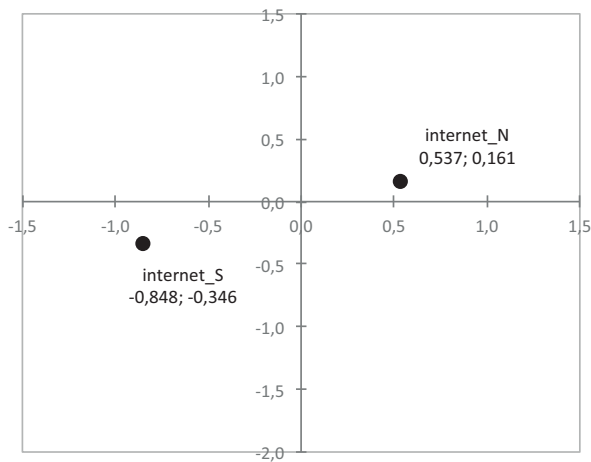
Perante essas contribuições significativas, podemos então ver qual é o posicionamento no espaço dessas mesmas categorias, quer através das suas coordenadas nas dimensões 1 e 2 (Quadro 29), quer através da sua representação gráfica ao serem projectadas no plano (Figura 14).

**Quadro 29. Coordenadas das categorias da variável «Tem Internet»**

Tem internet			
Points: Coordinates			
Category	Frequency	Centroid Coordinates	
		Dimension	
		1	2
Internet_S	491	-,848	-,346
Internet_N	877	,537	,161

Variable Principal Normalization.

**Figura 14. Projecção das categorias da variável «Tem Internet» no espaço**



Olhemos para outro exemplo, agora relativo ao nível de escolaridade do pai. Como se observa na tabela seguinte (Quadro 30), a categoria «Q\_P\_Sec\_Sup» contribui para discriminar os indivíduos na dimensão 1 ( $0,050 > 0,048$ ) e na dimensão 2 ( $0,193 > 0,048$ ); já a categoria «Q\_P\_2 ciclo» discrimina os indivíduos na dimensão 2 ( $0,114 > 0,048$ ).

**Quadro 30. Contribuições das categorias da variável «Qualificações do pai»**

Qualificações do pai								
Points: Contributions								
Category	Frequency	Mass	Inertia	Contribution				Total
				Of Point to Inertia of		Of Dimension to Inertia of Point		
				1	2	1	2	
Q_P_1 ciclo	421	,042	,088	,023	,004	,128	,008	,136
Q_P_2 ciclo	154	,015	,113	,001	,114	,005	,176	,181
Q_P_3 ciclo	156	,016	,112	,017	,019	,075	,030	,105
Q_P_Sec_Sup	142	,014	,114	,050	,193	,214	,295	,509
Missing	495							
Active Total		,088	,426	,092	,331			

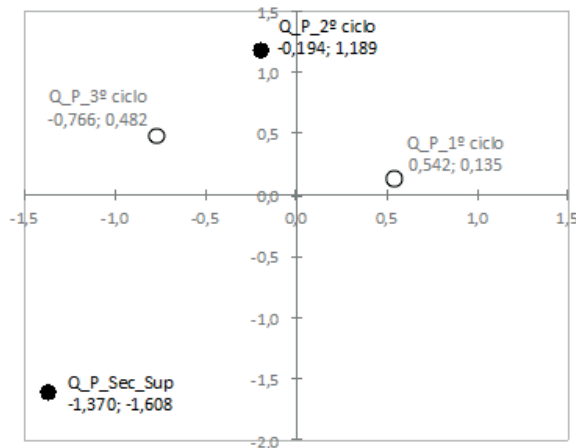
Variable Principal Normalization.

Podemos então perceber qual é o posicionamento destas categorias no plano (Quadro 31) e fazer a sua projecção no espaço (Figura 15). Note-se que fizemos uma distinção entre as categorias que discriminam os indivíduos (numa ou noutra dimensão) e as que não contribuem de forma significativa, correspondendo o círculo preto às primeiras e o círculo branco às segundas. As categorias que menos discriminam os indivíduos devem ser mantidas na representação, uma vez que contribuem, de facto, para a estruturação do espaço.

**Quadro 31. Coordenadas das categorias da variável «Qualificações do pai»**

Qualificações do pai		Centroid Coordinates	
Points: Coordinates			
Category	Frequency	Dimension	
		1	2
Q_P_1 ciclo	421	,542	,135
Q_P_2 ciclo	154	-,194	1,189
Q_P_3 ciclo	156	-,766	,482
Q_P_Sec_Sup	142	-1,370-	1,608
Missing	495		

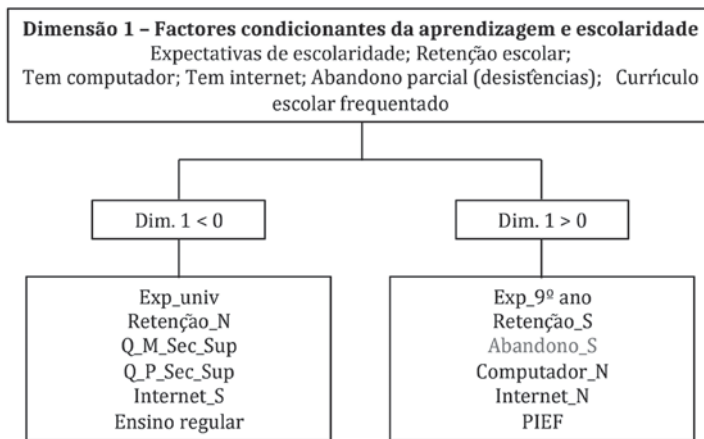
Variable Principal Normalization.

**Figura 15. Projecção das categorias da variável «Qualificações do pai» no espaço**

De forma semelhante, analisamos as restantes variáveis e respectivas categorias. Note-se que a leitura e a interpretação dos dados deve sempre partir das tabelas das quantificações e das coordenadas, e nunca da representação gráfica relativa à projecção das categorias das variáveis no espaço. Deveremos então proceder a uma esquematização desta informação, para que possamos compreender melhor a estrutura das dimensões de análise.

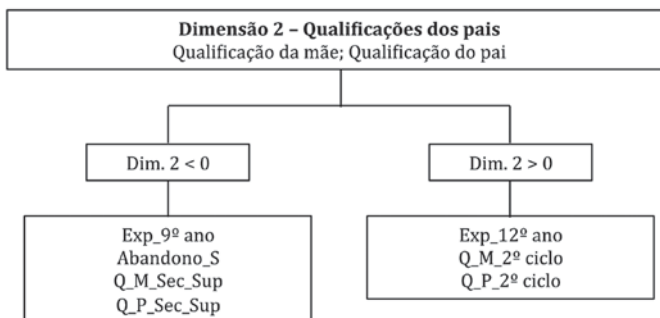
Podemos então perceber que a dimensão 1, relativa aos factores condicionantes da aprendizagem e escolaridade, varia num eixo que vai de um ambiente mais desfavorável a um ambiente mais favorável (Figura 16). Por outro lado, a dimensão 2, relativa às qualificações dos pais, varia num eixo que vai das maiores qualificações a menores qualificações escolares (Figura 17).

**Figura 16. Descrição da dimensão 1**



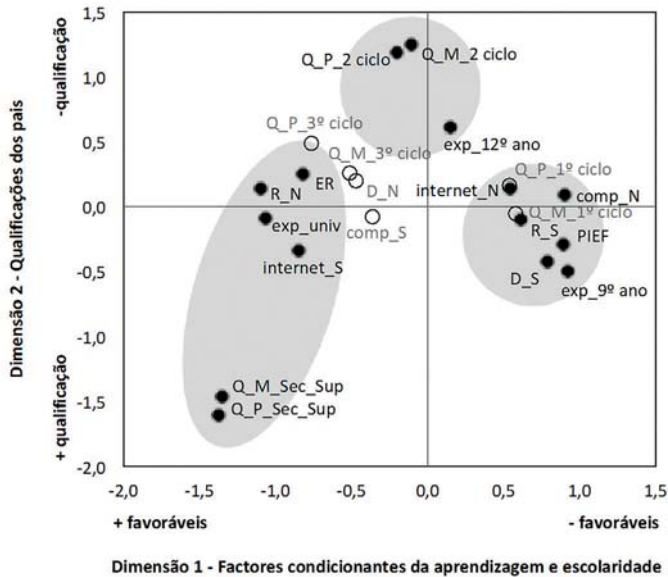
**Nota:** A categoria a cinzento apresenta uma contribuição abaixo mas muito próxima da contribuição média.

**Figura 17. Descrição da dimensão 2**



Agregando então toda esta informação, chegamos à análise dos perfis de condicionantes e práticas escolares (Figura 18).

Figura 18. Espaço de condicionantes e práticas escolares



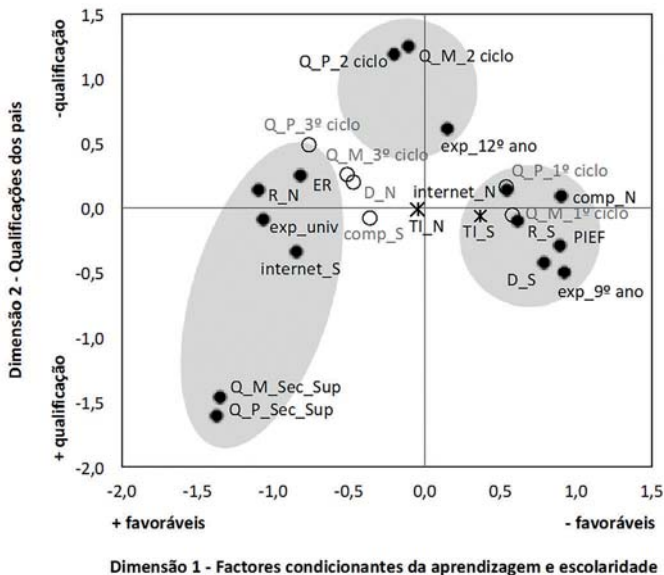
Como se observa no mapa perceptual (Figura 18), podemos identificar três perfis diferenciados. No primeiro perfil (que se localiza nos quadrantes 3 e 4), encontramos alunos/as que frequentam o ensino regular, que têm expectativas elevadas de prosseguimento dos estudos (esperam prosseguir para o ensino superior), que nunca ficam retidos/as, que têm Internet em casa e cujos pais detêm capitais escolares elevados (ao nível do ensino secundário e da licenciatura). O segundo perfil (situado nos 1.º e 2.º quadrantes) inclui alunos/as que demonstram uma relação mais problemática com a escola (com experiência(s) de retenção e desistência), que não têm computador nem Internet em casa, que têm baixas expectativas de prosseguimento dos estudos (apenas ao nível da escolaridade obrigatória à época – 9.º ano) e que frequentam o



PIEF. Já o terceiro perfil encontrado (situado nos quadrantes 1 e 4) apresenta menos especificidades relativamente ao conjunto das variáveis consideradas, associando qualificações dos pais relativamente baixas (2.º ciclo) a expectativas intermédias de prosseguimento dos estudos (até ao 12.º ano).

O procedimento da ACM permite ainda incluir variáveis suplementares na análise que, não estruturando o espaço, vão ser projectadas nele, para que possamos perceber a relação que estabelecem com o espaço já definido (tanto em termos de categorias activas, como de dimensões e de perfis). Nesse sentido, porque o espaço de condicionantes e práticas escolares foi construído com o objectivo de perceber quais seriam os factores com mais peso no percurso dos/as jovens relativamente à emergência e manutenção de situações de trabalho infantil, foi projectada no plano a variável «Trabalho infantil no passado». Como se observa (Figura 19), a estrutura de relações manteve-se inalterada, já que as variáveis que estruturam o espaço (variáveis activas) se mantiveram as mesmas.

**Figura 19. Espaço de condicionantes e práticas escolares com projecção de «Trabalho infantil no passado» como variável suplementar**



Através da projecção desta variável suplementar (Figura 19), percebe-se que os/as alunos/as com experiência de trabalho infantil no passado estão associados/as ao segundo perfil, ou seja, ao conjunto de jovens que revelam um percurso escolar mais instável e um enquadramento familiar mais desfavorável. Já os/as alunos/as que não tiveram experiências de trabalho infantil no passado não surgem associados a nenhum dos perfis definidos. Encontrada esta topologia, podemos operacionalizar estes perfis numa tipologia por forma a, recorrendo a outro tipo de instrumentos, conhecer melhor os grupos aqui definidos. Para tal, e uma vez que a ACM não é um método de agrupamento, devemos recorrer a uma análise de *clusters*, que permitirá criar uma nova variável que congregue as unidades de análise (neste caso, os/as alunos/as) em diferentes grupos, de acordo com os seus perfis diferenciados, exercício que faremos de seguida.

### Análise de *Clusters*

Tal como referido anteriormente, podemos operacionalizar os perfis encontrados a partir da ACM. Em todo o caso, é de notar que a análise de *clusters* é aplicável a uma diversidade de outras situações, desde que o objectivo seja o de agrupar elementos segundo a sua (dis)semelhança<sup>21</sup>. A análise de *clusters* constitui-se como um método de análise de dados multivariada, cujo objectivo é o de encontrar agrupamentos «naturais» de indivíduos: «This is done by grouping individuals that are “similar” according to some appropriate criterion» (Härdle & Simar, 2007: 274). Apesar de ser tipicamente associada a variáveis métricas, a análise de *clusters* pode ser realizada com variáveis categóricas (sejam nominais ou ordinais), desde que seleccionadas medidas de semelhança aplicáveis a esse tipo de variáveis (Everitt, Landau, Leese & Stahl, 2011; Hair *et al.*, 2013; Jain, Murty & Flynn, 1999).

Considerando que pretendemos operacionalizar os três perfis encontrados, sabemos, à partida, o número de *clusters* que

---

21 Para outras aplicações da análise de *clusters*, ver, e.g., Marôco (2014).

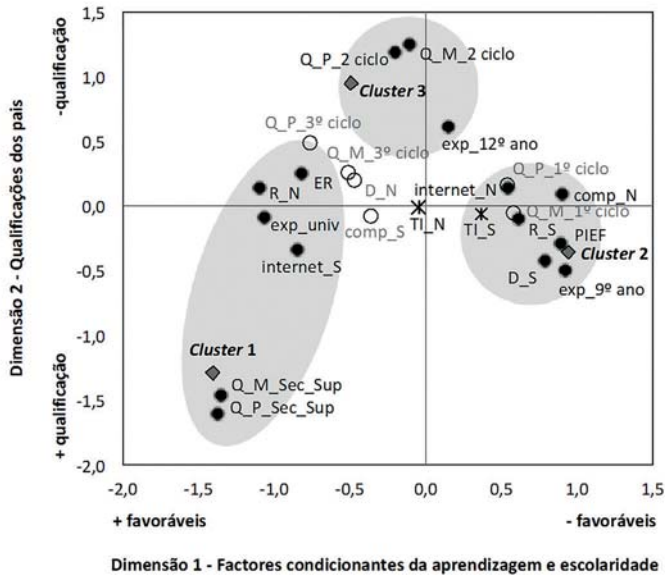
vamos obter, pelo que optamos pelo método de agrupamento *k-means*, que se constitui como um método de optimização que se baseia numa definição *a priori* do número de grupos que conterão todos os indivíduos, de modo a que «dentro de cada grupo os elementos sejam o mais semelhante possível e o mais diferente possível de elementos de outros grupos» (Reis, 2001: 296). Se não fosse este o caso (se não soubéssemos à partida o número de grupos a constituir), teríamos de recorrer a métodos de agrupamento hierárquicos que «recorrem a passos sucessivos de agregação dos sujeitos considerados individualmente, *i.e.* cada sujeito é um *Cluster*, e depois estes vão sendo agrupados de acordo com as suas proximidades (neste caso os métodos dizem-se aglomerantes), ou pelo contrário todos os sujeitos são, à partida, agrupados num único *Cluster* e depois são divididos em subgrupos de acordo com as suas medidas de distância (neste caso os métodos dizem-se divisivos)» (Marôco, 2014: 554). Cabe então ao/à investigador/a decidir quantos *clusters* reter, baseando-se na leitura das distâncias entre *clusters* (disponível através dos coeficientes apresentados pelo SPSS na tabela *Agglomeration schedule*)<sup>22</sup>.

Para esta análise, vamos recorrer aos *scores* dos indivíduos nas dimensões 1 e 2 (gravados através do procedimento da ACM), que correspondem às suas coordenadas no plano. Gravado na base de dados o grupo de pertença de cada um dos indivíduos (resultante da aplicação do procedimento *k-means*), podemos projectar no espaço gerado pela ACM os centróides de cada um dos *clusters*, por forma a validar os resultados obtidos. Como se observa, os *clusters* ocupam posições próximas aos perfis que identificámos via ACM (Figura 20).

---

22 Tendo em conta que ambos os métodos hierárquicos e não hierárquicos apresentam vantagens e desvantagens, deve usar-se uma combinação dos dois, ou seja, aplicar em primeiro lugar um método hierárquico e, definido o número de *clusters*, operacionalizá-los através de um método não hierárquico (Hair *et al.*, 2013; Marôco, 2014).

Figura 20. Disposição dos *clusters* no espaço de condicionantes e práticas escolares



Podemos então fazer novos cruzamentos, a partir da pertinência aos *clusters*, de modo, não apenas a confirmar a configuração dos perfis, mas também para caracterizá-los mais profundamente. Através de uma tabela cruzada com os resíduos estandardizados ajustados (já descritos anteriormente), é possível descrever os grupos encontrados. Como se observa (Quadro 32), as características de cada um dos grupos são muito semelhantes às descritas anteriormente, aquando da análise dos perfis encontrados na ACM. E percebemos ainda que, à parte do nível de instrução dos pais, os *clusters* 1 e 3 são muito semelhantes. O que os distingue é, efectivamente, a escolaridade dos pais e diferentes graus de associação relativamente às restantes variáveis (não se encontrando grandes diferenças no que diz respeito à retenção escolar, ao ter computador e ao trabalho infantil no passado).

**Quadro 32. Cruzamento da pertença aos *clusters* com as variáveis estruturadoras do espaço de condicionantes e práticas escolares**

Variável	Categoria		Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3
Expectativas de escolaridade	exp_9º ano	Count	10	411	29
		Adjusted Residual	-9,9	24,0	-17,2
	exp_12 ano	Count	29	154	228
		Adjusted Residual	-6,0	-4,1	8,8
	exp_univ	Count	168	25	234
		Adjusted Residual	16,0	-20,3	8,7
Retenção escolar	R_S	Count	49	630	231
		Adjusted Residual	-14,9	23,0	-12,5
	R_N	Count	167	16	275
		Adjusted Residual	14,9	-23,0	12,5
Abandono parcial (desistências)	D_S	Count	29	318	46
		Adjusted Residual	-6,4	18,5	-13,8
	D_N	Count	184	206	440
		Adjusted Residual	6,4	-18,5	13,8
Qualificações da mãe	Q_M_1 ciclo	Count	13	359	158
		Adjusted Residual	-12,1	16,7	-7,6
	Q_M_2 ciclo	Count	5	48	157
		Adjusted Residual	-6,1	-6,2	10,8
	Q_M_3 ciclo	Count	25	48	140
		Adjusted Residual	-2,1	-6,4	8,0
Q_M_Sec_Sup	Count	142	12	8	
	Adjusted Residual	26,3	-9,6	-10,2	
Qualificações do pai	Q_P_1 ciclo	Count	4	264	153
		Adjusted Residual	-12,9	14,9	-4,4
	Q_P_2 ciclo	Count	5	33	116
		Adjusted Residual	-5,4	-4,5	8,6
	Q_P_3 ciclo	Count	24	25	107
		Adjusted Residual	-1,1	-6,1	6,8
Q_P_Sec_Sup	Count	129	5	8	
	Adjusted Residual	24,2	-9,1	-10,1	
Tem computador	comp_S	Count	205	321	405
		Adjusted Residual	9,2	-13,8	7,3
	comp_N	Count	11	325	101
		Adjusted Residual	-9,2	13,8	-7,3
Tem internet	Internet_S	Count	181	106	204
		Adjusted Residual	16,0	-14,2	2,6
	Internet_N	Count	35	540	302
		Adjusted Residual	-16,0	14,2	-2,6
Currículo escolar frequentado	PIEF	Count	18	604	62
		Adjusted Residual	-13,3	30,4	-21,4
	ER	Count	198	42	444
		Adjusted Residual	13,3	-30,4	21,4
Trabalho infantil no passado	TI_S	Count	26	177	83
		Adjusted Residual	-3,5	5,6	-3,1
	TI_N	Count	190	469	423
		Adjusted Residual	3,5	-5,6	3,1

Assim, e tal como descrito por Lisboa e Malta, «o primeiro [perfil] engloba genericamente alunos com um enquadramento cultural, económico e familiar favorável, com níveis de sucesso escolar altos; o segundo [que corresponde aqui ao *cluster 3*] reúne alunos com um enquadramento cultural, económico e familiar misto, com sucesso escolar irregular; e o terceiro [*cluster 2*] concentra os alunos com piores níveis de sucesso escolar, cujo enquadramento cultural, económico e familiar é desfavorável» (2009: 110).

É, como se disse, ainda possível explorar associações adicionais que ajudem a caracterizar, de forma mais detalhada, as circunstâncias de aprendizagem e práticas escolares dos/as alunos/as de cada um dos grupos. Como se observa no quadro seguinte (Quadro 33), os/as jovens que pertencem ao perfil com um enquadramento mais desfavorável são também aqueles/as que já tiverem um processo disciplinar e que consideram mau o seu desempenho escolar; relativamente às práticas escolares e condições de aprendizagem, esses/as são também os/as alunos/as que não têm um quarto só para si em casa, que dizem não ter ou nunca fazer os trabalhos de casa, e que se deitam mais tarde em dias de escola (afirmando não ter horas para deitar-se ou deitar-se depois da meia-noite). Relativamente aos perfis 1 e 3, estes são sobretudo alunos/as que nunca tiveram um processo disciplinar, que têm um quarto só para si em casa e que, em dias de escola, se costumam deitar entre as 22 horas e a meia-noite. O que mais os diferencia, no conjunto das variáveis aqui consideradas, é o facto de, apesar de ambos os grupos terem práticas regulares de realização dos trabalhos de casa, os/as alunos/as do *cluster 1* (condições mais favoráveis) parecerem ser mais cumpridores/as do que os/as do *cluster 3*, já que estes/as últimos/as estão fortemente associados/as à categoria «a maior parte das vezes». É ainda de referir que os/as alunos/as pertencentes ao *cluster 3* (enquadramento misto e sucesso irregular) consideram satisfatório o seu desempenho escolar, ao passo que os/as jovens agrupados/as no *cluster 1* o definem como «bom».

**Quadro 33. Cruzamento da pertença aos *clusters* com outras variáveis de contexto e práticas escolares e de aprendizagem**

Variável	Categoria		Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3
Já alguma vez teve um processo disciplinar	Sim	Count	33	301	105
		Adjusted Residual	-5,8	10,9	-6,9
	Não	Count	183	343	401
		Adjusted Residual	5,8	-10,9	6,9
Tem quarto só para si	Sim	Count	185	377	392
		Adjusted Residual	5,5	-8,7	4,8
	Não	Count	31	269	114
		Adjusted Residual	-5,5	8,7	-4,8
Com que frequência faz os TPC?	Não tenho TPC	Count	20	508	54
		Adjusted Residual	-10,8	25,5	-18,3
	Sempre	Count	88	47	154
		Adjusted Residual	7,7	-11,9	6,5
	A maior parte das vezes	Count	86	37	249
		Adjusted Residual	4,5	-16,9	14,0
	Raramante	Count	21	38	44
		Adjusted Residual	1,3	-2,2	1,3
	Nunca	Count	1	16	5
		Adjusted Residual	-1,5	2,4	-1,4
Opinião acerca do desempenho escolar	Excelente	Count	7	17	9
		Adjusted Residual	0,9	0,5	-1,2
	Muito bom	Count	23	66	43
		Adjusted Residual	0,5	0,7	-1,1
	Bom	Count	106	203	167
		Adjusted Residual	4,8	-2,5	-1,1
	Satisfatório	Count	75	316	268
		Adjusted Residual	-4,3	0,5	2,7
	Insuficiente	Count	3	28	17
		Adjusted Residual	-1,8	1,6	-0,2
Mau	Count	2	16	2	
	Adjusted Residual	-0,7	3,0	-2,5	
Em dias de escola a que horas se costuma deitar	Antes das 10 da noite	Count	31	117	105
		Adjusted Residual	-1,7	-0,3	1,6
	Depois das 10 da noite	Count	144	296	320
		Adjusted Residual	3,6	-6,9	4,4
	Depois da meia-noite	Count	28	125	43
		Adjusted Residual	-0,6	5,0	-4,7
	Não tenho hora para me deitar	Count	13	107	35
		Adjusted Residual	-2,7	5,8	-3,9
	Outra	Count	0	1	3
		Adjusted Residual	-0,9	-0,9	1,6

Quando não podemos estabelecer, à partida, o número de grupos a criar, deve ser usado um (ou vários) dos métodos de agrupamento hierárquico disponíveis. Para uma descrição desses métodos e exemplo de aplicação, ver Anexo 5.1.

É de notar que, no exemplo que agora apresentámos, a análise de *clusters* se constitui como uma operacionalização dos resultados obtidos a partir da ACM. Contudo, as suas potencialidades não se esgotam aqui e a sua aplicação é útil em todos os casos em que se queira agrupar elementos segundo a sua semelhança relativamente aos atributos de interesse.

## Regressão Logística

A regressão logística constitui-se como um método de dependência que tem como objectivo a explicação e previsão de uma variável dependente (nominal dicotómica), em função do comportamento de  $n$  variáveis independentes (categóricas e/ou métricas). No âmbito da Sociologia, esta medida pode ser de grande utilidade, já que permite a avaliação do impacto simultâneo de um conjunto de atributos numa determinada variável. E, considerando que, nesta área, predominam as variáveis de tipo categórico, esta metodologia representa uma alternativa muito útil às regressões lineares.

A regressão logística enquadra-se no conjunto de métodos de regressão categorial que inclui também as regressões ordinais e multinomiais. O que as caracteriza é o facto de a variável dependente ser categórica (por oposição à regressão linear, onde a variável dependente é quantitativa): nominal dicotómica no caso da regressão logística; nominal policotómica no caso da regressão multinomial; e ordinal no caso da regressão ordinal. Podemos, então, recorrer à utilização de uma regressão logística para estimar a probabilidade de ocorrência (também designada como probabilidade de sucesso) de um determinado evento (variável dependente), dadas determinadas condições (variáveis independentes), sendo que as variáveis predictoras podem ser tanto quantitativas como categóricas).

A probabilidade de ocorrência da variável explicada ( $Y$ ) é dada por  $P(Y) = \frac{e^{(b_0 + b_1 X_{1i} + b_2 X_{2i} + \dots + b_k X_{ki})}}{1 + e^{(b_0 + b_1 X_{1i} + b_2 X_{2i} + \dots + b_k X_{ki})}}$  (Equação 1), onde  $P(Y)$  é a probabilidade de  $Y$  ocorrer (probabilidade de sucesso),  $e$  corresponde ao logaritmo natural,  $b_0$  representa a constante,  $X_1$  a  $X_k$  correspondem às  $k$  variáveis explicativas e  $b_1$  a  $b_k$  são os coeficientes associados às variáveis independentes (Field, 2013; Tabachnick & Fidell, 2013)<sup>23</sup>. Uma das grandes vantagens deste tipo de modelação é a de possibilitar a avaliação da magnitude da influência que as variáveis explicativas têm na variação da variável dependente.

Apenas para dar alguns exemplos no contexto dos problemas de investigação que são colocados na área da Sociologia, poderia-

23 Em alternativa, a probabilidade de sucesso pode ser dada por

$$P(Y) = \frac{1}{1 + e^{-(b_0 + b_1 X_{1i} + b_2 X_{2i} + \dots + b_k X_{ki})}}$$



mos recorrer a uma regressão logística para estimar a probabilidade de uma pessoa votar nas eleições (por oposição a abster-se), mediante características sociodemográficas e do posicionamento político-ideológico; ou de uma mulher sofrer de ansiedade dadas as suas características físicas, psicológicas, sociodemográficas e de vitimação. Daremos, de seguida, um exemplo de aplicação de uma regressão logística, onde, recorrendo aos dados do inquérito aos custos sociais e económicos da violência contra as mulheres, realizado em 2002 (Lisboa *et al.*, 2006), pretendemos prever a probabilidade de uma mulher ser vítima de violência. Sendo que a variável dependente é dicotómica (0 – não vítima; 1 – vítima), a regressão logística é o instrumento adequado. Para esta análise, tomaremos como variáveis explicativas diversas características sociodemográficas das mulheres, sendo o modelo de partida constituído pelas seguintes variáveis (Quadro 34):

**Quadro 34. Variáveis do modelo de regressão logística**

<b>Variável dependente</b>	<b>Categorias</b>
Expectativas de escolaridade	Não vítima (R)
	Vítima
<b>Variáveis independentes</b>	<b>Categorias</b>
Idade	---
	Solteira (R)
Estado civil	Casada/união de facto
	Divorciada/separada
	Viúva
Nível de instrução	Não sabe ler e /ou escrever (R)
	1º ciclo
	2º ciclo
	3º ciclo/secundário
	Superior

Variável dependente	Categorias
Tem filhos	Não (R)
	Sim
Profissão	Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa (R)
	Especialistas das profissões intelectuais e científicas
	Técnicas e profissionais de nível intermédio
	Pessoal administrativo e similares
	Pessoal dos serviços e vendedoras
	Operárias, artífices e trabalhadoras similares; operadoras de instalações e máquinas e trabalhadoras da montagem
	Trabalhadoras não qualificadas
	Domésticas
	Estudantes
	Reformadas
Desempregadas	

(R) Categoria de referência

Este método apresenta a grande vantagem de não pressupor determinadas distribuições relativamente aos preditores (como no caso da regressão linear ou da análise discriminante, onde é necessária a normalidade das distribuições), o que não significa que não existam condições para a sua aplicação. Tal como descrevem Field (2013) e Tabachnick e Fidell (2013), é necessária a validação de alguns pressupostos de aplicação. Pela especificidade e extensão dos procedimentos, remetemo-los para anexo (Anexo 5.2).

Verificados os pressupostos, o passo seguinte consiste na definição do modelo, ou seja, na escolha das variáveis explicativas que faz sentido integrar na análise. Segundo Field (2013), devemos seleccionar o melhor modelo de regressão em blocos: no primeiro, incluímos apenas uma variável independente; no segundo, a mesma variável do primeiro bloco e uma nova; e por aí em diante, numa lógica cumulativa. Neste caso, porque estamos a considerar a introdução de cinco variáveis explicativas, vamos estimar um modelo com cinco blocos. Este procedimento permite-nos uma

comparação directa entre os vários modelos, já que, ao comparar os sucessivos ajustamentos, percebemos se a introdução de uma nova variável explicativa aumenta significativamente, ou não, a capacidade explicativa do modelo. Sabendo que a introdução de uma nova variável independente aumenta sempre a capacidade explicativa, queremos saber se esse aumento é significativo, ou seja, se aquilo que se ganha em explicação compensa a complexificação do modelo, tendo em vista a ideia da parcimónia: «The statistical implication of using a parsimony heuristic is that models be kept as simple as possible. In other words, do not include predictors unless they have explanatory benefit» (Field, 2013: 908).

Apresentamos, de seguida, os resultados das regressões logísticas em blocos (5 modelos em teste). Começamos pelo bloco de partida (Quadro 35), o modelo inicial, que é calculado antes da introdução de qualquer variável explicativa (onde apenas a constante entra no modelo), e que vai servir de base à comparação com o bloco seguinte.

**Quadro 35. Selecção do modelo: Bloco 0 (excerto do *output*)**

Block 0: Beginning Block			
Iteration History <sup>a,b,c</sup>			
Iteration		-2 Log likelihood	Coefficients
			Constant
Step 0	1	1821,391	-,819
	2	1820,575	-,869
	3	1820,575	-,870

a. is included in the model.

b. Initial -2 Log Likelihood: 1820,575

c. Estimation terminated at iteration number 3 because parameter estimates changed by less than ,001.

O bloco 1 (Quadro 36) resulta da introdução da «idade» como variável explicativa. Através do quadro *Omnibus tests of model coefficients*, percebemos que este modelo não é significa-

tivo ( $\chi^2_{(1)} = 0,034$ ,  $p = 0,854$ ), ou seja, a variável «idade» não contribui significativamente para a explicação da variável dependente.

O modelo 2 (Quadro 37) tem como variáveis explicativas a «idade» e o «estado civil». O modelo é significativo ( $\chi^2_{(4)} = 26,284$ ,  $p < 0,001$ ), ou seja, a combinação destas duas variáveis no modelo parece contribuir para a explicação da variável dependente. Para além disto, importa saber se a melhoria do ajustamento relativamente ao modelo (bloco) anterior é significativa; essa melhoria é dada pelo valor de  $\chi^2$  associado ao bloco. Este valor é o resultado da diferença entre o  $\chi^2$  do modelo 2 e do modelo 1 (com os graus de liberdade a serem calculados da mesma forma). Assim, a mudança no  $\chi^2$  é significativa ( $\chi^2_{(3)} = 26,250$ ,  $p < 0,001$ ), pelo que a introdução da nova variável tem efeito significativo no modelo.

**Quadro 36. Seleção do modelo:  
Bloco 1 (testes globais aos  
coeficientes do modelo)**

Block 1: Method = Enter				
Omnibus Tests of Model Coefficients				
		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	,034	1	,854
	Block	,034	1	,854
	Model	,034	1	,854

**Quadro 37. Seleção do modelo:  
Bloco 2 (testes globais aos  
coeficientes do modelo)**

Block 2: Method = Enter				
Omnibus Tests of Model Coefficients				
		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	26,250	3	,000
	Block	26,250	3	,000
	Model	26,284	4	,000

O modelo 3 (Quadro 38) resulta da introdução da «idade», do «estado civil» e do «ter filhos» como variáveis explicativas. O modelo é significativo ( $\chi^2_{(5)} = 26,837$ ,  $p < 0,001$ ). Contudo, a melhoria do ajustamento não é significativa ( $\chi^2_{(1)} = 0,554$ ,  $p = 0,457$ ), pelo que a introdução da nova variável não contribui para a melhoria do modelo.

O modelo 4 (Quadro 39) resulta da introdução da «idade», do «estado civil», do «ter filhos» e do «nível de instrução» como variáveis explicativas. O modelo é significativo ( $\chi^2_{(9)} = 28,764$ ,  $p = 0,001$ ). A melhoria do ajustamento volta a não ser significativa ( $\chi^2_{(4)} = 1,927$ ,  $p = 0,749$ ), pelo que a introdução da nova variável não contribui para a melhoria do modelo.

**Quadro 38. Selecção do modelo:  
Bloco 3 (testes globais aos  
coeficientes do modelo)**

Block 3: Method = Enter				
Omnibus Tests of Model Coefficients				
		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	,554	1	,457
	Block	,554	1	,457
	Model	26,837	5	,000

**Quadro 39. Selecção do modelo:  
Bloco 4 (testes globais aos  
coeficientes do modelo)**

Block 4: Method = Enter				
Omnibus Tests of Model Coefficients				
		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	1,927	4	,749
	Block	1,927	4	,749
	Model	28,764	9	,001

Por último, temos o modelo 5 (Quadro 40), que resulta da integração de todas as variáveis anteriores e da «profissão». O modelo é significativo ( $\chi^2_{(19)} = 36,232$ ,  $p = 0,010$ ). A melhoria do ajustamento não é significativa ( $\chi^2_{(10)} = 7,468$ ,  $p = 0,681$ ), pelo que a introdução da nova variável não tem um efeito significativo na melhoria do modelo relativamente ao anterior.

**Quadro 40. Selecção do modelo:  
Bloco 5 (testes globais aos  
coeficientes do modelo)**

Block 5: Method = Enter				
Omnibus Tests of Model Coefficients				
		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	7,468	10	,681
	Block	7,468	10	,681
	Model	36,232	19	,010

Por forma a confirmar os resultados obtidos através desta metodologia, calculámos ainda o mesmo modelo, com estas cinco variáveis explicativas, através de um método *stepwise (forward LR)* que, ao invés de calcular os diferentes modelos em blocos, usa apenas um, mas estima o modelo em vários passos (que acabam por ser equivalentes aos blocos) e cujos resultados (que apresentamos no Anexo 5.3) corroboram as opções tomadas a partir das regressões em blocos. Nesse sentido, as evidências estatísticas

sugerem que optemos por um modelo com apenas uma variável explicativa. Contudo, em termos substantivos, não faz qualquer sentido que pretendamos explicar a vitimação das mulheres, fenómeno social complexo, apenas por um único atributo. Estes resultados indicam, portanto, e em linha com as conclusões retiradas em diversos estudos sobre violência contra as mulheres e violência doméstica, que não existe um perfil sociodemográfico comum às vítimas, e que a este tipo de violência é transversal ao tecido social.

Em todo o caso, e meramente como exemplo académico, completaremos a análise. Estimámos, então, o modelo final com as cinco variáveis explicativas (embora sabendo que apenas uma delas se revelará significativa), através do método *Enter* que, ao contrário dos métodos *stepwise*, não exclui variáveis do modelo com base na sua (não) significância. Passemos então à interpretação do modelo (Quadro 41). A forma mais comum e intuitiva de analisar os coeficientes de regressão é a de interpretar, não os betas (coeficientes de regressão), mas os exponenciais destes ( $Exp(B)$ ), já que podem ser interpretados directamente sem ser necessária uma transformação logarítmica. Designados por *odds ratios*, representam a alteração da chance<sup>24</sup> de ocorrência de uma das categorias da variável dependente em resultado do aumento de uma unidade no preditor. Na prática, medem o aumento ou a diminuição da chance de ocorrência

24 É importante fazer a distinção entre *odds* e *probabilities* (que designamos por chances e probabilidades, respectivamente). Apesar de ambos os termos remeterem para a ideia de possibilidade de ocorrência, resultam de diferentes abordagens à possibilidade de um evento ocorrer, e representam termos que não são, portanto, intercambiáveis. A probabilidade é dada pela divisão entre o resultado esperado e a totalidade de resultados possíveis (ex.: numa situação de moeda ao ar, a probabilidade de sair «coroa» é dada por 1/2, ou seja, um resultado esperado sobre dois resultados possíveis, resultando em 0,5, ou 50%). Os *odds* (ou chances) resultam da razão entre o número de resultados esperados e o número de resultados que não são os esperados; recorrendo ao mesmo exemplo da moeda ao ar, as chances de sair «coroa» são dadas por 1/1, ou seja, um resultado esperado (coroa) sobre um resultado contrário ao esperado (cara), resultando em 1:1. Diz-se, portanto, que as chances de sucesso, neste caso, são de um para um. Dito ainda de outra forma, se resolvermos a fracção (1/1), podemos dizer que as chances de sair «coroa» são de um (por cada «cara» que sair, deverá sair, em média, uma «coroa»). Ao passo que as probabilidades variam entre 0 e 1 (ou entre 0 e 100 se analisarmos em percentagem), as chances variam entre 0 e  $\infty$ . O *odds ratio* (ou rácio da chances) representa a razão entre duas chances, ou seja, é a chance de um acontecimento ocorrer tendo em conta as chances de ocorrência da outra categoria. Matematicamente,

$$OR = O_1/O_2 = \frac{p_1}{1-p_1} / \frac{p_2}{1-p_2}$$

da categoria de interesse<sup>25</sup>. *Odds ratios* superiores a 1 significam que o aumento de uma unidade no preditor provoca um aumento na chance de ocorrência da categoria de interesse (da variável dependente) e valores inferiores a 1 representam uma diminuição dessa mesma chance. Os *odds* são calculados pela divisão entre a probabilidade de o evento acontecer e a probabilidade de o evento não ocorrer e essa probabilidade é dada pela Equação 1.

**Quadro 41. Modelo de regressão logística das características sociodemográficas como predictoras da probabilidade das mulheres serem vítimas**

		Variables in the Equation					95% C.I.for EXP(B)		
		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	Lower	Upper
Step 1 <sup>a</sup>	Idade	-,025	,160	,024	1	,876	,975	,713	1,334
	Solteira			25,413	3	,000			
	Casada	,028	,207	,018	1	,893	1,028	,685	1,544
	Divorciada	1,111	,276	16,175	1	,000	3,037	1,767	5,220
	Viúva	,298	,267	1,251	1	,263	1,347	,799	2,272
	Tem filhos	,098	,179	,297	1	,586	1,103	,776	1,567
	NS ler/escrever			2,118	4	,714			
	1º ciclo	-,200	,260	,591	1	,442	,819	,492	1,363
	2º ciclo	,048	,309	,024	1	,878	1,049	,572	1,921
	3º ciclo/secundário	-,026	,303	,007	1	,931	,974	,538	1,764
	Superior	-,104	,368	,079	1	,778	,901	,438	1,856
	Quadros			7,419	10	,685			
	Intelect	,225	,502	,201	1	,654	1,252	,469	3,347
	Técnica	,176	,462	,145	1	,704	1,192	,482	2,947
	Admin	,162	,506	,103	1	,749	1,176	,436	3,169
	Serviços	,343	,407	,711	1	,399	1,410	,634	3,132
	OperarioOpmaq	,017	,460	,001	1	,971	1,017	,413	2,504
	Trabnqualif	,439	,432	1,030	1	,310	1,550	,665	3,617
	Doméstica	,291	,425	,470	1	,493	1,338	,582	3,077
	Estududante	,541	,465	1,353	1	,245	1,717	,690	4,272
	Reformada	,363	,439	,683	1	,409	1,438	,608	3,401
	Desempregada	,799	,486	2,703	1	,100	2,222	,858	5,758
	Constant	-1,275	,571	4,988	1	,026	,280		

a. Variable(s) entered on step 1: Idade, Est\_Civ, Filhos, N\_Inst, Prof.

**Nota:** Quadros: Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas; Intelect: Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas; Técnica: Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio; Admin: Pessoal Administrativo e Similares; Serviços: Pessoal dos Serviços e Vendedores; OperarioOpmaq: Operários, Artífices e Trabalhadores Similares e Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem; Trabnqualif: Trabalhadores não Qualificados (cf. Classificação Nacional de Profissões, versão 1994).

25 A categoria «vítima» foi codificada com o valor 1 e a categoria «não vítima» com o valor 0, pelo que esta é a categoria de referência, sendo a categoria de interesse a primeira, para a qual se retirarão as conclusões.

Os resultados obtidos revelam, como já tínhamos visto aquando da selecção do modelo, que a maior parte das características sociodemográficas não contribuem estatisticamente para explicar a variabilidade da vitimação. De facto, praticamente nenhuma das variáveis consideradas na análise (correspondendo aqui às categorias das variáveis seleccionadas) é significativa para o modelo (através da significância associada à estatística de Wald) (Quadro 41). Como se observa, apenas a categoria «divorciada» é significativa no modelo ( $\chi^2_{(1)} = 16,175, p < 0,001$ ). Assim, e na sequência do que foi referido anteriormente, devemos interpretar o valor de  $Exp(B)$ : uma mulher divorciada tem uma chance três vezes superior ( $Exp(B) = 3,037$ ) de ser vítima relativamente a uma mulher solteira (porque é esta a categoria de referência). Dito de outra forma, as chances de uma mulher divorciada ter sido vítima são 204% superiores às de uma mulher solteira ( $((3,037 - 1) * 100 = 203,7\%$ ). Voltamos a referir que este exercício foi feito a título meramente exemplificativo, já que este não pode ser considerado como um bom modelo explicativo e preditivo (ver Anexo 5.4) para avaliação do ajustamento do modelo seleccionado).

## Bibliografia

- AGRESTI, A. (2013). *Categorical data analysis*. New Jersey: John Wiley & Sons.
- ALLISON, P. D. (2012). *Logistic regression using SAS: theory and application*. Cary: SAS Institute.
- BENZÉCRI, J.-P. (1976). *L'analyse des données*. (2 vols.). Paris: Dunod.
- BERTOLINI, G.; D'AMICO, R.; NARDI, D.; TINAZZI, A. & APOLONE, G. (2000). "One model, several results: the paradox of the Hosmer-Lemeshow goodness-of-fit test for the logistic regression model", in *Journal of Epidemiology and Biostatistics*, 5(4), pp. 251-253.
- CARIFIO, J. & PERLA, R. (2008), "Resolving the 50-year debate around using and misusing Likert scales", in *Medical Education*, 42, pp. 1150-1152.
- CARVALHO, H. (2008). *Análise multivariada de dados qualitativos – Utilização da ACM com o SPSS*. Lisboa: Sílabo.



- COHEN, J.; COHEN, P.; WEST, S. & AIKEN, L. (2003). *Applied multiple regression/correlation analysis for the behavioral sciences*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- EVERITT, B. S.; LANDAU, S.; LEESE, M. & STAHL, D. (2011). *Cluster analysis*. West Sussex: Wiley.
- FIELD, A. (2013). *Discovering statistics using IBM SPSS Statistics*. London: SAGE.
- GARCIA PEREIRA, H. (2008). «Prefácio», in H. Carvalho (Ed.), *Análise multivariada de dados qualitativos – Utilização da ACM com o SPSS* (pp. 9-11). Lisboa: Sílabo.
- HAIR, J. F. J.; HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J. & ANDERSON, R. E. (2013). *Multivariate data analysis*. Essex: Pearson.
- HÄRDLE, W. & SIMAR, L. (2007). *Applied multivariate statistical analysis*. Berlin: Springer.
- HO, R. (2006). *Handbook of univariate and multivariate data analysis and interpretation with SPSS*. Boca Raton: CRC Press.
- HOSMER, D. W.; LEMESHOW, S. & STURDIVANT, R. X. (2013). *Applied logistic regression*. New Jersey: Wiley.
- IBM (2014). *Multicollinearity diagnostics for Logistic Regression, NOMREG, or PLUM*. Acedido a 28/03/2016 em <http://www-01.ibm.com/support/docview.wss?uid=swg21476696>.
- JAIN, A. K.; MURTY, M. N. & FLYNN, P. J. (1999). “Data clustering: a review”, in *ACM computing surveys*, 31 (3), pp. 264-323.
- KRAMER, A. A. & ZIMMERMAN, J. E. (2007). “Assessing the calibration of mortality benchmarks in critical care: the Hosmer-Lemeshow test revisited”, in *Critical Care Medicine*, 35 (9), pp. 2052-2056.
- LAUREANO, R. (2013). *Testes de hipóteses com o SPSS – O meu manual de consulta rápida*. Lisboa: Sílabo.
- LILLIEFORS, H. W. (1967). “On the Kolmogorov-Smirnov test for normality with mean and variance unknown”, in *Journal of the American Statistical Association*, 62 (318), pp. 399-402.
- LISBOA, M. (2014). *A importância das metodologias de investigação na construção da Sociologia como ciência: o refinamento das metodologias quantitativas*. Lição de Agregação em Sociologia, ramo Teorias e Metodologias, no âmbito da disciplina de Análise de Dados Multivariada. FCSH-UNL.
- LISBOA, M.; CARMO, I. d.; VICENTE, L. B.; NÓVOA, A.; BARROS, P. P.; ROQUE, A.; SILVA, S. M.; FRANCO, L. & AMÂNDIO, S. (2006). *Prevenir ou remediar – Os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*. Lisboa: Colibri.

- LISBOA, M., & MALTA, J. (2009). «Infâncias adiadas: análise dos contextos sociais, económicos e culturais favoráveis à produção e reprodução do trabalho infantil», in M. Lisboa (Ed.), *Infância interrompida. Caracterização das actividades desenvolvidas pelas crianças e jovens em Portugal* (pp. 83-113). Lisboa: Colibri; PETI; CESNOVA; SociNova.
- LISBOA, M.; SARMENTO, M. J.; JUSTINO, D.; VALENTE ROSA, M. J.; MALTA, J.; CARVALHO, M. J. L.; LEANDRO, A.; PINHO, P.; GRAÇA, E. & FONTE, E. (2009), *Infância interrompida. Caracterização das actividades desenvolvidas pelas crianças e jovens em Portugal*. Lisboa: Colibri; PETI; CESNOVA; SociNova.
- LOURENÇO, N.; LISBOA, M. & PAIS, E. (1997). *Violência contra as mulheres*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- MARÓCO, J. (2014). *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. Lisboa: Report Number.
- PAMPEL, F. C. (2000). *Logistic Regression: A Primer*. Thousand Oaks: SAGE.
- REIS, E. (2001). *Estatística multivariada aplicada*. Lisboa: Sílabo.
- REIS, E. (2009). *Estatística descritiva*. Lisboa: Sílabo.
- REIS, E.; MELO, P.; ANDRADE, R. & CALAPEZ, T. (2016). *Estatística aplicada, volume 2*. Lisboa: Sílabo.
- SHARPE, D. (2015). “Your chi-square test is statistically significant: now what? Practical Assessment”, in *Research & Evaluation*, 20 (8), pp. 1-10.
- SPICER, J. (2005). *Making sense of multivariate data analysis: an intuitive approach*. Thousand Oaks: SAGE.
- TABACHNICK, B. G. & FIDELL, L. S. (2013). *Using multivariate statistics*. Boston: Pearson.

# O TEMPO E AS SAZONALIDADES NA INVESTIGAÇÃO SOCIOLÓGICA: CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DE SÉRIES TEMPORAIS EM ESTUDOS SOCIOLÓGICOS SOBRE A CRIMINALIDADE PARTICIPADA À POLÍCIA JUDICIÁRIA (1984-1993)<sup>1</sup>

Manuel Lisboa e Nelson Lourenço

Uma das perspectivas teóricas relevantes no livro *Dez Anos de Crime em Portugal (1984-1993)*<sup>2</sup>, que vai servir de base a este capítulo, assenta na ideia de que, para a compreensão do fenómeno das criminalidades, não bastam as análises sincrónicas, sendo, sempre que possível, necessária uma visão longitudinal da sua evolução ao longo do tempo. De facto, a prevenção e combate dos problemas das criminalidades só pode fazer-se de uma forma sustentada se for possível encontrar os «nós» e as regularidades que permitam uma intervenção mais eficiente. De outro modo, do ponto de vista das políticas públicas, ficar-se-á pela acção meramente reactiva, cujos resultados nem sempre são os melhores. Daí a limitação das análises de muito curta duração, como por exemplo a variação da frequência de um tipo de criminalidade em um ou dois meses. Pelo contrário, a análise de *prospectiva* pode ajudar à detecção de problemas passíveis de intervenção preventiva.

A constituição de séries temporais que permitam analisar os fenómenos sociais ao longo do tempo é absolutamente fundamental para a Sociologia. Há fenómenos que, pela sua natureza, não devem ser estudados sincronicamente, sob pena de tirarem-se conclusões erróneas sobre a sua real importância social. A esse nível, há duas dimensões que podem ser exploradas a partir da constitui-

---

1 O texto deste capítulo corresponde, no essencial, com pequenas modificações, ao que foi publicado em Lourenço, Nelson & Lisboa, Manuel (1998), *Dez Anos de Crime em Portugal – Análise longitudinal da criminalidade participada às polícias (1984-1993)*. Lisboa: CEJ, pp.: 111-135. O livro foi elaborado na sequência de um projecto de investigação sociológica desenvolvido por uma equipa da FCSH/UNL, entre 1992 e 1994, intitulado *Dez anos de crime em Portugal – análise longitudinal da criminalidade participada às polícias (1984-1993)*. Este estudo contou com o apoio do Centro de Estudos Judiciários, do Ministério da Justiça.

2 Lourenço, Nelson & Lisboa, Manuel (1998).

ção de séries temporais. A da evolução ao longo do tempo é uma delas, sendo suposto que haja, pelo menos, um número mínimo de observações para que a análise de tendências seja possível. Esta via é particularmente importante na monitorização de certos fenómenos sociais durante um período longo. Por outro lado, os dados das séries permitem, também, o estudo de fenómenos de repetição, como as sazonalidades, o que também pressupõe um número mínimo de observações nunca inferior a 60. A este nível, um dos exemplos clássicos na Sociologia é o estudo de Durkheim sobre o suicídio.

A primeira grande dificuldade consiste na construção das séries. Para além de os dados estarem muitas das vezes dispersos, ou em estado que não permite uma utilização imediata, pode haver lacunas em algumas observações, o que dificulta a escolha da periodização da observação e obriga a uma análise crítica da fonte em causa, nomeadamente através da comparação com outras fontes.

O exemplo que vamos apresentar em seguida diz respeito ao primeiro estudo sociológico efectuado em Portugal tendo em vista a análise longitudinal da criminalidade participada à Polícia Judiciária, ao longo de dez anos (1984-1993).

Refira-se que, na época, não havia qualquer sistematização dos dados das polícias, pelo que a primeira tarefa consistiu em fazer um levantamento das fontes possíveis e avaliar que tipo de série seria possível constituir. Os únicos dados recolhidos com um horizonte temporal mais amplo diziam respeito aos processos entrados na Polícia Judiciária ao longo de dez anos, que, ao serem desagregados mensalmente, permitiram a construção de uma série com 120 observações.

Na análise dos dados da série, centrámo-nos na exploração da existência de sazonalidades em relação aos crimes participados: no seu conjunto, por tipos e por crime. De modo a ser possível uma compreensão mais abrangente da forma como foi efectuada a análise nos três níveis, optou-se por apresentar, com pequenas actualizações, a descrição de alguns exemplos mais significativos feita em *Dez Anos de Crime em Portugal* (pp. 113-135). Pela sua importância metodológica, e como exemplo pioneiro no tratamento de *dados administrativos* desta natureza, veja-se ainda em anexo (Anexo 5.5) a abordagem sistemática dos passos seguidos na recolha, tratamento e análise crítica dos dados.

A simples análise da configuração de uma série cronológica pode permitir a identificação de algumas mudanças ocorridas em uma variável ao longo do tempo, pois o exame dos valores dá, desde logo, uma primeira imagem de algumas das regularidades. Contudo, o elevado número de pontos de observação dificulta a leitura de todas as componentes da série. Vejamos, em seguida, em que é que estas consistem e de que modo podem contribuir para a análise da criminalidade participada.

Uma série cronológica tem quatro componentes (Coutrot & Droysbeke, 1990): a tendência, a variação sazonal, a componente cíclica e a componente irregular ou residual. A tendência representa a evolução «média», ou o «movimento geral», ao longo da série e obtém-se retirando todas as variações sistemáticas e não sistemáticas que possam afectá-la. Pode ser linear, não linear, crescente, decrescente e constante. A variação sazonal representa o comportamento periódico e sistemático que se reproduz, de um modo mais ou menos permanente, de ano para ano, ou em períodos mais curtos. As variações climáticas são um exemplo (Lourenço & Lisboa, 1998).

A componente cíclica é também periódica, mas com uma duração superior a um ano. Ao contrário da sazonal, depende mais da ocorrência de fenómenos exteriores contingenciais, como, por exemplo, os ciclos económicos, que estão sujeitos a processos de aceleração e desaceleração. Finalmente, a componente residual ou irregular contém tudo o que não ficou a dever-se às componentes anteriores, ou seja, representa os efeitos não sistemáticos, imprevisíveis e de fraca amplitude.

No texto seguinte, far-se-á somente a análise da componente sazonal, já que a da tendência foi realizada em um capítulo específico de *Dez Anos de Crime em Portugal* (1998), e para o estudo da componente cíclica seriam necessários mais anos. Quanto aos resíduos, eles decorrem da exclusão das dimensões incluídas nas componentes anteriormente referidas. Assim, à semelhança do que notaram Coutrot e Droysbeke (1990:10), em este texto centrar-nos-emos nos comportamentos periódicos de duração inferior a um ano. Começaremos pela análise do conjunto de crimes participados, e depois abordaremos a especificidade de alguns tipos de crimes e de crimes específicos. Daremos somente alguns exemplo que ajudem a perceber as dificuldades que se colocam à investigação sociológica, quando se observa sazonalidade e quando tal não ocorre.

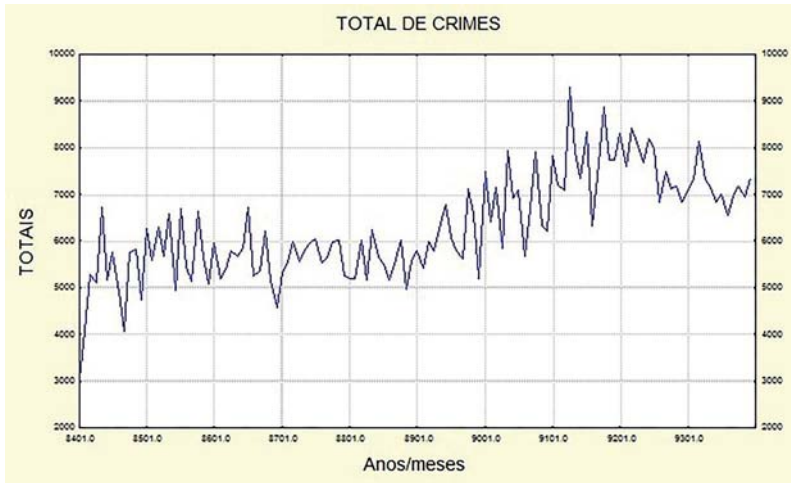
### a. Sazonalidades nos grandes conjuntos de crimes

Como já foi referido anteriormente, há alguns trabalhos na Sociologia que estudam fenómenos que têm uma repetição ao longo do tempo. Um dos primeiros, e mais célebres, é o trabalho de Durkheim sobre o suicídio (1897). Procurando reduzir a importância dos factores orgânico-psíquicos, o autor associa a maior incidência do suicídio em determinados períodos do ano a factores sociais, económicos e políticos. Assim, o «suicídio anómico» seria particularmente sensível ao calendário político e às crises económicas e sociais na França da época. Mesmo no final da sua obra, o autor não deixa de procurar associar a maior incidência do fenómeno em determinados meses do ano a um certo «determinismo social», mais do que a um «determinismo natural». Também no texto deste capítulo, a análise das sazonalidades não deve ser entendida na perspectiva de influências climáticas na criminalidade, mas sim como períodos em que as actividades económicas, políticas e sociais podem estar associadas à maior probabilidade de sinalização desses crimes pela polícia.

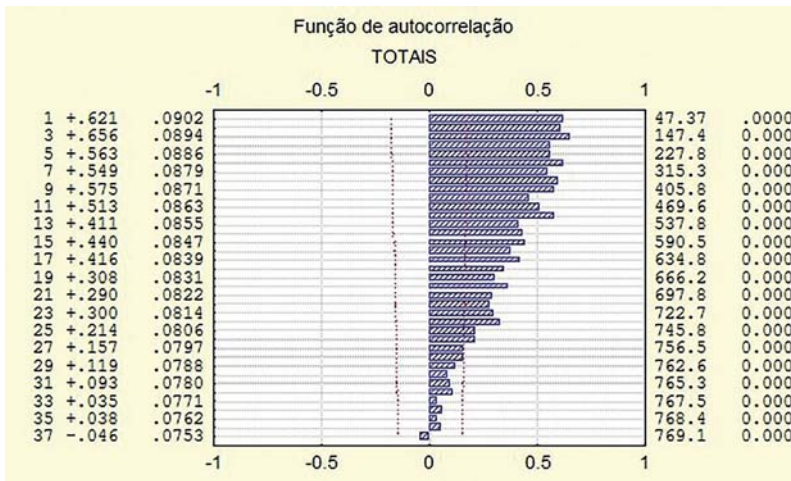
No nosso estudo da criminalidade participada à Polícia Judiciária, e de modo detectar a componente sazonal das participações mensais das séries, recorreu-se à análise dos cálculos da função de autocorrelação dos valores das frequências, das médias móveis, dos *ratios*<sup>3</sup> e dos factores sazonais (para um desfasamento sazonal de doze meses). Começou-se pela análise das projecções das frequências e das autocorrelações (Coutrot & Droesbeke, 1990). Iniciando a análise com o total de participações de todos os crimes, nota-se uma certa irregularidade nos meses em que ocorrem os picos de cada ano<sup>4</sup>. Todavia, uma análise mais fina, através do gráfico de autocorrelação, mostra que não é possível detectar qualquer sazonalidade para a criminalidade participada, quando tomada na sua totalidade. Verifica-se igualmente uma relativa estacionaridade, já que o correlograma tende para zero.

3 As séries analisadas inscrevem-se sobretudo no modelo multiplicativo e menos no aditivo.

4 Entre Janeiro de 1984 e de 1985 (8401 e 8501) o número de divisões corresponde aos doze meses do ano. O mesmo se passa nos anos seguintes.



Fonte: Lourenço, Nelson & Lisboa, Manuel (1998). *Dez Anos de Crime em Portugal – Análise longitudinal da criminalidade participada às polícias (1984-1993)*. Lisboa: CEJ, p.116



Fonte: Lourenço, Nelson & Lisboa, Manuel (1998). *Dez Anos de Crime em Portugal – Análise longitudinal da criminalidade participada às polícias (1984-1993)*. Lisboa: CEJ, p.116

Passemos agora à análise dos crimes *contra as pessoas*, já que os *contra o património*, *contra os valores e interesses da vida em sociedade* e os relativos à *legislação avulsa* não revelam, em cada um dos conjuntos, qualquer sazonalidade<sup>5</sup>.

O gráfico seguinte indicia já uma certa repetição nos meses de Agosto e/ou Setembro para os valores mais baixos, sendo difícil detectar a mesma regularidade em relação aos picos mais elevados.

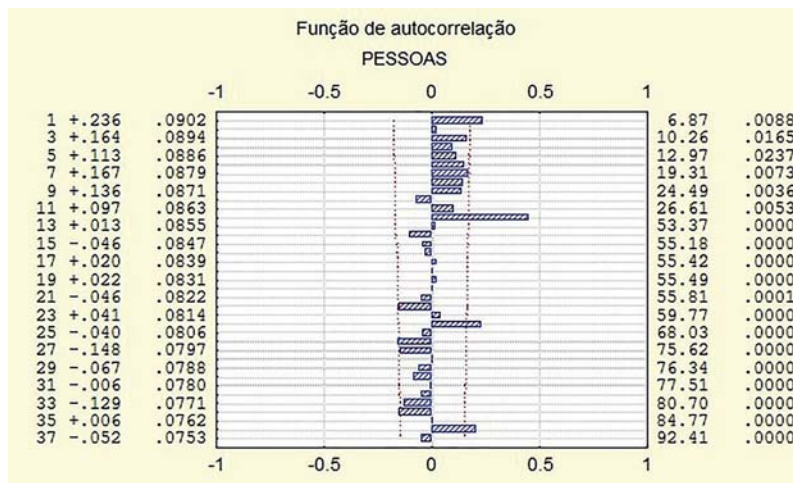


Fonte: Lourenço, Nelson & Lisboa, Manuel (1998). *Dez Anos de Crime em Portugal – Análise longitudinal da criminalidade participada às polícias (1984-1993)*. Lisboa: CEJ, p.117

Igualmente, a distribuição da função de autocorrelação mostra que, apesar dos coeficientes serem inferiores a 0,5, há claramente um fenómeno de sazonalidade com um desfasamento de doze meses (12, 24, 36).

<sup>5</sup> Estas tipologias de crime foram construídas em conjunto o Centro de Estudos Judiciários.





Fonte: Lourenço, Nelson & Lisboa, Manuel (1998). *Dez Anos de Crime em Portugal –Análise longitudinal da criminalidade participada às polícias (1984-1993)*. Lisboa: CEJ, p.118

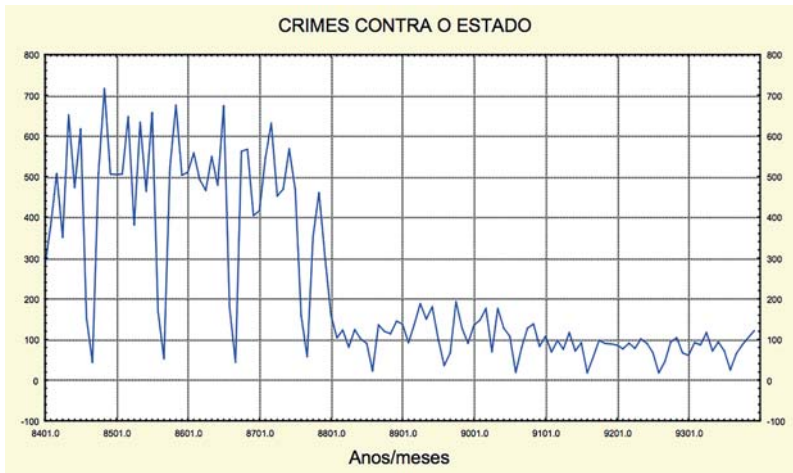
**Crimes contra as pessoas**

Ano.Mês	Frequência	Médias.Móveis	Ratios	Factores Sazonais
84.01	109			98.75
84.02	107			96.58
84.03	201			107.67
84.04	192			103.33
84.05	239			<b>111.23</b>
84.06	247			106.06
84.07	243	192.17	126.45	<b>111.67</b>
84.08	194	203.50	95.33	78.96
84.09	141	209.83	67.20	81.60
84.10	219	212.67	102.98	<b>115.35</b>
84.11	228	213.50	106.79	100.35
84.12	186	214.58	86.68	88.45

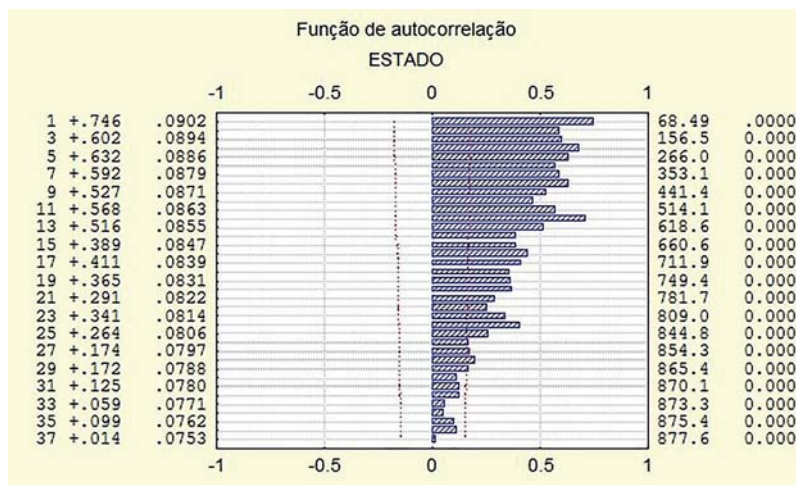
Fonte: Lourenço, Nelson & Lisboa, Manuel (1998). *Dez Anos de Crime em Portugal –Análise longitudinal da criminalidade participada às polícias (1984-1993)*. Lisboa: CEJ, p.118

Calculando, depois, os vários indicadores para detectar os meses em que podem ocorrer tais sazonalidades, e tendo em atenção o intervalo de doze meses já identificado, verifica-se que os valores mais elevados dos factores sazonais encontram-se em Outubro, Julho e Maio, e os mais baixos em Agosto e Setembro.

O gráfico seguinte, em relação aos crimes *contra o Estado*, coloca novas questões, pois apresenta uma evolução muito irregular em relação aos valores mais elevados, e alguma repetição nos valores mínimos, que só pode ser devidamente analisada pelo correlograma e pelo cálculo dos factores sazonais. Enquanto que nos crimes *contra as pessoas*, o recurso a estes cálculos era meramente confirmatório, nestes caso, é ainda exploratório.



Fonte: Lourenço, Nelson & Lisboa, Manuel (1998). *Dez Anos de Crime em Portugal –Análise longitudinal da criminalidade participada às polícias (1984-1993)*. Lisboa: CEJ, p.122



Fonte: Lourenço, Nelson & Lisboa, Manuel (1998). *Dez Anos de Crime em Portugal –Análise longitudinal da criminalidade participada às polícias (1984-1993)*. Lisboa: CEJ, p.122

O gráfico da função de autocorrelação revela que há uma sazonalidade com um intervalo de doze meses (12, 24, 36), ainda que só os dois primeiros picos tenham valores superiores a 0,5. Contudo, pela tabela seguinte, verifica-se que essa sazonalidade só diz respeito aos valores mínimos, que se situam em Agosto e Setembro.

#### Crimes contra o Estado

Anos/meses	Frequências	Médias Móveis	Ratios	Factores Sazonais
8401	280			104.05
8402	379			103.99
8403	507			120.54
8404	351			98.17
8405	651			121.62
8406	473			112.40
8407	617	432.00	142.82	109.51

Anos/meses	Frequências	Médias Móveis	Ratios	Factores Sazonais
8408	153	450.75	33.94	<b>30.09</b>
8409	44	461.33	9.54	<b>42.98</b>
8410	507	473.00	107.19	121.54
8411	716	475.50	150.58	131.37
8412	506	474.00	106.75	103.75

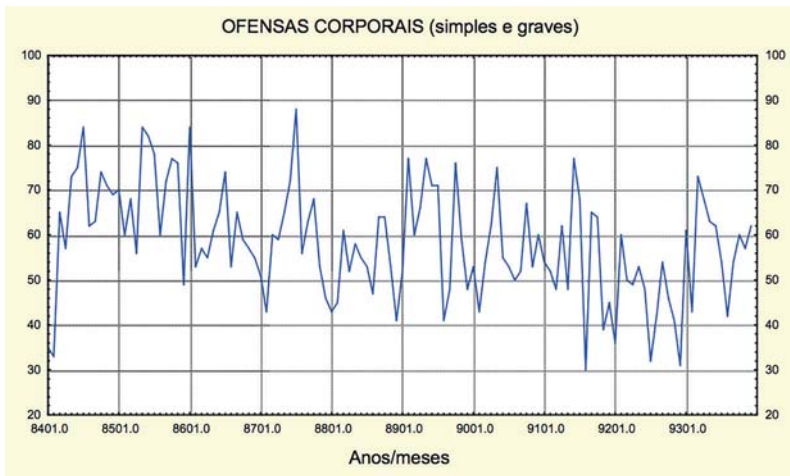
Fonte: Lourenço, Nelson & Lisboa, Manuel (1998). *Dez Anos de Crime em Portugal – Análise longitudinal da criminalidade participada às polícias (1984-1993)*. Lisboa: CEJ, p.123

Refira-se ainda que, nos crimes *contra o Estado*, têm um particular peso os relativos à *desobediência à autoridade pública*. Se pensarmos que a pequena conflitualidade fica pela PSP e pela GNR, e que só os actos de maior gravidade dão entrada na Polícia Judiciária, deverão ler-se os valores mínimos de Agosto e Setembro como podendo estar associados ao período de férias, normalmente mais *calmos* em termos da conflitualidade laboral e social organizadas.

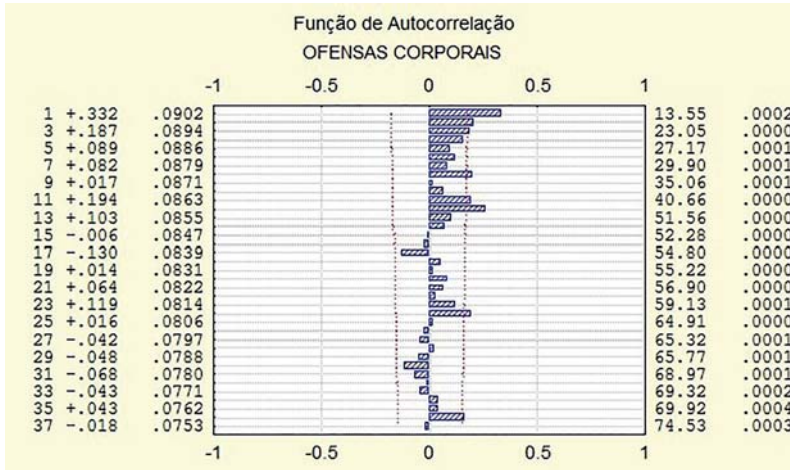
## b. Sazonalidades por crime

Ainda que a análise global dos crimes participados permita já uma visão sobre algumas regularidades, a heterogeneidade dos actos, com características diferentes na moldura penal e nas dimensões económicas e socioculturais, aconselha a que se faça uma análise detalhada crime a crime. Em seguida, serão apresentados três exemplos, escolhidos dentro de cada um dos conjuntos de crimes: *contra as pessoas (ofensas corporais simples e graves)*, *contra a propriedade (furto simples)* e *legislação avulsa (consumo de estupefacientes)*, em uma época em que ainda eram sujeitos a uma severa penalização).

Começando pelas *ofensas corporais*, o gráfico das projecções dos valores absolutos é pouco explícito. Todavia, a leitura do correlograma permite detectar uma sazonalidade com um intervalo de doze meses (12, 24, 36), mesmo que os coeficientes de correlação sejam relativamente baixos.



Fonte: Lourenço, Nelson & Lisboa, Manuel (1998). *Dez Anos de Crime em Portugal –Análise longitudinal da criminalidade participada às polícias (1984-1993)*. Lisboa: CEJ, p.126



Fonte: Lourenço, Nelson & Lisboa, Manuel (1998). *Dez Anos de Crime em Portugal –Análise longitudinal da criminalidade participada às polícias (1984-1993)*. Lisboa: CEJ, p.126

Pela tabela seguinte, verifica-se que os valores máximos se situam nos meses de Maio, Julho e Outubro, e que os mínimos, para além de Agosto, ocorrem também em Dezembro. Porém, os factores

sazonais não são suficientemente significativos, pelo que a interpretação da sazonalidade deve ser relativizada em relação a este crime.

#### Ofensas corporais – simples e graves

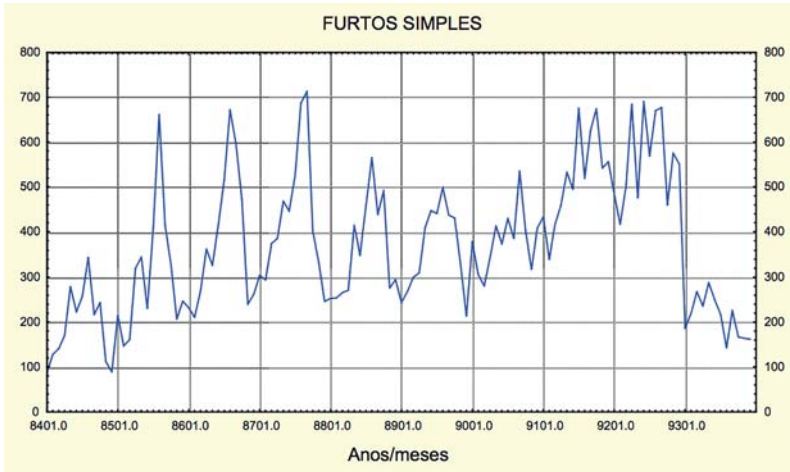
Anos/ meses	Frequências	Médias Móveis	Ratios	Factores Sazonais
8401	35			93.64
8402	33			89.17
8403	65			99.45
8404	57			101.74
8405	73			<b>112.78</b>
8406	75			110.69
8407	84	63.42	132.46	<b>111.66</b>
8408	62	66.33	93.47	<b>85.83</b>
8409	63	68.58	91.86	105.15
8410	74	68.83	107.51	<b>112.38</b>
8411	71	68.75	103.27	94.41
8412	69	69.67	99.04	<b>83.10</b>

Fonte: Lourenço, Nelson & Lisboa, Manuel (1998). *Dez Anos de Crime em Portugal – Análise longitudinal da criminalidade participada às polícias (1984-1993)*. Lisboa: CEJ, p.127

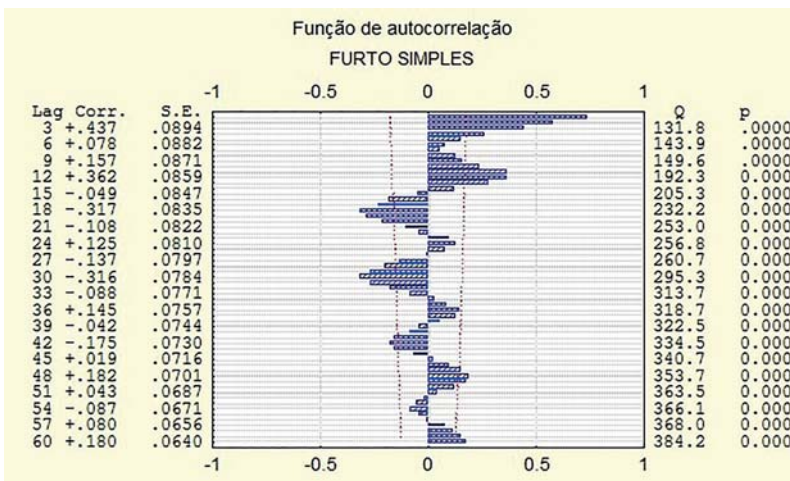
Um dos agrupamentos de crimes de grande importância, do ponto de vista das políticas públicas, e das dinâmicas económicas e sociais que tem associadas, é o dos crimes *contra o património*, quer pelo seu peso (mais de 50% do total de crimes participados), quer pela variedade de actos que contempla. Quando analisados globalmente, não revelam qualquer sazonalidade. Não obstante, a separação dos *furtos simples*, *furtos qualificados*, *roubos* e *burlas* permitiu detectar algumas excepções.

Nos *furtos simples*, a combinação do gráfico das projecções dos valores absolutos das participações com o da função de autocorrelação mostra que este crime tem uma sazonalidade em relação aos valores mais elevados e aos mais baixos. Os valores do

coeficiente de correlação estão abaixo do que seria desejável (0,5), mas, no entanto, o correlograma mostra um comportamento regular com um desfasamento de doze meses.



Fonte: Lourenço, Nelson & Lisboa, Manuel (1998). *Dez Anos de Crime em Portugal – Análise longitudinal da criminalidade participada às polícias (1984-1993)*. Lisboa: CEJ, p.128



Fonte: Lourenço, Nelson & Lisboa, Manuel (1998). *Dez Anos de Crime em Portugal – Análise longitudinal da criminalidade participada às polícias (1984-1993)*. Lisboa: CEJ, p.1128



Para os valores mais elevados, Agosto é o mês em que ocorrem as regularidades, podendo ainda deslocar-se para Julho e Setembro – ou seja, nos meses de Verão. Pelo contrário, nos meses de Inverno (Dezembro, Janeiro e Fevereiro), os furtos simples atingem os valores mais baixos. As actividades económicas e sociais associadas a cada um dos períodos poderão estar relacionados com estas incidências regulares (férias e Verão e Natal e início do ano).

#### Furto simples

Anos/ meses	Frequências	Médias Móveis	Ratios	Factores Sazonais
8401	87.00			79.10
8402	128.00			68.74
8403	141.00			80.56
8404	170.00			94.15
8405	279.00			107.33
8406	223.00			105.09
8407	258.00	191.00	135.08	<b>123.53</b>
8408	344.00	201.67	170.58	<b>146.19</b>
8409	217.00	203.25	106.77	<b>129.76</b>
8410	244.00	204.92	119.07	111.21
8411	112.00	217.42	51.51	77.65
8412	89.00	222.92	39.93	<b>76.69</b>

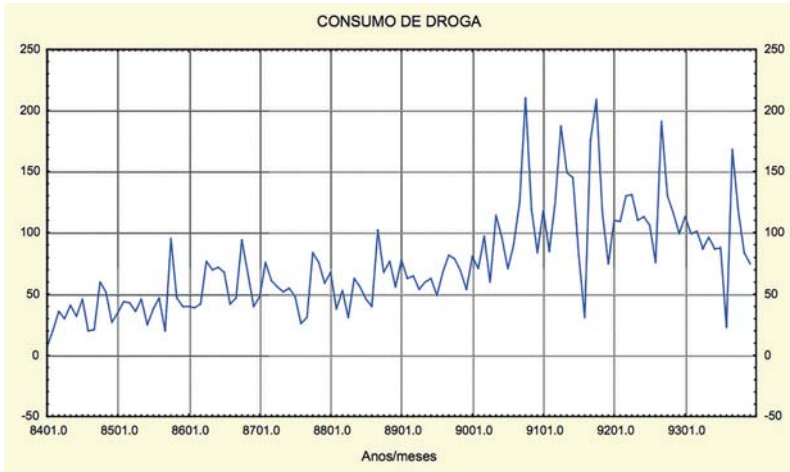
Fonte: Lourenço, Nelson & Lisboa, Manuel (1998). *Dez Anos de Crime em Portugal – Análise longitudinal da criminalidade participada às polícias (1984-1993)*. Lisboa: CEJ, p.129

Finalmente, foi analisado o consumo de estupefacientes, que, nos anos observados (1984-1993), ainda sofria de uma penalização ao nível do consumo de drogas leves, que mais tarde veio a ser alterada. Pela sua especificidade, e, à época, abrangência no espaço nacional, este tipo de crime colocava questões particulares para a investigação sociológica, já que o Estado estava mais presente na penalização dos actos.

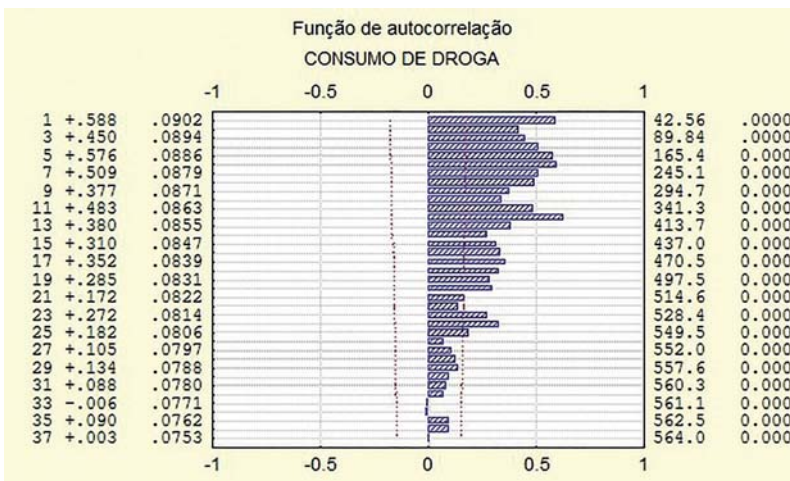
É de salientar que, de todos crimes analisados, este foi o que revelou a sazonalidade mais marcada. Apesar de ser menos visível na projecção dos valores absolutos, ela é nítida no correlograma,



com um desfasamento de doze meses (12, 24, 36), sendo mesmo as primeiras correlações superiores a 0,5. Nas seguintes, apesar de baixarem as correlações, continua a haver uma regularidade nos picos.



Fonte: Lourenço, Nelson & Lisboa, Manuel (1998). *Dez Anos de Crime em Portugal –Análise longitudinal da criminalidade participada às polícias (1984-1993)*. Lisboa: CEJ, p.131



Fonte: Lourenço, Nelson & Lisboa, Manuel (1998). *Dez Anos de Crime em Portugal –Análise longitudinal da criminalidade participada às polícias (1984-1993)*. Lisboa: CEJ, p.132

## Consumo de droga

Anos/ meses	Frequências	Médias Móveis	Ratios	Factores Sazonais
8401	7.00			99.57
8402	20.00			91.08
8403	36.00			103.50
8404	30.00			97.21
8405	41.00			106.65
8406	32.00			99.38
8407	46.00	32.67	140.82	87.56
8408	20.00	35.00	57.14	71.20
8409	21.00	37.00	56.76	105.22
8410	60.00	37.58	159.65	<b>150.75</b>
8411	52.00	38.08	136.54	<b>110.55</b>
8412	27.00	38.50	70.13	77.33

Fonte: Lourenço, Nelson & Lisboa, Manuel (1998). *Dez Anos de Crime em Portugal – Análise longitudinal da criminalidade participada às polícias (1984-1993)*. Lisboa: CEJ, p.132

A tabela anterior revela que este crime tem em Outubro o factor sazonal mais elevado (150.75), sendo o mais expressivo de todos os crimes analisados anteriormente. Ainda que com um valor mais baixo, Novembro vem imediatamente a seguir (110.55). Quanto ao pico mais baixo, não é possível detectar qualquer mês em que houvesse regularidade. Ou seja, o que estes dados revelam é que o consumo de droga não tem nenhum mês em que haja uma diminuição significativa, que se repita regularmente todos os anos, mas sim que o consumo tende a generalizar-se ao longo do ano – ainda que imediatamente a seguir ao período considerado de férias de Verão se verifique um aumento significativo, nos meses de Outubro e Novembro.

A análise efectuada a partir do estudo das sazonalidades coloca questões importantes para a investigação sociológica do crime, que deverão ser consideradas. Em primeiro lugar, que é necessário abandonar a ideia, e a linguagem que normalmente lhe está associada, que tende a apresentar a criminalidade como uma única realidade social. O que existe não é a criminalidade,

mas sim diferentes tipos de crimes que, mesmo agrupados por razões administrativas e jurídicas, revelam características e comportamentos diferentes quando analisados separadamente, que é necessário esclarecer nas suas dinâmicas económicas, políticas e socioculturais, bem como dos actores sociais envolvidos. De facto, o excessivo agrupamento de actos pode filtrar as particularidades que ajudam a compreender os fenómenos.

Em segundo lugar, e particularmente nos casos em que se verificam sazonalidades em alguns meses do ano, é necessário procurar compreender sociologicamente porque é que tal ocorre – nomeadamente, saber se a prática dos crimes está correlacionada, e se há algum perfil sociocultural dos autores. A este propósito, e mesmo não cabendo dentro deste texto, será aconselhável consultar Lourenço e Lisboa (1998:135-158).

## Bibliografia

- COUSSON, Maurice (1990). *Croissance et Décroissance du Crime*. Paris: PUF.
- COURROT, Bernard & DROESBEKE, Jean-Jacques (1990). *Les Méthodes de Prévision*. Paris: Ed. P.U.F., (2.ª edição), (1.ª edição, 1984).
- DURKHEIM, Émile (1977). *O Suicídio*. Lisboa: Presença (1.ª edição 1897).
- LOURENÇO, Nelson & LISBOA, Manuel (1996). «Violência; Criminalidade e Sentimento de Insegurança», in *Revista Textos*, 2. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, pp. 45-64
- LOURENÇO, Nelson; LISBOA, Manuel & PAIS, Elza (1997). *Violência Contra as Mulheres*. Lisboa: CIDM.
- LOURENÇO, Nelson & LISBOA, Manuel (1998). *Dez Anos de Crime em Portugal – Análise longitudinal da criminalidade participada às polícias (1984-1993)*. Lisboa: CEJ.
- REIS, Elizabeth (1994). *Estatística Descritiva*. Lisboa: Ed. Sílabo.
- ROCHÉ, Sebastian (1994). *Les dimensions de la peur, Le sentiment d'insecurité: les séniors face B la délinquance*. Paris: Editions Taitbout (collection les livres blancs), pp. 19-23.
- ROCHÉ, Sebastien (1996). *La société incivile. Qu'est-ce que l'insecurité*. Paris: Éditions du Seuil.



# **ANÁLISE DE CONTEÚDO: UM CASO DE APLICAÇÃO AO ESTUDO DOS VALORES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

Ana Roque Dantas

A importância das representações sociais no estudo da violência já foi referida, no início deste capítulo, pelo coordenador do livro. Neste texto, retomamos essa perspectiva, no sentido de mostrar um exemplo prático sobre a utilização da Análise de Conteúdo no tratamento e análise de entrevistas em profundidade. Assim, a exposição que agora se apresenta surge na sequência de um trabalho de Mestrado em Sociologia, onde se recorreu à Análise de Conteúdo para o tratamento das entrevistas realizadas, mobilizando, simultaneamente, abordagens qualitativas e quantitativas para a análise do material recolhido. Partindo de uma investigação concreta (Roque Dantas, 2008), explicam-se as principais opções e procedimentos, esperando que a apresentação deste caso prático contribua para clarificar e apoiar as opções do leitor.

Para tal, começaremos este texto com a apresentação da contextualização teórica do estudo e a explicitação dos seus principais objectivos. No ponto 2, focaremos a estratégia metodológica desenvolvida nesta pesquisa, incluindo a descrição e justificação do instrumento de recolha de informação. Segue-se a análise dos dados recolhidos que se apresenta no ponto 3, explicando tanto a dimensão quantitativa como a qualitativa da análise. O ponto 4 é dedicado à exposição de alguns dos resultados e aos procedimentos desenvolvidos para alcançá-los. Por fim, descrevem-se algumas das principais conclusões da investigação. Seguidamente, apresenta-se a contextualização teórica e a descrição geral da investigação.

## **1. Contextualização teórica e descrição geral do estudo**

As transformações sociais do final do século XX, através de um conjunto favorável de circunstâncias, conduziram a um aumento da prosperidade económica e da liberdade social e política em diversos países, contribuindo para a extensão da liberdade de

escolha que as pessoas têm sobre como viver as suas vidas (Inglehart & Welzel, 2005).

Esta melhoria continuada das condições de vida foi acompanhada por uma mudança nos estilos de vida e por alterações dos principais valores, no sentido de um acréscimo da importância de valores de realização e de desenvolvimento pessoal (Griffiths & Reeves, 2009; Inglehart, Foa, Peterson, & Welzel, 2008; Inglehart & Welzel, 2005). São vários os autores que defendem que as sociedades actuais se caracterizam por um maior centramento no indivíduo e na sua capacidade (e responsabilidade) de construção biográfica, fruto de alterações da relação entre este e a sociedade, nomeadamente pela fluidez das relações (pessoais e profissionais), das escolhas possíveis e também dos modelos orientadores disponíveis (Bauman, 2003; Beck & Beck-Gernsheim, 1995; Beck & Beck-Gernsheim, 2001; Giddens, 2002)<sup>1</sup>. No mesmo sentido, e de acordo com os resultados do *World Values Survey* analisados por Inglehart e a sua equipa, com o desenvolvimento económico do século XX, verifica-se um aumento da *sensação de segurança existencial* das populações e uma mudança dos valores predominantes na sociedade, no sentido da maior valorização da auto-expressão e da liberdade de escolha (Inglehart *et al.*, 2008). Mais especificamente, a tese partilhada é que, em condições de escassez, as pessoas tendem a focar-se em necessidades de sobrevivência e a dar prioridade à segurança física e económica, em detrimento de valores de igualdade e expressão individual. Ao contrário, uma vez satisfeitas as necessidades de sobrevivência, emergem novas preocupações, interesses, valores e objectivos de vida (Ronald Inglehart *et al.*, 2008; Pickett & Wilkinson, 2011; Welzel, Inglehart & Kligemann, 2003).

A pesquisa que agora se apresenta situa-se neste contexto, e teve como principal objectivo a identificação dos principais valores e sentimentos orientadores de práticas e posturas vivenciais diferenciadas<sup>2</sup>. Mais especificamente, pretendia-se ficar a conhecer – perante a referida mudança dos valores orientadores que as diversas teorias sugerem, no sentido da maior valorização social

---

1 Para um debate aprofundado sobre as diferenças teóricas e conceptuais entre estes autores, ver Howard (2007).

2 Destacamos que este trabalho foi realizado entre 2006 e 2008, no período anterior ao resgate financeiro decorrente da crise económica.

e individual de aspectos relacionados com o prazer, o bem-estar ou felicidade e a auto-realização (Inglehart *et al.*, 2008; Welzel *et al.*, 2003) – que valores emergiam nos discursos de actores sociais marcados por diferentes trajectórias de vida. Assim, nesta investigação, propusemo-nos analisar detalhadamente as diferentes experiências de socialização vividas e relatadas pelo indivíduo, procurando identificar regularidades nos seus comportamentos e nas suas motivações. Entendeu-se, por isso, o indivíduo como um *concentrado de mundo social* que experiencia vivências múltiplas e por vezes incoerentes, incorporando-as e utilizando-as nas suas acções práticas (Elias, 2006; Lahire, 2004a, 2004b; Lopes, 2012). Neste sentido, pretendeu-se explorar como os indivíduos lidam com o seu contexto e com as diferentes realidades sociais com que contactam e quais os valores e os sentimentos que os orientam e motivam a investir em ou a afastar-se de determinadas experiências ou práticas sociais. Desta forma, a nossa proposta de análise centrou-se na identificação dos valores e sentimentos que condicionam e distinguem diferentes acções e condutas.

Esta proposta de investigação nasce com uma inquietação pessoal em torno de processos de ruptura realizados por pessoas que, apesar da sua aparente inserção social e profissional, largam empregos, cortam laços sociais, iniciam novas actividades e ensaiam novas e diferentes formas de estar na vida. Tendo começado como uma curiosidade perante um fenómeno que parecia estar a ganhar alguma expressão, iniciou-se uma recolha sistemática de alguns indicadores – como o aumento do número de artigos em jornais e revistas e de publicações a tratar esta temática (Roque Dantas, 2008, 2015) – que sustentava a hipótese de uma transformação dos valores orientadores, no sentido da maior valorização da autonomia e realização pessoal, mas também de uma maior centralidade da importância assumida pelo bem-estar e procura de felicidade para a sustentação das decisões individuais e construção dos projectos de vida (Inglehart *et al.*, 2008; Lipovetsky, 2007; Roque Dantas, 2012)<sup>3</sup>.

---

3 Destaca-se, novamente, que esta investigação decorreu num momento anterior à crise económica e, como tal, não foram considerados os efeitos da mesma sobre as práticas e decisões dos actores sociais, nomeadamente, como o aumento do desemprego e a diminuição das oportunidades profissionais poderiam conduzir à procura de soluções alternativas. Sobre este assunto, sugerimos a leitura de Kovacs e Lopes (2009).

A análise realizada centrou-se em trajectórias de vida, através do entendimento dos actores sociais sobre as suas vivências passadas e face ao contexto presente, explorando as mudanças mais significativas das suas condições de vida e procurando entender as suas motivações, os seus sentimentos e os seus valores orientadores face às diferentes experiências relatadas. A opção de analisar trajectórias de vida assenta, assim, na necessidade de conhecer, tanto as práticas actuais dos actores sociais, como os acontecimentos que fundamentam a sua vida e as posições que ocupam em diferentes campos da prática social, tal como sugere Dubar (1998). Mais concretamente, através do estudo das trajectórias, pretendeu-se perceber se as estratégias desenvolvidas em relação a diferentes esferas da sua vida têm associados valores orientadores distintos, que enformem posturas vivenciais diferenciadas. Seguidamente, apresenta-se a metodologia desenvolvida nesta pesquisa.

## 2. Abordagem metodológica

Face aos objectivos já apresentados, tornava-se necessário adoptar uma metodologia que fosse rigorosa e que permitisse uma estratégia de aproximação sucessiva ao objecto de estudo, de modo a observar práticas, identificar valores, conhecer motivações e expectativas, partindo do entendimento dos seus protagonistas acerca das mudanças mais significativas na sua vida.

Neste sentido, optou-se pelas entrevistas em profundidade como instrumento de recolha de informação para reconstruir as trajectórias de vida dos indivíduos e pôr em evidência as constantes, as regularidades e o *fundo comum* a diferentes actores sociais, tal como proposto por Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut (1999). Diversos autores propõem a utilização de entrevistas em profundidade para aceder à maneira de pensar e agir dos actores sociais e pôr em evidência os processos sociais subjacentes às suas práticas e assim desenvolver uma explicação sociológica (Dubar, 1998; Kaufmann, 2006; Lopes, 2012). No mesmo sentido, Machado Pais lembra que os relatos orais permitem «... situar um indivíduo concreto no contexto da totalidade da sua vida, em relação directa com a história do seu tempo; capacitando-nos a melhor



compreender as suas acções, contingências e alternativas através da conjugação do seu tempo histórico individual e de um tempo histórico social» (Pais, 2006).

Era nosso objectivo captar simultaneamente as vivências (ou a história singular do indivíduo) e a sua trajectória social, combinando a análise dos acontecimentos com o entendimento que deles é feito, como sugere Conde (Conde, 1993a, 1993b, 1994). Esta abordagem *compreensiva*, recorrendo às entrevistas em profundidade, permitiu considerar os entrevistados como informadores, procurando descortinar as suas categorias de pensamento, tanto para conduzir as entrevistas eficazmente como para produzir hipóteses explicativas (Kaufmann, 2006). Assim, através deste instrumento foi possível: aceder às experiências de vida de indivíduos dentro dos seus contextos sócio-históricos; a compreensão das dinâmicas e dos processos sociais subjacentes às condutas dos actores envolvidos; e captar «... as vivências sociais, os modos como os sujeitos experienciam e elaboram a subjectividade da experiência social em que se inserem ...» (Lisboa *et al.*, 2006).

Mais concretamente, a análise das entrevistas em profundidade revelou, não só diferentes posturas vivenciais, como também os valores e as práticas a elas associadas. Esta estratégia de observação possibilitou ainda conhecer como diferentes actores sociais formalizam os seus valores orientadores e sentimentos e de que modo na sua trajectória biográfica estes estão presentes como orientação para a acção individual. Foi esta análise que permitiu aceder à influência do contexto social sobre as acções individuais, destacando os elementos sociais que revestem as acções individuais e, ao mesmo tempo, interpretar o significado que os actores sociais dão às suas acções.

## 2.1. As entrevistas em profundidade

Tendo sido expostas as razões para optar pela entrevista em profundidade enquanto método de observação e recolha de informação, importa agora apresentar algumas explicações adicionais quanto à sua aplicação prática nesta investigação.

Tal como foi dito anteriormente, este instrumento permite reconstruir trajetórias de vida e colocar em evidência as propriedades de cada entrevista, destacando e interpretando tanto as diferenças como as semelhanças no *corpus* constituído com os resultados transcritos das entrevistas.

Para esta investigação, optou-se pela utilização de uma forma semi-estruturada de conduzir a entrevista, com utilização de um guião orientador da conversação, mas sem o entender como uma estrutura rígida. Esta opção encontra sustentação noutros autores, que defendem que a entrevista semiestruturada é a técnica que melhor serve a recolha de informação através de entrevistas em profundidade (Poirier *et al.*, 1999). Neste modelo de entrevista, a formulação e a ordem das questões está previamente definida no guião de entrevista e, embora salvaguardando o tratamento extensivo e equilibrado das questões inicialmente previstas, não há um condicionamento rigoroso do desenvolvimento das respostas (Ghiglione & Matalon, 2001). Desta forma, é possível o aprofundamento da informação a recolher, o entrevistador tem liberdade para introduzir novas questões ou alterar a sequência das perguntas/temas e a amplitude de resposta do entrevistado é maior. Ao mesmo tempo, a utilização de um guião surge não só da necessidade de estruturação da conversa (suprimindo a dispersão da entrevista), mas serve também como grelha analítica para a posterior análise e comparação do material recolhido.

Em termos práticos, a construção do guião de entrevista foi orientada pelo quadro teórico e objectivos da pesquisa para identificar as principais dimensões estruturadoras dos valores orientadores e das formas de sentir. Neste sentido, o guião de entrevista contém sete dimensões a explorar: 1) o contexto social; 2) as experiências socializadoras; 3) a relação com condições materiais; 4) o quotidiano; 5) os estilos de vida; 6) a esfera profissional; 7) os quadros de vida. Explora-se, em todos estes temas, as mudanças significativas na vida do indivíduo, bem como os sentimentos e valores orientadores das decisões tomadas.

Assim, as entrevistas em profundidade permitiram uma análise centrada nos modos de vida de cada indivíduo, na forma que estes têm de pensar sobre si próprios e as suas acções, e de avaliar as circunstâncias sociais em que se movem, permitindo conhecer os

valores orientadores e sentimentos associados a posturas vivenciais diferenciadas. Através deste instrumento, foi possível aceder ao universo subjectivo dos indivíduos, às suas representações sociais e aos significados atribuídos ao mundo em seu redor, captando, não só o percurso singular de cada um dos entrevistados, mas também os seus processos de socialização, de construção e partilha de valores orientadores, bem como as suas expectativas e práticas. Desta forma, tornou-se possível conhecer como os indivíduos vivenciam o seu quotidiano, explorar as mudanças significativas nas suas vidas e situar os seus entendimentos num contexto social mais vasto.

Em seguida, focar-nos-emos sobre o processo de amostragem desenvolvido neste trabalho.

## 2.2. A construção da amostra

Tendo presentes os objectivos da investigação – identificar os valores orientadores de diferentes posturas vivenciais –, era indispensável entrevistar indivíduos que estivessem disponíveis para falar das suas vidas, dos seus objectivos e ideais e dos seus sucessos e/ou fracassos.

Era igualmente necessário observar pessoas com trajectórias de vida diferenciadas, para aceder a histórias de vida marcadas por processos de ruptura (pessoal e/ou profissional), mas também observar pessoas com percursos de vida mais convencionais, e captar igualmente outras posturas vivenciais, mais pragmáticas ou marcadas por uma maior espiritualidade, permitindo, assim, explorar possíveis diferenças nos seus valores orientadores. Neste sentido, foram definidos quatro perfis-tipo<sup>4</sup>, que traduzem estas diferentes posturas e percursos. São eles:

1. *Perfil pragmático*: pessoas muito pragmáticas, ligadas ao quotidiano e às suas rotinas, com uma lógica instrumental do trabalho e centradas nas questões materiais (pagar casa, comprar carro);

---

4 Os perfis-tipo foram construídos enquanto tipos ideais, conceito abstracto que apoia o investigador na explicitação da realidade. Neste sentido, não se pretende com os perfis-tipo resumir traços comuns nem fazer uma descrição da realidade, mas apoiar a sua análise e interpretação.

2. *Perfil espiritual*: indivíduos que encaram a vida com ideais espirituais e/ou religiosos, de procura de um sentido para a vida, procurando o desenvolvimento pessoal e a realização pessoal. Vivem na procura de equilíbrio e bem-estar;
3. *Perfil convencional*: pessoas com percursos de vida mais tradicionais, centradas na acumulação de rendimentos e na continuidade social e económica; desenvolvem trajectórias profissionais orientadas para a estabilidade e carreira, bem como para recompensas e benefícios materiais. O reconhecimento social assume importância. As férias surgem como momentos de quebra das rotinas;
4. *Perfil ruptura*: pessoas com um perfil independente, autónomo e livre. O seu estilo de vida é pouco convencional, excêntrico, talvez até desviante; desenvolvem condutas inovadoras, empreendedoras e aventureiras; procuram um sentido para a vida mas vivem para *gozar o momento*; são indivíduos para quem a ruptura (largar e começar de novo) funcionou como um momento propício a novas opções de vida.

Face à dificuldade de identificar potenciais entrevistados com as características descritas de forma listada, a metodologia de amostragem escolhida foi a da *bola de neve*. Nesta técnica, é o investigador que identifica o primeiro indivíduo a ser entrevistado. A partir daí, são os entrevistados que sugerem outras pessoas a entrevistar e a amostra vai crescendo através dos contactos por estes fornecidos. As vantagens deste método residem na possibilidade de aceder a populações não identificadas, na flexibilidade de aplicação, mas também no facto de este tipo de amostragem permitir aceder à informação de uma variedade de contextos sociais (Atkinson & Flint, 2001)<sup>5</sup>.

Neste trabalho, e para minimizar o efeito de enviesamento da informação (decorrente da proximidade entre os entrevistados, que podem partilhar certas características e opiniões), optou-se por fazer uma selecção inicial variada (tentando captar pessoas em diferentes grupos, em diferentes contextos e com diferentes percursos de vida), tal como explicado anteriormente. Na prática, identifica-

---

5 Informação aprofundada sobre vantagens e desvantagens da amostragem por *bola de neve*: Atkinson e Flint (2001); Biernacki e Waldorf (1981).

ram-se indivíduos com trajetórias diferenciadas para dar início à(s) estratégia(s) de *bola de neve*. A amostra foi crescendo, até ao limite em que as novas entrevistas não traziam um acréscimo de informação determinante para os objectivos do estudo. A saturação da informação foi assim o critério utilizado para definir o número final de entrevistas a incluir na investigação (Sandelowski, 1995).

Assim, foram realizadas 16 entrevistas, a uma amostra constituída por homens e mulheres, com idades compreendidas entre os 29 e 43 anos, com características urbanas (embora podendo não residir na cidade), profissionalmente inseridos e com diferentes profissões, com estilos de vida definidos e projectos de vida delineados. Os entrevistados têm ainda percursos individuais diferenciados (de acordo com os diferentes perfis tipo já apresentados). A tabela 1 apresenta algumas características biográficas dos entrevistados segundo o perfil considerado.

**Tabela 1: Características biográficas dos entrevistados**

PERFIL	SEXO	IDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	FILHOS
Pragmático	Feminino	33	Solteira	Secretária	0
Pragmático	Feminino	30	Solteira	Designer gráfico	0
Pragmático	Masculino	32	União de facto	Director marketing	2
Pragmático	Feminino	39	Casada	Professora	1
Espiritual	Feminino	32	Solteira	Formador	0
Espiritual	Feminino	32	Solteira	Astróloga	0
Espiritual	Masculino	30	União de facto	Astrólogo	0
Espiritual	Masculino	29	União de facto	Formador	0
Convencional	Feminino	32	Divorciada	Gerente livraria	1
Convencional	Feminino	34	União de facto	Doméstica	3
Convencional	Masculino	42	União de facto	Director criativo	2
Convencional	Masculino	43	Divorciado	Quadro directivo banco	0
Ruptura	Feminino	40	Divorciada	Teraapeuta shiatsu	0
Ruptura	Masculino	32	Casado	Copy	2
Ruptura	Masculino	30	Solteiro	Naturalologista	0
Ruptura	Feminino	40	Divorciada	Webdesigner	0

Fonte: Roque Dantas (2008)

Tendo apresentado a estratégia de amostragem e as principais características da amostra, em seguida ocupar-nos-emos da análise das entrevistas realizadas.

### 3. A análise das entrevistas

A partir do discurso (e posterior transcrição para texto) das 16 pessoas entrevistadas, constituiu-se um *corpus* extenso.

A finalidade da análise situava-se na identificação dos elementos comuns que emergem do material recolhido, para ter uma visão de conjunto – partindo dos discursos manifestos para detectar regularidades que ajudem a compreender a predisposição para a acção –, mas, ao mesmo tempo, pretendia-se fazer uma análise em profundidade dos casos particulares e dos entendimentos que os entrevistados dão aos seus discursos.

Neste sentido, escolhemos a técnica de Análise de Conteúdo para analisar a informação obtida pelas entrevistas. Ao nível dos seus pressupostos metodológicos, a Análise de Conteúdo pode ter orientações mais quantitativas ou qualitativas pois «... a primeira obtém dados descritivos através de um método estatístico (...) a segunda corresponde a um procedimento mais intuitivo mas também mais maleável e mais adaptável ...» (Bardin, 1994).

Tendo presente as diferenças nestas orientações e os objectivos enunciados, desenvolveu-se uma estratégia de análise das entrevistas a diferentes níveis e recorrendo a diferentes técnicas. Por um lado, a análise centrou-se na identificação (e quantificação) dos temas presentes nos discursos de actores sociais concretos, procurando os elementos comuns, estruturadores e condicionadores da acção individual. Esta análise temática foi desenvolvida pela identificação da presença dos temas e, posteriormente, com recurso a técnicas estatísticas, descreveu-se a estrutura de valores e sentimentos orientadores. Por outro lado, o material recolhido foi sujeito a uma Análise de Conteúdo qualitativa, procurando interpretar os discursos dos entrevistados e os significados que estes dão às suas acções. Ao mesmo tempo, e porque o objectivo era tanto analisar as trajectórias individuais como comparar os vários percursos e experiências, a análise foi realizada simultaneamente na vertical

(entendendo cada entrevista como um todo) e na horizontal (cada tema é comparado transversalmente nos vários discursos).

Assim, neste trabalho conjugaram-se ambas as abordagens da Análise de Conteúdo – quantitativa e qualitativa –, procurando, por um lado, interpretar os conteúdos explícitos dos discursos, de modo a captar as diferenças e semelhanças, comparando-os e interpretando-os, e, por outro, identificar a frequência com que certos temas aparecem no *corpus* constituído.

Desta forma, nesta pesquisa, e tendo presente que a entrevista é *uma conversa com um objectivo* (Bingham & Moore, 1934) e que uma Análise de Conteúdo só tem sentido se for orientada para um objectivo (Ghiglione & Matalon, 2001), recorreu-se à utilização conjunta e complementar de diferentes técnicas de Análise de Conteúdo para ampliar as possibilidades de interpretação e assim cumprir os objectivos da investigação.

Passaremos em seguida a apresentar os procedimentos desenvolvidos em cada uma das abordagens, começando com a Análise de Conteúdo quantitativa.

### 3.1. Análise de Conteúdo: abordagem quantitativa

O tratamento das entrevistas inicia-se sempre com a organização e classificação do material recolhido. Esta tarefa tem como objectivo reduzir a complexidade dos dados recolhidos, identificando os principais temas tratados, classificando e ordenando os discursos, para começar a atribuir sentidos ao *corpus* constituído pelos discursos de diferentes pessoas. Para tal, num primeiro momento, definiram-se as *unidades de categorização* e a *modalidade de codificação* para o registo dos dados (Bardin, 1994; Ghiglione & Matalon, 2001; Guerra, 2006; Vala, 2007).

Começando pelas unidades de categorização do material, a sua definição decorreu não só do quadro teórico e dos objectivos da pesquisa, mas também do material em análise, tal como defendem diversos autores (Kaufmann, 2006; Vala, 2007). De facto, a riqueza dos discursos, nomeadamente através de relatos descritivos de acontecimentos, de idealizações e expectativas, bem como de valores, conduziu à definição de categorias de análise que não

estavam inicialmente previstas, mas cuja introdução facilitou a análise e interpretação dos conteúdos. Neste sentido, as categorias são construções analíticas, que procuram objectivar significados subjectivos e identificar regularidades nos discursos dos entrevistados, contribuindo para a sua compreensão. Esta transformação dos objectivos da investigação em categorias de análise – codificação – é uma operação de extrema importância em Análise de Conteúdo (Bardin, 1994), funcionando como um processo sistemático que transforma e agrega os dados em unidades que permitem uma descrição do conteúdo do texto. As categorias definidas para classificar o *corpus* constituído são: *valor do tempo*; *valor do colectivo*; *hedonismo*; *família*; *trabalho*; *espiritualidade*; *felicidade*; *amizade*; *viver*; *adiar*; *ter*; *ser/fazer*.

Quanto à modalidade de codificação, definiu-se o tema como sendo a *unidade de registo*, e o parágrafo a *unidade de contexto* (ou o segmento de onde é retirado o conteúdo mínimo para análise). Desta forma, das 16 entrevistas realizadas, foi possível obter 1817 unidades de contexto válidas para análise<sup>6</sup>. Por sua vez, a *unidade de contagem* escolhida foi a presença/ausência da categoria nos 1817 segmentos de texto considerados.

A codificação do material foi feita segundo o que é comum aos diferentes discursos, procurando organizar e agregar a informação recolhida e respeitando critérios de objectividade e sistematicidade. Mais especificamente, as categorias foram aplicadas de forma idêntica e inequívoca a todo o material. Ao mesmo tempo, foi ainda assegurada a validade do processo de codificação, garantindo a clareza e rigor das categorias, para que não surgissem incertezas no processo de classificação.<sup>7</sup>

Definidas as regras de classificação, foi iniciado o tratamento do material recolhido. Primeiro, fez-se a validação e codificação de todo o material, seguindo-se o apuramento das frequências das categorias e a sua análise relacional.

6 Excluíram-se da análise os parágrafos com menos de cinco palavras, e o parágrafo tem como limite máximo cinco linhas.

7 Igualmente, e tendo presente que os resultados devem ser independentes de quem os produz (Bingham & Moore, 1934; Ghiglione & Matalon, 2001; Vala, 2007), neste trabalho, a tarefa de codificação do material foi realizada por duas investigadoras diferentes, e comparados os seus resultados. Verificou-se que as duas codificadoras aplicaram de forma semelhante os mesmos critérios de codificação a todo o material.



Assim, uma primeira exploração dos dados passou por técnicas de estatística univariada, para quantificar a presença de cada uma das categorias no conjunto do material. Mais especificamente, foram feitas tabelas de frequência para cada uma das categorias definidas.

Em seguida, foram utilizados instrumentos estatísticos para a análise simultânea de duas variáveis, explorando as relações que se estabelecem entre elas, de modo a determinar se as diferenças na sua distribuição são estatisticamente significativas. As categorias de análise deram origem a variáveis nominais e, como tal, a análise centra-se nas frequências, percentagens e resíduos estandardizados e ajustados, calculados com recurso ao programa SPSS.

Posteriormente, e com o objectivo de detectar se nos discursos dos entrevistados emergem valores e práticas comuns que ajudem a caracterizar identificar diferentes posturas vivenciais, procedeu-se a uma Análise de Correspondências Múltiplas (ACM), de forma a explorar as relações existentes entre as diferentes categorias analíticas.

Este primeiro momento de análise, essencialmente quantitativo, procurou identificar os elementos comuns estruturadores das práticas dos entrevistados, e que podem constituir diferentes posturas vivenciais. Ao permitirem evidenciar valores comuns a diferentes práticas e posturas, sugeriam pistas de análise a aprofundar numa abordagem mais qualitativa e orientada para a interpretação do sentido dado às acções.

No ponto 4 apresentam-se alguns resultados desta análise, mas antes iremos ainda apresentar a abordagem qualitativa desenvolvida para o tratamento das entrevistas.

### 3.2. Análise de Conteúdo: abordagem qualitativa

Paralelamente à abordagem quantitativa, procedeu-se a uma análise qualitativa das entrevistas, com o objectivo de desenvolver o tema em profundidade. Para tal, a análise incide nos casos particulares e nos discursos dos entrevistados, a partir da sua própria reflexividade e entendimento das situações.

Esta análise desenvolveu-se partindo do reconhecimento de temas presentes nos discursos, isolando-os para reduzir a infor-

mação, e também para permitir a sua comparação e interpretação. Mais especificamente, através de uma análise horizontal, tratou-se a forma como cada um dos temas identificados é abordado pelos entrevistados, tendo em conta, tanto as semelhanças, como as diferenças entre eles. Foi igualmente realizada uma análise vertical – de cada entrevista – pois é esta que permite perceber a estruturação de projectos de vida. Assim, a análise vertical é aquela que se debruça sobre cada sujeito separadamente, permitindo passar em revista os diferentes temas abordados e chegar a uma síntese individual.

Na prática, construíram-se grelhas de análise, isolando os excertos de texto em que era tratado cada tema. Esta organização permite ter uma visão conjunta da forma como os temas são abordados por diferentes pessoas, destacando as diferenças e as semelhanças entre eles (Guerra, 2006). Paralelamente, o enfoque na entrevista como um todo permite aprofundar a informação acerca dos motivos e significados do entrevistado acerca das suas acções. Esta abordagem compreensiva aos discursos sugeriu algumas hipóteses explicativas que foram aprofundadas através da análise estatística. O tratamento das entrevistas simultaneamente qualitativo e quantitativo foi desenvolvido de forma imbricada, num ir e vir entre as vozes dos entrevistados e uma análise estatística mais distanciada.

Em síntese, a análise das entrevistas foi desenvolvida em níveis distintos mas complementares, procurando-se os valores subjacentes aos discursos dos entrevistados, que podem ser condicionadores das suas acções, mas também através de uma aproximação compreensiva aos discursos dos entrevistados, procurando conhecer o significado que estes dão às suas práticas.

Em seguida apresentam-se alguns dos principais resultados alcançados nesta investigação e que são ilustrativos da metodologia aplicada.

#### **4. Aplicação prática e principais resultados**

Seguidamente, apresentaremos alguns dos resultados a que foi possível chegar com esta investigação, bem como a lógica e as opções que orientaram a análise dos dados.

Após a definição das categorias analíticas e da modalidade de codificação, já apresentadas no ponto anterior, procedeu-se à

classificação do material recolhido. Na prática, as 1817 unidades de contexto válidas, resultantes das 16 entrevistas em profundidade realizadas, foram questionadas quanto à presença/ausência de cada uma das categorias.

A cada uma das unidades de contexto foi perguntado:

1. Fala no *valor do tempo*? (referências a ter ou a não ter tempo, sobre o tempo nas rotinas e no quotidiano, acerca de estratégias de organização do tempo): 1. Sim (presente); 2. Não (ausente)
2. Fala em *viver*? (referências a vivências, a sentido para a vida, a estratégias de equilíbrio entre diferentes dimensões da vida mas também menções à importância e procura de satisfação e felicidade): 1. Sim (presente); 2. Não (ausente)
3. Fala em *adiar*? (referências a projectos para o futuro, o que se deseja, o que falta fazer e por oposição à sua concretização diária): 1. Sim (presente); 2. Não (ausente)
4. Fala em *ter*? (referências à importância de ter segurança/estabilidade, alusões à dimensão profissional, com preocupações com a carreira, remuneração ou valor social do trabalho, mas também menções à família e projecto familiar, menções a todo o tipo de posses, materiais ou não): 1. Sim (presente); 2. Não (ausente)
5. Fala em *ser/fazer*? (referências à importância do auto-conhecimento, desenvolvimento pessoal, realização pessoal, aprendizagem, fazer/viver/gozar as situações e o quotidiano): 1. Sim (presente); 2. Não (ausente)
6. Fala sobre *preocupação com os outros (valor do colectivo)*? (referências a participação comunitária, disponibilidade e ajuda do outro, importância das pessoas): 1. Sim (presente); 2. Não (ausente)
7. Fala em *prazer/hedonismo*? (referências a prazeres físicos, sensoriais, opções de vida orientadas para o que dá gosto fazer): 1. Sim (presente); 2. Não (ausente)
8. Fala na *família*? (referências à família, tanto a existente como a idealizada): 1. Sim (presente); 2. Não (ausente)
9. Fala no *trabalho*? (referências ao trabalho, ausência de trabalho, sua importância, projectos profissionais, incertezas profissionais): 1. Sim (presente); 2. Não (ausente)

10. Fala em *espiritualidade/religiosidade*? (referências a condutas mais espirituais, importância da religião ou da espiritualidade): 1. Sim (presente); 2. Não (ausente)
11. Fala em *felicidade*? (referências a felicidade, sentida, idealizada, bem como aos seus significados e importância): 1. Sim (presente); 2. Não (ausente)
12. Fala em *amizade*? (referências aos amigos e à sua importância): 1. Sim (presente); 2. Não (ausente)

As doze categorias analíticas deram origem a doze variáveis nominais e foram organizadas numa folha de cálculo *Excel*, tal como o exemplo apresentado na Figura 1, permitindo classificar os discursos segundo a presença (código 1) ou ausência (código 2) dos temas nas unidades de contexto.

**Figura 1: Processo de codificação das entrevistas: exemplo**

Nº ENT	TEXTO	Tempo	Viver	Adiar	Ter	Ser	Outros	Hedonismo	Família	Trabalho	Espiritual	Felicidade	Amizade
1	eu tenho neste momento uma relação muito importante... à distância... mas muito importante, não deixa de ser importante... com uma pessoa que vive no Alentejo, em comunidade... e eu estou a pensar ir viver em comunidade	2	1	2	1	2	1	2	2	2	2	1	2
1	eu sou uma pessoa muito espiritual	2	2	2	2	1	2	2	2	2	1	2	2
1	Ou seja, em termos sociais... o mais importante é ser eu própria, eu ser eu, e depois disso, obviamente, eu tenho obrigações sociais mas não vejo que o amor seja uma coisa social, é na medida em que eu amo as pessoas no geral	2	2	2	2	1	1	2	1	2	2	2	2

Fonte: Roque Dantas (2008)

No final do processo de classificação (feito por duas investigadoras diferentes), procedeu-se à quantificação das categorias no conjunto do material recolhido.

A tabela 2, apresentada em seguida, mostra a distribuição de frequências de cada uma das variáveis constituídas a partir das categorias consideradas. Das 1817 unidades analisadas, resultaram 3331 classificações.

**Tabela 2: Distribuição de frequências das categorias analíticas**

	Presente	Ausente
Valor do tempo	162	1655
Viver	384	1433
Adiar	112	1705
TER	584	1233
SER/Fazer	508	1309
Colectivo	102	1715
Hedonismo	325	1492
Família	298	1519
Trabalho	528	1289
Espiritualidade	116	1701
Felicidade	88	1729
Amizade	124	1693
Total	3331	

Fonte: Roque Dantas (2008)

Uma primeira observação dos dados permite perceber que, apesar da elevada presença de todas as categorias no *corpus*, as referências a *ter*, *ser/fazer* e *trabalho* registam as contagens mais elevadas. De acordo com a classificação feita, mais de 500 unidades tinham menções a estes temas (584, 508, 528 presenças, respectivamente). Nas 1817 unidades de contexto analisadas, é ainda possível encontrar 384 alusões a *viver*, 325 a *hedonismo*, 298 à *família*, 162 ao *tempo*, 124 à *amizade*, 116 à *espiritualidade*, 102 ao *colectivo* e 88 à *felicidade*. Esta análise permite desde já quantificar a relevância de cada um dos temas (categorias) no conjunto dos discursos dos entrevistados. Assim, a análise estatística univariada permitiu uma primeira aproximação aos dados e a quantificação da importância de cada uma das categorias no conjunto dos discursos.

Em seguida, pretendeu-se perceber a relevância que cada uma das categorias adquire segundo o perfil de entrevistado definido. Para tal, e como as categorias deram origem a variáveis nominais, recorreu-se à construção de tabelas de contingência, para aceder à distribuição conjunta de duas variáveis; à análise do teste de

independência do Qui-quadrado ( $X^2$ ) para avaliar a grandeza da relação entre variáveis; e à análise dos resíduos estandardizados e ajustados, que contribuem para que o resultado da relação entre variáveis seja significativo, permitindo assim conhecer a associação entre categorias da variável<sup>8</sup>.

Neste sentido, procedemos à análise da distribuição das categorias de análise com a variável perfil do entrevistado (espiritual, ruptura, pragmático, convencional). A tabela 3 apresenta os resíduos estandardizados e ajustados estatisticamente significativos resultantes do cruzamento entre a presença de cada um dos temas e o perfil de entrevistado.

**Tabela 3: Resíduos estandardizados e ajustados significativos por perfil (espiritual, ruptura, pragmático, convencional)**

	Tempo	Viver	Adiar	Ter	Ser	Outros	Hedonismo	Família	Trabalho	Espiritual	Felicidade	Amizade
Espiritual	-	6,1	-3,7	-2,0	8,2	8,3	4,2	-3,0	-2,4	8,6	-	-
Ruptura	-	8,0	-4,4	-4,2	5,1	-	5,0	-3,2	-	2,0	2,7	-
Pragmático	-	-6,5	5,9	2,6	-8,4	-2,2	-4,9	4,6	-	-4,4	-	2,7
Convencional	-	-7,4	2,0	3,5	-4,6	-4,9	-4,1	-	4,5	-6,1	-2,9	-2,6

Fonte: Roque Dantas (2008)

Nota: Os valores apresentados referem-se aos resíduos estandardizados e ajustados (entre a presença da categoria e o perfil) com significância estatística ( $|Z| > 1,96$ ; nível de significância de 0,05). Os valores realçados a negro indicam uma associação positiva entre as categorias<sup>9</sup>. Em todos os cruzamentos, à excepção da variável *tempo*, foi possível obter testes de independência do Qui-quadrado significativos.

- 8 Os resultados do teste de independência do Qui-quadrado só foram analisados quando estavam cumpridos os seus pressupostos de aplicabilidade, nomeadamente: 1. Não mais de 20% com frequência esperada inferior a 5 observações; 2. Nenhuma célula com frequência esperada inferior a 1 (Laureano, 2013; Marôco, 2011; Sheskin, 2004). Refira-se que o objectivo da utilização deste teste é aferir a grandeza das relações, e não inferir os resultados a uma população mais vasta.
- 9 Um resíduo superior a 1,96 ( $R_{ij} > 1,96$ ) é significativo a 0,05, sendo que o valor positivo do resíduo indica que o valor observado na célula é significativamente superior ao valor esperado e o valor negativo indica que os valores observados na célula são significativamente inferiores aos valores esperados. Em termos de análise, o valor de resíduo significativo é consistente com a importância que a relação entre as categorias na célula desempenha no efeito significativo do conjunto (Sheskin, 2004).

A análise da tabela permite, desde logo, perceber que as referências ao valor do *tempo* não encontram associação estatística com qualquer um dos perfis propostos. Mais especificamente, nenhum dos perfis atribui maior relevância a este tema, ou fala mais acerca de ter ou não ter tempo, sobre o tempo nas rotinas e no quotidiano ou de estratégias de organização do tempo.

Por sua vez, a categoria *viver* assume maior relevância entre os perfis espiritual e ruptura, revelando que é entre este tipo de entrevistado que as referências a vivências, à procura de sentido para a vida ou a estratégias de equilíbrio entre diferentes dimensões da vida orientadas para a satisfação ou procura de felicidade se destacam mais ( $X^2_{(3)}=149,378$ ;  $p < 0,001$ ).

Ao contrário, o cruzamento da categoria *adiar* – que traduz alusões a projectos para o futuro, o que se deseja, o que falta fazer e por oposição à concretização diária – com a variável perfil revela que é entre os entrevistados de perfil convencional ou pragmático que o adiar se torna mais relevante ( $X^2_{(3)}=53,641$ ;  $p < 0,001$ ).

Quanto à valorização da posse (*ter*), destaca-se a associação com os perfis pragmático e convencional.

No sentido inverso, foi possível perceber que a presença de referências a *ser* (que se traduzem por menções nos discursos dos entrevistados à importância do auto-conhecimento, desenvolvimento pessoal, realização pessoal, aprendizagem, gozar as situações e o dia-a-dia) e a *hedonismo* (sugerindo a importância dos prazeres físicos e/ou sensoriais, com destaque para opções de vida orientadas para a satisfação) estão associadas aos perfis espiritual e ruptura ( $X^2_{(3)}=137,788$ ;  $p < 0,001$  e  $X^2_{(3)}=62,462$ ;  $p < 0,001$ , respectivamente).

No mesmo sentido, é entre estes perfis (espiritual e ruptura) que se verifica uma maior associação com valores de *espiritualidade* ( $X^2_{(3)}=100,625$ ;  $p < 0,001$ ).

Quanto à valorização do *outro* (traduzida pela importância dada ao *colectivo* e a práticas de apoio ao outro) verifica-se uma maior associação desta categoria com o perfil espiritual ( $X^2_{(3)}=74,606$ ;  $p < 0,001$ ).

A relevância dada ao *trabalho* e à dimensão profissional assume maior expressão entre os entrevistados com perfil convencional ( $X^2_{(3)}=21,747$ ;  $p < 0,001$ ).

Por sua vez, as alusões à *família* e aos *amigos* assumem particular destaque entre os entrevistados de perfil pragmático ( $X^2_{(3)}=30,923$ ;  $p < 0,001$ ;  $X^2_{(3)}=10,562$ ;  $p < 0,05$ ).

Por fim, refira-se ainda qua a importância da *felicidade* se destaca nos discursos dos entrevistados com perfil de ruptura ( $X^2_{(3)}=13,489$ ;  $p < 0,05$ ).

A partir desta análise, foi possível começar a conhecer os valores orientadores de diferentes posturas e condutas vivenciais. Este é um exemplo do tipo de análise estatística que é possível desenvolver com os resultados de uma Análise de Conteúdo a discursos obtidos através de entrevistas em profundidade.

Esta análise bivariada permitiu perceber que os diferentes perfis propostos têm associados valores orientadores e práticas diferenciadas, mas só por si não permite uma caracterização conjunta das relações entre as categorias de análise propostas. Da mesma forma, a análise compreensiva dos discursos sugeria que alguns destes valores se opunham, enquanto outros que se aproximavam, mas só uma análise relacional do conjunto dos valores e práticas considerados permitiria aprofundar a questão. Com esse objectivo, desenvolvemos uma Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) para explorar as relações entre as várias categorias em simultâneo. Só esta análise relacional permite identificar as associações privilegiadas entre as categorias consideradas (o que aproxima e distancia diferentes atributos) e conhecer a sua configuração.

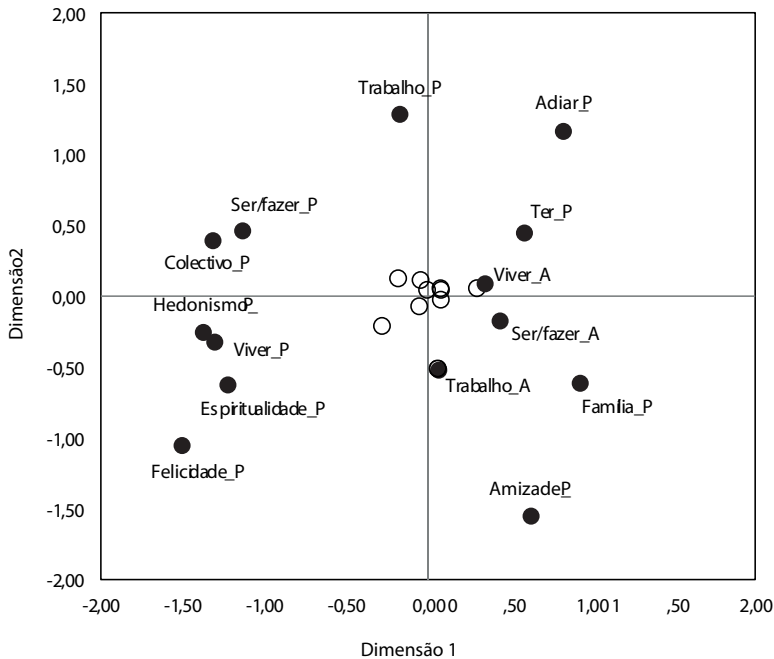
No gráfico 1, apresenta-se a representação gráfica da ACM realizada, possibilitando a visualização das relações entre as categorias, para assim fazer uma análise conjunta, simultânea e relacional dos diferentes valores e práticas dos entrevistados<sup>10</sup>.

---

10 Originalmente, a ACM foi desenvolvida com recurso ao ANDAD. Não nos foi possível repetir o seu cálculo neste programa, pelo que o gráfico apresentado difere ligeiramente do anteriormente publicado (Roque Dantas, 2008). Contudo, a ACM agora realizada, com recurso ao SPSS, permite chegar a conclusões semelhantes.



**Gráfico 1: Configurações de valores e práticas dos entrevistados  
(Análise das Correspondências Múltiplas)**



Fonte: Roque Dantas (2008)

**Nota:** No gráfico, estão projectadas as doze categorias analíticas segundo a sua presença (\_P) e ausência (\_A). As marcas sem rótulo de categoria referem-se a categorias cujos valores não discriminam, ou seja, não contribuem de forma significativa para a estruturação do espaço factorial. Optou-se por suprimir a sua informação para facilitar a leitura do gráfico. São elas: Tempo\_P e Tempo\_A; Adiar\_A; Ter\_A; Colectivo\_A; Hedonismo\_A; Família\_A; Espiritualidade\_A; Felicidade\_A; Amizade\_A.

O exame dos resultados (gráfico 1) permite perceber como cada uma das dimensões diferencia os objectos em análise.

A dimensão 1 estrutura uma constelação de valores e práticas mais direccionadas para a vivência diária e intensa, privilegiando a acção (presença do ser/fazer), mas também a importância concedida aos outros, da espiritualidade e da felicidade enquanto valores orientadores de práticas. Mais especificamente, as variáveis que mais discriminam a dimensão 1 são: *viver, ser, colectivo, espiritualidade e felicidade*.

Por sua vez, a dimensão 2 estrutura-se através das variáveis *adiar, ter, família e trabalho*, agregando indivíduos que apresentam posturas vivenciais mais tradicionais, centradas na família e na actividade profissional e valorizando a posse e a amizade nos seus discursos.

Esta análise multivariada permitiu explorar, de forma aprofundada, o que havia ficado sugerido pela análise qualitativa das entrevistas. Dos discursos emergem valores orientadores e práticas diárias que, embora partilhando semelhanças quanto aos temas tratados, são distintos quanto ao seu significado e importância. Emerge, igualmente, que essas diferenças estão relacionadas com diferentes posturas vivenciais.

A análise estatística apoiou a interpretação mais qualitativa, na medida em que permitiu à investigadora algum afastamento em relação aos discursos e às vozes dos entrevistados, ensaiando análises interpretativas com distanciamento às entrevistas (e aos entrevistados). Foi esta abordagem simultânea e relacional que permitiu chegar às conclusões que em seguida se apresentam.

## 5. Nota conclusiva

Os resultados globais deste projecto de investigação mostram que há constelações de valores e sentimentos associados a diferentes posturas vivenciais.

A exploração das várias dimensões existenciais – como as relações familiares, o trabalho, a situação financeira, os amigos ou os estilos de vida – nas trajectórias de vida dos entrevistados permitiu captar os valores e práticas que lhes estão subjacentes. As trajectórias analisadas permitiram reforçar os quatro perfis-tipo teoricamente delineados quanto aos percursos e posturas vivenciais: pragmático, espiritual, convencional e ruptura.

Concretamente, o perfil pragmático caracteriza-se pela importância da posse, valorização do tempo e pelo adiar das suas vivências. Distingue-se pela lógica instrumental do trabalho, embora a importância da realização pessoal esteja presente nos discursos destes entrevistados. Os valores de posse (*ter*) assumem um papel importante: ter saúde, ter emprego, ter família, ter felicidade funcionando como ideais a atingir.

Por sua vez, o perfil espiritual valoriza a acção (*ser/fazer*), a importância do viver, o hedonismo, mas também valores de espiritualidade e de cooperação e apoio aos outros. Destacam-se entre estes entrevistados os ideais espirituais, a procura de um sentido para a vida e de realização pessoal em todas as dimensões da vida, que é estruturada em torno da procura de equilíbrio e bem-estar ou prazer.

Quanto ao perfil convencional, destacam-se os valores familiares, do trabalho, bem como o valor do tempo. Este perfil associa-se igualmente à categoria *adiar* e à importância da posse: ter um bom emprego, ter um bom ordenado, ter uma carreira, ter uma família e ter felicidade.

Ao contrário, o perfil de ruptura distingue-se pela valorização do viver, da acção e do hedonismo. Estas associações sugerem vivências intensas, com urgência de concretização, indicando vidas em que o prazer é uma motivação à acção. Os seus discursos revelam que mudanças significativas na vida impulsionaram rupturas (pessoais e/ou profissionais) e o ensaio de novas formas de vida. Entre eles, a questão da posse é secundária, assumindo a acção um papel estruturador da vivência.

Assim, se para uns, *ter* é um objectivo, para outros *viver* estrutura um quadro de vida expresso pelo gostar do que se faz e ter tempo e disponibilidade para si e para os outros. Mais especificamente, por um lado, encontramos actores sociais a projectar as suas vidas no futuro, muitas vezes idealizadas através da posse; e outros a valorizar o acção (*ser/fazer*) e a concretização quotidiana. Neste sentido, os resultados indicam que, associados a posturas e práticas vivenciais distintas, é possível identificar diferentes valores e sentimentos orientadores. Esta distinção fica marcada pela oposição entre viver e adiar e ter e ser, indicativos da forma como os indivíduos idealizam e vivem as suas vidas.

Em síntese, este trabalho de investigação permitiu conhecer como diferentes actores sociais formalizam os seus valores orientadores e sentimentos e de que modo na sua trajectória biográfica estes estão presentes como orientação para a acção individual. Através de uma análise simultaneamente quantitativa e qualitativa, foi possível interpretar o significado que os actores sociais dão às suas acções, mas também destacar os valores sociais orientadores da acção individual.

## Bibliografia

- ATKINSON, R. & FLINT, J. (2001). «Accessing hidden and hard-to-reach populations: Snowball research strategies», in *Social Research Update*, 33. Disponível em <http://sru.soc.surrey.ac.uk/SRU33.html>.
- BARDIN, L. (1994). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BAUMAN, Z. (2003). *Amor líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Lisboa: Relógio d'Água.
- BECK, U. & BECK-GERNSHEIM, E. (1995). *The Normal Chaos of Love*. Nova Iorque: Wiley.
- BECK, U. & BECK-GERNSHEIM, E. (2001), *Individualization*. Londres: SAGE Publications.
- BIERNACKI, P. & WALDORF, D. (1981). “Snowball Sampling: Problems and Techniques of Chain Referral Sampling”, in *Sociological Methods & Research*, 10(2), pp. 141-163.
- BINGHAM, W. & MOORE, B. V. (1934). *How to interview*. Califórnia: Harper & brothers.
- CONDE, I. (1993a). «Falar da vida (I)», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 14, pp. 199-222.
- CONDE, I. (1993b). «Problemas e virtudes na defesa da biografia», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 13, pp. 39-57.
- CONDE, I. (1994). «Falar da vida (II)», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 16, pp. 41-74.
- DUBAR, C. (1998). «Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos», in *Educação & Sociedade*, 19, pp. 13-30.
- ELIAS, N. (2006). *O processo civilizacional*. Lisboa: Dom Quixote.
- GHIGLIONE, R. & MATALON, B. (2001). *O inquérito: teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.
- GIDDENS, A. (2002). *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta editora.
- GRIFFITHS, S. & REEVES, R. (Eds.) (2009). *Well-being: How to lead the good life and what government should do to help*. Londres: Social Market Foundation.
- GUERRA, I. C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. Lisboa: Principia.
- HOWARD, C. (2007). *Contested Individualization: Debates about Contemporary Personhood*. Londres e Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

- INGLEHART, R.; FOA, R.; PETERSON, C. & WELZEL, C. (2008). «Development, freedom, and rising happiness: A global perspective (1981-2007)», in *Perspectives on psychological science*, 3(4), pp. 264-285.
- INGLEHART, R. & WELZEL, C. (2005). *Modernization, Cultural Change, and Democracy: The Human Development Sequence*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KAUFMANN, J.C. (2006). *L'entretien compréhensif*. Paris: Armand Colin.
- KOVACS, I. & LOPES, M. C. (2009). *Alternativas à crise do emprego: desafios à educação e formação e novas formas de regulação*. Comunicação apresentada a Próximo Futuro, Fundação Gulbenkian, Lisboa.
- LAHIRE, B. (2004a). *O homem plural: as molas da acção*. Lisboa: Instituto Piaget.
- LAHIRE, B. (2004b). *Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*. Brasil: Artmed editora.
- LAUREANO, R. (2013). *Testes de Hipóteses com o SPSS – O Meu Manual de Consulta Rápida*. Lisboa: Silabo.
- LIPOVETSKY, G. (2007). *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. Lisboa: Edições 70.
- LISBOA, M.; CARMO, I.; VICENTE, L.; NÓVOA, A.; BARROS, P. P.; ROQUE, A.; SILVA, S. M. d. & AMÂNDIO, S. (2006). *Prevenir ou remediar: os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*. Lisboa: Edições Colibri.
- LOPES, J. T. (2012). *Registos do actor plural: Bernard Lahire na sociologia portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento.
- MARÓCO, J. (2011). *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. Pêro Pinheiro: ReportNumber, Lda.
- PAIS, J. M. (2006). *Nos rastros do solidão: deambulações sociológicas*. Lisboa: Âmbar.
- PICKETT, K. & WILKINSON, R. (2011). *The Spirit Level: Why greater equality makes societies stronger*. Londres: Bloomsbury Press.
- POIRIER, J.; CLAPIER-VALLADON, S. & RAYBAUT, P. (1999). *Histórias de vida: teoria e prática*. Oeiras: Celta.
- ROQUE DANTAS, A. (2008). *Que vida viver? Para uma análise sociológica da felicidade enquanto projecto de vida*. (Mestrado), FCSH/UNL, Lisboa.
- ROQUE DANTAS, A. (2012). *A construção social da felicidade*. Lisboa: Colibri.
- ROQUE DANTAS, A. (2015). *A felicidade enquanto recurso emocional socialmente desigual: para uma abordagem sociológica do sentir*. (Doutoramento), FCSH/UNL, Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/15119>

- SANDELOWSKI, M. (1995). "Sample size in qualitative research", in *Research in Nursing & Health*, 18(2), pp. 179-183. doi:10.1002/nur.4770180211.
- SHESKIN, D. J. (2004). *Handbook of parametric and nonparametric statistical procedures*. Cleveland: Chapman & Hall/CRC. (3.<sup>a</sup> edição).
- VALA, J. (2007). «A análise de conteúdo», in A. S. Silva & J. M. Pinto (Eds.), *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento. (14.<sup>a</sup> edição).
- WELZEL, C.; INGLEHART, R. & KLIGEMANN, H.D. (2003). «The theory of human development: A cross-cultural analysis», in *European Journal of Political Research*, 42(3), pp. 341-379.

# METODOLOGIA DE DETECÇÃO DE INDICADORES DE EXPRESSÃO EMOCIONAL NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL

Dalila Cerejo

## 1. Introdução

Desde 1995 que uma equipa de investigação da FCSH (SociNova/CesNova/CICS.NOVA) se debruça sobre o problema social que é a violência contra as mulheres<sup>1</sup>. Trilhado este percurso de duas décadas, é hoje possível identificar alguns elementos fundamentais para a análise da violência contra as mulheres, particularmente a conjugal, nomeadamente a sua ocultação por parte das vítimas, o seu silenciamento e a incapacidade em reagir. Pela acuidade, dimensão e característica estrutural do problema social, tornou-se clara a necessidade de identificar as causas e as consequências deste tipo de violência, que atinge as mulheres por todo o mundo de forma desproporcional e perene. Entre outros elementos definidores do problema, percebe-se que esta violência revela contornos de desigualdade de género e, por isso, a investigação científica do fenómeno define-o, hoje, como uma violência de género. O poder assimétrico entre homens e mulheres permite a produção e reprodução de desigualdades, assentes em modelos e valores sociais do que é socialmente expectável do ser masculino e do feminino, e para o qual a violência exercida contra as mulheres contribui – ela pode ser a expressão mais assimétrica dessa desigualdade. Todos os dias, mulheres em contexto de relações conjugais íntimas, actuais ou passadas, são vítimas de violência física, psicológica e sexual; uma tríade que, na maior parte dos casos, é exercida em simultâneo.

Um dos objectivos da investigação da qual resulta este capítulo foi a identificação de alguns dos condicionamentos que se colocam à acção das vítimas, sobretudo na tomada de decisão de ruptura da relação violenta. Para tal, foram realizadas 30 entrevistas semiestru-

---

1 Entre outros, destacaria: Lourenço, Nelson; Lisboa, Manuel & Pais, Elza (1997); Lisboa, Manuel; Carmo, Isabel; Vicente, Luísa *et al.* (2006) e Lisboa, Manuel; Barroso, Zélia; Patrício, Joana & Leandro, Alexandra (2009).

turadas a mulheres vítimas de violência conjugal a residir em casas abrigo. Partindo de uma análise predominantemente qualitativa, almejamos ir mais longe do que os relatos das relações interpessoais entre vítima e agressor, ou das vítimas com as suas famílias. Ousamos a procura das causas, motivos e atitudes que podem estar por detrás do que nos foi verbalizado através da percepção cognitiva de cada uma das nossas entrevistadas, e fizemo-lo a partir da análise das emoções vividas, inscritas e verbalizadas pelas entrevistadas. Mas não quisemos ficar limitados a essa verbalização, sempre decorrente do que a cognição da própria tornou perceptível e consciente. Por isso, para além dessa verbalização e consciência das emoções vividas, existe uma vivência emocional que, mesmo sendo menos consciente nas mulheres entrevistadas, não deve ser ignorada. A forma como os actores sociais agem de acordo com a sua experiência pode ajudar, também, a compreender a influência da estrutura social na acção individual. As emoções fazem parte da socialização e dependem da assimilação de um «guião» culturalmente partilhado (Goffman, 1993), que não é mais do que a ilustração dos valores oficialmente reconhecidos pela sociedade. Pensamos que a articulação entre os motivos verbalizados pelas entrevistadas e a detecção dos estados emocionais das mulheres ajudará, por um lado, a aprofundar, e, por outro, a revelar novos elementos das causas do fenómeno em análise. Estamos conscientes do desafio da aplicação desta metodologia, que em seguida se explicitará. Sabemos que representa uma forma pouco habitual de recolha de informação em Sociologia. Mas é a invenção de novas metodologias que tem permitido às Ciências Sociais avançar com explicações para os fenómenos sociais. Não temos a pretensão de ser pioneiros em termos metodológicos, mas apenas de colocar a «primeira pedra» da fundação de novas formas de recolher, tratar e analisar informação do mundo social onde vivemos.

## **2. Aspectos metodológicos da detecção dos indicadores de «expressão emocional» no contexto da violência conjugal**

Para além do discurso manifesto e verbalizado pelas entrevistadas, quisemos, com este trabalho, interpretar os sinais emocionais emi-



tidos pelas mulheres vítimas em situação de entrevista. Sendo que a capacidade das pessoas em reconhecer as emoções é limitada, aos cientistas sociais cabe a tarefa de tentar analisar o fenómeno através de novas análises metodológicas que se revelem importantes para a compreensão dos fenómenos e problemas sociais. Desta forma, a demanda por respostas aos objectivos desta investigação implicou uma análise das emoções sociais, nestes contextos, de duas formas: a primeira refere-se às emoções que são tornadas conscientes pelas mulheres vítimas, ainda que não se inscrevam em modelos explicativos que lhes sejam evidentes. Esse contexto emocional explorado refere-se a emoções experienciadas, vividas e, posteriormente, reveladas em situação de desconstrução narrativa durante as entrevistas. A outra abordagem alicerçou-se numa estratégia de reconhecimento da emoção vergonha, através de alguns Indicadores de Expressão Emocional (I.E.E.) que pudessem emergir durante as entrevistas. Esta detecção fez-se ao nível de indicadores corporais, gestuais, faciais e paralinguísticos demonstrados pelas mulheres em momentos específicos das entrevistas.

De acordo com os objectivos definidos, propusemo-nos identificar e analisar as emoções sociais que se evidenciam nos contextos das relações conjugais violentas, particularmente a vergonha e a culpa. Paralelamente, analisamos estas duas emoções sociais como condicionadores da acção das mulheres vítimas de violência. Cada vez mais, os investigadores parecem apostar na leitura das posturas corporais e gestuais dos seus entrevistados, o que revela a crescente necessidade e possibilidade de retirar informação pertinente. Tal necessidade parte do reconhecimento de que a experiência das emoções nem sempre é consciente, mesmo quando somos nós a experienciar as emoções. Nesse sentido, Ekman remete-nos para os processos de emissão de indicadores emocionais, que, muitas vezes, não se tornam conscientes: «The initial translation of an expression into some meaning is likely to be so immediate that we are not aware of the process we go through» (Ekman, 1997:334).

Sabemos que as emoções, ou alguns estados emocionais, podem facilmente não ser apreendidos pelos outros actores sociais em momentos específicos de interacção. Por isso mesmo, Damásio chama-nos a atenção para a diferença entre a experiência emocional no corpo e na mente e a consequente diferenciação entre a emoção e

o sentimento: «As emoções desenrolam-se no teatro do corpo. Os sentimentos no teatro da mente (...) As emoções e as várias reacções que as constituem fazem parte dos mecanismos básicos de regulação da vida» (Damásio, 2003:44). Segundo Damásio, uma emoção propriamente dita é «uma colecção de respostas químicas e neurais que formam um padrão distinto (...) As respostas são produzidas quando o cérebro normal detecta um estímulo-emocional-competente, o objecto ou acontecimento cuja presença real ou relembraça desencadeia a emoção. As respostas são automáticas» (Damásio, 2003:71). Mas o autor não se resigna ao estudo da emoção apenas através dos processos cerebrais. A passagem da emoção, apenas como processo neurológico, para uma experiência cultural e social (ou seja, da emoção *strictu sensu* para as emoções sociais) é colocada pelo autor da seguinte forma: «Com efeito, uma das finalidades principais da nossa educação é interpor uma etapa de avaliação não automática entre os objectos que podem causar emoções e respostas emocionais. Essa modulação é uma tentativa de acomodar as nossas respostas emocionais aos ditames da cultura» (*Idem, Ibidem*).

Mesmo antes de Damásio, também Goffman (1993) chamava a atenção para o processo comunicativo e de interacção entre os actores sociais, focando a sua análise nas motivações estratégicas das pessoas para manipular gestos, bem como todas as suas formas de apresentação ao outro (discurso, disposição corporal e facial, etc.), com o propósito de respeitarem o guião cultural partilhado. Mas nem sempre a comunidade sociológica considerou importante, ou significativa, a análise da experiência subjectiva das pessoas em relação à experiência emocional vivida em situações de interacção com outros. Sobretudo a análise das emoções foi considerada como vaga ou carregada de demasiadas variáveis complexas para ser capaz de acrescentar conhecimento à realidade social (Niedenthal, 2007). Talvez por isso a Sociologia tenha, até recentemente, afastado as emoções do seu perímetro de análise. Hoje, sabemos que a capacidade de interpretação de descodificação das expressões emocionais e corporais dos outros é uma ferramenta capital na interacção quotidiana com os outros actores sociais (Ekman, 1997; Russell, 2003; Navarro, 2014; Turchet, 2011).

Consciente do desafio que esta metodologia representa, uma primeira opção metodológica seria encarar as mulheres entrevis-

tadas como seres sociais, mas também biológicos. O biológico e o social não são entidades separadas, e as formas como os actores sociais agem, bem como as emoções e sentimentos que experienciam, serão demonstráveis através de reacções ou gestos, muitas vezes inconscientes, mas reflexo de um processo interior biológico que, extravasando estes sistemas, termina com uma actividade ou demonstração corporal, gestual ou fisiológica. A forma como as emoções são experienciadas ao nível biológico e cerebral explica a necessidade de se tentar ir mais além na detecção destes mesmos indicadores, uma vez que a activação da experiência emocional produz uma panóplia de diferentes respostas e manifestações, tais como: «facial and vocal expression, changes in peripheral physiology, subjective experience, and instrumental action. Because they have a single cause, these components tightly cohere in time and are intercorrelated in intensit» (Russell *et al.*, 2003:331).

Tentámos uma abordagem que nos permitisse captar informações sobre o contexto emocional destas mulheres e a ocorrência de determinadas emoções *in loco*. Esta particularidade metodológica assume a importância da análise de outras formas de comunicação entre actores sociais. A investigação recorreu a uma metodologia que, cremos, poderá permitir a produção de novo e mais aprofundado conhecimento no domínio da produção científica sociológica. A sua base é decorrente da já utilizada e testada por Scheff e Retzinger (1991), no que se refere à detecção de Indicadores de Expressão Emocional, particularmente a vergonha<sup>2</sup>. A metodologia desenhada para proceder a este registo teve de ser agilizada para que a entrevistadora se pudesse concentrar em dirigir a entrevista, por um lado, e anotar o momento específico da entrevista em que foi detectado determinado Indicador de Expressão Emocional, por outro. Coube igualmente à entrevistadora a tarefa de anotar qual o indicador de expressão revelado. A demonstração de

---

2 Por rigor científico, devemos esclarecer que os Indicadores de Expressão Emocional utilizados nesta pesquisa se referem explicitamente, e também de acordo com a metodologia testada pelos autores enunciados, à vergonha. No entanto, é importante referir que Scheff e Retzinger consideram que a culpa está directamente relacionada com a vergonha: «Guilt is a shame-anger transformation where anger is directed to the self» (2001, p.xiii). Neste sentido, poderá haver uma aproximação entre as duas emoções sociais.

um determinado Indicador de Expressão Emocional era registada<sup>3</sup> num diário de campo<sup>4</sup>, com indicação do símbolo a que correspondia cada um desses I.E.E., bem como o exacto momento (minuto e segundo) em que ele se manifestou.

O quadro 1 assinala os Indicadores de Expressão Emocional, que se subdividem em indicadores paralinguísticos, gestos visuais e expressões corporais, seleccionados e detectados em contexto de entrevista.

**Quadro 1 – Indicadores de Expressão Emocional detectados em situação de entrevista**

Indicadores de Expressão Emocional	
<b>Gestos e expressão corporal</b>	Baixar a cabeça
	Afastar-se da entrevistadora
	Tapar cara/boca/olhos
	Corar
	Fechar os olhos prolongadamente
	Desviar olhar
	Esfregar mãos/esconde-las no colo
	Pressionar/morder a boca e/ou lábios
	Pausas longas (indicadas na transcrição)
<b>Indicadores paralinguísticos</b>	Choro/comoção (voz tremida)
	Risos forçados
	Suspiros
	Discurso desorganizado

3 A este propósito, é importante referir que foram testadas algumas técnicas diferentes para assinalar os momentos específicos em que as entrevistadas emitiam Indicadores de Expressão Emocional. Uma das técnicas testadas foi a produção de um sinal sonoro, para sinalizar esse indicador. Seguidamente, a investigadora teria apenas de anotar no diário de campo o sinal correspondente ao indicador revelado. No entanto, rapidamente se percebeu que a emissão desse sinal sonoro distraía as entrevistadas, comprometendo a narrativa do discurso.

4 Para que a investigadora não tivesse de perder muito tempo com a sinalização do Indicador de Expressão Emocional, fez-se corresponder, a todos eles, um símbolo específico de rápida anotação.

Para a análise quantitativa dos I.E.E., foi construída uma primeira base de dados em *Excel*, que continha todos os parágrafos de 30 entrevistas<sup>5</sup> realizadas a mulheres vítimas de violência conjugal (8688). Os parágrafos considerados pertinentes foram aqueles em que as entrevistadas tinham emitido algum dos I.E.E. anteriormente definidos. Desta forma, no seu formato final, esta base contém 3132 parágrafos: aqueles em que as mulheres entrevistadas manifestaram pelo menos um dos I.E.E. referidos<sup>6</sup> no quadro 1. Esta base de dados contém três tipos de informação importante para perceber o contexto da manifestação dos I.E.E.: os parágrafos ou frases nos quais se manifestaram os indicadores emocionais; o tempo preciso em que foram detectados; qual/quais o(s) indicador(es) que ocorreu/ocorreram e as temáticas sobre as quais as entrevistadas falavam aquando dessa manifestação. Na base de dados, cada I.E.E. representa uma variável e cada linha representa um parágrafo das 30 entrevistas. Todas as variáveis relativas aos I.E.E. contêm duas categorias de variável: sim/não. A título de exemplo, se o rótulo da categoria da variável baixar a cabeça assinalar «Sim» na linha seis, isso significa que, nesse parágrafo (no minuto e segundo assinalados), a entrevistada baixou a cabeça na altura da entrevista em que falava da «descrição das situações de violência» (ver Figura 1). Desta forma, foi-nos permitido fazer uma análise quantitativa, que permitirá salientar os temas específicos em que os I.E.E. foram emitidos, assim com a sua interpretação. O quadro 2 indica as temáticas definidas e que abrangem todos os parágrafos/frases sobre os quais os Indicadores de Expressão Emocional incidiram.

---

5 O conjunto das 30 entrevistas foi dividido em parágrafos nunca superiores a dez linhas cada um.

6 As entrevistadas poderiam exibir mais do que um I.E.E. ao mesmo tempo: por exemplo, baixar a cabeça e tapar a boca/cara/olhos. Nesses casos, ambos os indicadores eram assinalados.

## Quadro 2 – Temáticas abordadas no momento de detecção dos Indicadores de Expressão Emocional

---

### Temáticas abordadas no momento de detecção dos Indicadores de expressão emocional

---

Descrição das situações de violência

---

Dinâmicas familiares e/ou amigos durante a relação conjugal violenta

---

Os filhos nos meandros da violência

---

Problemas saúde psicológica/física como consequência

---

Alienação emocional

---

Vergonha e culpa

---

Medo

---

Outras emoções

---

O Presente e o futuro

---

O momento de ruptura

---

Razões da manutenção

---

A metodologia que aqui se descreve pretendeu desconstruir e analisar, de forma exaustiva, toda a informação recolhida no terreno. Todas as palavras, expressões verbais, corporais ou faciais foram alvo de uma leitura e análise que permitisse expor algumas das causas da manutenção das relações conjugais violentas.

### 3. Compreender as emoções no «Teatro do Corpo»

A expressão usada para denominar este ponto foi criada por António Damásio (2003), como descrição da forma como as emoções ocorrem – começam por manifestar-se no corpo de todas as pessoas. Enquanto derivação do latim *emovere*, que significa movimento, o termo emoção remete-nos para uma sequência de processos neurológicos e psicológicos, que ocorrem no corpo e produzem manifestações, «muitas delas públicas, que ocorrem no rosto, na voz ou em comportamentos específicos» (Damásio, 2003:44). No campo do estudo das emoções humanas, o reco-

nhecimento corporal e facial das emoções tem sido feito tanto de avanços e descobertas, como de controvérsias de ordem teórica e empírica.

Neste trabalho, propusemos-mos o desafio de «espreitar» para o «teatro do corpo» das nossas entrevistadas, tentando perceber possíveis estados emocionais ou emoções que se fossem manifestando no decorrer das entrevistas. A recolha de informação através dos I.E.E. manifestados pelas entrevistadas tem como objectivo perceber que contextos da violência conjugal mais se encontram marcados pela experiência da vergonha. Para atingir esse objectivo, construímos uma base que permitisse cruzar as variáveis relativas aos I.E.E. e os assuntos que estavam a ser referidos pelas mulheres no momento em que ocorreu o I.E.E. O resultado desse trabalho, empírico e metodológico, é o que se apresentará no ponto 3.3.

Conscientes de que esta é uma abordagem metodológica pouco utilizada na Sociologia, faremos uma breve exposição sobre a evolução da utilização dos I.E.E., bem como do que nos parece ser a sua actual importância no contexto das Ciências dedicadas à compreensão da acção social.

### 3.1. A Importância dos Indicadores de «expressão emocional» no contexto da «acção social»

Em 1872, Darwin foi o primeiro autor a referir que a forma como as pessoas expressam, no corpo e no rosto, determinadas emoções – apenas aquelas consideradas primárias ou básicas – é universal e não é susceptível de variações culturais. Para Darwin, a manifestação da emoção raiva caracterizava-se por uma maior abertura das narinas, pressão do lábio inferior contra o superior, olhos bastante abertos, maior abertura da caixa torácica, rigidez nos membros superiores e cabeça bem levantada. O trabalho pioneiro de Darwin serviu de referência para outros cientistas, que hoje se dedicam ao estudo dos marcadores de expressão emocional como indicadores dos estados emocionais das pessoas (Ekman, 1973; Ekman & Friesen, 1971, 1975; Ekman, Friesen & Ellsworth, 1972; Scheff & Retzinger, 1990, 1991, 2000, 2001; Matsumoto & Keltner, Keltner, 1995; Tiedens, Ellsworth, & Mesquita, 2000).

A importância da detecção dos I.E.E. reside na sua capacidade de providenciar informação sobre os estados emocionais, antecipar as acções ou comportamentos do outro (Ekman, 1993; Scherer, 1986), e até providenciar informação sobre a posição social ou *status* de cada um (Mineka & Cook, 1993). De facto, o reconhecimento dos estados emocionais do outro é uma das bases dos processos de interacção social, e algo que todos os seres sociais fazem constantemente: «In ordinary life (...) Based on observable cues, words and manner, people make inferences about inner experiences that are not directly observable» (Scheff & Retzinger, 1991:41). São vários os trabalhos que nos alertam para a necessidade da produção científica sobre as emoções, conferindo atenção ao que apelidam de *discrete-emotions*. Entre outros motivos, ressalta o de sabermos que muitas das expressões faciais e gestuais estão relacionadas com padrões de resposta automática, ligados ao sistema nervoso central e à nossa actividade cerebral. Desta forma, e como referem Keltner e Ekman, «Researchers are now examining the dynamics of expression and attending gaze, head and postural activity. For example, encoding studies linking expressive behavior to emotional experience have documented distinct expressions for embarrassment and shame» (2000:239). Gelder (2007) compara a utilidade da análise dos I.E.E. para a desconstrução da interacção e acção social àquela que Darwin conferia às expressões faciais e corporais, responsáveis por terem promovido a sobrevivência da espécie humana. Para o autor, também a sobrevivência do ser social passa pela capacidade de reconhecer e conferir significado aos marcadores de expressão emocional presentes nos outros, quer no corpo quer na face<sup>7</sup>. Desta forma, porque os marcadores ou I.E.E. servem uma função social importante na interacção, as expressões faciais e corporais são reguladores fundamentais da interacção social (Matsumoto *et al.*, 2008:224). Alguns autores defendem mesmo que estas manifestações não verbais oferecem uma maior capacidade explicativa do comportamento das pes-

7 Para Darwin, o reconhecimento de algumas expressões faciais relacionadas com as emoções primárias era uma das formas de protecção em relação aos mais variados perigos, quer nos animais, quer nos hominídeos, e, mais tarde, nos humanos. Na obra de Darwin, a expressão facial da raiva, por exemplo, servia um duplo propósito: alertar para a ameaça e para o reconhecimento do perigo, e manifestar a intenção de ataque/confronto caso a ameaça permanecesse (1872).



soas (Hebb, 1946; Honkavaara, 1961; Klineberg, 1938; Murphy & Newcomb, 1937; Plutchik, 1962; Ekman & Wallace, 2003).

A atenção excessiva que os actores sociais dedicam à desconstrução do discurso verbal, aliada à atenção insuficiente que dedicam à linguagem não-corporal, poderá explicar a maior dificuldade em manipular ou alterar as expressões emocionais manifestadas no rosto: «Facial expressions of emotion are not easy to control. People are more practiced in lying with words than with faces. People are held more accountable for their words than for their facial expression» (Ekman & Friesen, 2002:135). Assim, parece ser mais fácil aos actores sociais controlarem ou inibirem os seus discursos, a escolha das palavras, etc., do que o que a expressão das emoções no «teatro do corpo» vai revelando. Aos argumentos acima expostos, acrescem as alterações fisiológicas e neurológicas que decorrem durante a experiência emocional, alterações ainda menos passíveis de serem controladas. Ao contrário do discurso verbal, as expressões faciais e corporais que emergem como consequência de uma experiência emocional são involuntárias, porque têm uma componente fisiológica e biológica (Ekman & Friesen, 2002).

Não pretendemos, todavia, conferir menor importância aos discursos das entrevistadas, que nos dão conta das suas percepções dos acontecimentos. Todavia, enquanto investigadores, somos movidos pela necessidade de tentar acrescentar conhecimento, através da utilização de novas metodologias, que nos permitam aprofundar a acção e as dinâmicas sociais. Nesse sentido, a metodologia delineada para detectar a expressão das emoções das entrevistas pretende ser uma ferramenta que permita complementar informação em relação à vivência das emoções relatada verbalmente pelas vítimas. No ponto seguinte, procederemos a algumas considerações metodológicas relacionadas com os I.E.E., que consideramos ser os mais adequados para a prossecução dos objectivos traçados.

### 3.2. Os Indicadores de «expressão emocional» relativos à vergonha

Se a universalidade das expressões faciais e corporais das emoções primárias parece ser consensual entre os investigadores, o facto de a vergonha ser uma emoção social levanta questões sobre a fidedignidade dos Indicadores de Expressão Emocional que lhe são relativos. No entanto, o critério da universalidade cultural da expressão facial e corporal das emoções primárias reside na capacidade dessas expressões serem reconhecidas pelos outros enquanto indicador de uma determinada emoção. De acordo com esta premissa, estudos recentes demonstraram que emoções como a vergonha e o orgulho se caracterizam pela demonstração de determinadas expressões, que qualquer observador identifica como indicadores dessas emoções (Keltner, 1995; Haidt & Keltner; Tracy & Robins, 2004). Sobretudo, esse reconhecimento parece, também, ser culturalmente universal: «Embarrassment, pride and shame have nonverbal expressions that are recognized across cultures (...) They may, in fact be a universal part of human nature» (Robins, Nofhle & Tracy, 2007:464).

Sendo a vergonha uma emoção negativa, associada ao julgamento social e moral da conduta, é expectável que as pessoas tenham mais dificuldade em falar abertamente sobre ela. Uma vez que um dos objectivos desta investigação era determinar se vergonha e culpa eram emoções facilitadoras dos processos de perpetuação das relações conjugais violentas, tentámos perceber, através dos I.E.E. associados à vergonha, em que momentos das entrevistas ela se manifestaria. A detecção desses indicadores foi, à partida, condicionada pela impossibilidade de filmar as entrevistas<sup>8</sup>, o método tipicamente recomendado para este tipo de análise. Assim, o método concebido e descrito nas considerações metodológicas permitia a detecção dos indicadores, com relativa precisão. Todavia, admitimos que o método desenhado possa ser permeável à perda de informação a este nível.

---

8 Por motivos éticos, particularmente relacionados com o sentido de protecção e segurança das entrevistadas, não por procedemos à gravação de imagem – apenas de voz.

No decurso da investigação, da qual aqui apresentamos parte, vergonha e culpa são representadas como uma espécie de «dupla». De facto, percebemos, na análise verbalizada das emoções, que elas tendem a ser convocadas em simultâneo. Contudo, e por questões de rigor metodológico, não misturaremos vergonha e culpa ao nível da detecção dos I.E.E. Os estudos que revelam a possível universalidade da demonstração da vergonha não se referem à culpa, talvez condicionados pelas distinções conceptuais entre ambas. De facto, e até hoje, não encontramos nenhum trabalho que se tenha dedicado à detecção de I.E.E. relacionados com a culpa, nem isoladamente, nem tão pouco num quadro referencial de possíveis indicadores que a ela possam estar associados. O único estudo conhecido que discute se os I.E.E. associados à vergonha poderiam ser utilizados também para a culpa foi desenvolvido por Keltner e Buswell (1997). Colocados em situações propensas ao aparecimento de culpa, os sujeitos testados não revelaram qualquer tipo de I.E.E. que os observadores considerassem explícitos o suficiente para serem associados à experiência da culpa. Por isso, os autores concluíam que as pessoas podem não expressar culpa através de expressões faciais e, por isso, reconhecem que os sinais emocionais relativos à culpa possam ser mais subtis (Keltner & Buswell, 1996).

Pelas razões que aferimos, a metodologia desenhada para detecção dos I.E.E. é apenas relativa à vergonha. Desta forma, recorremos à utilização dos Indicadores de Expressão Emocional definidos por Thomas Scheff e Suzanne Retzinger (2001) no que se refere à vergonha<sup>9</sup>. Vários autores (Darwin, 1872; Edelman, 1998; Izard, 1977; Lewis, 1971, 1979; Tomkins, 1963, Scheff & Retzinger 1991; Ekman, 1975 1993, 1994, 1997, 2003) concordam que as manifestações da vergonha são identificáveis, tanto através de manifestações corporais/faciais, como através de indicadores não-verbais ou paralinguísticos. A vergonha caracteriza-se pela necessidade de nos retirarmos e/ou escondermos dos outros e, por isso, é conferida a primazia a indicadores apelidados de *hiding behavior* (Tomkins, 1963; Izard, 1971, 1977; Scheff & Retzinger, 2001).

---

9 Quando os supracitados autores esclarecem os seus pressupostos metodológicos, referem-se à culpa dizendo que, segundo eles, a comunicação de I.E.E. relativos à vergonha pode, simultaneamente, expressar a culpa, embora lhes seja impossível uma confirmação desta afirmação.

Na sua análise do programa Norte-americano *Candid Camera*, Scheff e Retzinger reuniram os I.E.E. relacionados com a vergonha, frequentemente demonstrados pelas pessoas que tinham sido «apanhadas». Nessa análise, concluíram que, paralelamente com as tentativas de esconder a face, os olhos, a boca, as mãos, desviar o olhar, as pessoas também apresentavam outros indicadores não verbais, como gaguejar e preencher as frases com sons como «ohhh», «uh», e «ahhh». Desta forma, a lista dos indicadores mais manifestados pelos sujeitos de estudo dos autores conta com as seguintes manifestações: «(1) hiding behavior: one may hide with one's hands, as when the hand covers all or parts of the face or simply touches the face; averting the gaze or by lowering and averting the eyes; (2) blushing. (3) visual gestures that indicate struggle for control, such as turning the lips in, biting them, false smiling or other masking behaviors» (Scheff & Retzinger, 2001:71). Uma vez que as entrevistas decorreram apenas com uma investigadora responsável pela respectiva condução e pela detecção e marcação dos I.E.E., não foi possível contemplar todos os indicadores propostos pelos autores. Por isso, e de entre a lista de indicadores proposta pelos autores, procedemos a uma selecção. O critério de selecção assentou nos I.E.E. referentes à vergonha que mais consensos reúnem entre os investigadores que se ocupam com o seu estudo (Bachorowski, Camras & Fatani, 2010; Lewis, 2008; Harris, 2008; Scheff, 1988, 1994, 1991; Widen & Russel, 2003; Keltner 1996, 1998; Ekman & Friesen, 1972, 1981, 2003; Tracy, & Robins, 2004, 2007, 2008).

Em seguida, apresentaremos os resultados para a detecção dos I.E.E. relacionados com a vergonha e detectados no decurso das 30 entrevistas realizadas no decurso desta investigação.

### 3.3. Análise dos Indicadores de «expressão emocional»: principais resultados

Os resultados que em seguida apresentamos parecem corresponder à articulação entre a tendência de esconder partes do corpo e a experiência emocional da vergonha. O indicador mais frequente no conjunto das 30 entrevistas foi baixar a cabeça, com

1270 ocorrências. Embora não seja uma tentativa explícita de esconder ou tapar a cara ou rosto, reflecte uma necessidade de fazer desaparecer o rosto da frente do interlocutor. O segundo Indicador de Expressão Emocional mais demonstrado, durante as 30 entrevistas, foi esfregar ou esconder as mãos no colo, com um total de 1227 ocorrências, em clara relação com uma das formas de *hiding behavior*, desviar o olhar da entrevistadora, o quarto indicador mas revelado no total das entrevistas. Para uma análise mais detalhada do conjunto de ocorrências de Indicadores de Expressão Emocional, o quadro 3 apresenta a quantificação de todos os I.E.E. para o conjunto das 30 entrevistas.

**Quadro 3 - Frequência de ocorrência dos I.E.E.**

Baixar cabeça	1270
Esfregar mãos/escondê-las no colo	1027
Pausas longas (como indicadas na transcrição)	682
Desviar olhar	547
Suspiros	499
Choro ou comoção (inclui voz tremida)	421
Fechar olhos	404
Tapar cara/olhos/boca	371
Corar	309
Pressionar/morder lábios e/ou boca	233
Risos forçados	162
Afastar-se da entrevistadora	153
Discurso desorganizado	76

De facto, e no que se refere aos Indicadores de Expressão Emocional mais demonstrados, parece haver uma articulação entre a experiência da vergonha e os comportamentos não verbais de evitar ou esconder-se do outro: «The virtually perfect association we found between shame and hiding behavior provides support for the emphasis placed on visual behavior as crucial in shame states.

Persons in this state seem to want to escape from the gaze of the other. The emphasis on making oneself smaller seems to be only a special case of the more general process of hiding» (Scheff & Retzinger, 1991:52).

No que se refere aos I.E.E paralinguísticos, apenas o das pausas longas se encontra representado entre os três indicadores mais revelados em situação de entrevista. Este indicador emocional manifesta-se enquanto recurso a formas de arrastar o discurso ou expressões destinadas a ganhar tempo de resposta, como «Ahhhhh», ou «Ummmm», ou outras maneiras de arrastar a vocalização ou verbalização no âmbito de uma resposta. Este e outros indicadores paralinguísticos podem revelar tentativas de esconder os pensamentos ou rever/manipular o discurso: «The silence of long pauses, inaudible, speech disruption and filler can be seen as ways of hiding one's thoughts and feelings from oneself and from others» (*Idem, Ibidem*). Ainda no que se refere aos indicadores paralinguísticos, as pausas longas, seguidas pelos suspiros e o choro ou comoção (voz tremida), foram os indicadores que mais se prolongavam no tempo de entrevista, podendo manifestar-se durante entre um a dois minutos. Por sua vez, o I.E.E. mais frequente (baixar a cabeça) poderia manifestar-se durante cinco a oito segundos. Os risos forçados e o discurso desorganizado foram os indicadores com menos expressão no conjunto dos indicadores paralinguísticos, mas a sua importância para a detecção vocal da experiência das emoções não deverá ser ignorada: «Words hide shame under disguising labels; non-verbal gestures suggest physical hiding. Hesitations, pauses and filled pauses, laughed words are our talk about shameful, experiences» (Scheff, 1990b:71).

Igualmente importante é perceber de que assuntos falavam as entrevistadas no momento em que as expressões não verbais, corporais e faciais, da vergonha se manifestaram. O quadro 4 assinala as temáticas que apresentaram maior frequência ao nível do surgimento do conjunto dos marcadores de expressão emocional que definimos.

**Quadro 4 - Frequência de manifestação de I.E.E. por assunto abordado**

Descrição das situações de violência	961
Dinâmicas familiares e/ou amigos durante a relação conjugal violenta	522
Os filhos nos meandros da violência	395
Vergonha e culpa	246
O momento de ruptura	228
O Presente e o futuro	171
Razões da manutenção	169
Alienação emocional	152
Problemas saúde psicológica/física como consequência da violência	106
Medo	103
Outras emoções	79

Procedemos, então, a uma análise estatística sobre os Indicadores de Expressão Emocional e as narrativas verbais que as entrevistadas protagonizavam aquando da sua manifestação, com o objectivo de perceber se poderiam existir temáticas que possam estar associados aos I.E.E. relativos à vergonha. Os resultados que obtivemos confirmam a importância do estudo da vergonha enquanto emoção que condiciona e restringe as decisões e acções das vítimas. Para além da verbalização da experiência da vergonha por parte das entrevistadas, entendemos que outros assuntos/temáticas poderiam manifestar indicadores emocionais de vergonha e que não tenham sido referidos pelas entrevistadas. Assim, entendemos que a detecção dos I.E.E. revelaria elementos de análise importantes, não só para esta investigação, como para explorações futuras sobre as causas das relações conjugais violentas e os seus ciclos de violência. Para tal, procederemos a essa análise dos Indicadores de Expressão Emocional e as associações<sup>10</sup> entre esses mesmos indicadores e os assuntos abordados pelas entrevistadas no momento da sua emissão.

<sup>10</sup> Todos estes resultados das associações entre os assuntos e os I.E.E. podem ser consultados no Anexo 5.6.

Como referimos, o indicador «baixar a cabeça» foi o mais manifestado no conjunto das 30 entrevistas. Do cruzamento entre a variável «baixar a cabeça» e a variável que se refere à temática «os filhos e a violência», assinalamos a associação estatística entre ambas ( $R_{ij}=8,1^{11}$ ). A consciência da exposição dos filhos à violência, muitas vezes também eles vítimas de agressões, potencia a demonstração de indicadores relacionados com a experiência da vergonha nas vítimas quando se referem aos seus filhos. Outra associação entre o indicador «baixar a cabeça» foi detectada quando as entrevistadas verbalizavam sentir vergonha e culpa nalguns períodos das relações violentas ( $R_{ij}=2,1^{12}$ ). Esta associação poderá indicar que, de facto, a emergência da emoção vergonha e a sua verbalização fazem-se acompanhar de Indicadores de Expressão Emocional a ela correspondentes. Verificamos, igualmente, que um dos outros indicadores comumente associado à vergonha, «tapar cara e/ou olhos e/ou boca», está igualmente associado com as partes das entrevistas em que as mulheres falavam sobre as experiências de vergonha e culpa no período da relação conjugal ( $R_{ij}=2,8^{13}$ ). Estes dados, embora careçam de maior aprofundamento, parecem ser interessantes ao nível da correspondência manifesta entre a verbalização de emoções como a vergonha e a manifestação de I.E.E. a ela associados.

Apenas reviver situações em que as pessoas experienciaram vergonha pode ser suficiente para revelar esse estado emocional através da cara ou do corpo

As expressões corporais destinadas a diminuir o tamanho do nosso corpo e, até, a desaparecermos são expressões físicas da vergonha, que muitos autores defendem ser mais fáceis de detectar do que as próprias expressões faciais e corporais das emoções primárias e universais: «The physical expression of shame is relatively easy to describe turns his face away, usually by turning his head to the side and downward. His head and body movements tend to have the effect of making him appear smaller» (Izard, 1977:387). As tentativas de esconder as mãos, ou mesmo apenas os polegares, são mais uma tentativa de ocultar partes do corpo ao

11  $\chi^2_{(1)}=65,507$ ;  $p<0,001$ .

12  $\chi^2_{(1)}=4,255$ ;  $p=0,039$ .

13  $\chi^2_{(1)}=8,116$ ;  $p=0,004$ .



interlocutor. A análise estatística revelou que o indicador emocional «esfregar mãos/escondê-las no colo» está estatisticamente associado aos momentos em que as entrevistadas descrevem as situações da violência ( $R_{ij}=2,1^{14}$ ). A associação entre este I.E.E. e as temáticas abordadas sobre o «medo» sentido no período da relação conjugal violenta é igualmente expressa pelos resultados estatísticos ( $R_{ij}=5,0^{15}$ ). Este indicador corporal, para além da sua articulação com a expressão não verbal da vergonha, remete-nos para demonstrações de algum nervosismo e ansiedade. A descrição das agressões, bem como o reviver das emoções e estados emocionais muitas vezes incapacitantes, provocava alguma agitação e nervosismo no comportamento das entrevistadas. Muitas vezes, este indicador fazia-se acompanhar de outros, que nos parecem ser reveladores de incómodo: roer as unhas, abanar as pernas, mexer-se na cadeira, etc. Apesar de ser um dado que resulta da recolha empírica produzida, e que poderá ser importante, não tivemos condições de explorá-lo mais aprofundadamente.

As pausas longas (como indicadas na transcrição), sendo um indicador não-verbal relativo ao discurso, remetem-nos para as hesitações enquanto tentativas de ganhar tempo antes de verbalizar uma resposta. Como já referimos, este indicador é importante, uma vez que é, muitas vezes, usado para manipular o discurso. As pausas longas revelaram-se associadas a duas temáticas: «o presente e o futuro» ( $R_{ij}=2,8^{16}$ ) e «as razões da manutenção» ( $R_{ij}=2,7^{17}$ ). É interessante verificar que este indicador se revela em assuntos relativos a três momentos temporais diferentes: a situação presente, o que vai acontecer no futuro e a identificação dos motivos que conduziram as entrevistadas, no passado, a irem ficando na relação conjugal violenta. De facto, a análise dos discursos revelou que a situação futura é ainda fonte de enorme incerteza e instabilidade. A situação que as vítimas enfrentavam aquando da entrevista também se caracteriza pela instabilidade, uma vez que é uma situação de transição para uma nova etapa na vida destas mulheres, ainda incerta. A pergunta «e porque foi

---

14  $\chi^2_{(1)}=4,218$ ;  $p=0,040$ .

15  $\chi^2_{(1)}=24,572$ ;  $p=0,001$ .

16  $\chi^2_{(1)}=7,916$ ;  $p=0,005$ .

17  $\chi^2_{(1)}=7,404$ ;  $p=0,007$ .

ficando?» foi, na totalidade das entrevistas, precedida de longas pausas ou risos forçados. Admitimos como hipótese que esta pergunta possa ter incomodado as entrevistadas, que, conseqüentemente, necessitaram de mais tempo para organizar e reflectir na resposta que pretendiam dar. As referências à situação das entrevistadas no «presente e futuro» encontram-se também associadas ao I.E.E. «pressionar/morder lábios e/ou boca» ( $R_{ij}=2,2^{18}$ ). Para além de ser uma desmonstração facial associada à vergonha, este indicador também se encontra comumente associado a situações em que as pessoas se encontram em elevado *stress* ou ansiedade (Ekman, 2003).

O indicador desviar o olhar, era, para Darwin, um dos mais importantes na demonstração física da vergonha: «The eyes were the primary expressive device of shame. The “eyes are turned ascant” and “waver from side to side.” The eyelids are lowered and held partly closed from time to time» (Izard, 1992:386). Desta forma, faremos, simultaneamente a análise do I.E.E. fechar os olhos prolongadamente, dado que parece haver uma articulação entre ambos. Assim, a variável «desviar olhar» apenas está associada às tentativas de explicação sobre as «razões da manutenção» ( $R_{ij}=4,1^{19}$ ). Novamente, quando as entrevistadas eram questionadas sobre as razões que conduziram à manutenção, parecem demonstrar indicadores relativos à experiência da vergonha. Quanto ao indicador emocional fechar os olhos prolongadamente, estabelece-se uma associação estatística com os discursos relativos às «dinâmicas com familiares e amigos durante a relação conjugal violenta» ( $R_{ij}=4,1^{20}$ ).

Os suspiros manifestavam-se como uma espécie de tentativa, por parte das entrevistadas, para ganhar fôlego para continuar a falar em determinadas questões. Enquanto indicador paralinguístico, surge quando as vítimas se referem a assuntos como «problemas saúde psicológica/física como consequência da violência» ( $R_{ij}=2,7^{21}$ ) e a descrições de «Medo» ( $R_{ij}=2,1^{22}$ ).

18  $\chi^2_{(1)}=7,759$ ;  $p=0,029$ .

19  $\chi^2_{(1)}=16,473$ ;  $p=0,001$ .

20  $\chi^2_{(1)}=6,386$ ;  $p=0,012$ .

21  $\chi^2_{(1)}=7,454$ ;  $p=0,006$ .

22  $\chi^2_{(1)}=4,317$ ;  $p=0,038$ .

Choro ou comoção foi Indicador de Expressão Emocional cuja demonstração mais se prolongava em termos de duração. Parece igualmente manifestar-se em assuntos que deixam as entrevistadas particularmente vulneráveis. Assim, referir-se aos «filhos nos meandros da violência» ( $R_{ij}=6,0^{23}$ ) bem como ao estado de «alienação emocional» ( $R_{ij}=3,1^{24}$ ), ou à situação das entrevistadas no «presente e no futuro» ( $R_{ij}=2,5^{25}$ ), são tópicos de entrevistas onde existe uma associação estatística com os I.E.E. choro/comoção (voz tremida).

O último dos I.E.E. que revelou associações estatísticas com os assuntos abordados foi «risos forçados». Este indicador, à semelhança das longas pausas, pode indiciar tentativas de manipulação do discurso ou da mensagem que se pretende enviar: «We found masking smiles to be a clue to deceit in this study because the subjects were trying to mask strongly felt negative affect with positive affect» (Ekman, Friesen, & O'Sullivan, 1988:215). Este indicador emocional pode indiciar tentativas de «mascarar» emoções negativas, através da expressão de indicadores que remetem para a experiência de emoções positivas. Assim, os risos forçados surgem associados com as partes das entrevistas que abordam temas como «o presente e o futuro» ( $R_{ij}=2,2^{26}$ ) e as «as razões da manutenção» ( $R_{ij}=3,3^{27}$ ). Como referimos, as temáticas relativas ao futuro das entrevistadas, as descrições da violência e os motivos para a manutenção da relação foram, por vezes, marcados por indícios de nervosismo ou ansiedade. Todavia, outras entrevistadas «disfarçaram» esses estados emocionais, recorrendo aos risos forçados.

De facto, estabelece-se uma discrepância entre a vergonha verbalizada e a vergonha detectada através dos I.E.E. Enquanto a vergonha verbalizada pelas mulheres se centra em ocultar a vitimação (de familiares, amigos ou vizinhos), a vergonha transmitida através do «teatro do corpo» remete-nos para as temáticas relacionadas com os filhos e a sua participação directa ou indirecta na violência; ou para quando são questionadas sobre os longos perío-

---

23  $\chi^2_{(1)}=35,774$ ;  $p=0,001$ .

24  $\chi^2_{(1)}=9,387$ ;  $p=0,002$ .

25  $\chi^2_{(1)}=6,450$ ;  $p=0,011$ .

26  $\chi^2_{(1)}=4,778$ ;  $p=0,029$ .

27  $\chi^2_{(1)}=10,931$ ;  $p=0,001$ .

dos de manutenção na relação violenta ou sobre a vivência emocional depois da ruptura concretizada e, finalmente, sobre como se vêem no futuro. Contudo, nenhuma destas temáticas foram referidas pelas entrevistadas quando lhes era perguntado sobre as situações que potenciavam a experiência da vergonha.

Como referimos no início do capítulo, algumas emoções ou estados emocionais são-nos desconhecidos, porque não se nos tornam conscientes. Concomitantemente, em muitas situações da interacção social, não percebemos a nossa emissão de sinais, indicadores de uma determinada emoção ou experiência emocional. Se Goffman tinha razão, apenas conseguiremos aprofundar mais o conhecimento dos atores sociais em situações em que lhes seja mais difícil «manipular» as suas impressões, acções ou discursos. Será por isso que encontramos esta divergência entre a vergonha admitida conscientemente e a vergonha emitida através dos Indicadores de Expressão Emocional?

As reflexões teóricas e resultados que apresentamos são, por ora, apenas mais uma etapa de exploração do fenómeno da violência conjugal. É uma etapa que consideramos ter sido importante para a desconstrução de alguns aspectos deste tipo de violência, tão silenciado, tão oculto, tão privado e tão complexo, que necessita de várias investigações que atentem, acumulativamente, aos sinais menos evidentes que ele incorpora.

## Bibliografia

- CEREJO, Dalila (2014). *Viver sobrevivendo: emoções e dinâmicas socioculturais nos processos de manutenção das relações conjugais violentas*. Lisboa: FCSH/UNL, texto policopiado.
- DAMÁSIO, A. (2000). *O sentimento de si*. Mem-Martins: Europa América.
- DAMÁSIO, A. (2000). *The feeling of what happens: Body, emotion and the making of consciousness*. London: Random House.
- DAMÁSIO, A. (2003). *Ao encontro de Espinosa – As emoções sociais e a neurologia do sentir*. Mem-Martins: Europa-América.
- DAMÁSIO, A. R. (1996). *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. São Paulo: Companhia das Letras.
- DARWIN, C. (1998). (P. Ekman & P. Phillip (eds.), 3.ª edição.), *The expression*

- of the emotions in man and animals*. London, UK: HarperCollins (1.<sup>a</sup> edição 1872).
- DURKHEIM, E. (1984). *A divisão do trabalho social* (Vol. 1). Lisboa: Editorial Presença.
- EDELMAN, R. (1998). “Non-verbal behaviour and deception”, in *Interviewing and Deception: Offender Profiling Series, 1*, pp. 157-82.
- EKMAN, P. (1993). “Facial expression of emotion”, in *American Psychologist, 48*, pp. 384-392.
- EKMAN, P. & DAVIDSON, R. J. (1993). “Voluntary smiling changes regional brain activity”, in *Psychological Science, 4, 5*, pp. 342-345.
- EKMAN, P. & FRIESEN, W. V. (2003). *Unmasking the face: A guide to recognizing emotions from facial clues*. Cambridge, Ma: Malor Books.
- EKMAN, P. & ROSENBERG, E. L. (Eds.) (1997). *What the face reveals: Basic and applied studies of spontaneous expression using the Facial Action Coding System (FACS)*. New York/Oxford: Oxford University Press.
- EKMAN, P.; DAVIDSON, R. J. & FRIESEN, W. V. (1990). “The Duchenne smile: Emotional expression and brain physiology II”, in *Journal of Personality and Social Psychology, 58*, pp. 342-353.
- EKMAN, P.; FRIESEN, W. V. & ELLSWORTH, P. (1972). *Emotion in the human face: Guidelines for research and an integration of findings*. New York: Pergamon Press
- EKMAN, P.; FRIESEN, W. V. & O’SULLIVAN, M. (1988). “Smiles when lying”, in *Journal of Personality and Social Psychology, 54, 3*, pp. 414-420.
- GELDER, B.; VAN DEN STOCK, Jan; RUTHGER, Righart (2007). “Body expressions influence recognition of emotions in the face and voice”, in *Emotion, 7, 3*, pp. 487-494.
- GOFFMAN, E. (1993). *A apresentação do eu na vida de todos os dias*. Lisboa: Relógio D’Água.
- HARRIS, P. L. (2000) “Understanding Emotion”, in Lewis, M.; Haviland-Jones, J. M. & Barrett, L. F. (Eds.). *Handbook of emotions*. New York: Guilford Press. (3.<sup>a</sup> edição).
- HEBB, D. O. (1946). “On the nature of fear”, in *Psychological Review, 53, 5*, pp. 259-276.
- HONKAVAARA, S. (1961). *The psychology of expression: Dimensions in human perception* (Vol. 32). University Press.
- IZARD, C. E. (1992). “Basic emotions, relations among emotions, and emotion-cognition relations”, in *Psychological Review, 99, 3*, pp. 561-565.
- IZARD, C. E. (Ed.) (1977). *Human emotions*. Boom Koninklijke Uitgevers.
- KELTNER, D. (1996). “Evidence for the distinctness of embarrassment, shame,

- and guilt: A study of recalled antecedents and facial expressions of emotion”, in *Cognition & Emotion*, 10, 2, pp. 155-172.
- KELTNER, D. & BUSWELL, B. N. (1997). “Embarrassment: its distinct form and appeasement functions”, in *Psychological Bulletin*, 122, 3, pp. 250-270.
- KELTNER, D. & HAIDT, J. (1999). “Social functions of emotions at four levels of analysis”, in *Cognition & Emotion*, 13, 5, pp. 505-521.
- KELTNER, D. & HARKER, L. (1998). “The forms and functions of the nonverbal signal of shame”, in Paul Gilbert & Bernice Andrews (eds.) *Shame: Interpersonal behavior, psychopathology, and culture*. Oxford: Oxford University Press, pp. 78-98.
- KLINEBERG, O. (1938). “Emotional expression in Chinese literature”, in *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 33, 4, pp. 517-520.
- KLINNERT, M. D.; CAMPOS, J.; SORCE, J. F.; EMDE, R. N. & SVEJDA, M. J. (1983). “Social referencing: Emotional expressions as behavior regulators”, in *Emotion: Theory, Research and Experience*, 2, pp. 57-86.
- LEWIS, H. B. (1971). “Shame and guilt in neurosis”, in *Psychoanalytic Review*, 58(3), pp. 419-438.
- LEWIS, M.; HAVILAND-JONES, J. M. & BARRETT, L. F. (Eds.). (2000). *Handbook of emotions*. New York: Guilford Press. (3.<sup>a</sup> edição).
- LISBOA, Manuel; CARMO, Isabel; VICENTE, Luísa; NÓVOA, António; BARROS, Pedro P.; ROQUE, Ana; SILVA, Sofia; FRANCO, Luísa & AMÂNDIO, Sofia (2006). *Prevenir ou Remediar – os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*. Lisboa: Ed. Colibri.
- LISBOA, Manuel; BARROSO, Zélia; PATRÍCIO, Joana & LEANDRO, Alexandra (2009). *Violência e Género*. Lisboa: CIG.
- LOURENÇO, Nelson; LISBOA, Manuel & PAIS, Elza (1997). *Violência Contra as Mulheres*. Lisboa: CIDM.
- MATSUMOTO, D.; KELTNER, D.; SHIOTA, M. N.; O’SULLIVAN, M. & FRANK, M. (2008). “Facial expressions of emotion”, in M. Lewis; J. M. Haviland-Jones & L. F. Barret (eds.), *Handbook of emotions*. New York: Guilford Press, pp. 211-234 (3.<sup>a</sup> edição).
- MINEKA, S. & COOK, M. (1993). “Mechanisms involved in the observational conditioning of fear”, in *Journal of Experimental Psychology: General*, 122, 1, pp. 23-38.
- MURPHY, G.; MURPHY, L. B. & NEWCOMB, T. (1948). “Experimental Social Psychology (1937)”, in D. Krech & R. S. Crutchfield, *Theory and Problems of Social Psychology*, pp. 487.
- NAVARRO, J. & KARLINS, M. (2014). *What every body is saying*. William Morrow Paperbacks.

- NIEDENTHAL, P. M. (2007). "Embodying emotion", in *Science*, 316, 5827, pp. 1002-1005.
- PLUTCHIK, R. (1992). "Emotions: A general psychoevolutionary theory", in Klaus R. Scherer & Paul Ekman (eds.), *Approaches to emotion*. New York: Psychology Press, pp. 197-219.
- PLUTCHIK, R. & AX, A. F. (1967). "A critique of determinants of emotional state by Schachter and Singer (Original work from 1962)", in *Psychophysiology*, 4, 1, pp. 79-82.
- RUSSELL, J. A. (2003). "Core affect and the psychological construction of emotion", in *Psychological Review*, 110, 1, pp. 145-172.
- SCHEFF, T. J. (1990). "Socialization of emotions: Pride and shame as causal agents", in *Research agendas in the sociology of emotions*. Albany: State University of New York Press, pp. 281-304.
- SCHEFF, T. J. (2001). "Shame and community: Social components in depression", in Theodore Kemper (ed.), *Psychiatry: Interpersonal and Biological Processes*, 64, 3, pp. 212-224.
- SCHEFF, T. J. & RETZINGER, S. M. (1991). *Emotions and violence: Shame and rage in destructive conflicts*. Lexington, MA: Lexington Books/DC Heath and Com.
- SCHEFF, T. J. & RETZINGER, S. M. (2000). "Shame as the master emotion of everyday life", in *Journal of Mundane Behavior*, 1, 3, pp. 303-324.
- SCHERER, K. R. (1999). "Appraisal theory", in Tim Galgleish & Mick J. Power, *Handbook of cognition and emotion*. West Sussex: John Wiley & Sons, pp. 637-663.
- SHACKMAN, J. E.; FATANI, S.; CAMRAS, L. A.; BERKOWITZ, M. J.; BACHOROWSKI, J. A. & POLLAK, S. D. (2010). "Emotion expression among abusive mothers is associated with their children's emotion processing and problem behaviours", in *Cognition and Emotion*, 24, 8, pp. 1421-1430.
- SHIOTA, M. N.; CAMPOS, B.; KELTNER, D. & HERTENSTEIN, Matthew J. (2004). "Positive emotion and the regulation of interpersonal relationships", in Pierre Philippot & Robert S. Feldman (eds.), *The regulation of emotion*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, pp. 127-155.
- TIEDENS, L. Z. & LEACH, C. W. (Eds.) (2004). *The social life of emotions* (Vol. 2). Cambridge: Cambridge University Press.
- TIEDENS, L. Z.; ELLSWORTH, P. C. & MESQUITA, B. (2000). "Sentimental stereotypes: Emotional expectations for high-and low-status group members", in *Personality and Social Psychology Bulletin*, 26, 5, pp. 560-575.
- TRACY, J. L. & ROBINS, R. W. (2004). "Putting the self into self-conscious emotions: A theoretical model", in *Psychological Inquiry*, 15, 2, pp. 103-125.

- TRACY, J. L. & ROBINS, R. W. (2007). "The self in self-conscious emotions: A cognitive appraisal approach", in Jessica L. Tracy, Richard W. Robins & June Price Tangney (eds.), *The self-conscious emotions: Theory and research*. New York: The Guilford Press, pp. 3-20.
- TURCHET, F. (2011). *A linguagem do corpo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- WIDEN, S. C. & RUSSELL, J. A. (2003). "A closer look at preschoolers' freely produced labels for facial expressions", in *Developmental Psychology*, 39, 1, pp. 114-128.



# CUSTOS ECONÓMICOS COM A SAÚDE RESULTANTES DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES, EM PORTUGAL<sup>1</sup>

Pedro Pita Barros, Manuel Lisboa, Dalila Cerejo e Eliana Barrenho

## 1. Introdução

A violência doméstica tem vindo a ser reconhecida como um tema que não pode ser ignorado pela sociedade. Os seus custos, em várias dimensões, levaram à produção de múltiplos estudos e relatórios, sobretudo nos Estados Unidos da América (EUA), mas também noutros países onde se efectuou recolha de dados. Para Portugal, referimo-nos a Lisboa (2006), que levou a cabo uma avaliação dos indícios dos custos sociais, psicológicos, de saúde, educativos e económicos associados à violência doméstica.

Neste texto, abordamos um tema complementar: os custos económicos com a saúde associados à violência doméstica exercida contra as mulheres. Após um episódio de violência, as mulheres podem dirigir-se ao Serviço Nacional de Saúde (SNS) para tratamento de problemas imediatos; além disso, com o passar do tempo, podem tornar-se utilizadoras mais frequentes do sistema público de saúde. Verificam-se efeitos da violência doméstica tanto a curto como a longo prazo; procuraremos quantificá-los, em termos de custos monetários, quer para o SNS como para as mulheres. Este estudo utiliza a informação recolhida pelo SociNova num inquérito dirigido a utentes mulheres de Centros de Saúde.

Na maioria dos estudos conhecidos, os custos da violência doméstica foram medidos, sobretudo, com dados dos EUA. Tipi-

---

1 Este texto teve uma publicação em inglês em *Social Science Research Network*, (15 de Julho, 2008), [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1160306](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1160306). Pela sua importância metodológica para a investigação da violência contra as mulheres no âmbito das ciências sociais, a nível internacional e nacional, optou-se pela tradução para português, que aqui se reproduz na quase totalidade.

camente, estes estudos indiciam a existência de custos de saúde mais elevados para mulheres vítimas de violência doméstica, em comparação com as não vítimas. Coker *et al.* (2004) estimam uma diferença de 1064 dólares (cerca de 760 euros) entre vítimas e não vítimas de violência doméstica, o que representa aproximadamente 30% dos custos anuais de saúde de não vítimas. Um estudo anterior, de Ulrich *et al.* (2003), dá conta de um aumento nos custos de saúde devido à violência doméstica de entre 60 a 130%. Coker *et al.* (2004) reconciliam as suas estimativas com Ulrich *et al.* (2003), afirmando que estes são sobretudo comparáveis com a probabilidade de gastos de saúde excepcionalmente elevados. Os dados para os EUA são reforçados pelas estimativas mais recentes de Rivara *et al.* (2007), que calculam um aumento de 19% com as despesas de saúde devido à violência doméstica, o que corresponde a 439 dólares (cerca de 310 euros) por ano.

Na área da Economia, existem apenas alguns estudos dedicados especificamente à violência doméstica. Aqueles que se encontram mais próximos dos nossos objectivos são os de Tauchen *et al.* (1991) e Bowlus e Seitz (2006). Ambos consideram a violência doméstica como o resultado de dinâmicas e negociações familiares. Como factores explicativos, incluem variáveis que descrevem a natureza do relacionamento (idade dos cônjuges, existência de crianças, casamento formal), oportunidades para cada cônjuge fora do casamento (por exemplo, no que diz respeito a rendimentos), preferências e os custos e probabilidade de intervenção externa em caso de violência doméstica. Em Portugal, não dispomos de informação que permita uma análise semelhante; nesse sentido, focaremos a nossa atenção na etapa preliminar de estimativa dos custos com a saúde da violência doméstica.

O texto encontra-se organizado da seguinte forma: a secção dois pormenoriza o processo de recolha de dados e discute o cálculo dos custos a partir das respostas ao inquérito; a secção três oferece uma visão descritiva dos dados e estabelece as regularidades básicas; a secção quatro apresenta a nossa análise estatística, diferenciando efeitos imediatos e episódios prolongados de violência doméstica. Esta análise propõe uma estimativa dos custos médios anuais adicionais, por vítima. Finalmente, a secção cinco discute os resultados e as conclusões principais.

## 2. Os dados

Visto não se encontrar disponível uma recolha de dados administrativos regular, foi elaborado um inquérito específico, baseado noutra anterior<sup>2</sup>, para obter uma estimativa dos custos de saúde com a violência doméstica contra as mulheres. Os dados foram recolhidos em Centros de Saúde, a partir de um conjunto de 518 mulheres<sup>3</sup>. Na maior parte dos casos, realizaram-se entre 30 e 40 entrevistas em cada Centro de Saúde. Das 518 observações, 98 deram seguimento a um inquérito anterior, de 2003 (de entre o total de 420 mulheres que tinham previamente respondido). Como algumas das mulheres utentes dos Centros de Saúde já tinham participado no inquérito anterior sobre as consequências da violência ao nível da saúde (Lisboa, 2006), houve especial preocupação na delineação da amostragem, para obter uma amostra aleatória nas restantes observações. O facto de o inquérito se ter realizado em Centros de Saúde implica que não se faça qualquer extrapolação da incidência ou prevalência da violência doméstica na população portuguesa. Em todo o caso, o inquérito oferece informação detalhada acerca da utilização dos serviços de saúde, permitindo a computação de diferenças entre grupos (vítimas e não vítimas).

No seguimento do inquérito anterior dirigido a mulheres utentes de centros de saúde, foram identificados cinco grupos de custos: consultas, terapêuticas e tratamentos médicos, exames complementares e de diagnóstico, custos de medicamentos e transportes. Os custos foram divididos em duas categorias – custos para o SNS e custos privados para as mulheres inquiridas. Os custos por mulher inquirida foram obtidos através da multiplicação dos actos de cuidados de saúde pelo «seu custo». Os actos ocorreram nos doze meses anteriores. Adicionalmente, para os custos privados, também considerámos o tipo de custos causados pelas perdas de rendimento, os custos de oportunidade do tempo despendido

---

2 Sobre o inquérito anterior, ver Lisboa (2006). O nosso relatório complementar, Lisboa *et al.* (2007), descreve com maior detalhe as principais características do inquérito e as respostas que foram recolhidas.

3 Foram recolhidos dados nos seguintes centros de saúde: Castelo Branco, Covilhã, Penha de França, Alenquer, Loures/Mealhada, Amora, Feijó, Setúbal/Bonfim, Montemor-o-Novo, Alandroal, Viana do Alentejo, Serpa, Beja e Odemira.

com cuidados de saúde e a incapacidade de trabalhar provocada por doença.

A cobertura dos seguros de saúde tem implicações directas na despesa realizada pelo SNS e pelos utentes particulares; a disponibilização, por parte dos seguros, de cobertura adicional facilita o recurso aos cuidados médicos, sobretudo no caso das mulheres vítimas de violência doméstica. Nesse sentido, procurámos identificar a escolha primária de subsistema de saúde das mulheres inquiridas. Apurámos que, nos doze meses anteriores, mais de 89% das inquiridas se encontravam cobertas apenas pelo Serviço Nacional de Saúde; uns 8,5% adicionais dependiam do principal subsistema de saúde público, a ADSE<sup>4</sup>. Em função da sua ausência na amostra, assumimos que os custos para outros subsistemas de saúde (SSMJ, ADMA, ADME, SAD / PSP, SAD / GNR, SAMS) são semelhantes aos do SNS.

## 2.1. Despesas do SNS

De forma a calcular os custos suportados pelo SNS, todos os actos de cuidados de saúde ocorridos sob a alçada daquele serviço foram classificados em função de cinco grupos de custos e quantificados de acordo com os quadros contidos na Portaria n.º 110-A/2007 de 23 de Janeiro, um aperfeiçoamento da Portaria n.º 567/2006 de 12 de Junho.

A perspectiva do SNS baseou-se em cinco grupos de custos diferentes: consultas, terapêuticas e tratamentos, exames de diagnóstico e complementares, medicamentos, transportes. Resumidamente, os custos foram obtidos através da multiplicação do total de actos de prestação de cuidados, por mulher, pelo preço estimado de cada episódio.

Estes preços procuram reflectir uma aproximação ao custo real da intervenção médica, incluindo os custos de mão-de-obra e os custos dos procedimentos, diagnósticos auxiliares e terapêuticas utilizados nesse episódio.

---

4 Para uma descrição mais detalhada do sistema de saúde português e do papel dos subsistemas de saúde, ver Barros e Simões (2007).

Visto que os médicos do SNS receitam aos seus pacientes, com frequência, actos médicos que são oferecidos apenas por prestadores de cuidados de saúde privados, estas consultas, terapêuticas, tratamentos e exames de diagnóstico têm um impacto directo no orçamento do SNS. Assim, os cuidados prestados por subsistemas privados de saúde, quando receitados por um médico do SNS, também foram considerados nas despesas do SNS. Os custos destas ocorrências foram estimados a partir dos custos indicados pelos prestadores privados.

Estimar o valor de cada episódio de prestação de cuidados de saúde afigura-se um problema delicado. Por um lado, as instituições do SNS não têm custos detalhados por episódio, e os preços publicamente divulgados assentam em cálculos muito grosseiros. Por outro lado, o que procuramos é uma estimativa do custo económico em termos dos recursos atribuídos ao acto de prestação de cuidados. Em muitos casos, o preço divulgado pode não corresponder de forma realista aos custos económicos subjacentes. Torna-se muito importante, pois, decidir acerca da fiabilidade dos preços divulgados e da sua adequação económica. Apesar de a maioria dos episódios de prestação de cuidados de saúde ter sido avaliada usando os preços divulgados, em alguns casos optámos por não os seguir. No seu conjunto, porém, consideramos que estes casos incertos não influenciam de forma significativa os resultados do estudo.

### *2.1.1. Consultas*

Os custos com consultas para o SNS derivam do produto do número de ocorrências e o custo por episódio de consulta. Os custos variam substancialmente, de acordo com a natureza da consulta (urgência, rotina ou especialidade) e o tipo de serviço de saúde onde ocorreu o episódio (hospital central, distrital, nível I ou Centro de Saúde). O cálculo do custo com consultas seguiu esta caracterização, dado que foi prevista pelo diploma anteriormente mencionado. Já que os custos de consultas de rotina não dependem do tipo de hospital, consideramos um custo equivalente ao das consultas externas, determinado na Portaria n.º 110-A/2007, ou seja, 30 euros por episódio. Para o cálculo do custo das con-

sultas de especialidade, considerámos a média simples do custo das consultas de especialidades médicas e das consultas de especialidades cirúrgicas, calculadas a partir do Custo Unitário Total (CUT), apresentado no Relatório de Contabilidade Analítica dos Hospitais do SNS, Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIF). Este CUT resulta da soma das despesas com pessoal, fármacos, material de consumo clínico, amortizações, outras despesas e custos indirectos. Considerou-se haver uniformidade nos custos relativos à prestação de um serviço médico de especialidade, isto é, o custo é idêntico em hospitais centrais, distritais, Nível I e Centros de Saúde<sup>5</sup>.

Há indícios de uma grande disparidade entre os valores de CUT de cada hospital, e destes para os centros de saúde. A dispersão de valores dentro de cada grupo (hospitais centrais, distritais, Nível I e Centros de Saúde) é geralmente maior que a dispersão dos valores médios entre grupos. Não sendo possível identificar nem o prestador de cada consulta nem o respectivo CUT, optámos pela aplicação de um valor único global a todas as consultas.

No caso das respostas nulas referentes à especificação do hospital a que as inquiridas recorreram, foram consideradas as unidades hospitalares que servem o seu concelho de residência para efeitos de caracterização do serviço médico. Para efeitos de contabilização do custo, foi considerada a ida ao hospital com categoria mais elevada, nos casos em que as inquiridas revelaram ter recorrido a mais do que um prestador de cuidados.

---

5 Esta hipótese não afecta de forma significativa os resultados, pois a média de custo total com consultas, por pessoa, desce de um valor de 282,34 euros, com o custo de 134 euros por consulta de especialidade em Centro de Saúde, para 269 euros, com o custo de 30 euros por consulta de especialidade (quando realizada num Centro de Saúde), uma vez que existem apenas 15 casos de consultas de especialidade em Centros de Saúde.

**Tabela 1. Custos dos valores de consultas**

Tipo de consulta	Prestador de cuidado	Custo por episódio
Urgência	Hospital central	€143,5
Urgência	Hospital distrital	€106,0
Urgência	Hospital de Nível I	€50,0
Urgência	Centro de saúde	€35,0
Rotina	Hospital central	€30,0
Rotina	Hospital distrital	€30,0
Rotina	Hospital de Nível I	€30,0
Rotina	Centro de saúde	€30,0
Especialidade	Hospital	€134,0
Especialidade	Centro de saúde	€134,0

Fonte: cálculo dos autores, com base nos preços divulgados pelo SNS.

### 2.1.2. *Tratamentos e terapêuticas médicas*

Para o cálculo do custo imputável ao SNS, foi tido em conta o número de sessões (frequência e duração), por tipologia de tratamento/terapêutica, e o custo médio por grupo de tratamento/terapêutica<sup>6</sup>.

A classificação em sete tipos de terapêuticas e tratamentos (Injecções; Pensos; Pequenas cirurgias e revisão de cicatrizes; Redução de fracturas/luxações e imobilizações; Medicina Física e de Reabilitação; Terapia psiquiátrica; Outros) teve em conta uma pré-identificação das terapêuticas e tratamentos mais comuns, predominantes em anteriores inquéritos na área, e a opinião de especialistas da Direcção-Geral de Saúde (DGS).

Procedeu-se ao cálculo da média aritmética simples por tipo de terapêutica e tratamento, com base na análise das tabelas constantes na Portaria n.º 110-A/2007 de 23 de Janeiro, e na Portaria n.º 567/2006 de 12 de Junho. A categoria «Outros» resulta da

6 Não havendo informação precisa sobre o valor médio para o preço das consultas psiquiátricas no sector privado, optámos por utilizar um valor conservador de 50 euros por consulta, em regime de tratamento.

média dos restantes tipos de tratamentos e terapêuticas não previstos nas sete categorias.

Contudo, existe ainda um problema relativo à informação sobre a duração do tratamento, especialmente nos casos que em se sabe apenas que se terá prolongado por mais de um mês. Nestes casos, face à ausência de mais informação, admitiu-se uma duração média dos tratamentos de seis meses.

**Tabela 2. Custos estimados para as terapêuticas e tratamentos médicos**

Grupo de tratamentos médicos e terapêuticos	Valor
Injecções	€4
Pensos	€14
Pequenas cirurgias e revisão de cicatrizes	€45
Redução de fracturas/luxações e imobilizações	€46
Medicina física e de reabilitação	€11
Terapia psiquiátrica	€50
Outros	€23

Fonte: cálculo dos autores, com base nos preços divulgados pelo SNS.

### 2.1.3. Exames de diagnóstico

À semelhança das categorias de custos anteriores, o custo imputável ao SNS pelos exames efectuados foi calculado a partir do número de exames realizados por inquirida, por tipo de exame de diagnóstico e o custo médio por grupo de exame de diagnóstico.

Foram identificados nove tipos de exames de diagnóstico (Radiografias; TAC; Ecografias; Ressonância Magnética; Endoscopias; Análises de rotina; Mamografias; Electrocardiogramas; Outros), com base numa selecção dos exames de diagnóstico mais frequentes, segundo especialistas da DGS e análise das tabelas constantes na Portaria n.º 110-A/2007 de 23 de Janeiro, e a Portaria n.º 567/2006 de 12 de Junho. Para evitar o efeito de *outliers* no cálculo da média aritmética de cada grupo de exames, não foram considerados os exames de diagnóstico que apresentavam um custo quatro a cinco vezes superior à média do seu grupo de



exames. A categoria «Outros» exames resulta da média aritmética de todas as categorias de exames de diagnóstico.

**Tabela 3. Custos estimados para exames complementares e de diagnóstico**

Grupo de exames complementares e de diagnóstico	Valor
Radiografias	€25
TAC	€85
Ecografias	€34
Ressonância magnética	€132
Endoscopias	€151
Análises de rotina	€39
Mamografia	€66
Electrocardiograma	€87
Outros	€77

Fonte: cálculo dos autores, com base nos preços divulgados pelo SNS.

#### 2.1.4. Medicamentos

O cálculo dos custos com medicamentos a cargo do SNS teve como base a dosagem mensal, a duração do tratamento (número de meses) por fármaco e a parte do custo médio por embalagem suportada pelo SNS (taxa de participação).

Quanto à dosagem mensal, foram considerados dois tipos de consumo mensal de fármacos: consumo médio de uma embalagem por mês, para as inquiridas que revelaram consumir diariamente/frequentemente/sempre os fármacos em questão; e consumo de 1/12 embalagem (ou seja, uma embalagem por ano) para as inquiridas que revelaram consumir fármacos apenas em situações de crise ou que não indicaram quantidade consumida. O cálculo do custo médio para o SNS por embalagem de fármaco teve como base a reclassificação de grande parte dos medicamentos citados pelas inquiridas por substância activa, de acordo com o Infarmed (*Prontuário Terapêutico e Estatística do Medicamento*, 2004). No entanto, para os casos dos medicamentos em que não foi identificada a substância

activa, considerou-se um custo nulo para o SNS, dada a elevada probabilidade de serem fármacos não comparticipados.

Para os medicamentos em que não foi encontrada informação sobre o custo suportado pelo SNS nem o seu PVP, foi calculado um custo médio através de informação por origem de prescrição, ponderado pelo número de embalagens vendidas em cada um desses estabelecimentos (Infarmed, 2004).

### *2.1.5. Transportes de doentes*

Considerou-se que custos provenientes de transporte de doentes apenas pesam para o SNS se ele for realizado por ambulância. Para aqueles que são efectuados pelo INEM, foi considerado o preço por quilómetro de 0,37 euros, imputado ao SNS, em conformidade com o Despacho n.º 726/2006 (2.ª série). Visto que o preço é imputado por quilómetro, foi necessário efectuar uma estimativa da distância percorrida por viagem, com base no intervalo de tempo da duração mencionado pela inquirida. Para tal, utilizou-se a referência de uma velocidade média de 80 quilómetros por hora<sup>7</sup>. Foram considerados os pontos médios dos intervalos de tempo mencionados no inquérito e um valor máximo de 120 minutos para a classe mais elevada.

## 2.2. Despesas privadas

Aos cinco grupos de custos com actos médicos imputáveis às pacientes, acresce um sexto tipo de custo indirecto, relacionado com o custo de oportunidade do rendimento não auferido pelas pacientes, devido a estarem impossibilitadas de gozar o tempo perdido com a situação de doença.

Os custos com actos médicos suportados pelas beneficiárias divergem de acordo com o subsistema de saúde a que pertencem. Tal como nos custos para o SNS, foram considerados apenas o SNS e o principal subsistema, a ADSE, nos últimos doze meses. Os

---

<sup>7</sup> Note-se que para o mesmo tempo de viagem, se for considerada uma menor velocidade média, no caso de viagem realizada num percurso urbano, a distância e, presumivelmente, os custos de transporte diminuem de forma linear. Dado os reduzidos valores em questão, não considerámos este aspecto crucial para a análise.

beneficiários dos restantes subsistemas (SSMJ, ADMA, ADME, SAD/PSP, SAD/GNR, SAMS), pela pouca representatividade na amostra, foram considerados como tendo um custo semelhante ao do SNS.

Os custos imputados às utentes beneficiárias do SNS estão presentes na Portaria n.º 395-A/2007 de 30 de Março, que define as taxas moderadoras cobradas pelo SNS por acto médico. Quanto às utentes beneficiárias da ADSE, tiveram-se em conta os custos por acto médico fixados na Tabela de Comparticipações dos Cuidados de Saúde, no Regime Convencionado da ADSE. Foi considerado o Regime Convencionado da ADSE (e não o Regime Livre da ADSE) para o cálculo das despesas a suportar pelos respectivos beneficiários, pela falta de informação de preços de mercado para os cuidados médicos prestados no sistema privado.

Dado o pressuposto de que tratamentos/terapêuticas e exames de diagnóstico realizados por beneficiários do SNS no sistema privado têm como base uma receita médica passada por um médico do SNS, considerou-se que o custo para a paciente é similar às taxas moderadoras pagas no SNS.

### 2.2.1. Consultas

A natureza do serviço médico (público ou privado) onde foram realizadas as consultas faz variar substancialmente o custo suportado pelas pacientes.

Para a situação do sistema privado, assumiu-se que o preço total da consulta não é comparticipado pelo SNS aos seus beneficiários. Portanto, trata-se de um custo totalmente suportado pela paciente beneficiária do SNS. Em contraste, para as beneficiárias da ADSE, considerou-se que o encargo das pacientes é igual a apenas 20% do preço por consulta atrás mencionado (como consta no Despacho n.º 8738/2004 – 2.ª série). Não dispondo de informações de mercado detalhadas, considerou-se como hipótese de trabalho o custo médio de 50 euros por consulta privada<sup>8</sup>.

---

8 Caso se considere um custo médio de 80 euros por consulta privada, o custo médio total de consultas sobe de 19 euros para 29 euros e o custo total na amostra observada aumenta de 9330 euros para 15210 euros. Esta hipótese não afecta de forma sensível os resultados finais.

**Tabela 4. Custos assumidos para as consultas privadas**

Subsistema	Valor
ADSE	€29,55
Outro	€50,00

Fonte: cálculo dos autores, com base no Despacho n.º 8738/2004 – 2.ª série e na estimativa de preço de consulta privada.

Quanto às consultas a realizar no SNS, as taxas moderadoras a suportar pela paciente (independentemente do subsistema de saúde da paciente) divergem consoante a natureza da consulta (urgência ou rotina) e do tipo de serviço médico (hospital central, distrital ou Centro de Saúde), como explicitado na Portaria n.º 395-A/2007 de 30 de Março.

Há, neste ponto, uma questão metodológica delicada, associada com a possível isenção do pagamento de taxas moderadoras. As taxas moderadoras implicam uma distribuição diferente dos custos entre as utentes e o SNS. Na ausência de informação sobre o estatuto das inquiridas, considerámos que nenhuma se encontra em circunstância de isenção. Em alternativa, podemos admitir situações de taxas moderadoras em duas situações de mais fácil identificação (seguindo para o efeito as isenções descritas no Decreto-Lei n.º 176/2003, de 1 de Agosto): mulheres desempregadas (colocando a hipótese de se encontrarem inscritas no centro de emprego, de forma a beneficiarem da isenção) e mulheres com rendimento abaixo do salário mínimo nacional. Devido à falta de informação, não é possível contemplar as isenções devidas à presença de condição crónica ou de outro motivo (o estatuto de dadora de sangue, por exemplo). Considerando que as mulheres que preenchem os requisitos enunciados beneficiam de isenção de taxas moderadoras, tendo acesso gratuito a consultas, terapêuticas e tratamentos e exames de diagnóstico, os custos médios passam de 18,68 euros, sem isenções, para 5,14 euros, em média, considerando as isenções. Os custos do SNS aumentam exactamente na mesma magnitude.

**Tabela 5. Custos assumidos para as consultas (no SNS) (taxas moderadoras)**

Tipo de consulta	Local	Valor
Urgência	Hospital central	€8,75
Urgência	Hospital distrital	€7,75
Urgência	Hospital de Nível I	€7,75
Urgência	Centro de saúde	€3,40
Rotina	Hospital central	€4,30
Rotina	Hospital distrital	€2,85
Rotina	Hospital de Nível I	€2,85
Rotina	Centro de saúde	€2,10
Especialidade	Hospital	€4,30
Especialidade	Centro de saúde	€2,10

Fonte: cálculo dos autores, com base nos preços do SNS divulgados na Portaria n.º 395-A/2007.

A classificação do tipo de hospital no diploma não coincide com a classificação adiantada pela Portaria n.º 110-A/2007 de 23 de Janeiro (não menciona a categoria de hospital de Nível I). Este facto levou a assumir-se o valor apontado para a taxa moderadora dos hospitais distritais para as consultas de urgência e rotina, aplicável à situação dos hospitais de Nível I. Por não existir qualquer alusão à taxa moderadora referente às consultas de especialidade, foram considerados os valores mais elevados (que correspondem aos valores das taxas moderadoras praticados pelos hospitais centrais) para estas situações nos hospitais e Centros de Saúde.

### 2.2.2. *Terapêuticas e tratamentos*

Procedeu-se ao agrupamento das terapêuticas e tratamentos em sete tipos, já referidos anteriormente, calculando, para o efeito, uma média de preços por tipo de tratamento/terapêutica. Para este cálculo, no caso das utentes do SNS, foram usados os preços constantes na Portaria n.º 395-A/2007 de 30 de Março, enquanto, para as utentes da ADSE, foram usados os «preços» fixados pelo Regime Convencionado da ADSE. Assumiu-se um custo médio

por consulta de terapia psiquiátrica de 50 euroa, e um reembolso de 20,45 euros para as beneficiárias da ADSE.

**Tabela 6. Custos estimados para terapêuticas e tratamentos**

Tipo	Entidade	Valor
Injecções	ADSE	€0,22
	Público e privado não ADSE	€1,00
Pensos	Público e privado não ADSE	€2,15
	ADSE	€1,50
Pequenas cirurgias e revisão de cicatrizes	Público e privado não ADSE	€5,25
	ADSE	€2,28
Revisão de fracturas	Público e privado não ADSE	€3,33
	ADSE	€6,90
Medicina física e de reabilitação	Público e privado não ADSE	€1,69
	ADSE	€0,47
Terapia psiquiátrica	Público e privado não ADSE	€0,00
	ADSE	€29,55
Outros	Público e privado não ADSE	€2,24
	ADSE	€6,82

Fonte: cálculo dos autores, com base nos preços do SNS e no Regime Convencionado da ADSE.

### 2.2.3. Exames de diagnóstico

O custo médio por categoria de exame de diagnóstico foi estimado a partir da caracterização de nove tipos de exames complementares e de diagnóstico, com base numa selecção dos exames de diagnóstico mais frequentes, de acordo com os especialistas da DGS, a Portaria n.º 110-A/2007 de 23 de Janeiro, e a Portaria n.º 567/2006 de 12 de Junho<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> Mais uma vez, não considerámos o pagamento de taxas moderadoras. Caso se admittissem as isenções, conforme descrito anteriormente, haveria uma deslocação de custos de cuidados de saúde das mulheres para o SNS. Os custos privados para as mulheres diminuiriam de 12,59 euros para 3,88 euros. As categorias onde mais se faz sentir esta redução são as TAC (de 2,66 euros para 0,66 euros), as ecografias (de 1,98 euros para 0,78 euros) e as análises de rotina (de 4,27 euros para 0,87 euros).

**Tabela 7. Custos estimados para exames complementares e de diagnóstico**

Tipo	Entidade	Valor
Radiografias	Público e privado não ADSE	€1,93
	ADSE	€4,24
TAC	Público e privado não ADSE	€17,90
	ADSE	€16,71
Ecografias	Público e privado não ADSE	€4,82
	ADSE	€6,96
Ressonância magnética	Público e privado não ADSE	€20,10
	ADSE	€30,00
Endoscopias	Público e privado não ADSE	€5,82
	ADSE	€4,57
Análise de rotina	Público e privado não ADSE	€4,24
	ADSE	€4,62
Mamografia	Público e privado não ADSE	€5,25
	ADSE	€6,35
Electrocardiograma	Público e privado não ADSE	€4,64
	ADSE	€4,78
Outros	Público e privado não ADSE	€8,09
	ADSE	€9,78

Fonte: cálculo dos autores, com base nos preços do SNS e no Regime Convencionado da ADSE.

#### 2.2.4. Medicamentos

A metodologia usada no cálculo do custo com fármacos é idêntica à usada anteriormente. Para o paciente, o custo médio total por embalagem de fármaco, por substância activa, é igual à diferença entre o PVP do fármaco e a comparticipação do Estado. Igualmente, para os medicamentos em que não foi encontrada informação sobre custo suportado pelo SNS nem o seu PVP, foi calculado um custo médio através de informação por origem de prescrição, ponderada pelo número de embalagens vendidas em cada um desses estabelecimentos (Infarmed, 2004).

### 2.2.5. Transportes

Para o cálculo dos custos de transportes, consideraram-se dois tipos de custo suportados pelas pacientes: os custos monetários implicados na viagem para os centros de prestação de cuidados médicos, e os custos indirectos, relacionados com o custo de oportunidade do tempo gasto na viagem. Para os custos directos mencionados pelas inquiridas, foram considerados os pontos médios dos intervalos de custo mencionados no inquérito e um montante máximo de 30 euros. Quanto ao custo do tempo despendido, foi usado o rendimento auferido pela paciente para quantificar o custo do tempo perdido no transporte.

### 2.2.6. Rendimentos não auferidos

Os rendimentos não auferidos equivalem ao custo de oportunidade dos rendimentos que a paciente não auferiu por se encontrar doente. No caso das pacientes que afirmaram ter recebido baixa médica, foi considerada uma perda de apenas 35% do rendimento mensal, dado que, de acordo com o Ministério da Segurança Social, a taxa de subsídio de doença é de 65%.

Para o cálculo do rendimento mensal da inquirida, foi utilizado o diferencial entre o rendimento total do agregado familiar e a soma dos rendimentos das pessoas que foram reconhecidas pela inquirida como pertencentes ao seu agregado e contribuintes para o orçamento familiar. Detectaram-se algumas incongruências nas respostas das inquiridas, pois alguns rendimentos calculados mostraram-se negativos, tendo sido considerados nulos. O rendimento auferido por hora foi calculado com base na assunção de 168 horas de trabalho mensais.

## 3. Análise Descritiva

Com base nas hipóteses descritas na secção anterior, foram calculados, para cada inquirida, os custos respetivos com cuidados de saúde no último ano. Distinguem-se três grupos de inquiridas: as que não foram vítimas de violência («não vítimas», daqui em



diante), as que foram vítimas de violência doméstica («violência doméstica», daqui em diante) e as que foram vítimas de outro tipo de violência, distinto da violência doméstica («violência de outro tipo», daqui em diante). A inclusão de cada mulher inquirida num destes três grupos é feita com base nas suas respostas ao questionário. Nos casos reportados de violência de outro tipo, coexistem situações muito diferentes, embora a mais frequente seja a morte de familiar ou amigo próximo.

A tabela seguinte apresenta a informação do valor médio dos custos, segundo cada categoria de custos e para cada um dos três grupos.

**Tabela 8. Estatísticas descritivas**

	Violência doméstica	Violência de outro tipo	Não vítimas
Custos totais	826,52	856,15	640,51
Custos para as mulheres	171,52	182,19	120,53
Custos das consultas	25,16	19,12	17,14
Custos dos exames realizados	12,58	16,20	11,56
Custos de tratamentos	5,40	1,82	1,85
Custos de medicamentos	72,50	87,32	56,29
Consultas privadas	30,15	25,59	12,44
Custos de transportes	25,74	32,14	21,66
Custos para o SNS	654,99	673,96	519,97
Custos das consultas	368,18	280,55	264,93
Custos dos tratamentos	44,63	21,08	14,61
Custos dos exames	97,51	132,40	91,56
Custos dos medicamentos	144,18	239,83	148,74
Custos de transportes	0,49	0,11	0,13
Custos de absentismo	123,74	29,60	22,75
Número de observações	68	128	322

Unidade: € (euros)

Da análise da tabela, é fácil verificar que há custos acrescidos para os grupos de inquiridas que reportaram terem sido vítimas de violência, sugerindo que a violência, independentemente da origem, determina uma utilização mais frequente do sistema de saúde. Contudo, existe grande dispersão subjacente a estes valores médios, pelo que se torna relevante precisar se estas diferenças no valor médio são significativas em termos estatísticos, ou não. Para o efeito, conduziu-se um conjunto de testes de igualdade de valores médios, para cada categoria de custos, para comparar um grupo de inquiridas com cada um dos outros grupos, como pode verificar-se na tabela 9.

**Tabela 9. Resumo dos testes à igualdade de custos médios entre grupos de inquiridas**

	Violência doméstica vs. não vítima	Violência doméstica vs. violência de outro tipo	Violência de outro tipo vs. não vítima
Custos totais	✓	✓	×
Custos para as mulheres	✓	✓	×
Custos das consultas	✓	✓	✓
Custos dos exames realizados	✓	✓	✓
Custos de tratamentos	✓	✓	✓
Custos de medicamentos	✓	✓	×
Consultas privadas	✓	✓	✓
Custos de transportes	✓	✓	×
Custos para o SNS	✓	✓	×
Custos das consultas	✓	✓	✓
Custos dos tratamentos	✓	✓	✓
Custos dos exames	✓	✓	✓
Custos dos medicamentos	✓	✓	×
Custos de transportes	✓	✓	✓
Custos de absentismo	✓	✓	✓

Nota: ✓ - significa que não se rejeita a hipótese nula de o valor do custo médio ser idêntico nos dois grupos; × - significa que se rejeita a hipótese nula de o valor do custo médio ser idêntico nos dois grupos. Todos os testes são realizados para um nível de significância estatística de 5%.

Deste quadro resulta que a variância subjacente a cada um dos grupos é bastante elevada, fazendo com que, em geral, não seja possível rejeitar a hipótese nula de os diversos grupos terem, para cada categoria de custos de utilização de cuidados de saúde, custos médios similares. As excepções surgem apenas na comparação entre o grupo de inquiridas que não foram vítimas de violência e o grupo das mulheres que foram vítimas de outro tipo de violência, sendo que estas últimas aparentam ter custos superiores, sobretudo na componente dos medicamentos.

A análise com base em testes de médias fornece uma primeira aproximação à questão dos custos de violência doméstica. Contudo, implicitamente, esses cálculos admitem que as características subjacentes das mulheres inquiridas são as mesmas. Porém, tal poderá não ser o caso. Por exemplo, se as mulheres de idade mais avançada recorrerem mais a cuidados de saúde, e se houver uma maior proporção de mulheres de idade avançada no grupo das inquiridas não vítimas, a diferença entre vítimas e não vítimas de violência será afectada. Neste exemplo, os custos da violência doméstica seriam subestimados. A secção seguinte aborda esta preocupação.

#### 4. Análise de regressão

Para ultrapassar o problema de os testes de médias não reconhecerem diferenças de composição nos grupos de mulheres inquiridas, recorreremos à análise de regressão, procurando encontrar os factores explicativos dos custos associados com os cuidados de saúde recebidos por cada uma das inquiridas. Uma vez que temos apenas variáveis categóricas, transformadas em variáveis dicotómicas (com valor 0 ou valor 1), a análise corresponde basicamente a uma comparação por célula, definida pelo cruzamento das diferentes variáveis. A análise de regressão realizada utilizou uma abordagem *stepwise*, de onde, a partir do modelo completo, foram sendo sucessivamente retiradas as variáveis que não eram estatisticamente significativas a um nível de significância de 10%. Na tabela seguinte, assinalam-se com «-» os casos em que as variáveis «violência doméstica» e «violência de outro tipo» não

são estatisticamente diferentes de zero. Quando os efeitos são estatisticamente significativos, é apresentado o valor estimado para o respectivo coeficiente, assim como a estimativa pontual do custo adicional associado a situação de violência, face ao valor médio de custos das mulheres que não foram vítimas de violência. As respectivas estatísticas de teste *t* são apresentadas entre parêntesis. Foram considerados factores potencialmente influenciadores dos custos a classe etária da inquirida, o último grau de escolaridade alcançado, o escalão de rendimento em que se situa e a classe etária do marido (quando existe).

É apropriado fazer aqui uma nota metodológica. A estimação das relações entre custos (por categoria de custo) e suas determinantes têm de ser interpretadas com grande cuidado, uma vez que, quanto maior a desagregação por tipo de custo, mais provável é que tenha valor nulo. Como as variáveis explicativas são variáveis dicotómicas, com categorias 0/1, os coeficientes estimados são, na realidade, valores médios calculados em cada partição da amostra determinada pelo conjunto das variáveis *dummy*. Por este motivo, optou-se por manter a apresentação destas regressões, em lugar de usar técnicas de estimação apropriadas para variáveis dependentes truncadas<sup>10</sup>.

É frequente a distribuição de custos com utilização de cuidados de saúde ser enviesada, com um pequeno número de pessoas a terem custos muito elevados. A forma habitual de contornar o problema consiste em calcular o logaritmo dos valores dos custos. Esse procedimento foi também realizado, tendo produzido resultados bastante similares aos apresentados<sup>11</sup>. Como forma de estimação, utilizou-se o método dos mínimos quadrados ordinários, sendo retiradas da regressão as variáveis em que não se rejeita a hipótese nula de terem coeficiente zero (isto é, não influenciarem os custos) a um nível de significância de 10%.

---

10 Por exemplo, uma possível técnica de estimação alternativa seria a regressão Tobit.

11 Após a aplicação da transformação logarítmica, verifica-se que a assimetria na distribuição se encontra agora na aba esquerda. Adicionalmente, no caso das categorias de custos mais finas, devido à existência de valores nulos, torna-se necessário arbitrar que se toma valor zero ou o logaritmo de um valor positivo pequeno. Assim, optou-se por concretizar a análise com base nos valores em níveis (sem o cálculo de logarítmicos).

**Tabela 10. Regressões *stepwise* a um nível de significância de 10%, coeficientes seleccionados**

	Violência doméstica	Violência de outro tipo	R <sup>2</sup>
Custos totais	–	210,55 (2,01)	0,0758
Custos para as mulheres	–	–	0,0499
Custos das consultas	–	–	0,0367
Custos dos exames realizados	–	–	0,0052
Custos de tratamentos	–	–	0,0398
Custos de medicamentos	–	–	0,0926
Consultas privadas	37,87 (1,65)	–	0,0682
Custos de transportes	–	–	0,0451
Custos para o SNS	–	176,74 (2,01)	0,0863
Custos das consultas	–	–	0,0095
Custos dos tratamentos	–	–	0,0402
Custos dos exames	–	–	0,0090
Custos dos medicamentos	–	92,67 (2,33)	0,1058
Custos de transportes	–	–	0,0000
Custos de absentismo	–	–	0,0091

Nota: foram usadas 324 observações, uma vez que, para algumas das variáveis, não existia resposta das inquiridas. Entre parêntesis encontra-se a estatística *t* de significância individual.

**Tabela 11. Regressões com conjunto de variáveis explicativas específicas**

	Regressores: idade		Regressores: rendimento	
	Violência doméstica	Violência de outro tipo	Violência doméstica	Violência de outro tipo
Custos totais	109,88	243,66*	117,29	194,06*
Custos para as mulheres	45,91	67,01	35,92	57,96*
Custos das consultas	3,77	2,31	6,70	1,38
Custos dos exames realizados	1,25	5,37	1,21	4,92
Custos de tratamentos	-0,18	-0,01	3,69	-0,17
Custos de medicamentos	20,67	34,41*	0,96	28,10
Consultas privadas	15,82	13,56	19,78	13,15
Custos de transportes	4,59	11,37*	3,58	10,57*
Custos para o SNS	63,97	176,66*	81,36	136,11
Custos das consultas	47,70	26,91	76,58	7,65
Custos dos tratamentos	5,44	6,58	30,90	5,90
Custos dos exames	6,40	43,45	2,86	38,77
Custos dos medicamentos	4,05	99,72*	-29,34	83,82*
Custos de transportes	0,38	-0,02	0,37	-0,03
Custos de absentismo	99,58	6,10	109,65	6,94
Número de observações	503		498	

Nota: \* indica que o coeficiente estimado é estatisticamente significativo a um nível de significância de 5%.

A principal regularidade presente no quadro é a ausência de significância estatística dos coeficientes associados com os custos de saúde das mulheres vítimas de violência doméstica, indicando que estas não têm custos diferentes das mulheres não vítimas, face aos factores determinantes de cuidados de saúde que foram identificados. Este resultado está em claro contraste com o que tem sido reportado a nível internacional. Contudo, para Portugal, na análise de Carmo (2006:83), foi encontrado essencialmente o mesmo resultado de ausência de diferença na utilização de cuidados de saúde: «De um ponto de vista estatístico, verifica-se que a probabi-

lidade das vítimas recorrerem [a serviços de saúde] é muito semelhante à das não vítimas; não sendo, por isso, possível estabelecer uma relação de associação estatística significativa entre os dois fenómenos.» Por outro lado, Vicente (2006:97), usando a mesma informação de base utilizada em Carmo (2006), conclui que «o impacto da violência na vida de uma pessoa não é fácil de qualificar e quantificar, dado o espectro das suas incidências: emocional, comportamental, cognitivo e físico. Assim sendo, obviamente o cenário não é muito animador quando se trata de estimar os seus custos.» É ainda referido que «entre as mulheres vítimas de violência, a apreciação sobre a sua saúde é de que esta é fraca» (Vicente, 2006:100).

Ou seja, o impacto da violência doméstica perdurará durante vários anos e tem como uma das suas consequências a menor saúde das mulheres vítimas de violência doméstica. Esta característica sugere que o efeito da violência doméstica nos custos de utilização de cuidados de saúde poderá ser mediado pelo seu efeito em termos de menor estado de saúde das vítimas, que, por sua vez, se encontra associado com uma maior utilização de cuidados de saúde. Este argumento obriga a uma análise em dois passos: em primeiro lugar, estabelecer se existe uma associação entre uma mulher ser vítima de violência doméstica e um estado pior de saúde (medido pela sua autopercepção). O segundo passo consiste em detectar a existência de uma relação entre um estado de saúde pior e uma maior utilização de cuidados de saúde. A análise estatística destes dois passos não pode, porém, ignorar que existem potencialmente factores que influenciam quer o estado de saúde quer a utilização de cuidados de saúde.

A estratégia de avaliação de efeitos irá seguir um procedimento recursivo. Em primeiro lugar, avalia-se se o estado de saúde (autopercebido) está associado com a existência de violência doméstica ou com outro tipo de violência, para além de outros factores que possam influir, como o grupo etário a que a inquirida pertence, o nível de rendimento e a escolaridade<sup>12</sup>. Como o estado de saúde autopercebido é definido numa variável categórica

---

12 Todos estes factores recolhem suporte empírico como determinantes do estado de saúde. Veja-se Barros (2003, 2005), com dados aplicados a Portugal.

com quatro valores (de *muito insatisfatório* até *muito satisfatório*), é utilizado um modelo *probit* ordenado. Os seus resultados encontram-se na tabela 12.

**Tabela 12. Modelo *probit* ordenado, explicativo do estado de saúde auto-reportado**

	Coefficiente	Estatística t
Violência doméstica	-0,501	-3,06*
Violência de outro tipo	-0,530	-4,16*
Idade entre 25 e 34 anos	-0,515	-1,98*
Idade entre 35 e 44 anos	-0,509	-1,91**
Idade entre 45 e 54 anos	-1,169	-4,17*
Idade superior a 55 anos	-0,894	-3,15*
Rendimento: €501 a €805	0,168	0,24
Rendimento: €851 a €1500	0,699	3,96*
Rendimento: €1501 a €2750	0,581	2,43*
Rendimento: €2750 a €3750	1,459	3,31*
Escolaridade 2	0,753	3,28*
Escolaridade 3	1,040	5,11*
Escolaridade 4	1,119	4,26*
Escolaridade 5	1,242	4,52*
Escolaridade 6	1,135	3,50*
Escolaridade 7	1,116	3,69*
Escolaridade 8	1,372	3,69*
Escolaridade 9	2,044	2,17*
Ponto de corte 1	-1,924	-2,58*
Ponto de corte 2	-0,300	-0,95
Ponto de corte 3	1,745	1,09

Nota: \* - significativo a 5%; \*\* - significativo a 10%.



O aspecto mais importante destes resultados é o efeito negativo que a existência de um episódio de violência, seja violência doméstica ou de outro tipo, tem sobre o estado de saúde autopercionado da inquirida. Em média, as mulheres vítimas de violência reportam um estado de saúde inferior, uma vez controladas as diferenças em termos de idade, de rendimento e de nível de escolaridade. Adicionalmente, as magnitudes dos coeficientes corroboram a evidência habitual de um maior rendimento e uma maior escolaridade estarem associadas com melhor estado de saúde, e de uma idade mais elevada estar associada com menor estado de saúde. Deste modelo, obtém-se uma previsão para o valor latente do estado de saúde,  $s_i$ , em que  $i$  representa cada mulher, normalizado para o intervalo  $[0,1]$ , de acordo com:

$$h_i = \frac{s_i - s^{\min}}{s^{\max} - s^{\min}}$$

onde  $s^{\min}$  representa o valor mais baixo observado e  $s^{\max}$  o valor máximo observado.

O valor estimado para o índice latente de saúde apresenta os valores médios registados na Tabela 13. O valor estimado para o índice latente de saúde é agora usado como regressor adicional na explicação dos custos totais (assim como de cada tipo de custo).

O efeito da violência doméstica (ou de outro tipo de violência) mediado pelo estado de saúde está presente sempre que o estado de saúde é afectado pela situação de vítima da inquirida, e, adicionalmente, o estado de saúde influencia os custos de utilização de cuidados médicos. As duas condições são cumulativamente exigidas para que seja encontrado um efeito mediado pelo estado de saúde (para além da possibilidade de existir um efeito directo).

O modelo estatístico *probit* ordenado baseia-se no conceito de um índice latente de saúde, que depende dos vários factores enunciados, do qual é observado apenas uma partição, correspondente às variáveis categóricas de estado de saúde autopercionado observadas.

Seja

$$H_i^* = X_i\beta + \varepsilon_i$$

o índice latente, onde  $X_i$  é um vetor de variáveis contendo as observações referentes a factores determinantes do estado de saúde,  $\beta$  é o vector de parâmetros que caracterizam o impacto dos factores e  $\varepsilon_i$  um termo aleatório que contém os restantes efeitos não especificados.

A partição observada do estado de saúde autopercebido caracteriza-se por limiares  $\mu_j$  tal que, se  $H_i^* > \mu_1$ , o indivíduo declara um estado de saúde «muito satisfatório», se  $\mu_1 \geq H_i^* > \mu_2$  declara um estado de saúde «satisfatório», e por aí adiante.

A partir desta caracterização é possível determinar, para cada observação, a probabilidade do estado de saúde declarado ser «muito satisfatório»:

$$Pr[\text{«muito satisfatório»}] = Pr[X_i\beta + \varepsilon_i > \mu_3] = 1 - Pr[\varepsilon_i \leq \mu_3 - X_i\beta]$$

Admitindo que  $\varepsilon_i$  segue uma distribuição normal, é possível calcular a probabilidade de observar uma resposta em cada intervalo possível e a respectiva função de verosimilhança.

O efeito combinado, mediado pelo estado de saúde, de uma mulher ser vítima de violência doméstica no custo de cuidados de saúde é dado por

$$\beta_j \times \alpha_j \times \frac{1}{s_{max} - s_{min}}$$

onde  $\alpha_j$  é o impacto da violência doméstica no estado de saúde (medido pelo índice latente de saúde),  $\beta_j$  é o efeito do estado de saúde latente normalizado nos custos e o último termo decorre da normalização acima aplicada ao índice latente do estado de saúde. O efeito será estatisticamente significativo tanto quanto todos os termos sejam também estatisticamente diferentes de zero quando avaliados individualmente.

Um elemento crucial da análise é a definição de quais variáveis explicativas a serem incluídas em cada fase. Em termos de determinação do estado de saúde, consideram-se como factores explicativos: a) o escalão etário da mulher, dada a regularidade,

habitualmente encontrada na literatura, de estados de saúde menos favoráveis em idades mais avançadas; b) o nível de escolaridade, dado o argumento, comprovado empiricamente, que, mantendo-se tudo o resto constante, uma maior educação permite uma melhor utilização dos cuidados de saúde disponíveis, assim como alcançar um melhor estado de saúde; c) intervalos do nível de rendimento. Para medir os efeitos (potencialmente) relevantes da violência contra as mulheres nos custos, separada em violência doméstica e violência de outros tipos, incluem-se estas condições em duas novas variáveis *dummy*.

Por outro lado, o acesso aos cuidados de saúde pode ser facilitado caso a mulher disponha de cobertura adicional ao Serviço Nacional de Saúde, trate-se de subsistemas de saúde (públicos ou privados) ou seguros voluntários de saúde. Assim, também se incluem na regressão variáveis que identificam estas coberturas adicionais.

No conjunto de determinantes dos custos económicos de cuidados de saúde, tomaram-se como factores explicativos a existência de cobertura de seguro adicional; o nível de rendimento em escalões; o nível de saúde auto-reportado da inquirida; e variáveis que identificam se a inquirida foi vítima de violência, doméstica ou outra. Como é habitual neste tipo de modelos, a inclusão de um termo constante na regressão implica forçosamente uma categoria omitida por cada variável *dummy*. A categoria mais baixa de cada variável foi omitida, pois, da estimação.

Nas tabelas seguintes, apresentam-se os coeficientes associados às variáveis que registam a presença de violência doméstica e de violência de outro tipo, respectivamente. Foram estimados valores para cada uma das categorias de custos.

**Tabela 13. Efeitos nos custos económicos da violência sobre as mulheres mediados pela «saúde»**

	Índice latente de saúde	Violência de outro tipo	Violência doméstica
Custos totais	-1090,54*	82,26	-108,32
Custos para as mulheres	-140,42*	43,64*	12,59
Custos das consultas	-26,01*	-1,398	-0,608
Custos dos exames realizados	-14,89	3,347	-0,564
Custos de tratamentos	-2,47	-0,74	-0,43
Custos de medicamentos	-96,89*	15,993	-14,060
Consultas privadas	22,73	16,846*	26,487*
Custos de transportes	-26,27	8,668	1,407
Custos para o SNS	-950,11*	41,62	-120,92
Custos das consultas	-526,23*	-41,549	-43,674
Custos dos tratamentos	-11,91	2,589	1,981
Custos dos exames	-122,22	33,352	-8,435
Custos dos medicamentos	-288,52*	47,378	-71,060
Custos de transportes	-1,24*	-0,153	0,273
Custos de absentismo	31,10	7,067	116,38*

Nota: consideraram-se efeitos fixos ao nível da freguesia da inquirida, que não são aqui apresentados; foram utilizadas 477 observações.

Como teste de robustez aos resultados obtidos, foram utilizadas duas outras medidas de mediação do efeito da violência. A primeira aproveita uma questão do inquérito acerca de «ter energia»<sup>13</sup>; a segunda prende-se com o «grau de satisfação com a vida»<sup>14</sup>.

13 Corresponde à questão «Actualmente sente-se com força suficiente para fazer aquilo que acha importante na sua vida?»

14 Corresponde à questão «Deixe-me agora fazer-lhe uma pergunta mais pessoal. Se agora tivesse que fazer um balanço da sua vida como se sentiria?»

**Tabela 14. Efeitos nos custos totais**

	«Energia latente» / «satisfação latente»	Violência de outro tipo	Violência doméstica
Efeitos mediados pela «satisfação com a vida»	-2151,97*	152,50	-419,95
Efeitos mediados pela «energia»	-978,87*	149,49	-55,73

Nota: consideraram-se efeitos fixos ao nível da freguesia da inquirida; foram utilizadas 477 observações.

**Tabela 15. Estimativas dos custos da violência nos cuidados de saúde**

	Violência doméstica	Violência de outro tipo	Valor médio das não vítimas
Custos totais	€146,02	€154,26	€640,51
Custos para as mulheres	€18,80	€19,86	€120,53
Custos das consultas	€3,48	€3,68	€17,13
Custos dos exames realizados	—	—	€11,16
Custos de tratamentos	—	—	€1,85
Custos de medicamentos	€12,97	€13,71	€56,29
Consultas privadas	—	—	€12,44
Custos de transportes	—	—	€21,66
Custos para o SNS	€127,21	€134,39	€519,97
Custos das consultas	€70,46	€74,44	€264,93
Custos dos tratamentos	—	—	€14,61
Custos dos exames	—	—	€91,56
Custos dos medicamentos	€38,63	€40,81	€148,74
Custos de transportes	0,17€	0,18€	0,13€
Custos de absentismo	—	—	22,75€

Os resultados demonstram que o efeito directo da violência doméstica sobre os custos totais com os cuidados de saúde é nulo

(no sentido de não ser estatisticamente diferente de zero), mas o efeito mediado pelo estado de saúde é da ordem dos 146 euros por ano, para uma despesa média das inquiridas que não foram vítimas de violência em cuidados de saúde de cerca de 641 euros por ano; ou seja, há, em média, um acréscimo de 23% nas despesas com cuidados de saúde.

O leitor atento poderá ter notado a aparente contradição entre a medição inicial dos custos de violência doméstica, operada com o modelo estatístico de regressão em forma reduzida e o modelo em dois passos, com o efeito mediado pelo estado de saúde. O aspecto principal para reconciliar os dois conjuntos de estimações é compreender o papel da análise em dois passos, que procede, indirectamente, a uma suavização dos efeitos de distorção associados com observações extremas, que poderão estar a influenciar, de forma significativa, os resultados obtidos com a forma reduzida de estimação do efeito de violência doméstica sobre os custos. Como forma de avaliar a razoabilidade desta resolução da aparente contradição enunciada, foi estimada, para as três principais categorias de custos, uma regressão adicional, dando menor peso às observações extremas<sup>15</sup>. Os valores obtidos são da mesma ordem de grandeza do modelo a dois passos, sugerindo que constituem uma melhor estimativa do que o modelo simples de forma reduzida.

Os valores ligeiramente acima de 20% dos custos de saúde anuais de não vítimas são semelhantes às estimativas de Coker *et al.* (2004) e Rivara *et al.* (2007) para os EUA. Acresce o facto de o número de observações em Coker *et al.* ser metade das utilizadas neste trabalho. A significância estatística nas relações estimadas é da mesma ordem de grandeza das que podem encontrar-se em Coker *et al.* Como já mencionámos, Ulrich *et al.* (2003) dão conta de estimativas muito superiores, que Coker *et al.* (2004) consideram ser resultado da abordagem metodológica. Aqui seguimos o mesmo procedimento. Defina-se a despesa anual em saúde de uma inquirida como sendo anormalmente elevada quando exceder

---

15 Opta-se por estimar apenas a regressão robusta a observações extremas nos casos de custos totais, custos para o SNS e custos para as mulheres, uma vez que o tratamento explícito de ponderar menos as observações extremas perde significado quando existe uma proporção elevada de valores nulos para a variável dependente.

o (percentil) 75% da amostra. A probabilidade de uma mulher vítima de violência doméstica estar acima do percentil 75% é cerca de 2,05 vezes maior do que uma mulher não vítima<sup>16</sup>. Isto indica que os nossos resultados são robustos e mostram amplamente que, também em Portugal, a violência doméstica tem custos de saúde adicionais significativos. Dado que a organização do sistema de prestação de cuidados de saúde se baseia no Serviço Nacional de Saúde, não é surpreendente constatar que a maior parte dos encargos dos custos da violência doméstica é suportada pelo SNS. A outra ideia principal que ressalta da nossa análise é que a importância dos custos de longo prazo (no período de um ano), nomeadamente os associados à deterioração do nível de saúde, é maior do que a dos custos imediatos.

## 5. Conclusões

O objectivo do presente relatório é o de quantificar os custos económicos associados com uma maior utilização de cuidados de saúde por parte das mulheres vítimas de violência doméstica. Os nossos cálculos mostram um importante efeito indirecto mediado pelo estado de saúde, ao passo que os efeitos directos apresentam variância elevada, devido às observações extremas.

A estimativa central aponta para um custo adicional de saúde de 140 euros por ano por mulher vítima de violência doméstica, aproximadamente 22% dos custos com cuidados de saúde das mulheres que não foram vítimas de violência (cerca de 640 euros por ano). Desse valor, 127 euros por ano são suportados pelo SNS, em consultas (55%) e medicamentos (30%). Os restantes 13 euros são suportados directamente pelas mulheres e 68% é devido ao consumo de medicamentos. Em termos relativos, o valor de 140 euros por ano está alinhado com as estimativas mais recentes produzidas para os Estados Unidos por Coker *et al.* (2004) e Rivara *et al.* (2007).

É claro que os custos económicos associados à violência contra as mulheres ultrapassam os custos de cuidados de saúde. Um

---

16 Este valor foi obtido a partir de uma regressão logística.

dos campos onde os custos prolongados da violência doméstica se fazem sentir é o mercado de trabalho, como discutido em Barros (2006)<sup>17</sup>. Apesar de não se tratar do foco principal deste trabalho, também é de realçar que os custos adicionais de cuidados de saúde associados com outros tipos de violência são significativos e encontram-se aproximadamente na mesma ordem de grandeza dos da violência doméstica. As situações que se incluem em «outro tipo de violência» abrangem realidades muito diversas. Futuros trabalhos deverão abordar a sua importância.

## Bibliografia

- BARROS, P.P. (2003), «Estilos de vida e estado de saúde: uma estimativa da função produção de saúde», in *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 3, pp. 7-18.
- BARROS, P.P. (2005). *Economia da Saúde – conceitos e comportamentos*. Coimbra: Livraria Almedina.
- BARROS, P.P. (2006), «Custos económicos de longo prazo da violência contra as mulheres», in Lisboa, Manuel (coord.), *Prevenir ou Remediar – os custos sociais e económicos da violência doméstica contra as mulheres*. Lisboa: Edições Colibri, pp.139-153.
- BARROS, P. P. & SIMÕES, J. A. (2007), «Portugal: Health System Review», in *Health Systems in Transition*, 9, 5, pp. 1-150.
- BOWLUS, A.J. & S. SEITZ, (2006), «Domestic violence, employment and divorce», in *International Economic Review*, 47, 4, pp. 1113-1149.
- CARMO, I. do (2006), «Custos com a saúde física», in Lisboa, Manuel (coord.), *Prevenir ou Remediar – os custos sociais e económicos da violência doméstica contra as mulheres*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 77-94.
- COKER, A. L.; REEDER, C. E.; FADDEN, M. K. & SMITH, P. H. (2004), «Physical partner violence and Medicaid utilization and expenditures», in *Public Health Reports*, Novembro – Dezembro, 119, pp. 557-571.
- DRUMMOND, MICHAEL F.; O' BRIEN, Bernard J.; STODDART, Greg L. & TORRANCE, George W. (1997). *Methods for the Economic Evaluation of Health Care Programmes*. Oxford: Oxford Medical Publications, pp. 217-225.

---

17 Na literatura internacional, veja-se Swanberg e Logan (2005), Tolman e Wang (2005) e Bowlus e Seitz (2006), por exemplo.



- FARMER, A. & TIEFENTHATER, J. (1997), «An economic analysis of domestic violence», in *Review of Social Economy*, 55, 3, pp. 337-358.
- IGIF (2005). *Contabilidade Analítica dos Hospitais SNS*. Lisboa: Institute for Financial Management and Informatics.
- IGIF (2007). *Relatório e Contas dos Hospitais SNS 2005*. Lisboa: Institute for Financial Management and Informatics.
- INFARMED (2004). *Medicines Statistics, Lisbon, National Pharmacy and Health care Products Authority*. (www.infarmed.pt, consultado em 25 de Maio de 2007).
- INFARMED (2007). *Prontuário Terapêutico*. Lisboa: Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P. (www.infarmed.pt, consultado em 28 de Maio de 2007).
- LISBOA, Manuel; CARMO, Isabel; VICENTE, Luísa; NÓVOA, António; BARROS, Pedro P.; ROQUE, Ana; SILVA, Sofia; FRANCO, Luísa & AMÂNDIO, Sofia (2006). *Prevenir ou Remediar – os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*. Lisboa: Ed. Colibri.
- LISBOA, M.; BARROS, P.; CEREJO, D.; BARRENHO, E.; ALFARROBA, A. & MARTELEIRA, J. (2007). *Os custos económicos da prestação de cuidados de saúde às vítimas de violência doméstica*. Lisboa: DGS/FCSH.
- Ministério das Finanças e da Administração Pública (2006). *Relatório de Actividades da ADSE 2006*: Lisboa: Direcção Geral da Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública, Ministério das Finanças e Administração Pública.
- Ministério das Finanças e da Administração Pública, Tabela de Comparticipações de Cuidados de Saúde do Regime Convencionado, Lisboa, Direcção Geral da Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública, Ministério das Finanças e Administração Pública. (www.adse.pt consultada em 15 de Junho de 2007).
- Ministério das Finanças e da Administração Pública, Tabelas de Comparticipação do Regime Livre, Lisboa, Direcção Geral da Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública, Ministério das Finanças e Administração Pública. (www.adse.pt consultada em 15 de Junho de 2007).
- RIVARA, F.P.; ANDERSON, M. L.; FISHMAN, P.; BONOMI, A. E.; REID, R. J.; CARRE, D. L. & THOMPSON, R.S. (2007), «Health care utilization and costs for women with a history of intimate partner violence», in *American Journal of Preventive Medicine*, 32, 2, pp. 89-96.
- TAUCHEN, H. V.; WITTE, A. D. & LONG, S. K. (1991), «Domestic violence and employment: a qualitative study», in *Journal of Occupational Health Psychology*, 10, 1, pp. 3-17.

- TOLMAN, R. M. & WANG, H. C. (2005), «Domestic violence and women's employment; fixed effects models of three waves of women's employment study data», in *American Journal of Community Psychology*, 36, 1-2, pp. 147-158.
- ULRICH, Y. C.; CAIN, K. C.; SUGG, N. K.; RIVARA, F. P.; RUBANOWICE, D. M. & THOMPSON, R. S. (2003), «Medical care utilization patterns in women with diagnosed domestic violence», in *American Journal of Preventive Medicine*, 24, pp. 9-15.
- VICENTE, L.B. (2006). «Custos psicológicos nas mulheres vítimas de violência», in Manuel (coord.), *Prevenir ou Remediar – os custos sociais e económicos da violência doméstica contra as mulheres*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 95-109.

## **CAPÍTULO VI**

Desafios futuros na investigação sociológica: a análise sistémica da complexidade.



# PARA UMA ANÁLISE INTERSISTÊMICA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Manuel Lisboa

## Introdução

A compreensão de problemas sociais, como a violência contra as mulheres baseada nas desigualdades de gênero, coloca questões novas às ciências sociais, particularmente à Sociologia, cujas velhas teorias, ainda que necessárias, parecem ser insuficientes para compreender muitos dos processos e dinâmicas sociais que estão associados aos actos que quotidianamente povoam a vida de vários milhões de pessoas, um pouco por todo o mundo. Hoje, e apesar dos consideráveis avanços ocorridos nas últimas décadas, nos países europeus, nas esferas económicas e sociais, aquele tipo de violência constitui ainda um dos principais problemas, como bem o explicita a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica, de 2011. Pela sua natureza e extensão, este tipo de violência contribui para a ampliação das desigualdades sociais, cujas consequências têm implicações em todas as dimensões sociais, incluindo a económica e política, e constitui um forte entrave ao desenvolvimento de sociedades democráticas. Trata-se de um fenómeno complexo, com múltiplas e heterogéneas dimensões, das mais sociais às mais pessoais, das racionalizáveis na sua previsibilidade às emocionais, com explosões circunstanciais e cíclicas. É um fenómeno cuja análise requer uma leitura holística, tanto na sua conceptualização, como na abordagem empírica e metodologia a usar.

Em este capítulo, ensaio uma proposta de análise da violência, baseada no gênero, exercida contra as mulheres, à luz da *Teoria*

*dos Sistemas*. O foco central do texto será o espaço de intersecção dos vários subsistemas que condicionam a acção dos principais actores sociais mais diretamente envolvidos nos actos de violência, particularmente as vítimas e os agressores.

A reflexão aqui apresentada resulta do questionamento que eu e a minha equipa temos vindo a fazer, ao longo dos últimos 20 anos, no estudo da violência contra as mulheres. Uma breve análise do percurso feito ajuda-nos a estabelecer os limites do que já conhecemos e a perceber os caminhos que ainda temos de percorrer. Tem sido um trabalho de pesquisa gradual, onde vamos juntando peça a peça e, sobretudo, descobrindo, por entre friestas nem sempre muito visíveis, que ainda temos um longo caminho pela frente. Começámos com abordagens essencialmente quantitativas, usando uma escala de observação macro, como a de vários inquéritos sociológicos de âmbito nacional. Depois de termos tirado uma «fotografia» do fenómeno a nível nacional, através do cálculo da prevalência e da quantificação dos diferentes tipos de actos e das características socioculturais das vítimas e agressores, questionámo-nos sobre as suas causas, particularmente sobre o que está nos «bastidores» da acção dos actores sociais directamente envolvidos, para utilizar uma expressão de Goffman. Esta via obrigou a seguir uma metodologia de pesquisa mais qualitativa, onde tivemos que recorrer a «entrevistas em profundidade» e «histórias de vida», e procurámos analisar os contextos sociais e emocionais em que ocorrem os actos de violência.

A questão que se nos colocava agora consistia em procurar conhecer quais as condicionantes económicas, sociais, culturais e pessoais da acção, ou da não acção explícita, das vítimas e dos agressores, particularmente nos actos que ocorrem em contextos de risco e incerteza, e que podem ir até à morte das vítimas. Para uma análise holística e sistémica do fenómeno, que contribua para dar resposta àquela interrogação, três dimensões devem ser equacionadas: uma em que se analise a relação entre as condicionantes da estrutura, social e cultural, e a acção dos actores individuais; uma segunda, em que se discuta a relação entre o controlo racional da acção e os factores emocionais que estão, também, presentes; e, finalmente, uma terceira, onde os actores sociais em interacção – vítimas, agressores e pessoas do meio envolvente mais próximo –,

em um contexto determinado, fazem a síntese de todas as variáveis presentes, e orientam, ou condicionam, a sua acção em um ou outro sentido. Em seguida, centrarei a minha análise, sobretudo, nas duas primeiras.

## 1. Estrutura e acção individual: algumas questões teóricas

Sabemos, desde há muito, que toda a acção individual tem uma orientação colectiva e que não existe construção e expressão colectivas sem a participação de actores individuais. O encontro entre estas duas perspectivas permite uma compreensão mais abrangente da acção social, combinando o efeito da estrutura e da agência (Giddens, 1984). Contudo, ao longo do tempo, a análise do social tendeu com frequência para abordagens dicotómicas e separadas.

Tradicionalmente, a Sociologia procurou compreender a *acção social* através da dimensão colectiva e dos paradigmas e problemas sociais dominantes em cada época (Durkheim, 1919). É disso exemplo a importância dada por Marx às *classes sociais* e à *luta de classes*, por Weber à *estratificação social*, aos *grupos de status* e à *religião* e por Durkheim às *normas* e aos *valores*, como limites condicionantes do comportamento individual.

Talcott Parsons, na sua obra *O Sistema Social* (1951), abriu novas possibilidades, ao considerar que a acção é influenciada por diferentes sistemas, desde o *cultural*, que estaria no topo, ao *da personalidade* ou ao *biológico* (este último menos aprofundado no seu pensamento). Nas últimas décadas, alguns sociólogos e filósofos têm vindo a equacionar esta temática, realçando a importância de outras dimensões do social, particularmente a da esfera da intimidade dos actores sociais. A sua compreensão abre novas pistas, não só para o entendimento da vida quotidiana nas sociedades actuais, como das dinâmicas e processos de desestruturação das estruturas sociais que herdámos e tentativas de construção de novas soluções. Entre os autores que mais o têm reflectido, destacaria Michel Foucault (1976), ao focar a importância do biopoder, Anthony Giddens (1992), que realça o papel da intimidade, em particular do amor e da sexualidade, Bourdieu (1998), que desenvolve o conceito de *habitus* e, no que

se refere às desigualdades de género, é utilizado para analisar «*la domination masculine*». Bauman (2000), partindo de outra perspectiva, mostra-nos a *liquidez* e a imprevisibilidade da vida social na sociedade contemporânea. Pela sua parte, Ulrich Beck (1992) enfatiza os processos de individualização nas sociedades de risco, de modernidade tardia. O autor e Elisabeth Beck-Gernsheim discutem afincadamente este conceito na obra *Individualization* (2001), aprofundando-o, em uma perspectiva de género, em *The Normal Chaos of Love* (1995); com estas obras, as dimensões privadas da vida humana, nomeadamente a sexualidade e o amor, sobem ao palco da arena social.

No que diz respeito às teorias *queer*, o tema da desigualdade de género está presente na obra de Judith Butler (1990), Teresa de Lauretis (1991), e no posterior *Manifesto contra-sexual*, de Beatriz Preciado (2000). Estes contributos teóricos ajudam a discutir o tema a partir de uma perspectiva mais ampla e não dicotomizada do género, onde as diferenças são vistas como um constructo social heterogéneo, dependendo das condições históricas, económicas, políticas, sociais e culturais de cada contexto.

No caso da violência de género, e para lá da configuração jurídica que ela possa merecer, como temos vindo a argumentar em vários estudos (Lisboa *et al.* 2006, 2009), ela resulta sobretudo do desempenho dos papéis sociais, das representações, valores e modelos sociais do que significa ser homem e mulher, em contextos específicos, e de como isso se traduz em termos de poder. Nas nossas sociedades, as desigualdades de género são socialmente hierarquizadas, atribuindo mais poder ao masculino do que ao feminino. A maioria dos actos de violência cometidos por homens contra mulheres expressam a tentativa de perpetuar esse poder. Em alguns momentos, o Estado promove políticas públicas para a eliminação de tais desigualdades; em outros, mesmo que seja pela não acção, acaba por contribuir para a sua reprodução. Igualmente, ONG, associações e activistas individuais têm tido um papel central na luta contra esta violência.

Face à heterogeneidade das dimensões em presença, assim como aos diferentes sistemas envolvidos – político, social, cultural, psicológico e biológico –, uma nova abordagem do fenómeno é necessária, menos unidimensional e mais sistémica. Sylvia Walby



(2009) dá-nos um importante contributo para a discussão das desigualdades de género, num quadro teórico de complexidade e de sistemas sociais múltiplos. Gostaríamos de ir mais longe, e de situar a análise das desigualdades de género, enquanto origem da violência contra as mulheres, na intersecção de vários sistemas, combinando diferentes dimensões: individuais e colectivas, visíveis e ocultas, racionais e emocionais, simbólicas e materiais.

Em seguida, discutiremos alguns destes aspectos, partindo de uma perspectiva ampla, baseada nas teorias de Talcott Parsons.

## **2. Análise da violência de género a partir da Teoria dos Sistemas de Parsons**

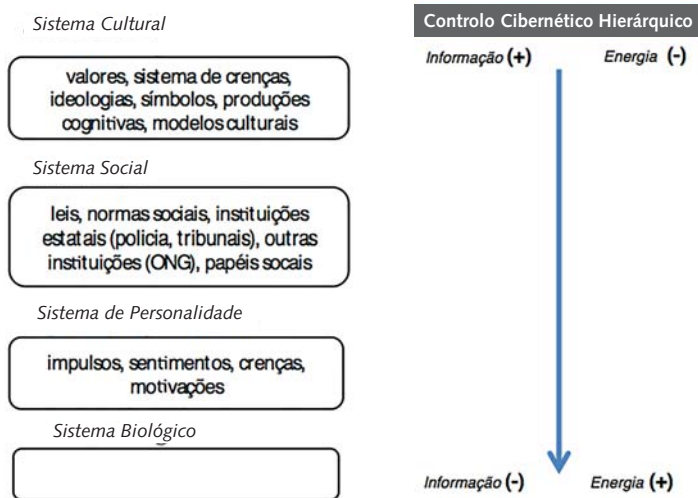
De acordo com a perspectiva de Parsons, e ainda que a acção dos actores sociais possa começar por ser explicada, em primeiro lugar, pelo subsistema que lhe está mais próximo – neste caso, o social –, ela envolve também a participação dos restantes subsistemas, nomeadamente, o cultural, o da personalidade e o biológico (este menos desenvolvido pelo autor<sup>1</sup>). A relação entre os subsistemas obedeceria ao princípio de que os que têm mais informação tenderiam a controlar os que têm menos, ainda que estes possam ter mais energia do que aqueles. Trata-se de uma antiga perspectiva, vinda da Biologia, via Bertalanfly, que considera que, nos sistemas biológicos, em última instância, a energia é controlada pela informação.

Deste modo, e de acordo com a proposta de Parsons, se quiséssemos analisar a acção dos actores individuais no contexto da violência – vítimas e agressores –, poderíamos dizer que, para além de alguns traços de personalidade individuais, as primeiras grandes condicionantes dos seus actos resultariam do subsistema social, com mais informação do que o da personalidade, e onde se encontram as leis, as normas sociais, a avaliação dos papéis sociais e a acção de múltiplas organizações e instituições, desde as estatais, como as Polícias, às ONG.

---

1 Parsons assinala sobretudo as variáveis e dimensões dos subsistemas cultural, social e de personalidade. Ainda que o refira, deixa de lado a análise do biológico.

## O Sistema de Acção, por Talcott Parsons



De algum modo, em Portugal, nas últimas décadas, a acção de várias organizações e as políticas públicas seguidas partem desse pressuposto. De facto, no início da década de 90 do século passado, a luta das ONG feministas e de activistas individuais pressionou os governos de então a produzir várias leis no sentido de criminalizar a violência contra as mulheres. Contudo, em 1995, o primeiro inquérito nacional sobre a Violência Contra as Mulheres<sup>2</sup> mostrava que uma em cada duas mulheres com 18 ou mais anos tinha sido vítima de violência física, psicológica e sexual, e que essa violência se realizava na casa-família, era perpetrada pelo marido/companheiro e atingia as mulheres de todos os estratos sociais e todas as idades. Ou seja, apesar de haver leis, desde o início da década de 90, que criminalizavam este tipo de violência, ela continuava a afectar cerca de metade das mulheres adultas, o que permitia concluir que as alterações legislativas tinham tido uma influência reduzida na dissuasão da acção dos agressores.

<sup>2</sup> Lourenço, Nelson, Lisboa, Manuel & Pais, Elza (1997). *Violência Contra as Mulheres*. Lisboa: CIDM.

Do mesmo modo, só cerca de 1% das vítimas apresentava queixa à polícia ou a outras instâncias. Esta violência era pouco conhecida publicamente, estava escondida dentro da casa e da família – era um fenómeno ocultado na esfera privada, por um conjunto de valores e modelos socioculturais que ajudavam à invisibilidade na esfera pública e, naturalmente, à sua reprodução ao longo do tempo. O que parecia orientar a acção dos actores envolvidos, vítimas e agressores, eram sobretudo factores que se situavam no subsistema cultural.

No início deste século, novas medidas foram tomadas, reforçando a acção da Polícia e tornando as leis mais duras e eficazes na penalização dos actos de violência doméstica (o crime de violência doméstica passa a crime público e o Estado assume directamente a condução do processo legal, independente da vontade da vítima). Poderia pensar-se que, com o reforço dos agentes do subsistema social, traduzido no aumento das medidas punitivas, tanto legais como policiais, conseguir-se-ia eliminar, ou pelo menos reduzir significativamente, os actos de violência.

Porém, tal não aconteceu. Em 2007, doze anos depois do primeiro inquérito, em 1995, um segundo inquérito nacional<sup>3</sup> mostrava que ainda uma em três mulheres era vítima do mesmo tipo de actos, que continuavam a ser mais frequentes no contexto familiar, e que só 10-12% das vítimas denunciava os actos à Polícia. Ou seja, eram poucas as alterações na acção individual das vítimas e agressores, apesar de o país ter já um dos quadros legais mais avançados da Europa, ter aprovado três planos nacionais específicos para o combate e prevenção da violência, articulados com outros planos nacionais, mais abrangentes, sobre a igualdade.

Porquê esta mudança lenta, apesar do grande reforço que fora feito no combate à violência e na protecção das vítimas? A resposta tinha começado a ser dada em outros estudos nacionais sobre os «custos da violência contra as mulheres», realizados pela mesma equipa de investigação da Universidade Nova de Lisboa<sup>4</sup>. A prova definitiva é dada em 2007, no inquérito nacio-

3 Lisboa *et al.* (2009). *Violência e Género*. Lisboa: CIG.

4 Lisboa *et al.* (2006). *Prevenir ou Remediar – Os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*. Lisboa: Edições Colibri.

nal que estuda a violência contra as mulheres e os homens. Os resultados são claros, quando mostram que a violência exercida contra as mulheres é de natureza diferente da exercida contra os homens: nas mulheres, é sobretudo uma violência baseada nas desigualdades de género, perpetrada por homens; nos homens, é uma violência igual àquela que existe na sociedade em geral e os autores são, também, homens.

A grande conclusão deste último estudo é que este tipo de violência, exercida contra as mulheres, é estrutural e não conjuntural. Esta violência resulta de um processo sócio-histórico onde interagem dimensões económicas, políticas, sociais e culturais. Ela é produzida e reproduzida ao longo do tempo, a partir de valores, modelos, normas e papéis sociais, que constroem, hierarquizam e legitimam um poder baseado no género, construído socialmente a partir da diferença biológica de sexo. Nas sociedades ocidentais, particularmente nos últimos três séculos, tal tem-se traduzido na afirmação de um sistema patriarcal, com a valorização e empoderamento do masculino face ao feminino. Em alguns períodos históricos e em certas sociedades, o fenómeno tem uma dimensão mais reprodutiva; em outros, mais produtora de mudança. Em Portugal, nas últimas duas décadas, têm sido muito activos os mecanismos de mudança, sobretudo pela acção do subsistema social. Todavia, a mudança é lenta. Como hipótese, o que pode explicar a resistência à mudança são sobretudo as várias dimensões do subsistema cultural, como os valores e modelos de género, enraizados em todos os segmentos do tecido social, na mentalidade e prática dos agentes sociais. Eles alimentam e justificam as normas e os papéis de género respectivos, que tendem a manter uma estrutura de relações baseada na desigualdade entre homens e mulheres, e que atravessa todas as esferas sociais, desde as diferenças salariais, passando pelo acesso aos cargos de liderança nos campos económico e político, até às relações interpessoais dentro da casa.

Em um estudo qualitativo realizado com mulheres vítimas de violência<sup>5</sup>, encontrámos várias respostas em entrevistadas que

---

5 Lisboa et al., (2006). *Prevenir ou Remediar – Os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*. Lisboa: Edições Colibri.

mostram bem como os valores e modelos de masculinidade e de feminilidade marcam o que é permitido ao homem e proibido à mulher, e cuja fronteira, ao ser ultrapassada, pode contribuir para um acto de violência por parte de quem, em última instância, detém o poder – o homem –, enquanto intérprete da masculinidade dominante.

- «... e então houve uma altura em que eu ganhava mais que ele e isso para ele foi uma complicação terrível, porque (...) ele não admitia que o marido ganhasse menos que a mulher (...) ( p.135)
- (...) eu sempre usei mini-saia (...) e ele não gostava que eu passasse e as pessoas olhassem para mim (...) Iam picá-lo, e outras vezes iam com conversas, indirectas (...) (p.133)
- (...) De me ter em casa, sem que fosse observada por outras pessoas, era (...) o bibelot tinha que estar ali só para ele ...» (p.203)
- (*Maria, 48 anos, empregada de escritório, esteve 18 anos casada*)

Deste modo, e para além do subsistema social, o subsistema cultural desempenha um papel fundamental na acção individual, ao condicionar a percepção, as formas de representar, de sentir e de agir dos actores sociais.

A violência baseada nas desigualdades de género apresenta-se-nos como um fenómeno complexo, multidimensional, e, por isso, só pode ser compreendida a partir de uma visão que integre essa complexidade. As abordagens sistémicas, particularmente a de Talcott Parsons, abrem espaço para uma nova perspectiva sociológica que ajude a compreender fenómenos desta natureza, na intersecção dos subsistemas social e cultural. Sabemos desde Durkheim, por exemplo no *Suicídio* (2007, 1.<sup>a</sup> ed. 1897) que os subsistemas cultural e social exercem um constrangimento externo à acção dos actores individuais; a questão, agora, consiste em saber porque é que, mesmo alterando alguns desses factores, a acção individual muda tão lentamente. A nossa hipótese é que, para além da influência externa daqueles subsistemas, os seus elementos constitutivos estão inscritos emocionalmente nos actores sociais individuais, de um modo que dificulta o controlo racional. De facto, a violência baseada no género integra outras dimensões, o que faz aumentar a sua heterogeneidade.

Assim, uma nova perspectiva sistémica deve ser adoptada, e novos instrumentos de pesquisa têm de ser criados. Agora, trata-se de analisar a acção individual em contextos de violência (por vezes em situações limite de risco e incerteza), a acção de pessoas que «transportam» dentro si múltiplas dimensões sociais e culturais, que interagem com outras, relativas aos subsistemas da personalidade e biológico. A acção individual situa-se, por isso, em uma zona de fronteira entre vários subsistemas, que procuraremos discutir no pronto seguinte.

### **3. Racionalidade e emoção no contexto da interacção vítima-agressor**

Em este ponto, e tendo por base os resultados de várias investigações empíricas multidisciplinares, procuraremos analisar a violência a partir de um território onde se cruzam as dimensões, já referidas, dos subsistemas cultural e social com outras, relativas aos subsistemas da personalidade e biológico. O espaço de fronteira que escolhemos para observar a relação das múltiplas variáveis dos subsistemas é o que separa, e une, as partes interna e externa do *Self*. Sendo difícil a observação directa da interacção entre vítima e agressor, é necessário encontrar outras formas menos intrusivas e onde seja possível a captação macroscópica da informação.

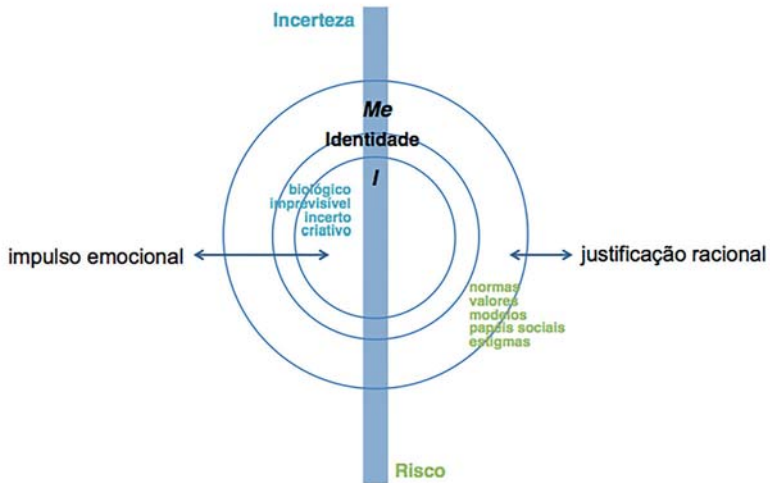
A maioria dos estudos realizados sobre a violência de género tem sido feita sobretudo a partir da análise das vítimas. Hoje, temos cada vez mais consciência de que os contextos onde ocorrem os actos de violência são espaços de interacção de vários actores sociais, particularmente, agressores e vítimas, que colocam na sua acção todas as suas dimensões, desde as socioculturais até às mais pessoais, como as psicológicas e biológicas. Daí que, mesmo quando não temos acesso à informação proveniente de todos os intervenientes, e somos obrigados a focar a observação só em uma parte da interacção, devemos procurar sempre os ângulos e perspectivas que iluminam as faces do objecto observado que contêm a influência dos outros intervenientes. Assim, é-nos mais fácil compreender como as expressões racionais da acção, normalmente

mais balizadas pelo modelos e normas sociais, e por isso passíveis de avaliação social por parte dos outros, se combinam com mais dimensões, como as emoções e os sentimentos, habitualmente mais ocultas, mas que nem por isso podem ser excluídas da compreensão das diferentes formas de agir dos actores sociais. Não analisaremos aqui a influência das componentes bioquímicas das emoções e sentimentos, como as sinapses, estruturas neurológicas, equilíbrios químicos, hormonas, entre outras dimensões, pois a sua observação requer instrumentos de pesquisa que não foram utilizados nas investigações empíricas que temos vindo a citar.

Os estudos empíricos revelam que as interacções em contextos de violência de género vão crescendo de intensidade, ciclicamente, até um limite, que pode levar ao homicídio, ou ao suicídio da vítima (Lisboa *et al.*, 2005, 2006). O processo de tomada de decisão de acção, em estes contextos de risco e incerteza, faz-se sempre a partir de um tempo e de um espaço, onde se combinam, por um lado, gradientes diversos, que podem ir do impulsivo imediato ao controlado racionalmente, e, por outro lado, diferentes escalas de visibilidade, do mais visível e observável ao mais oculto.

Esta perspectiva alicerça-se, em grande medida, nas contribuições teóricas de interaccionistas, como Herbert Mead (*Mind, Self and Society*, 1934) e, mais tarde, de Erving Goffman, na obra *The Presentation of Self in Everyday Life* (1956), ou, para os referenciais sociais mais marcados, como os papéis de género, a homofobia e o racismo, no livro *Stigma* (1963). A Mead, fomos buscar a relação entre o *I* e o *Me*. O *Me* situa-se na fronteira com os sistemas cultural e social, onde é mais fácil a avaliação social por parte dos outros. Do *I*, fazem parte os sentimentos e outros estados emocionais – é mais oculto e difícil de avaliar macroscopicamente, e a sua fronteira situa-se na intersecção dos sistemas psicológico e biológico. Erving Goffman traz-nos sobretudo a ritualização das interações, constructos sociais, que, em um aparente jogo de luzes e de máscaras, oculta e torna visíveis as permissões e interdições, edificando, assim, os referenciais que orientam a construção das identidades sociais – neste caso, as identidades de género, que subjazem às acções dos actores sociais que as interpretam e vivem.

## Acção Social e estrutura do *Self*



M. Lisboa (2010)

O diagrama anterior sintetiza uma grelha para a análise da interacção em contextos de risco e incerteza, definindo um espaço de fronteira, onde se encontram os quatro subsistemas de acção: o cultural, o social, o da personalidade e o biológico. Em este esquema, salienta-se a importância que todos os subsistemas têm para a construção da identidade de género. Esta funciona como o núcleo central condicionador da acção. A identidade não é estática, mas muda muito lentamente; resiste à mudança imposta pelo exterior, sob pena de fazer desabar todo o edifício que sustenta as formas de pensar e de agir do actor social. Por isso, é tão difícil conseguir a recuperação da maioria dos agressores de violência de género – podem condicionar-se comportamentos, mas mais dificilmente se alteram as atitudes que lhes estão subjacentes. Elas alicerçam e estruturam um domínio mais interno do *Self*, resultante de um processo, longo, de socialização, desde a infância, quando ainda não dispomos dos meios de apreensão racional do que nos rodeia e com o qual interagimos. Os valores, modelos e normas vão-se inscrevendo bioquimicamente ao longo



de toda a vida, primeiro mais emocionalmente, depois racional e emocionalmente. Da identidade de género não faz parte só o que é socialmente visível; ela contém, também, o que estrutura a nossa psique e o que está inscrito bioquimicamente. Funciona como uma espécie de património individual, que nos acompanha em todas as interações, daí resultando o seu reforço, ou a mudança lenta em outras direcções.

A descrição por parte das mulheres vítimas dos contextos emocionais de violência é significativa da presença de todas aquelas dimensões, das mais visíveis às menos (Lisboa *et al.*, 2006)<sup>6</sup>. Emoções como o medo, a vergonha<sup>7</sup>, ou o sentimento de ciúme estão frequentemente presentes enquanto condicionadoras da acção individual. Algumas vezes, também, verifica-se o controlo racional, intencional, dos modos de agir. Emoções, sentimentos e controlo racional estão presentes, ainda que em graus diferentes, na interacção entre vítimas e agressores. Em qualquer dos casos, são condicionantes directos da acção, como o mostram vários autores.

As emoções, particularmente as de fundo e as primárias, ao contrário dos sentimentos, têm um automatismo que, em um primeiro momento, as afasta dos mecanismos da consciência e do controlo racional, e as aproxima das pulsões (Damásio, 2003). Como refere Damásio (2003:57), o nosso cérebro está equipado com uma «maquinaria biológica», que nos leva a reagir automaticamente, por vezes em uma lógica de «sobrevida» e de defesa da vida, em outras de modo ineficaz. Esta é uma característica de todos os organismos vivos simples. As emoções de fundo são o produto de processos regulatórios dentro do nosso organismo, que incluem ajustamentos metabólicos e reacções de resposta a situações exteriores (Damásio, 2003). Na comunicação, elas captam-se mais pela forma do que pelo conteúdo. Como nos diz Damásio (2003), são perceptíveis através das expressões faciais ou da cadência do discurso, por exemplo. «O nosso bem-estar ou mal-estar depende dessa calda imensa de interacções regulatórias» (Damá-

---

6 Lisboa *et al.*, (2006). *Prevenir ou Remediar – Os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*. Lisboa: Edições Colibri.

7 A este propósito, é de referir a tese de doutoramento de Dalila Cerejo (2014), que analisa, de forma desenvolvida, a influência que estas emoções sociais têm na não reacção das vítimas.

sio, 2003: 61). Contribuem para a nossa lassidão e entusiasmo, e, nesse sentido, são condicionadoras da acção, mas são ainda pouco conhecidas. Pelo contrário, e ainda que elementares do ponto de vista do controlo da consciência, as emoções primárias têm sido bastante estudadas, e contribuem para muito do conhecimento que se tem hoje sobre a neurobiologia das emoções. O medo é uma das mais estudadas e, também, uma das que está mais presente nas vítimas de violência, como se verifica nas descrições das mulheres entrevistadas. O medo, quando associado à imprevisibilidade da acção do outro, é uma das emoções que mais pode afectar a confiança; e esta é uma das emoções essenciais para a regulação e ritualização das interacções, sob a forma de padrões de comportamento expectáveis, como bem mostram Barbalet (2001) e Kemper (2000). Deste modo, o medo da vítima dificulta a sua capacidade em prever as acções do agressor.

Mais próximas da influência da sociedade e da cultura estão as emoções sociais. É o caso da vergonha e da culpa, igualmente presentes nas vítimas de violência. Do ponto de vista da intersecção dos quatro subsistemas que temos estado a analisar, as emoções sociais, mesmo que também sejam inscritas bioquimicamente, requerem uma maior exposição ao meio envolvente do que as de fundo e primárias, cuja regulação se situa mais nos subsistemas biológico e psicológico. Thomas Sheff e Suzanne Retzinger (1991) salientam a importância da vergonha e da culpa na interacção e regulação sociais. Jack Barbalet (2004) enfatiza também o papel da vergonha na regulação e controlo dos papéis sociais.

De facto, o que é observável, empiricamente, da descrição das interações com o agressor por parte das vítimas, tanto na acção como na não-acção, e tanto no que é verbalizado, e portanto tornado consciente e racionalizável, como no que só é racionalizado posteriormente, como os sentimentos e emoções sociais, mostra uma gama heterogénea de condicionantes da acção, que vai dos valores e modelos do subsistema cultural até à reacção física do biológico. Os subsistemas cultural e social deixam de ser exteriores ao actor social individual e passam a fazer parte do seu núcleo interno, fundindo-se com os subsistemas da personalidade e biológico, e estão presentes na interacção. Vejamos vários exemplos dessas articulações múltiplas.

Na expressão seguinte, observa-se claramente todo um contexto em que se mistura a dimensão emocional com a racional e, simultaneamente, se encontra a presença do medo a justificar a acção da vítima.

«... não dizia nada, **batia-me e acabou-se** ... quando ele me começava a bater eu calava-me muito caladinha ... porque eu tinha **medo** ...» *Rosália* (p.167)

O medo pode ser reforçado na destruição dos objectos de que mais se gosta e onde há uma espécie de morte simbólica.

«...**partia-me as minhas coisas**. Se eu comprasse muito de uma coisa que gostasse muito, que eu andasse com aquilo em estimação, ele enquanto não partia aquele objecto não descansava...» *Rosália (morte simbólica)* (p.170)

A potenciar este medo, há situações em que a acção é meramente impulsiva, não estando presente o controlo racional e a preocupação com o acautelar das consequências, nomeadamente da prova que a agressão pode deixar no corpo.

«... ele batia onde tivesse de bater. **Ele ficava cego**... descontrolava-se mesmo...» *Ana (acção não racional)* (p. 171)

Todavia, noutros casos, podemos dizer que o controlo racional da acção, por arte do agressor, está presente. Há claramente uma avaliação do risco e a noção de infringir o que já está estipulado por lei, ou de poder ser alvo de censura social. O agressor sabe que a vítima pode denunciar a agressão à polícia e, para não deixar a prova das marcas visíveis, bate nos sítios onde tal é mais difícil de detectar.

«...ele batia era no corpo e nos braços que era **para não se notar**...» *Isabel* (p.171)

A dificultar o entendimento racional e a aumentar a confusão emocional da vítima, é por ela descrito um contexto típico de incerteza, onde o silêncio esconde o que pode vir a acontecer:

nunca se sabe quando vai acontecer, pode acontecer hoje, pode ser amanhã, não sendo possível uma previsão racional do acto.

«...eu falava com ele e ele não me respondia. Era capaz de estar uma semana inteira sem falar comigo...» *Mariana (controlo emocional)* (p. 167)

«...era com o cacetete feito daqueles cabos de electricidade...ele é que o fez, isolado em fita cola ...de propósito para bater...dormia sempre com isso na cama..» *Rosália (medo e incerteza)* (p.170)

A ciclicidade dos actos e dos comportamentos está igualmente presente neste tipo de violência.

«...ele batia-me e depois no dia seguinte aparecia à minha porta com ramos de flores e prendas. Mas era sempre assim, ele batia-me e no dia a seguir tinha flores (...）」 *Ana (ciclicidade)* (p. 186)

Os modelos e estereótipos de género, que se expressam através do sentimento de ciúme e da posse, estão presentes em quase todos os estudos que temos feito sobre a violência contra as mulheres.

«...ele sempre teve ...inclusive quando namorávamos ... era uma pessoa ciumenta...» *Mariana* (p. 183)

«...Depois de casar tornou-se um ciumento daqueles que se faz favor...» *Rosália* (p.181)

Os sentimentos nas vítimas não são sempre de revolta. Muitas vezes, estes misturam-se com outros, mais conformistas da ordem social, que condicionam a reacção da mulher vítima, a partir de mecanismos internos da identidade de género. Um desses sentimentos é a vergonha de uma mulher que vai ao hospital e não conta nada, porque tem vergonha.

«...eu tive que ir ao hospital... O que é que disse ao médico? Que tinha sido no armário da casa de banho. Não contei... tinha vergonha de contar...» *Rosália* (p. 193)

O que é que leva uma mulher que é vítima de violência a ainda ter vergonha? Como hipótese, pensamos que ela resulta do mesmo estereótipo de género que remete a mulher para o silêncio e a passividade (Cerejo 2014). Dentro desse modelo, uma mulher corajosa é aquela que sofre em silêncio – modelo oposto ao da masculinidade, que faz mais apelo à visibilidade e proactividade. Estes modelos de masculinidade e feminilidade estão bem presentes nos crimes de honra. Nas sociedades e nos contextos onde eles ocorrem com mais frequência, um homem que sente que é «traído» pela «infidelidade» da mulher com outra pessoa vê a honra manchada, e o que é socialmente expectável é que afirme a sua masculinidade «lavando a honra», se necessário, com sangue. Se não o fizer, vê-se a si próprio, e é socialmente representado, como um frouxo, alguém que não é suficientemente «macho». Se invertermos a situação, e for o homem a cometer o «adultério», como é que, socialmente, a mulher é representada para ser considerada forte? Calando. Aguentando, calada, firme. Este é um dos factores que também pode estar presente nas mulheres vítimas que não fazem a participação à polícia: no último inquérito nacional em Portugal, só 12 % participaram às polícias.

Vergonha, medo e culpa constituem uma trilogia de emoções que condicionam a reação das vítimas de violência de género (Cerejo, 2014). Do nosso ponto de vista, elas posicionam-se como um «pano de fundo», que funciona como uma espécie de segunda vitimização. É como se estas mulheres fossem duas vezes vítimas: vítimas de um agressor concreto; e vítimas porque têm inscritas na sua identidade de género os valores e modelos que condicionam a sua acção e reacção. A análise sociológica deste tipo de problemas complexos coloca-nos questões novas, do ponto de vista epistemológico, teórico e metodológico.

Em síntese, concluímos dizendo que uma nova linha de pesquisa deve ser seguida para analisar este tipo de acção dos actores sociais, que tenha em conta que eles, quando agem, o fazem na sua totalidade, com todas as dimensões. Há algumas variáveis que podem estar mais presentes em certos contextos, mas todas, mesmo as menos visíveis, ou não tão imediatamente determinantes, contribuem, também, não só para acção, como para a decisão de agir. Nesse sentido, a análise de acção social dos

actores individuais requer, cada vez mais, uma abordagem holística, onde a heterogeneidade das dimensões seja considerada, a partir de uma matriz que, não se alheando da realidade, permita a observação do máximo possível de variáveis e a interpretação dos resultados daí decorrentes.

## Bibliografia

- BARBALET, Jack (2001). *Emotion, social theory, and social structure: a macro-sociological approach*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BARBALET, Jack (2004). “Consciousness, emotions, and science”, in John Turner (ed.), *Theory and Research on Human Emotions*, vol. 21. Bingley-UK: Emerald Group Publishing, pp. 245-272.
- BARROS, Pedro; LISBOA, Manuel; CEREJO, Dalila & BARRENHO, Eliana (2008). “Health Care Costs of Domestic Violence Against Women – Evidence from Portugal”, in SSRN, 15.
- BAUMAN, Zygmunt (2000), *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity
- BECK, Ulrich (1992). *Risk Society*. London: Sage
- BECK, Ulrich & BECK-GERNSHEIM, Elisabeth (1995). *The Normal Chaos of Love*. London: Polity.
- BECK, Ulrich & BECK-GERNSHEIM, Elisabeth (2001). *Individualization*. London: Sage
- BOURDIEU, Pierre (1998). *La Domination masculine*. Paris: Éditions du Seuil.
- BUTLER, Judith (1990). *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. London: Routledge.
- CEREJO, Dalila (2014). *Viver sobrevivendo: emoções e dinâmicas socioculturais nos processos de manutenção das relações conjugais violentas*. Lisboa: FCSH/UNL, texto policopiado.
- DAMÁSIO, António (2003). *Ao Encontro de Espinosa – as emoções sociais e a neurologia do sentir*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- DAMÁSIO, António (2010). *O Livro da Consciência – a construção do cérebro consciente*. Lisboa: Temas e Debates.
- DURKHEIM, Émile (1919). *Les Règles de la Méthode Sociologique*. Paris: Librairie Félix Arcan (1.<sup>a</sup> edição 1895).
- DURKHEIM, Émile (2007). *Le suicide*. Paris: PUF (1.<sup>a</sup> edição 1897).

- FOUCAULT, Michel (1976). *Histoire de la Sexualité (vol. I) – La volonté de savoir*. Paris: Éditions Gallimard.
- GIDDENS, Anthony (1984). *The constitution of Society*. Los Angeles: University of California Press.
- GIDDENS, Anthony (1992). *The Transformation of intimacy: Sexuality, Love and Eroticism in Modern Societies*. Oxford: Blackwell Publishers.
- GOFFMAN, Erving (1956). *The Presentation of Self in Everyday Life*. Edinburgh: University of Edinburgh Social Sciences Research Centre.
- GOFFMAN, Erving (1972). *Interaction Ritual: Essays on Face-to-Face Behavior*. London: The Penguin Press (1.<sup>a</sup> edição 1967).
- GOFFMAN, Erving (1963). *Stigma*. New Jersey: Prentice-Hall.
- KEMPER, Theodore (2000). “Social models in the explanation of emotions”, in M. Lewis & J. M. Haviland-Jones (Eds.), *Handbook of emotions* (2.<sup>a</sup> edição). New York: Guilford Press, pp. 45-58.
- LAURETIS, Teresa (1991). “Queer theory, lesbian and gay studies: An introduction”, in *differences: A journal of feminist cultural studies* 3/2, iii-xviii
- LISBOA, Manuel; VICENTE, Luísa & BARROSO, Zélia (2005). *Saúde e Violência contra as Mulheres*. Lisboa: DGS.
- LISBOA, Manuel; CARMO, Isabel; VICENTE, Luísa; NÓVOA, António; BARROS, Pedro P.; ROQUE, Ana; SILVA, Sofia; FRANCO, Luísa & AMÂNDIO, Sofia (2006). *Prevenir ou Remediar – os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*. Lisboa: Ed. Colibri.
- LISBOA, Manuel; BARROS, Pedro; CEREJO, Dalila; BARRENHO, Eliana; ALFARROBA, Aana & MARTELEIRA, Joana (2007). *Os custos económicos da prestação de cuidados de saúde às vítimas de violência doméstica*. Lisboa: DGS/FCSH.
- LISBOA, Manuel; BARROSO, Zélia; PATRÍCIO, Joana & LEANDRO, Alexandra (2007). *Violência e Género*. Lisboa: CIG.
- LOURENÇO, Nelson; LISBOA, Manuel & PAIS, Elza (1997). *Violência Contra as Mulheres*. Lisboa: CIDM.
- MEAD, Herbert (1934). *Mind, Self and Society*. Chicago: University of Chicago Press.
- PARSONS, Talcott (1954). *Essays in Sociological Theory*. New York: The Free Press.
- PARSONS, Talcott (1964). *The Social System*. New York: The Free Press (1.<sup>a</sup> edição 1951).
- PARSONS, Talcott (1968). *The Structure of Social Action*, vols. I, II. New York: The Free Press (1.<sup>a</sup> edição 1937).
- PARSONS, Talcott (1978). *Action Theory and The Human Condition*. New York: The Free Press.

- PARSONS, Talcott (1991) (ed. Charles Camic). *The Early Essays*. Chicago: The University Chicago.
- PARSONS, Talcott & SHILS, Edward A. (2007) (introduction by Neil J. Smelser). *Toward a General Theory of Action*. New Jersey: Transaction Publishers.
- PRECIADO, Beatriz (2000). *Manifeste Contra-sexual*. Paris: Ed. Balland.
- SCHEFF, Thomas & RETZINGER, Suzanne (1991). *Emotion and Violence: Shame and Rage in Destructive Conflicts*. Lexington-Ma: Lexington Books.
- WALBY, Sylvia (2009). *Globalization & Inequalities – complexity and contested modernities*. London: Sage.





Esta obra aborda questões metodológicas e epistemológicas cruciais para o desenvolvimento da investigação sociológica actual. Ela traduz um momento de síntese do conhecimento sobre as metodologias no campo da Sociologia e faz uma meta-reflexão a partir dos problemas e soluções encontradas em mais de duas dezenas de investigações empíricas. Inclui estudos com diferentes âmbitos geográficos (nacional, regional e local), centrados na actualidade ou recuando no tempo sempre que necessário, com abordagens metodológicas variadas (qualitativas, quantitativas e mistas) e que recorrem a escalas de observação distintas (macro, meso e micro). Este livro de metodologia não pretende substituir os manuais já existentes, não repetindo as questões aí abordadas. Ele deve ser entendido como um instrumento metodológico complementar, com questões e temáticas que resultam da experiência de pesquisa, na área das Ciências Sociais, de uma ampla e pluridisciplinar equipa de investigação, ao longo dos últimos 25 anos. Ele percorre as principais fases e momentos da pesquisa, esperando-se que constitua um instrumento útil para estudantes, investigadores e investigadoras.



ISBN 978-989-755-223-6



9 789897 552236